



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

FRANCIVALDO JOSÉ DA CONCEIÇÃO MENDES

**ENTRE O VIVIDO E O CONCEBIDO: A ESPACIALIDADE DO LAZER NA VIDA
COTIDIANA DA CIDADE DE ALTAMIRA-PA**

**BELÉM-PA
2023**

FRANCIVALDO JOSÉ DA CONCEIÇÃO MENDES

**ENTRE O VIVIDO E O CONCEBIDO: A ESPACIALIDADE DO LAZER NA VIDA
COTIDIANA DA CIDADE DE ALTAMIRA-PA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de doutor em Geografia.

Orientador: Dr. Márcio Douglas Brito Amaral
Coorientador: Dr. José Queiroz de Miranda Neto

**BELÉM-PA
2023**

FRANCIVALDO JOSÉ DA CONCEIÇÃO MENDES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará como requisito à obtenção do título de doutor em Geografia.

Orientador: Dr. Márcio Douglas Brito Amaral

Coorientador: Dr. José Queiroz de Miranda Neto

Data de aprovação: 31/01/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Márcio Douglas Brito do Amaral
(Orientador – PPGeo/UFPa)

Prof. Dr. José Guilherme Magnani
(Avaliador Externo – NAU/USP)

Profa. Dra. Mirleide Chaar Bahia
(Avaliadora Externa – PPGDSTU/NAEA/UFPa)

Profa. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares
(Avaliadora Interna – PPGeo/UFPa)

Prof. Dr. José Antônio Herrera
(Avaliador Interno – PPGeo/UFPa)

BELÉM-PA
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M538e Mendes, Francivaldo José da Conceição.
 Entre o vivido e o concebido : a espacialidade do lazer na vida
cotidiana da cidade de Altamira-PA / Francivaldo José da
Conceição Mendes. — 2023.
 211 f. : il.

 Orientador(a): Prof. Dr. Márcio Douglas Brito Amaral
 Coorientador(a): Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto
 Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Belém, 2023.

 1. Lazer. 2. Práticas insurgentes. 3. Contra-usos. 4. Vida
cotidiana.. I. Título.

CDD 900

*Dedico este trabalho a minha querida e amada
irmã Francinete da Conceição Mendes, que
bravamente luta contra os efeitos implacáveis
da Esclerose Lateral Amiotrófica.*

AGRADECIMENTOS

Iniciada no primeiro semestre de 2019, o processo de construção desta tese é uma fronteira entre dois mundos. O paradigma de um desses mundos ruiu a partir de novembro de 2019 em função dos efeitos letais do SARS-CoV-2, um vírus que desencadeou a pandemia do Covid-19.

No Brasil, o referido vírus teve no governo federal e na sua política de Estado aliados fundamentais. Enquanto escrevo este tópico, já faleceram 688.267 pessoas, números reveladores da forma irresponsável com que a saúde pública fora tratada no país, mas sobretudo reflete a desumanidade plasmada no caricato chefe do Estado brasileiro.

O contexto pandêmico, entretanto, não apenas irrompeu um tempo histórico, como viabilizou a emergência de outro paradigma. Atualmente, assistimos à propagação do comportamento anti-ciência, do obscurantismo e das notícias falsas instrumentalizadas enquanto método e política de Estado. Trata-se de uma aguda crise civilizatória a coincidir com a *cruel pedagogia do vírus*¹.

Por isso, de início, é preciso pontuar a erosão de um tempo histórico e a emergência de um outro paradigma social. Esta tese, enquanto formalidade acadêmica, e seu autor enquanto sujeito histórico, têm muito desses dois mundos.

Cabe, entretanto, irradiar nossa argumentação, pois um título de Doutor alcançado por um filho de migrantes nordestinos reveste-se de singular representatividade. O fim deste ciclo acadêmico, portanto, deve ser entendido como processo coletivo e transgeracional refletindo, precisamente, a convergência de sentidos e de autonomia entre a minha história e dos meus ascendentes.

Na cosmovisão do povo Akan (originários do Gana) as histórias de todos os seres estavam sob o domínio de Nyame. Ananse (também conhecida como Anansi, ou Kwake Ananse) insubordinou-se contra tal situação e após cumprir difíceis desafios, pode distribuir a todos os seres suas respectivas histórias que, desde então, encontram-se conectadas pelas/nas teias de Ananse.

Esse título de Doutor, obviamente, reflete uma conquista pessoal, mas seu sentido histórico somente se completa pela sua dimensão inter-geracional. Foram meus pais, migrantes nordestinos, destituídos das suas territorialidades, das suas memórias e do seu pertencimento que, sem o controle das suas histórias, chegaram à região *TransXingu* em 1976.

¹ Expressão emprestada de Boaventura de S. Santos.

O agradecimento primeiro é para meus pais: Antônio Correia Mendes e Francisca da Conceição Mendes que, a despeito de as suas histórias terem sido sequestradas neste Território, especialmente no interior das fazendas e nos *confins do humano*², não deixaram de tecer suas teias. Embora ambos não tenham o instrumental das letras para compreenderem o sentido das ideias aqui postuladas, certamente o fazem pelos seus saberes e sentimento de afeto que nos une.

Destaco, oportunamente, o papel institucional sem o que esta pesquisa não se concretizaria. Minha condição atual de Servidor Público da Universidade Federal do Pará permitiu-me, não sem conflitos, que eu me afastasse das minhas atividades laborais para me dedicar exclusivamente a esta pesquisa.

Para além de um direito, tal fato há de ser destacado como uma excepcionalidade e entendido como um privilégio, especialmente pela configuração sócio-histórica de um país que ainda hoje não admite como prioritária a democratização plena da Educação em todos os seus níveis e modalidades. Não há dúvidas de que ainda hoje a cidadania no Brasil encontra-se “*mutitada*”³.

Agradeço ao Estado brasileiro pela oportunidade de estudar com as devidas condições materiais que um curso de Doutorado exige. Agradeço a Universidade Federal do Pará e ao *Campus* Universitário de Altamira, especialmente aos colegas membros do Conselho Deliberativo do *Campus* que em 2019 aprovaram meu afastamento. Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, seus docentes e técnicos, pela oportunidade da oferta da vaga e pelo acolhimento ao longo desses quatro anos.

Agradeço a Márcia Orie de Sousa Hamada, uma companhia essencial ao longo desse percurso formativo. Não raro, via-se “compelida” a dialogar comigo sobre temas diversos que orbitavam o campo do lazer, sempre o fazendo de forma leve e estimulante. Obrigado.

A julgar pela perspectiva semântica, a palavra Mestre mostra-se apropriada para designar a condição de um Professor que tem excepcional conhecimento e o transmite de forma simples e generosa. Agradeço o acolhimento, a amizade e a orientação acadêmica do Mestre (Doutor) Márcio Douglas Brito Amaral. Detentor de um vasto e sofisticado repertório teórico, bem como de uma rara capacidade de síntese é, para mim, uma referência de intelectual e pessoa. Em toda a jornada acadêmica nunca me constrangeu ou tentou impor sua “verdade teórica”. De fato, foi uma orientação emancipadora. Muito obrigado, Professor.

Ao Professor e amigo José Queiroz de Miranda Neto (Neto) que, para efeitos meramente

² Termo que alude aos argumentos do sociólogo José de Souza Martins.

³ Expressão emprestada do geógrafo Milton Santos.

formais, consta nesta tese como Coorientador. Suas orientações, geralmente construídas na informalidade do cotidiano, foram determinantes para que eu concluísse este trabalho e alcance um certo nível de maturidade teórica. Nessa travessia acadêmica, sempre estive disponível ajudando-me ante as intempéries e aos enigmas de um campo de conhecimento que passei a investigar recentemente. Sem hierarquias e/ou formalismos acadêmicos senti-me encorajado e estimulado ante sua forma didática de me orientar/provocar, sempre primando pela síntese e pelo rigor acadêmico-científico.

Agradeço ao Professor e Vice-Reitor da UFPA, Gilmar Pereira da Silva, por sua posição institucional sempre favorável à qualificação dos servidores desta universidade. A amizade construída e compartilhada ao longo desses anos tem sido um importante e valioso estímulo para que eu prossiga minha jornada acadêmica e busque a cada dia contribuir efetivamente com a Educação pública desta região do Xingu.

Destaco e agradeço ao Professor José Antônio Herrera pelo esforço encampado junto ao PPGEIO, a Administração Superior da UFPA e ao *Campus* Universitário de Altamira, ao fim do qual a nucleação do PPGEIO tornou-se uma realidade para o *Campus* de Altamira e para a região *TransXingu*.

Agradeço as valiosas contribuições das Professoras Dra. Mirleide Charr Bahia, Dra. Maria Goretti da C. Tavares e do Professor Dr. José G. Cantor Magnani, feitas no contexto do exame de qualificação desta tese, as quais foram determinantes para que esta pesquisa alcançasse o atual formato.

Agradeço a companhia dos colegas de turma com os quais construí relações de afetividade e aprendizado mútuo, em especial ao Juan, *in memoriam*, um jovem humanista que tão cedo nos deixou. Uma perda irreparável.

Agradeço, oportunamente, às diferentes pessoas com os quais mantive interlocução ao longo desta pesquisa, especialmente ao Jackson Dias, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Thais Santi Cardoso da Silva, Procuradora Federal em Altamira-PA, e aos moradores do bairro Açaizal (na pessoa do Alfred Silva Vieira) os quais me mostraram a potência que o fenômeno do lazer irradia enquanto nexos do espaço social, permitindo-me avançar para além do instrumental teórico.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo central analisar a espacialidade do lazer na reprodução da vida cotidiana da cidade de Altamira-PA, tendo por base o tensionamento e a mediação entre a representação do espaço (espaço concebido) e os espaços de representação (espaço vivido). Não se trata de duas realidades antagônicas e excludentes, mas de uma unidade que se dialetiza continuamente no/pelo espaço. A partir de uma mediação teórico-metodológica entre a categoria do lazer e a teoria social do espaço, buscou-se responder a seguinte questão: como se expressa a espacialidade do lazer na vida cotidiana da cidade de Altamira-PA, a despeito do tensionamento e da mediação entre a representação do espaço (espaço concebido) e os espaços de representação (espaço vivido)? A hipótese central sugere que: o lazer na cidade de Altamira-PA constitui-se como parte indissolúvel da vida cotidiana, materializando-se espacialmente pelo agenciamento coletivo dos sujeitos que, de forma insurgente, se apropriam dos diferentes espaços urbanos da cidade. O percurso metodológico, de viés qualitativo, teve por base uma análise bibliográfica, entrevistas abertas e semiestruturadas e elementos da etnografia urbana. Os resultados da pesquisa demonstraram a potência teórico-metodológica da categoria lazer em face dos estudos urbanos, permitindo-se discutir os limites e as possibilidades da cidade a partir das experiências do lazer. Ao nível cotidiano, os resultados evidenciaram a existência de táticas coletivas, materializadas pelos contra-usos da cidade, onde os espaços urbanos são alçados à condição de espaços públicos mediante diferentes formas de apropriação coletiva. A tese sustentada refere que o embate e a permanente mediação entre a representação do espaço (espaço concebido) e os espaços de representação (espaço vivido) materializa uma espacialidade do lazer na vida cotidiana de Altamira-PA, a qual decorre das práticas insurgentes e não programadas que são criadas e mantidas pelos sujeitos a partir das suas redes de interação e sociabilidade cotidianas.

Palavras-chave: Lazer; Práticas insurgentes; Contra-usos; Vida cotidiana.

ABSTRACT

The central objective of this study was to analyze the spatiality of leisure in the reproduction of daily life in the city of Altamira-PA, based on the tension and mediation between the representation of space (conceived space) and the spaces of representation (lived space). It is not about two antagonistic and excluding realities, but a unity that is continuously dialectic in/through space. From a theoretical and methodological mediation between the category of leisure and the social theory of space, we sought to answer the following question: how is the spatiality of leisure expressed in the daily life of the city of Altamira-PA, despite the tension and mediation between the representation of space (conceived space) and the spaces of representation (lived space)? The central hypothesis suggests that: leisure in the city of Altamira-PA is constituted as an indissoluble part of everyday life, materializing itself spatially through the collective agency of the subjects who, in an insurgent way, appropriate the different urban spaces of the city. The methodological path, qualitative in nature, was based on a bibliographic analysis, open and semi-structured interviews, and elements of urban ethnography. The results of the research demonstrated the theoretical and methodological power of the leisure category in urban studies, allowing us to discuss the limits and possibilities of the city based on leisure experiences. At the everyday level, the results showed the existence of collective tactics, materialized by the counter-uses of the city, where urban spaces are elevated to the condition of public spaces through different forms of collective appropriation. The sustained thesis states that the clash and permanent mediation between the representation of space (conceived space) and the spaces of representation (lived space) materializes a spatiality of leisure in the daily life of Altamira-PA, which stems from insurgent and unplanned practices that are created and maintained by the subjects from their daily interaction and sociability networks.

Keywords: Leisure; Insurgent practices; Counter-uses; Everyday life.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – “Jogos Infantis”. Autor: Pieter Bruegel, o Velho.....	40
Figura 2 – Final do 3º Campeonato de veteranos do Parque Igarapé Altamira-2021	57
Figura 3 – Alfred Vieira concede entrevista antes da final do campeonato/2022.....	59
Figura 4 – Confraternização após a final do campeonato do Igarapé Altamira/2022.	60
Figura 5 – Final do 33º campeonato do Poeirão- cidade de Altamira/2021	63
Figura 6 – Praia artificial da orla de Altamira-PA.....	77
Figura 7 – Bancos na orla de Altamira-PA.....	82
Figura 8 – Vista parcial do Parque do Igarapé Altamira	84
Figura 9 – Balsa no Rio Xingu	92
Figura 10 –Patrocínio da Norte Energia em destaque- Travessia de São Sebastião	93
Figura 11 – Oficina de vôlei de areia em Altamira-PA.....	95
Figura 12 – Quiosque na orla de Altamira	101
Figura 13 – Bar e restaurante a margem do Rio Xingu	102
Figura 14 –Vista aérea do Parque do Igarapé Altamira.....	105
Figura 15 – Praia do Pajé em Altamira-PA, antes da UHBM.	110
Figura 16 – Projetos das três praias artificiais em Altamira-PA	112
Figura 17 – Parque Emerald Necklace-Boston EUA. Ilustração conforme projeto de 1894 .	124
Figura 18 – Vista Aérea de parte do Parque Igarapé Altamira.....	125
Figura 19 – Casa dos Ribeirinhos- Parque do Igarapé Altamira	130
Figura 20 – Dinâmica de uso do Porto Seis na década de 1990	132
Figura 21 – Casa/bar/comércio no antigo Porto Seis	134
Figura 22 – Vista do antigo Porto Seis	137
Figura 23 – Vista aérea do atual Porto Seis em Altamira-PA	138
Figura 24 – Balsa atracada no Porto Seis	140
Figura 25 – Campo de futebol na rotatória do RUC Jatobá	143
Figura 26 – Casas em palafitas na cidade de Altamira- antes da construção da UHBM	147
Figura 27 – Praia do Pajé- antes da construção da UHBM	151
Figura 28 – Vista aérea da antiga Prainha e da Estação de Tratamento de Esgoto	154
Figura 29 – Estação de Captação de Água de Altamira-PA- antiga área do Pepino.....	161
Figura 30 – I Campeonato de veteranos "Ninho do Urubu"/2022- Bairro Aparecida	183

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1 – Esquema explicativo do método regressivo-progressivo.....	35
Esquema 2 – Espacialidade do lazer na vida cotidiana da cidade de Altamira-PA	193

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Temática do lazer abordado no ENANPEGE.....	31
Quadro 2– Instrumentos de coleta de dados.....	38
Quadro 3– Ciclos históricos da cidade de Altamira e interfaces com o lazer	44
Quadro 4– Resultado da pesquisa realizada por Cardoso et al (1975)	50
Quadro 5– Temáticas atuais discutidas no campo dos estudos do lazer	52
Quadro 6– Atuação do “sistema S”	71
Quadro 7– Ordem da produção e da distribuição, baseado em Polanyi (2000)	89
Quadro 8– Espaços de lazer criados no contexto da UHBM	91
Quadro 9– Corridas de rua em Altamira no ano de 2019.....	94
Quadro 10–Práticas de lazer no Porto Seis em Altamira-PA	141
Quadro 11– Caracterização das fluvialidades em Altamira-PA.....	156
Quadro 12– Condição atual das praias urbanas de Altamira-PA	159
Quadro 13– Características de uso do "Anel Viário"	175
Quadro 14– Caracterização dos Reassentamentos Urbano Coletivos	177
Quadro 15–Times participantes do I campeonato veterano "Ninho do Urubu"/2022.....	180
Quadro 16– Local de residência dos participantes do campeonato Ninho do Urubu.....	184

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Local de moradia anterior da população removida para um RUC	114
Gráfico 2 – Avaliação dos usuários em face das recentes modificações feitas na Praia artificial da Orla	116
Gráfico 3 – Origem dos usuários do Parque do Igarapé Altamira.....	127
Gráfico 4 – Bairro de moradia, antes da remoção compulsória	186

LISTA DE MAPAS

Mapa 1– Praias de água doce extintas no contexto da UHBM	111
Mapa 2 – Mapa de localização da Praia artificial da “Orla de Altamira” e do “Massanori” .	115
Mapa 3 – Parque do Igarapé Altamira.....	124
Mapa 4 – Localização das praias urbanas: Prainha, Pepino, Pajé e Pedral	153
Mapa 5 – Pontos de acesso aos rios/igarapés de Altamira-PA/2021.....	162
Mapa 6 – Localização do Anel Viário em Altamira-PA.	166

LISTA DE SIGLAS

ADA	Área Diretamente Afetada
CBEL	Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ENANPEGE	Encontro Nacional de Pesquisa e pós-Graduação em Geografia
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOTAP	Loteamento Nossa Senhora de Aparecida
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MXVPS	Movimento Xingu Vivo para Sempre
NESA	Norte Energia Sociedade Anônima
PBA	Plano Básico Ambiental
PGE	Projetos de Grande Escala
PIC	Programa Integrado de Colonização
PIN	Programa de Integração Nacional
PMA	Prefeitura Municipal de Altamira
PPGEO	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PPGIEL	Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RUC	Reassentamento Urbano Coletivo
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SIN	Sistema Interligado Nacional
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UHBM	Usina Hidrelétrica Belo Monte
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Definição do problema.....	26
Objetivos	27
Hipóteses	28
Justificativa.....	29
Caracterização ética da pesquisa.....	33
Estratégias metodológicas	33
 CAPÍTULO I– CONTEXTUALIZANDO O FENÔMENO DO LAZER.....	40
1.1. Os estudos do lazer na Amazônia brasileira: reflexões a partir de Altamira-PA.....	43
1.2. Mediações teóricas: o lazer em debate	48
1.3 Expressões do lazer em Altamira-PA: um debate a partir do cotidiano	53
1.4 Interdependência trabalho-lazer	67
 CAPÍTULO II– ENTRE MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS: o fenômeno do lazer e a cidade moderna-ocidental.....	77
2.1 A concepção moderna de cidade e o fenômeno do lazer em Altamira-PA	79
2.2 Entre a gratuidade e a mercantilização do lazer em Altamira-PA	86
2.3 Da velha Altamira às novas espacialidades do lazer: (des)encontros de tempo-espaço.....	98
 CAPÍTULO III– O LAZER NA CIDADE: a racionalidade da ordem concebida.....	105
3.1. A beira-rio sob controle: as praias artificiais da Orla e do Massanori.....	107
3.2 Os parques lineares como espaços da (des)integração urbana: experiências do lazer no parque do Igarapé Altamira	119
3.3 Entre a organização e a produção do espaço: o Porto Seis e as (im)possibilidades do lazer em Altamira-PA	131
 CAPÍTULO IV– O LAZER DA CIDADE: insurgências da ordem vivida.....	143
4.1 As fluvialidades (e suas contradições) nos rios urbanos de Altamira	145
4.1.1 Entre as fluvialidades reprimidas e o cercamento do comum	157
4.2 As “brechas da cidade”: práticas de lazer no “Anel viário” em Altamira-PA	165
4.2.1. Anel Viário: limites e possibilidade às experiências de lazer.....	168
4.2.2. Contra-usos da cidade: práticas de lazer no “Anel Viário”	171
4.3 Entre o exílio e a repatriação: experiências de lazer após as remoções compulsórias.....	176
4.3.1 O retorno dos exilados: experiências de lazer no “Ninho do Urubu”	179
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	188
 REFERÊNCIAS	196
 APÊNDICE	207

INTRODUÇÃO

A pesquisa exposta a partir de agora elegeu como central a investigação acerca da espacialidade do lazer na vida cotidiana da cidade de Altamira-PA. Admitindo-se o lazer enquanto categoria de análise, buscou-se superar compreensões disjuntivas segundo o qual o lazer ou é um ato imemorial, ou um ato moderno.

Teoricamente, partiu-se da sociologia do lazer⁴, um campo de estudo que se consolidou ao longo do século XX, conforme argumentos de Gomes (2008). Tal aporte teórico, entretanto, foi devidamente contextualizado, já que o mesmo se origina, e reflete, uma forte concepção urbano-industrial onde as práticas de lazer antagonizam-se ao mundo do trabalho e vice-versa.

Todavia, para além da dimensão categorial do fenômeno do lazer, este estudo enfatiza questões pertinentes ao campo⁵ da ciência geográfica, articulando-se à linha de pesquisa “dinâmicas territoriais na Amazônia⁶”. Trata-se de um esforço de mediação disciplinar em face do objeto, pois como disse Santos (1996, p. 19): “o corpus de qualquer disciplina dever subordinar-se ao objeto e não o contrário”.

Na busca pela interface entre esses dois campos de conhecimento, admitir-se-á a categoria espaço como possibilidade teórico-metodológica para se avançar em torno do debate aqui proposto. Tal instrumental refletirá os argumentos de Henri Lefebvre, um teórico que compreende o espaço como uma rede de relações ativamente (re)produzida socialmente.

Desse modo, se a categoria do lazer não pode sucumbir a mera reprodução epistêmica de matriz euro-americana⁷, igualmente não deve a categoria espaço se resumir a uma expressão polissêmica esvaziada de sentido objetivo⁸: “espaço é uma daquelas coisas mais óbvias, mobilizada como termo em mil contextos diferentes, mas cujos significados potenciais são todos muito raramente explicados ou focalizados” (MASSEY, 2004, p. 07).

Ainda no campo das mediações teórico-metodológicas, a categoria cotidiano mostra-se fundamental para se operacionalizar as experiências de lazer em face da vida cotidiana de Altamira-PA. O cotidiano é entendido como o lugar da repetição linear, onde os limites da ordem hegemônica se impõe, mas também o lugar do historicamente possível que se materializa mediante o pensamento, a experiência e a ação humana.

⁴ Há também a chamada e sociologia empírica do lazer.

⁵ A noção de campo baseia-se no pensamento de Bourdieu (1983). "Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotados de habitus que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc." (BOURDIEU, 1983, p. 89).

⁶ Linha de pesquisa pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA, ligada a área de concentração organização e gestão do território.

⁷ Ver por exemplo a definição de Dumazedier (1973) e Stanley Parker (1978).

⁸ No texto: A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria, Santos (2002) apresenta uma interessante discussão em torno desta categoria.

Enquanto nexo do espaço, o cotidiano expressa a tensão e a coexistência entre forma-conteúdo, onde as racionalidades da ordem hegemônica e as insurgências do plano vivido se antagonizam e coexistem temporal e espacialmente, permitindo-nos formulações teóricas em face da espacialidade do lazer em Altamira-PA. Resumidamente, esta é a estruturação, em nível abstrato, que sustenta a investigação em face do objeto real.

A importância deste estudo para o campo da geografia decorre essencialmente da necessidade de se apresentar uma categoria de análise e um objeto de pesquisa pouco prestigiado/difundido no campo dos estudos urbanos, muito embora tenha amplo potencial para elucidar diversas questões relativas às contradições do espaço social.

Ainda no campo das possibilidades que este estudo suscita, destaca-se o potencial que o mesmo propicia em relação a novas frentes de pesquisas no campo da geografia humana, especialmente em cidades da Amazônia brasileira historicamente impactadas por grandes obras de infraestrutura.

De forma mais específica, ao propor este estudo, visa-se apresentar ao campo dos estudos do lazer outras formas de se analisar esse fenômeno nas cidades, isto é, operacionalizando-o a partir de um instrumental teórico que conceba o espaço como uma instância social e não apenas como receptáculo de ações humanas.

Já em relação aos estudos urbanos (ramo da Geografia humana), essa proposta de estudo apresenta ao campo da ciência geográfica o lazer como uma categoria de análise capaz de subsidiar discussões que tenha como premissa a produção do espaço, admitindo-se como potência o residual, os microprocessos que nem sempre são privilegiados em algumas análises científicas.

Do ponto de vista acadêmico, esta pesquisa buscou responder ao seguinte problema: como se expressa a espacialidade do lazer na vida cotidiana da cidade de Altamira-PA, a despeito do tensionamento e da mediação entre a representação do espaço (espaço concebido) e os espaços de representação (espaço vivido)⁹?

Neste ponto convém um destaque de ordem teórica. Como demonstrado, o problema da pesquisa suscita questões relativas às experiências de lazer no espaço, sugerindo duas dimensões: 1 – a representação do espaço (espaço concebido); 2 – os espaços de representação (espaço vivido). Ocorre que na teoria Lefebvriana a produção do espaço corresponde a três momentos dialeticamente interconectados.

O primeiro destes momentos corresponde a produção material (prática espacial); o

⁹ Representação do espaço, espaços de representação e prática espacial configuram, de acordo Lefebvre, a tridimensionalidade do espaço.

segundo corresponde a produção do conhecimento (representação do espaço); finalmente, o terceiro momento corresponde a produção de significados (espaços de representação).

Por isso, em que pese o título e o problema desta tese sugerirem uma concepção bidimensional, cabe destacar que a teoria do espaço postulada por Lefebvre, do qual o lazer é nexu, pauta-se pela tridimensionalidade do espaço de forma unitária e dialética¹⁰.

Em relação ao campo dos estudos do lazer, o desenvolvimento desta tese problematiza a existência de duas correntes teóricas, a partir das quais quem pesquisa parece compelido a filiar-se a uma ou a outra. A primeira entende o lazer como um ato moderno; a segunda considera o lazer uma ocorrência imemorial. Notadamente, há outros caminhos a se percorrer, a exemplo dos trabalhos de Costa (2009), Fiori, Mauro (2018), França, Bahia (2019), Vilhena (2012).

Ainda que não tenha se dedicado aos estudos do lazer foi Santos (2000), quem apresentou uma importante contribuição acerca do fenômeno do lazer, permitindo-se pensá-lo para além de uma compreensão disjuntiva. Para este autor, o lazer tanto poder ser considerado um fenômeno imemorial, quanto um ato moderno.

Avançando-se para além do esforço de abstração em face do fenômeno, a dimensão prático-operacional desta tese considera como central o debate a respeito do modo com que a cidade moderna-ocidental se configura, problematizando a maneira pela qual as formas urbanas se instituíram no ocidente, isto é, baseada na inconciliação sociedade-natureza, cujas implicações refletem nos conteúdos do plano vivido.

Neste sentido, ao se considerar a teoria da produção do espaço, o tecido social de Altamira será analisado enquanto forma-conteúdo, uma unidade dialética que possibilita compreender como as experiências do lazer se manifestam num espaço social atravessado por limites (inerentes a concepções racionalizadoras) e por possibilidades que materializam como significação inerentes ao plano vivido.

Como destacado, a cidade ocidental está estruturada a partir de uma episteme cuja centralidade é a racionalidade instrumental, conforme estudo de Lefebvre (2001). Em Altamira esse ideário foi acelerado por ocasião da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte (UHBM), uma megaobra que potencializou as transformações de múltiplos processos num curto intervalo de tempo, sendo imperativo considerá-la como nexu das mediações históricas que se articulam ao tema aqui proposto.

Apesar de ter sido propagandeada como a redenção para as contradições materiais, como

¹⁰ Ver Schmid (2012).

ocorre com a implementação dos chamados Projetos de Grande Escala (PGE) (RIBEIRO, 1987), a construção desta usina mostra-se como a síntese do modo com que o capital se (re)produz em regiões como a Amazônia e em cidades como Altamira, isto é, predando a natureza e acirrando as contradições sociais.

Esse contexto de rápidas e profundas transformações sócio-espaciais¹¹, mostra-se como uma recorrência no interior da região Amazônica, acirrada sobretudo a partir da segunda metade do século XX, conforme estudo de Castro (2012).

Grandes obras como a UHBM resumem o *modus operandi* com que as formas da cidade passam a ser instrumentalizada ante a uma racionalidade. No caso de Altamira, cita-se a descaracterização das margens dos rios em função dos projetos de requalificação urbana, a extinção das praias de água doce, a expulsão dos sujeitos das margens dos rios e das áreas centrais da cidade, dentre outras questões potencialmente restritivas às vivências do lazer.

Por isso, ao longo deste trabalho recorre-se a mediação entre a categoria do lazer e a teoria social do espaço, admitindo como central as (trans)formações sócio-espaciais de Altamira-PA. Nestes termos, o fenômeno do lazer passa a ser discutido à luz da produção social do espaço, uma categoria que nos permite discutir a correlação de forças subjacentes a ação do Estado, do capital e dos sujeitos despossuídos, refletindo níveis e escalas distintas (CARLOS, 2018).

Esses níveis e escalas permitem considerar não apenas os limites da cidade capitalista, mas suas possibilidades que aqui são discutidas a partir da categoria lazer em mediação com a categoria cotidiano.

Tais possibilidades já foram discutidas por Magnani (2002, 2012), para quem as cidades precisam ser consideradas enquanto pluralidades espaciais, mas sobretudo como diversidade de experiências que, ao contrário do que o olhar de fora e de longe possa sugerir, não estão dispersas, mas organicamente encadeadas pelo agenciamento cotidiano dos sujeitos.

Desse modo, se a razão instrumental solidifica a ideia da incompatibilização sociedade-natureza, que em cidades como Altamira se concretiza com o ato de “dar as costas ao rio”¹², as experiências cotidianas podem promover outros níveis de sociabilidade e interação sócio-espacial.

Com efeito, se o lazer *na* cidade prioriza o ordenamento e o controle das formas

¹¹ Ao longo desta redação optou-se pela terminologia sócio-espacial (com hífen). Tal escolha justifica-se pelas argumentações apresentadas por Souza (2009, p. 24-25).

¹² Discussão ampliada na seção 2.1 desta tese.

espaciais, os contra-usos conferem legitimidade às ações coletivas que pela apropriação tornam o espaço urbano um espaço essencialmente público (LEITE, 2012).

Essas contrarracionalidades materializadas na cidade de Altamira terão como base teórica as reflexões propostas por Santana, Rechia e Rodrigues (2017) que mobilizaram a noção de “brechas”, isto é, materialidades que ocorrem ao nível tático, cuja síntese reflete o modo insurgente com as que as pessoas se apropriam da cidade com vistas às experiências de lazer.

Para além do modo instrumental com que a cidade capitalista se configura, importa considerarmos o lazer “rebelde às estatísticas”, conforme argumentou Santos (2000, p. 34). Em Altamira-PA, essas práticas ocorrem independentemente da formalidade do Estado, ou do controle racional inerente ao modo de ser da cidade capitalista, subsistindo enquanto densas redes de interação e sociabilidade, contrapondo-se e coexistindo a lógica excludente do espaço da cidade capitalista.

Buscando alcançar os objetivos e responder ao problema enunciado, este trabalho está exposto em quatro capítulos teórico-empíricos. O primeiro capítulo, intitulado “contextualizando o fenômeno do lazer” consiste numa abordagem teórica, cuja centralidade é apresentar, a partir de uma visão crítica, os fundamentos epistemológicos que, desde a segunda metade do século XX, fundamentam o campo dos estudos do lazer no Brasil.

Ao longo do capítulo I problematiza-se a prevalência epistemológica de base euro-americana, cujo sentido teórico alimenta uma dicotomia tempo livre x tempo do trabalho. Destaca-se como referências desse capítulo os estudos de Dumazedier (1973), Parker (1978), Marcellino (1996), Magnani (2002), Magnani (2018) e Gomes (2014).

Na primeira seção do capítulo I intitulada: “os estudos do lazer na Amazônia brasileira: reflexões a partir de Altamira-PA”, problematiza-se a representação discursiva acerca da Amazônia, como determinadas concepções reducionistas que visam a secundarizar a categoria lazer. Destaca-se ainda a posição periférica que, ainda hoje, a região Amazônica desempenha no contexto nacional dos estudos do lazer.

Na segunda seção do capítulo I “mediações teóricas: o lazer em debate” empreende-se um esforço de se apresentar o panorama dos estudos do lazer no Brasil, estabelecendo um cotejamento com o campo dos estudos urbanos. Trata-se de apresentar a temática do lazer como uma possibilidade analítica em face da ciência geográfica.

Na terceira seção do capítulo I: expressões do lazer em Altamira-PA: um debate a partir do cotidiano”, opera-se metodologicamente a partir da categoria cotidiano. A partir de duas experiências empíricas ligadas ao futebol de várzea, demonstram-se os limites e as possibilidades sócio-espaciais, cujo agenciamento protagonizado pelos sujeitos transformam

espaços urbanos em espaços essencialmente públicos.

Na última seção do capítulo I: “interdependência trabalho-lazer” discute-se a respeito do ideário ocidental que prioriza o trabalho como centralidade da vida humana; secundarizando as experiências do lazer.

O conteúdo do segundo capítulo: “entre mudanças e permanências: o fenômeno do lazer e a cidade moderna-ocidental”, consiste num esforço de mediação entre os elementos de estruturação teórica da tese e o campo empírico, contexto em que se enfatiza o modo processual com que o lazer se caracteriza espacialmente na vida cotidiana da cidade de Altamira. Tal conformação está diretamente relacionada a instituição de formas-conteúdo que tendem a dominação do espaço, privilegiando uma racionalidade espacial.

O rio Xingu e seus usos, assim como as diferentes camadas do tecido urbano de Altamira, serão abordados com vistas a se compreender em que medida se processam as mudanças e as permanências do lazer no âmbito da vida cotidiana de Altamira-PA. Os estudos de Lefebvre (2001), Martins (1996), Martins (2014), Harvey (2013) e Carlos (2018) são referências que subsidiam o debate deste capítulo.

Na primeira seção do capítulo II: “a concepção moderna de cidade e o fenômeno do lazer em Altamira-PA” caracteriza-se o modo processual com que as cidades ocidentais se conformaram tendo por base um ideário racional. Ao mobilizar referências, inclusive ao campo literário, demonstra-se o modo com que, tendencialmente, a cidade ocidental se constitui, isto é, negando os conteúdos do plano vivido e os elementos da natureza.

Na segunda seção do capítulo II: “entre a gratuidade e a mercantilização do lazer em Altamira-PA” enfatiza-se a processualidade histórica que tende a tornar as práticas de lazer um produto mercantilizado. No caso da Amazônia, tal cenário vem consubstanciado numa simplista ideia de modernidade em oposição ao tradicional, como se a primeira dimensão refletisse necessariamente o novo.

Na última seção do capítulo II: “da Velha Altamira às novas espacialidades do lazer: (des)encontro de tempo-espaço” propõe-se uma atualização dos argumentos de Mendes (2018), passando-se a caracterizar a dinâmica do lazer em Altamira para além de uma espacialidade dicotômica (Altamira Velha em oposição a Altamira Nova).

A partir do terceiro capítulo passa-se a enfatizar de maneira mais específica como a construção da UHBM constituiu-se num evento¹³ determinante para a (re)definição da dinâmica

¹³ Para Santos (2014) um evento é: “resultado de um feixe de vetores, conduzidos por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente” (SANTOS, 2014 p. 95). Neste mesmo livro, Santos dedica um capítulo para aprofundar as reflexões acerca do evento. (SANTOS, 2014, p. 143-159).

sócio-espacial do lazer em Altamira. O capítulo III tem por título: o lazer na cidade: a racionalidade da ordem concebida.

Na primeira seção, intitulada “a beira-rio sob controle: as praias artificiais da Orla e do Massanori”, problematiza-se o modo com que o rio Xingu e suas possibilidades de lazer estão submetidas a uma política e a um discurso que suscita a um controle espacial.

Na segunda seção do terceiro capítulo: “os parques lineares como espaços da (des)integração urbana: o caso do parque do Igarapé Altamira”, discute-se a emergência de uma nova espacialidade do lazer que se instaura no cotidiano da cidade de Altamira. Trata-se de uma espacialidade que impôs uma nova estética à cidade, na medida em que expulsou milhares de pessoas das margens dos rios e da região central da cidade, criando um verdadeiro *exílio coletivo*.

Na última seção do capítulo III: “entre a organização e a produção do espaço: o Porto Seis e as (im)possibilidades do lazer em Altamira-PA”, debate-se a respeito das (im)possibilidades do lazer no Porto Seis, uma espacialidade símbolo das cidades a beira-rio e que, no contexto da política de requalificação urbana, teve sua dinâmica amplamente alterada, tornando-se funcional ao “tempo das turbinas”.

No quarto capítulo apresenta-se o nexos dialético da realidade tratada no capítulo anterior, trata-se de: “o lazer da cidade: insurgências da ordem vivida”. Nesse capítulo, as formas-conteúdo da cidade são analisadas sob a perspectiva dos contra-usos, conforme Leite (2002), das brechas, conforme Santana, Rechia e Rodrigues (2017) e de tática, conforme De Certeau (2014).

A primeira seção, intitulada: “as fluvialidades (e suas contradições) nos rios urbanos de Altamira”, baseia-se no estudo de Oseki (2000) e Miranda Neto e Mendes (2022), enfatizando-se a orgânica relação dos sujeitos com os rios, pelo que se sugere a noção de fluvialidades como possibilidade teórico-metodológica.

A partir da expressão mobilizada por Santana, Rechia e Rodrigues (2017), a segunda seção do capítulo II discutirá: “as brechas da cidade: práticas de lazer no “Anel viário” em Altamira-PA”. O caso empírico desta seção tem por base as expressões de lazer presentes no espaço conhecido como transposição/ “Anel Viário”, uma área do núcleo urbano de Altamira que desde sua inauguração tem sido apropriada por diferentes moradores da cidade para práticas de lazer.

A última seção do capítulo IV enfatiza a relação: “entre o exílio e a repatriação: experiências de lazer após as remoções compulsórias”. Trata-se de discutir como a construção da UHBM provocou a expulsão de milhares de pessoas das margens dos rios e das áreas centrais

da cidade, criando-se aglomerados habitacionais (RUCs) que, a bem da verdade, constituem-se em verdadeiros exílios coletivos.

Ainda assim, apesar desta violência simbólica e material decorrente da expulsão do centro da cidade, os sujeitos (re)constroem redes de interação e sociabilidade capazes de re-existir a essa realidade restritiva. A experiência que subsidia o debate desta última seção baseia-se no futebol de várzea (campeonato de veteranos “Ninho do Urubu”), cuja organização parte dos próprios sujeitos que foram expulsos das suas espacialidades e agora valem-se de uma prática de lazer para retomarem laços de pertencimento, memória e territorialidade.

A conclusão do trabalho retoma os elementos estruturantes desta tese, sendo um deles o modo instrumental com que cidades como Altamira são concebidas e geridas, isto é, com base numa racionalidade instrumental típica das cidades modernas-ocidentais. Nesse ideário, a representação do espaço tende a prevalecer enquanto estratégia tecnocrática, cuja síntese material são formas espaciais pouco conciliadas com a natureza e com os conteúdos do plano vivido.

No caso de Altamira, entende-se que a construção da UHBM se configura como um fato (ou um evento) essencial para se entender os limites e as possibilidades do lazer. Trata-se de uma obra que acelerou diversos processos na cidade, especialmente porque pautou como condição a inserção de uma política de requalificação urbana gerando, a um só tempo, a expulsão dos mais empobrecidos do centro da cidade e das margens dos rios urbanos, criando uma estética urbana baseada em externalidades¹⁴.

Esse contexto racionalizador e estratégico acabou por gerar outra estética urbana, muito mais fragmentada e artificial, cujas experiências do lazer foram diretamente impactadas, a exemplo do que ocorreu com a redefinição dos portos fluviais, da extinção das praias de água doce, dos campos de várzea, dentre outros.

Mesmo assim, no plano da vida cotidiana, nota-se um conjunto de práticas coletivas que re-existem e transformam essa realidade tendencialmente hegemônica. Tais práticas consubstanciam-se na significação dos espaços de representação, contexto em que as táticas coletivas de apropriação e uso da cidade revelam redes de interação e sociabilidade.

Esses arranjos reveladores de subjetividades tornam o espaço urbano legítimos espaços públicos, a exemplo dos campeonatos de futebol de várzea concebidos e executados pelos

¹⁴ Ao longo desta exposição a palavra externalidade aparecerá diversas vezes. Cabe destacar que do ponto de vista teórico, externalidade é um conceito/palavra pertencente ao campo da microeconomia. Nesta tese, seu sentido reflete um conjunto de valores e ideias que, materializados no lugar, têm como pressuposto valores e ideias externos ao local.

próprios sujeitos, reafirmando o sentido insurgente dos contra-usos da cidade.

De modo geral, essa é a espacialidade do lazer na vida cotidiana da cidade de Altamira-PA, isto é, de um lado uma racionalidade que é própria da cidade capitalista. Essa concepção privilegia formas-conteúdo pouco conciliadas à natureza, priorizando a ordem e o controle do espaço, na medida em que nega os conteúdos preexistentes. Do outro lado, as táticas coletivas revelam-se enquanto insurgências do plano vivido, tornando a cidade mais que um espaço urbano.

Convém destacar que essas duas dimensões (racionalidades e as insurgências) estão contidas no espaço como uma unidade dialética. Portanto, a existência de uma dimensão pressupõe a outra num permanente movimento de tensão e mediação, cujo lugar de interseção é o cotidiano caracterizado como limite, mas também como possível.

Para finalizar esse tópico três ponderações se fazem necessárias. A primeira, refere-se ao modo com que esta pesquisa está exposta textualmente. O leitor atento notará que os elementos teóricos e os dados empíricos não seguem, necessariamente, uma linearidade expositiva. Notará também que, frequentemente, determinados assuntos são retomados numa argumentação em espiral, cuja resultante é a mesclagem do instrumental teórico e dos dados obtidos em campo.

O leitor notará também a presença de uma imagem no início de cada capítulo. Tais inserções têm por finalidade situar e convidar o leitor a uma imersão no conteúdo a ser exposto ao longo do capítulo. Trata-se de uma tentativa de se apresentar uma síntese dos principais elementos contidos em cada capítulo, no limite, uma “linguagem através da imagem”.

O terceiro destaque reflete uma escolha de ordem metodológica, consubstanciada pelo instrumental dos elementos da etnografia urbana. Ao longo desta exposição, e de forma mais específica no decorrer da segunda metade desta pesquisa, privilegiou-se como recurso metodológico a observação participante, especialmente pela interlocução construída junto aos moradores do bairro Açaizal.

Tratou-se de uma imersão em campo, iniciada ainda no ano de 2019, cujo processo permitiu-me conhecer nunces muito particulares do universo da vida cotidiana dos sujeitos que, pela mediação do lazer, constroem e mantêm redes de interação e sociabilidade pelos diversos espaços da cidade, em que pese o modo racional como que a cidade é produzida.

Faz-se esse destaque para se reiterar que eventuais afirmações apresentadas ao longo do texto, não necessariamente prescindem de dados primários, apenas privilegiam a análise do autor que o faz como escolha e consequência da sua inserção em campo ao longo dos últimos quatro anos.

Definição do problema

Definir um problema de pesquisa em face da realidade material, implica um nível de ousadia refletindo, por extensão, uma arbitrariedade. Em última instância, trata-se de um exercício parcial, pois o mundo fenomênico tal qual se nos apresenta é um “claro-escuro de verdade e engano” (KOSIK, 1976, p. 11).

Isso porque, em que pese o exercício do pensamento especulativo, a essência de qualquer fenômeno social apenas se evidencia de modo parcial. Ao contrário do homem imediato, quem visa compreender os processos sociais sob a perspectiva da reflexão precisa colocar-se para além de uma ação objetiva, elegendo como central o exercício da abstração.

Todavia, o movimento de abstração não pode ser confundido com idealismo, mas como ponto de partida ante a realidade material. Por isso, exige-se que se caracterize o problema sob um ponto de vista formal e inteligível, o qual deve (co) responder a um conjunto de enunciados implicitamente constituidores de um determinado processo.

Neste sentido, as práticas de lazer na cidade Altamira-PA refletem a dimensão imediata do processo, exigindo que se busque as mediações históricas com vistas a apreender os determinantes do fenômeno em movimento, pois:

como a essência- ao contrário dos fenômenos-não se manifesta diretamente, e desde que o fundamento oculto da coisa dever ser descoberto mediante uma atividade peculiar, tem de existir a ciência e a filosofia. Se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis (KOSIK, 1976, p. 13).

A respeito da enunciação do problema, o qual suscita um objeto e um método, Santos (1996) constrói uma argumentação convergente àquela postulada por Kosik (1976). Para Santos (2014, p. 19-21), trata-se de produzir um sistema de ideias que seja ao mesmo tempo base para a descrição e explicação de um dado fenômeno, onde a descrição de determinado evento/fenômeno deve condicionar-se inteiramente a vontade da sua explicação.

Nestes termos, não se trata de um manifesto em favor de uma geografia do lazer, mas do entendimento de que o “corpus de uma disciplina é subordinado ao objeto e não o contrário” (SANTOS, 2014, p. 19).

Todavia, conforme Santos (2014) a escolha de um objeto supõe a evidência de um método, sob pena de o problema ser apenas anunciado, quando o esperado é sua enunciação.

Por isso, o método desta pesquisa subjaz a enunciação deste problema, o qual será

operacionalizado por um conjunto de categoriais e conceitos que lhes são externos e internos:

Essa tarefa supõe o encontro de conceitos, tirados da realidade, fertilizados reciprocamente por sua associação obrigatória, e tornados capazes de utilização sobre a realidade em movimentos. A isso também se pode chamar a busca de operacionalidade, um esforço constitucional e não adjetivo, fundado num exercício de análise da história. (SANTOS, 2014, p. 16).

Nestes termos, buscando estabelecer mediações entre o mediato e imediato com vistas a superar o “claro-escuro de verdade e engano”, elaborou-se à questão central deste estudo:

- Como se expressa a espacialidade do lazer na vida cotidiana da cidade de Altamira-PA, a despeito do tensionamento e da mediação entre a representação do espaço (espaço concebido) e os espaços de representação (espaço vivido)?

A formulação da questão central permite-nos anunciar as seguintes questões norteadoras:

- Quais são as possibilidades de mediação teórico-metodológica entre o campo dos estudos do lazer e o campo dos estudos urbanos?
- Qual tem sido o contexto das mudanças e das permanências relativas ao lazer no cotidiano da cidade de Altamira-PA?
- De que maneira a construção da UHBM redefiniu as espacialidades do lazer em Altamira-PA?
- Em que medida a reprodução da vida cotidiana em Altamira-PA tem sido impactada pela recente inserção de espacialidades do lazer programadas/ordenadas?
- Como se materializam as experiências insurgentes do lazer na cidade de Altamira-PA em face das recentes transformações urbanas?

Objetivos

Geral:

- Analisar a espacialidade do lazer na reprodução da vida cotidiana na cidade de Altamira-PA, tendo por base o tensionamento e a mediação entre a representação do espaço (espaço concebido) e os espaços de representação (espaço vivido).

Específicos:

- Estabelecer mediações teórico-metodológicas entre o campo dos estudos do lazer e o campo dos estudos urbanos;
- Identificar as mudanças e as permanências relativas ao lazer no cotidiano de Altamira, considerando a produção de um espaço racional/ordenado e a emergência de práticas insurgentes;
- Caracterizar como a construção da UHBM (trans)formou as espacialidades do lazer em Altamira-PA, produzindo um espaço que nega as experiências preexistentes;
- Identificar e compreender as práticas de lazer programadas/ordenadas e suas implicações na reprodução da vida cotidiana de Altamira-PA;
- Identificar e compreender as experiências insurgentes do lazer na cidade de Altamira-PA em face das recentes transformações urbanas e da programação da vida cotidiana.

Hipóteses

Hipótese principal:

- O lazer na cidade de Altamira-PA constitui-se como parte indissolúvel da vida cotidiana, materializando-se espacialmente pelo agenciamento dos sujeitos e pelo constante embate e mediação que ocorre entre os espaços concebidos e os espaços insurgentes.

Desdobramentos da hipótese principal:

- As práticas do lazer em Altamira-PA tendem a subordinar-se espacialmente a um ideário ordenador e racional que é próprio da cidade moderna-ocidental, cujos efeitos irradiam-se pelas dimensões da vida cotidiana, coagindo as expressões do vivido. É o lazer *na* cidade.
- Existem, todavia, práticas insurgentes e não programadas do lazer, cuja ocorrência se dá independentemente da formalidade do Estado, da inserção de políticas públicas ou dos mecanismos de controle hegemônico. É o lazer *da* cidade.

Os desdobramentos da hipótese central não pressupõem a existência de duas formas distintas de lazer, mas a evidência de uma unidade material em movimento, cujo sentido expressa o modo com que o lazer se materializa espacialmente na vida cotidiana da cidade de Altamira-PA.

Justificativa

Justificar uma pesquisa sobre o fenômeno do lazer, no campo da geografia urbana, revela-se num significativo desafio, especialmente porque ainda hoje existe uma compreensão (deveras equivocada) segunda a qual o *corpus* disciplinar condiciona a enunciação de um objeto¹⁵.

Soma-se a esse contexto de aparente confusão metodológica, o pouco prestígio de que o fenômeno do lazer goza no campo das ciências humanas e sociais, prevalecendo ainda hoje abordagens pouco rigorosas, conforme argumentos de Mascarenhas (2010) e Magnani (1988).

Fato é que, no Brasil, os estudos acerca do fenômeno do lazer ganharam proeminência a partir da década de 1970 sob uma forte influência euro-americana (GOMES, 2014). Atualmente esse campo de estudo reflete aspectos ligados ao campo da antropologia urbana (MAGNANI, 2018), da chamada sociologia da vida cotidiana (MARTINS, 2014) e de temas ligados a gênero (vertentes relacionadas ao feminismo), a classes (sob influência da teoria marxista), a sociologia figurativa e a vertentes pós-estruturalistas, conforme Rojek (2010, p. 44-50).

Para além dos estudos de Oliveira e Lopes (2018) e de Mascarenhas (2010), outros autores ligados ao campo dos estudos geográficos também discutem/iram o fenômeno do lazer; destacando-se: Serpa (2015), Seabra (1997) e Santos (2000). Esse último, proferiu a palestra de abertura do V Congresso Mundial de Lazer, sistematizada na publicação: “Lazer popular e geração de emprego” (SANTOS, 2000).

Reconhece-se que do ponto de vista epistemológico, tem havido significativas mudanças e avanços no campo dos estudos do lazer, especialmente com os estudos de Gomes (2014) e Baptista (2016) os quais sugerem compreender o fenômeno do lazer para além de uma contraposição entre tempo livre x tempo de trabalho.

Ainda que o debate sobre o lazer no campo da ciência geográfica seja embrionário, convém destacar que não se parte do nada. Há pesquisas que antecedem este estudo, inclusive

¹⁵ Sobre isso escreveu Santos (2014, p. 19).

delineando o estado da arte, conforme Oliveira e Lopes (2018). Mesmo assim, os desafios no campo da geografia persistem:

[...] a contribuição dos geógrafos ao entendimento do lazer permanece muito aquém da magnitude deste, conferindo aos que nesse campo se aventuram a desconfortável oscilação entre a abordagem superficial e a escuridão errante (MASCARENHAS, 2010, p. 146).

No Brasil, somam-se aos desafios destacados por Mascarenhas (2010) o fato de a maioria das pesquisas sobre essa temática serem desenvolvidas primordialmente no eixo Sul-Sudeste do país, o que acaba por escamotear outras realidades e outras experiências do lazer, a exemplo das práticas ligadas aos rios e as florestas, as quais sugerem outros modos de vida que não apenas aqueles existentes na metrópole¹⁶.

Esse cenário (de centralidade investigativa no eixo Sul-Sudeste) pode ser visualizado quando da análise dos principais eventos sobre o lazer no Brasil, que de modo geral ainda hoje expressam a tímida influência da região Amazônica nesse cenário. Como exemplo cita-se: o encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL), iniciado em 1989, o Seminário o Lazer em debate, iniciado em 2000, e o Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer (CBEL), iniciado em 2014.

Em todos estes anos de evento, em apenas uma ocasião a região Norte foi sediada, foi em 2016 na cidade de Belém por ocasião do XVI Seminário “O Lazer em debate” e do II Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer¹⁷. Nos demais casos, as cidades-sede alternaram-se majoritariamente pelas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Longe de esboçar a totalidade do estado da arte, o que se pretende demonstrar inicialmente é o modo com que o debate do lazer está situado no campo das Ciências Sociais. A considerar o exposto, muito já foi feito, ainda que seja preciso avançar com mais reflexões, especialmente para superar as superficialidades das análises que tendem a persistir, conforme anunciado por Mascarenhas (2010).

Buscando reafirmar a pertinência dessa pesquisa, ao mesmo tempo em que se busca mediações com o campo dos estudos urbanos, realizou-se um levantamento do principal evento acadêmico da geografia humana brasileira na última década. Buscando-se pelo Grupo de

¹⁶ Ainda que se reconheça pesquisas desenvolvidas nessa região, como o estudo de Beltrão (2003) e Lobato e Bahia (2020).

¹⁷ Gomes e Isayama (2018, p. 11-33) apresentam a trajetória histórica do Seminário “O Lazer em debate” até sua culminância no Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer (CBEL).

Trabalho (GT) relacionado ao lazer, mapeou-se as últimas seis edições do Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia-ENANPEGE (2011 a 2021) cujos dados seguem pormenorizados no quadro 1.

Quadro 1– Temática do lazer abordado no ENANPEGE

Ano	Número de GTs	Tema	GT Lazer
ENANPEGE/2011	Não informado	A Pesquisa e a Produção Geográficas: o Pulsar no Tempo e no Espaço	Não informado
ENANPEGE/2013	31	Geografias, políticas públicas e dinâmicas territoriais	Não teve
ENANPEGE /2015	41	A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação	Não teve
ENANPEGE/2017	49	Geografia, ciência e política: do pensamento à ação, da ação ao pensamento	1-Festas, lazeres, performances, costumes e tradições 2-Geografia dos lazeres; processos, atores e impactos
ENANPEGE/2019	55	A geografia brasileira na ciência-mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento	1-Geografia dos Costumes, Tradições, Festas, Lazer, Vestimentas e Performances
ENANPEGE/2021	73	A Geografia que fala ao Brasil: ciência geográfica na pandemia ultraliberal	1-Urbanização, turismo e lazeres

Fonte: de acordo com o site <http://www.anpege.ggf.br/enanpege.php>. Organizado pelo autor (2022).

Os dados do quadro 01 realçam; de um lado, a tímida presença da categoria lazer no debate geográfico; por outro lado, uma tendência a sua consolidação enquanto parte dos GTs, já que esteve presente consecutivamente nas três últimas edições do ENANPEGE (2017, 2019 e 2021).

Em que pese a apresentação do contexto epistemológico tanto do campo dos estudos do lazer, quanto dos estudos geográficos, os desafios de mobilizar esta pesquisa permanecem, especialmente porque, geralmente, os estudos geográficos operam a partir das chamadas categorias de análise (espaço, lugar, território, paisagem e região) discutidas por Santos¹⁸.

Com o cuidado de não sucumbir a um debate estritamente disciplinar, vislumbra-se situar o objeto em análise à luz da análise categorial geográfica. No trabalho “o lazer como objeto de estudo da geografia” Oliveira e Lopes (2018, p. 28) consideram que uma das contribuições da Geografia aos estudos do lazer é o espaço.

Essa ponderação é importante porque não são raras reflexões que tomam os espaços de lazer como meros objetos na paisagem. O esforço aqui empreendido é apresentar o lazer como nexos do espaço, contexto em que este expresse não apenas uma dimensão morfológica, mas reflita uma condição, meio e produção das relações sociais.

¹⁸ ver Bernardes (2020): Milton Santos: os conceitos geográficos e suas concepções.

Trata-se de entender o espaço para além da sua dimensão absoluta, admitindo-o como relativo (compreendido como uma relação entre objetos) e como relacional (que contém e representa, em si mesmo, relações com outros objetos), conforme argumentação de Harvey (2012, p. 09-13)¹⁹.

Evidentemente, a menção a Harvey (2012) não pode descambar em embaraço teórico, já que Lefebvre não trabalha com a existência de três espaços autônomos, mas com três processos de produção dialeticamente interconectados (SCHMID, 2012).

A argumentação esboçada por Harvey (2012) permite que se problematize a ponderação feita por Santini (1993) que, ao distinguir espaço de equipamento de lazer, sugere que este último (o equipamento) está contido no espaço revelando, a bem da verdade, uma compreensão de espaço fortemente ligada à concepção de espaço absoluto, compreensão com a qual este estudo não converge²⁰, pois como sugere Mascarenhas (2010):

[...] cabe aos geógrafos, indubitavelmente, o estudo de suas implicações territoriais ou, no sentido mais geral, de sua espacialidade. Entretanto, esta dimensão espacial permanece pouco estudada, pois, quando examinamos a trajetória do pensamento geográfico, o que se percebe em seu extenso e mutante repertório temático é justamente a escassez de preocupações para com o lazer (MASCARENHAS, 2010, p. 08):

Portanto, defende-se que o debate em torno do fenômeno do lazer admita como pressuposto analítico o espaço socialmente construído, portador e revelador de múltiplas determinações históricas ou, nas palavras de Santos (2006):

[...] um sistema de objetos e um sistema de ações [...]: que é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único na qual a história se dá (SANTOS, 2006, p. 39).

Se o espaço não pode ser analisado como mera porção física, como mero substrato material, cabe explorarmos o modo com que as práticas de lazer se manifestam no espaço (socialmente) produzidos. As determinações históricas inerentes ao espaço, devem indicar um movimento de totalidade, onde o fenômeno do lazer se expresse de maneira relacional que como mencionou Harvey (2012) contém e representa, em si mesmo, relações com outros objetos.

¹⁹ Notadamente, a referência a Harvey (2012) tem por base suas reflexões sobre o espaço, já que esse autor não estuda o fenômeno do lazer.

²⁰ Ver: Totalidad y triadas: comprendiendo el pensamiento de Lefebvre. (LENCIONI, 2015, p.02).

Esta pesquisa é a continuidade de uma agenda de estudos referente às práticas de lazer, empreendida a partir da cidade de Altamira a mais de uma década. A partir do resultado desta tese, visa-se dar sequência à produção e à sistematização de conhecimentos sobre o fenômeno do lazer em Altamira, ampliando as mediações teóricas que aqui contam com o aporte categorial da Ciência Geográfica com ênfase na linha de pesquisa Dinâmicas Territoriais na Amazônia.

Caracterização ética da pesquisa

De abordagem qualitativa esta pesquisa está aprovada junto ao CONEP (CAAE: 43998321.5.0000.0018). Trata-se de uma frente de estudo dedicada a refletir sobre as experiências do lazer na cidade de Altamira-PA.

Estratégias metodológicas

Não são raras as vezes em que se ouve no ambiente acadêmico ponderações do tipo: “sua pesquisa é qualitativa ou quantitativa”? Há ainda quem “inove” formulando a pergunta da seguinte forma: “sua pesquisa é quanti-qualitativa”?

Tais perguntas, de formulação disjuntiva e em certo ponto hierarquizadoras, acabam criando uma espécie de “campo cego” em torno da própria estruturação da investigação como se a apresentação de eventual dado estatístico colocasse em xeque a exposição de uma pesquisa de natureza qualitativa.

Trata-se obviamente de momentos diferentes e diferenciadores da pesquisa. A escolha de um método precisa anunciar, a partir de um instrumental teórico, como o investigador abstrairá a realidade fenomênica para expor seus achados, sua verdade sobre a coisa em movimento. Esse procedimento que se inicia com a abstração em face do fenômeno real deve buscar a síntese de diferentes determinações históricas que medeiam o processo.

Assim, o modo com que se fará a exposição de determinados resultados (se em formato de esquema, dados estatísticos ou outro que o pesquisador julgar conveniente) em nada descaracteriza o método materialista, apenas o reafirma:

o início da exposição já é um início mediato, que contém em embrião a estrutura de toda a obra. Todavia, aquilo que pode, ou melhor, deve constituir (exegese) da problemática, ainda não é conhecido, no início da investigação. O início da exposição e o início da investigação são coisas diferentes. O início da investigação é casual e arbitrário, ao passo que o início da exposição é necessário (KOSIK, 1976, p. 14).

Resta evidente que não se pode confundir investigação como exposição da pesquisa, já que sabidamente são dois momentos distintos. Ocorre que no tempo atual, não raro, o ideário academicista se impõe exigindo cada vez mais rápidas e condensadas respostas a problemas e questões de ordem processual e complexas.

A resultante dessa equação parece ser uma descaracterização do método, onde a investigação do fenômeno (que deveria ser condição para a análise) sucumbe a exposição de viés descritivo como se o fenômeno material se autoexplicasse, restando indagações disjuntivas como as problematizadas no início dessa seção.

Sobre esse contexto de confusão metodológica, já se destacou anteriormente a diferenciação proposta por Santos (2014) a respeito da descrição e da explicação, dimensões diferentes, mas que se articulam como uma unidade em face do objeto.

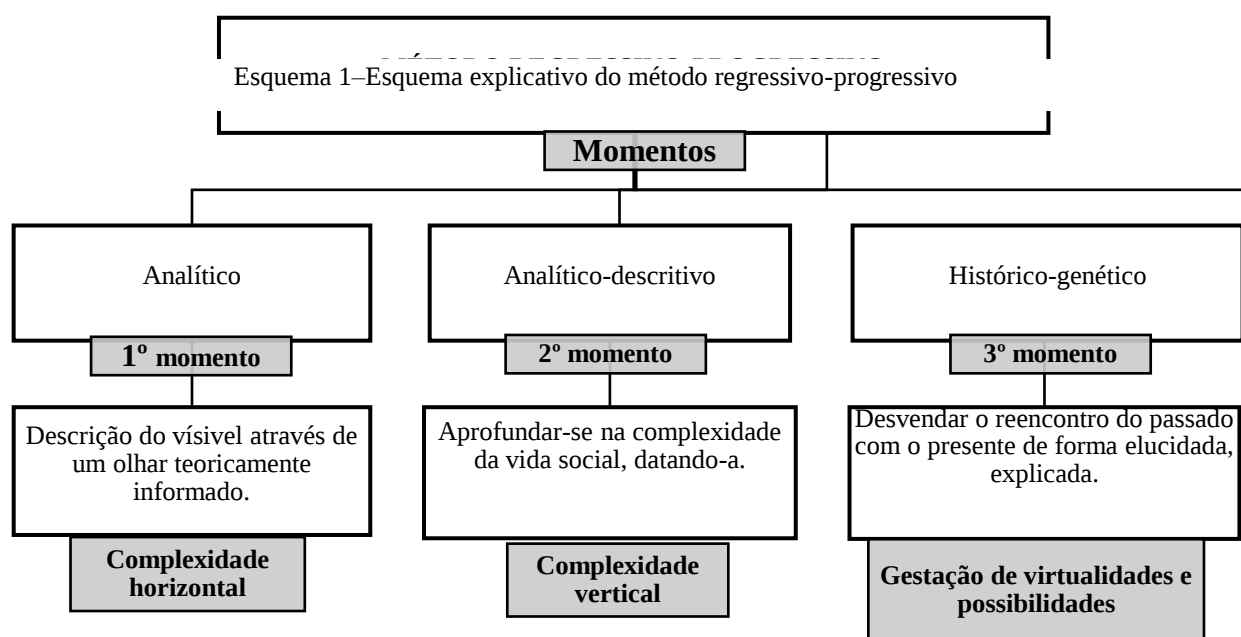
Atrelado a esse contexto de aparente confusão em relação ao método está a metodologia, comumente baseada em autores com Gil (1999), Lakatos e Marconi (1996) que fornecem norteadores para a consecução objetiva de pesquisas sociais. Ocorre que não se pode confundir método como metodologia de pesquisa, esta última não raro reflete um caráter inventariante, uma dimensão prático-operacional da pesquisa que não deve substituir o método de pesquisa que, conforme mencionado, deve buscar as mediações históricas do fenômeno em análise, sob pena de a exposição da pesquisa referir-se apenas ao mundo da pseudoconcreticidade, conforme Kosik (1976).

Trata-se da necessidade de abstrair em face do objeto real, dar-lhe inteligibilidade teórico-analítica para então (de forma dialética) retornar ao mundo concreto operacionalizando um determinado fenômeno de forma inteligível (mediado pela teoria e pelos processos sociais e humanos) para além da sua mera aparência.

O referencial teórico desta análise tem por base a teoria (social) do espaço formulado por Lefebvre (1999). Para este autor o espaço precisa ser entendido como uma tridimensionalidade a ser analisado de forma dialética. Assim, a prática espacial, a representação do espaço e os espaços de representação articulam-se biunivocamente a dimensão do concebido, do percebido e do vivido. Eis os pares formantes componentes da teoria social do espaço defendidos por Lefebvre (1999).

Neste sentido, busca-se compreender as práticas de lazer em Altamira considerando os agentes e os processos que se articulam a este fenômeno no espaço socialmente construído, especialmente a partir da mediação com o método regressivo-progressivo²¹, proposto por Lefebvre o qual fora objeto de sistematização por Martins (1996) (esquema 1).

Fonte: Martins (1996). org. pelo autor



Dessa forma, horizontal e verticalmente, passa-se a investigar os determinantes históricos que se articulam ao fenômeno do lazer em Altamira, sempre privilegiando a dimensão espacial²². O retorno à superfície, ponto de partida-chegada-partida, corresponde ao momento em que se busca visualizar no presente as marcas do passado, compreendendo que nesse movimento o que é se abre à mudança, o devir constitui esse movimento.

Ainda que na fase analítico-descritiva (método regressivo-progressivo)²³ seja necessário aprofundar-se na complexidade da vida social, datando-a, essa pesquisa não tem caráter historiográfico, o que não significa elidir as determinações históricas que fundamentam o entendimento das práticas de lazer e da produção do espaço em Altamira. O recorte temporal dessa análise é o tempo atual, especialmente considerando a emergência da Usina Hidrelétrica

²¹ Sobre isso ver: MARTINS, José de Sousa. As temporalidades da história na dialética de Henri Lefebvre. In: MARTINS, José de Sousa (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo, Hucitec, 1996. p. 13-23.

²² A tese completa está em Lefebvre (2011) “O Vale de Campan. Estudo de sociologia rural”.

²³ Refere-se ao método apresentado por Lefebvre (1953) e discutido por Martins (1996) e que será melhor explicado mais a frente.

Belo Monte (a partir de 2011).

Trata-se de se considerar não apenas as universalidades do lazer, mas as expressões contrarracionalizadoras que se manifestam num cotidiano que não sucumbiu a abstração e ao domínio, são as singularidades. Esse cotidiano não é apenas local da reprodução da vida social é, também, o espaço de onde emergem os diferentes tipos de solidariedades, local onde as re-existências se expressam, apontando saídas diante dessa ordem dominante.

Nesses termos propõem-se outras aproximações como o objeto apresentando e, quem sabe, outras formas de compreendê-lo. Como mencionado, análises baseadas em dicotomias (antes e depois da revolução industrial), simples oposição do tipo: tempo-livre x tempo de trabalho são limites a esse debate.

Defende-se que uma discussão sobre o campo do lazer precisa mobilizar um esforço inter ou meta disciplinar para que se apresente reflexões sobre um objeto para além de um elemento dado. Como sinalizado no início desse trabalho, essa pesquisa tem como sustentação teórica o pensamento de Henri Lefebvre para quem, espaço e cidade são dimensões redutíveis de uma teoria social do espaço ou da produção (social) do espaço.

A evocação à dimensão vivida e a dimensão concebida presente no título dessa tese consiste num esforço de síntese à teoria apresentada por Lefebvre, que é tríade e dialético. Tal formulação somente foi possível porque, para Lefebvre, a dialética Hegeliana constitui-se mera representação, e a dialética Marxiana não cumprira com o prometido²⁴.

Ao propor uma crítica radical à Hegel, Lefebvre fundamenta sua análise dialética na prática social (Marx) e na arte (Nietzsche). A teoria da produção do espaço de Lefebvre está consubstanciada numa articulação entre linguagem (sintagmática, paradigmática e simbólica) e espaço (prática espacial, representação do espaço e espaços de representação). Dessa relação biunívoca (triádica e dialética) sobressai-se o espaço enquanto produção social.

Ao romper com o idealismo fenomenológico, Lefebvre desloca-se do sujeito que (só) pensa e experimenta para o processo de produção social, onde o sujeito pensa, age e experiencia, pois, “desta maneira, uma figura dialética tridimensional emerge em que os três momentos são interconectados: prática social material (Marx); linguagem e pensamento (Hegel); e o ato criativo, poético (Nietzsche)” (SCHMID, 2012, p. 95).

A riqueza contida no pensamento Lefebvriano permite que se compreenda o espaço social não apenas como materialidade ou experiência, mas como materialidade + experiência, já que

²⁴ Grosso modo, a interpretação acerca da teoria da produção do espaço proposta por H. Lefebvre baseia-se nas reflexões feitas por Schmid (2012).

sem experiência o real inexistente. Por isso, espaço não é algo em si mesmo ou mera junção de objetos e/ou artefactos, mas processo ativo que ocorre no tempo.

Dito isto, retoma-se a ponderação inicial, isto é, a expressão entre o vivido e o concebido configura-se numa síntese, visto que a teoria apresentada por Lefebvre é tríade, pois espaço é ao mesmo tempo concebido, vivido e percebido, onde nenhuma dessas dimensões prevalece sobre a outra e são, continuamente, produzidas ao longo do tempo.

O cotidiano, porém, será o elemento-chave para se apresentar as contradições históricas e espaciais que se articulam ao fenômeno do lazer:

Impõe-se, ao mesmo tempo, a necessidade de, revisitando o lugar no mundo atual, encontrar os seus novos significados. Uma possibilidade nos é dada através da consideração do cotidiano [...] esta categoria da existência presta-se a um tratamento eográfico do mundo vivido que leve em conta as variáveis de que nos estamos ocupando neste livro: os objetos, as ações, a técnica, o tempo (SANTOS, 2014, p. 315).

Por considerar que a história não se constitui numa linearidade, procura-se delinear essa pesquisa a partir de um método que admita a história humana como algo processual, histórico e contraditório, pois como sugeriu Marx²⁵, estudar um objeto requer, necessariamente, orientar-se numa direção investigativa, para então expor os seus resultados. Nesse processo, entrecruzam-se aspectos quanti e qualitativos cujo norteador articula-se à noção de totalidade²⁶, contradição e mediação, três dentre as várias categorias que compõem o pensamento marxiano.

Em Lefebvre (1991), o cotidiano constitui-se em um espaço privilegiado para apreensão dos fenômenos sociais, visto que é o lugar de passagem, cruzado pela efemeridade, revestido pelas amarras do capital, mas em dadas ocasiões independente dele. Ao analisá-lo, Lefebvre (1991) sugere:

o estudo da vida cotidiana oferece um ponto de encontro para as ciências parcelares e alguma coisa mais. Mostra o lugar dos conflitos entre o racional e o irracional na nossa sociedade e na nossa época. Determina assim o lugar em que se formulam os problemas concretos da produção em sentido amplo: a maneira como é produzida a existência social dos seres humanos, com as transições da escassez para a abundância e do precioso para a depreciação (LEFEBVRE, 1991, p. 30).

Na etapa expositiva dessa pesquisa predomina a análise qualitativa dos dados obtidos por meio da observação participante (e dos elementos da etnografia urbana), aplicação de

²⁵ O método em Marx não aparece em forma de manual, está contido no interior da sua obra acadêmica que ele mesmo reconheceu como inconclusa. Ver: Marx (2011) e Marx (2004).

²⁶ Categoria formulada originalmente por Spinoza. “Marx se apossou desta concepção dialética, purgou-a das mistificações idealistas e, sob este novo aspecto, dela fez um dos conceitos centrais da dialética materialista (KOSIK, 1976, p. 33-34).

entrevistas semi-estruturadas (anexos).

Os formulários/questionários foram aplicados aos usuários dos seguintes espaços: usuários do Parque do Igarapé Altamira (10 usuários), usuários da Praia Artificial do Massanori (10 usuários), usuários da Praia Artificial da Orla (10 usuários), usuários do espaço Transposição Anel Viário (10 usuários).

Nas praias artificiais, o horário escolhido para aplicação dos questionários foi o período vespertino dos dias de domingo, especialmente no período do chamado verão amazônico. Já no espaço do parque do igarapé Altamira e do anel viário priorizou-se o período compreendido entre as 18 às 20 horas em dias alternados da semana (segunda, quarta e sexta-feira), por serem horários de maior fluxo de usuários.

Tal pesquisa de campo fora planejada para se iniciar em 2019 e finalizar-se em 2021, mas dado ao contexto pandêmico houve uma interrupção dessa agenda que durou todo o ano de 2020 e de 2021. Neste período de restrição a pesquisa assumiu um caráter remoto (especialmente com aplicação de formulário pela plataforma *Google Forms*), retornando ao modo presencial no início de 2022, observado em todos esses períodos às normas de vigilância sanitária.

Para além dos usuários e moradores mencionados, foram realizadas entrevistas abertas com os seguintes agentes: um representante do Movimento dos Atingidos por Barragens, um representante do Ministério Público Federal em Altamira. Inicialmente buscou realizar uma entrevista com um representante da empresa Norte Energia S.A²⁷, mas a empresa não atendeu nossa solicitação (quadro 2).

Quadro 2– Instrumentos de coleta de dados

Agentes	Espaço/ instituição	Instrumento	Número de entrevistados
Usuários em geral	Parque do Igarapé Altamira	questionário	10
Usuários em geral	Praia artificial da orla de Altamira	questionário	10
Usuários em geral	Praia artificial do Massanori	questionário	10
Usuários em geral	Transposição “anel viário”	questionário	10
Agente Público	Representante do MPF Altamira	entrevista	01
Representante de movimentos/org. social	Representante do MAB	entrevista	01
Total de entrevistados			42

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

²⁷ Em que pese a formalização via documento oficial (ofício 01/2021) a empresa não atendeu a solicitação, como também não respondeu ao ofício.

O percurso metodológico tem como pressuposto viabilizar o entendimento do modo com que as experiências do lazer se expressam espacialmente na vida cotidiana da cidade de cidade. Eis o desafio, evidenciar o que, aparentemente está oculto, apresentar como legítimo as representações que possuem potência e, às vezes, são tratadas como irrelevantes.

Os estudos de Magnani (1988) sugerem outra leitura bastante original do lazer no espaço urbano. Ao criticar a ideia que tenta universalizar as práticas sociais, cuja consequência é uma fragilidade metodológica, Magnani (1988) considera que as ruas, os bairros, os bares, são locais privilegiados para compreendermos as diferentes manifestações do lazer.

Na Amazônia, exemplos como o Sairé em Santarém²⁸, o festival dos Bumbás em Parintins, a Marujada em Bragança, o *Fest Sol* em Porto de Moz, realçam esse embate e essa coexistência cuja lógica é condição, meio e efeito da produção social do espaço. Tais exemplos impõem a necessidade de se considerar as expressões de lazer que estão sob outras racionalidades, a exemplo dos tempos diferenciados onde o lazer se concretiza *nas e pelas* diferenças.

Argumenta-se que essa noção de lazer temporal e espacialmente relacionado, deve ser um ponto de partida, para se pensar sobre as formas de lazer na Amazônia num reposicionamento que privilegia o conteúdo à forma, a prática ao conceito, a apropriação à dominação. Para além da lógica racional que condiciona as forma-conteúdos do lazer em Altamira, em grande medida, difundida pela ação ordenadora do Estado e da Norte Energia S.A (NESA), buscar-se-á evidenciar as densas redes de lazer que existem para além de uma formalidade Estatal.

A partir das questões brevemente enunciadas, institui-se uma linha argumentativa que possibilite apresentar os principais elementos da dinâmica do lazer na vida cotidiana de Altamira-PA, especialmente a interdependência entre uma ordem que sugere o concebido e outra lógica que se constitui como instância insurgente. Antes, destacam-se as bases teóricas desta pesquisa.

²⁸ De acordo com Canal (2018): “Imaginário Amazônico e Territorialidade Festiva: o Divino na Festa do Sairé de Alter do Chão (Pará/PA, Brasil)”.

CAPÍTULO I– CONTEXTUALIZANDO O FENÔMENO DO LAZER.



Figura 1–“Jogos Infantis”. Autor: Pieter Bruegel, o Velho²⁹

²⁹ <https://arteeartistas.com.br/biografia-de-pieter-bruegel-o-velho/>

O quadro “jogos infantis” do artista Pieter Bruegel – o Velho – destacado na abertura deste capítulo (figura1) visa ambientar o leitor no debate ora iniciado. A obra em destaque possibilita estabelecer uma correlação entre o cotidiano da cidade e o ato de brincar, onde a dimensão lúdica pode se fazer presente tanto na primeira infância, quanto noutras fases da vida humana. Embora a estética do quadro de Pieter Bruegel reflita miniaturas, não se trata da infantilização da vida adulta, mas da cidade enquanto lugar da brincadeira, da ludicidade e por que não dizer: lugar do lazer!

Afinal, o que é lazer? Eis uma dúvida recorrente em diferentes ambiências da vida cotidiana. Certamente, há muitas pessoas (inclusive intelectuais das ciências humanas) que de fato desconhecem o sentido prático e o conceito de lazer, mas também existe um crescente reducionismo epistêmico relativo a esse campo de conhecimento, conforme problematizado anteriormente.

Não seria demasiado afirmar que a aparente (in)compreensão em face do sentido abstrato e prático do fenômeno lazer decorre essencialmente da centralidade que a categoria trabalho historicamente tem exercido nas diferentes sociedades do mundo ocidental.

Longe de se discutir eventual mérito a respeito da categoria trabalho, o que se pretende destacar é como a primazia da categoria (o trabalho) torna o fenômeno do lazer uma dimensão periférica e subalternizada ante aquele paradigma, quase sempre propagandeado como algo negativo.

Não se trata da busca pela gênese do lazer³⁰, muito menos de se criminalizar o trabalho como categoria e condição humana, mas evidenciar os determinantes históricos que hierarquizaram o lazer em face do trabalho, tornando-o quase que uma intangibilidade.

Por ser considerado algo indigno, o trabalho na antiga sociedade grega era atribuição dos sujeitos escravizados, cabendo aos homens livres a experiência do *skholé*³¹. Já na sociedade romana, por exemplo, o *otium* reiterava uma estratificação social, cabendo às elites o privilégio da meditação, e às classes subalternizadas o descanso e a diversão propiciados em grande medida pelos grandes espetáculos (MUNNÉ, 1980).

Na modernidade, de acordo com Veblen (1974, p. 291), a extravagância materializada com a ostentação e o consumo supérfluo vinculava o lazer (o autor chama de ócio) ao consumo conspícuo, subordinando as experiências do lazer à dimensão pecuniária.

³⁰ Magnani (2018).

³¹ Os homens livres buscavam a *eudaimonia* pela experimentação de três bios: o corpo, a política e o conhecimento (ARENDT, 1989, p. 21).

No entanto, foi a transição da sociedade agrário-rural para urbano-industrial que potencializou a divisão entre os tempos sociais, refletindo centralmente na atual compreensão que se tem do lazer no mundo ocidental. Não por acaso, o conceito proposto do Dumazedier (1973) subordina às experiências do lazer à liberação do trabalho.

O lazer é um conjunto de ocupações as quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais” (DUMAZEDIER, 1973, p. 34).

A resultante deste processo é a existência de uma episteme fundamentada na separação trabalho-lazer, onde as práticas de lazer constituem-se em resíduos do tempo do trabalho. Eis o paradigma que orienta a sociedade ocidental e torna inteligível perguntas como a enunciada no *caput* deste capítulo.

Fato é que ainda hoje o lazer não conseguiu se emancipar, ou porque está subalternizado ao paradigma trabalho, ou porque é instrumentalizado enquanto produto/serviço a ser consumido no ideário capitalista.

O lazer tanto em palavra, quanto em prática padece de uma aparente confusão e incompreensão decorrente desse paradigma concebido no interior da sociedade capitalista. Por isso, ao invés de uma equivocada reivindicação pelo ócio criativo, conforme De Masi (2000), convém reiterar “o direito à preguiça”, como propôs Lafargue (1999)³².

Assim, ao longo deste capítulo busca-se debater o fenômeno do lazer para além de uma razão instrumental, problematizando-se a prevalência epistemológica de base euro-americana, cujo sentido teórico alimenta uma dicotomia tempo do lazer x tempo do trabalho.

Na primeira seção: “os estudos do lazer na Amazônia brasileira: reflexões a partir de Altamira-PA”, destaca-se a posição periférica que ainda hoje a região Amazônica desempenha no contexto nacional dos estudos do lazer. Questiona-se a existência de um discurso que toma a Amazônia como um tipo ideal e o lazer como prática e conceito secundarizado.

Na segunda seção do capítulo: “mediações teóricas: o lazer em debate”, empreende-se um esforço de se apresentar o panorama dos estudos do lazer no Brasil estabelecendo um cotejamento com o campo dos estudos urbanos.

Na terceira seção: “interdependência trabalho-lazer” discute-se o ideário ocidental que prioriza como centralidade da vida humana o trabalho, ao passo que se secundariza as

³² Trata-se de “O direito à preguiça”, escrito em 1881.

experiências do lazer.

Na última seção: “expressões do lazer em Altamira-PA: um debate a partir do cotidiano”, enfatiza-se duas experiências ligadas ao futebol de várzea, cujo agenciamento dos sujeitos revela os limites e as possibilidades do cotidiano.

Como sugeriu Magnani (1988, p. 38), a investigação acerca da ocorrência do lazer deve levar em consideração o contexto da vida cotidiana, atribuindo sentido as insurgências e as desestabilizações agenciadas pelos sujeitos. Espera-se que o esforço teórico empreendido ao longo deste capítulo seja capaz de elucidar dúvidas como aquela apresentada no início desta seção. Antes, cabe situar o panorama dos estudos do lazer na Amazônia brasileira, a partir da cidade de Altamira-PA.

1.1. Os estudos do lazer na Amazônia brasileira: reflexões a partir de Altamira-PA

Antes de avançarmos em direção ao panorama dos estudos do lazer na Amazônia brasileira, convém situar a cidade de Altamira-PA. Esta cidade tem sua origem ligada a Missão *Tavaquara*³³, uma expedição liderada pelo Jesuíta austríaco Rochus de Hundertpfund durante a década de 1750, cujo aldeamento (próximo a foz do Igarapé Panelas³⁴) fora base para a formação da cidade.³⁵ (UMBUZEIRO; UMBUZEIRO 2012, p. 52).

Até o início do século XX, Altamira constituía-se num pequeno aglomerado às margens do Xingu com atividade econômica relacionada à exploração da borracha, exercendo baixo protagonismo no comércio regional. Entretanto, em 1917 a vila torna-se cidade-sede e a abertura de uma estrada ligando-a a Vitória do Xingu-PA mudou consideravelmente sua importância política e administrativa na região (UMBUZEIRO e UMBUZEIRO, 2012).

Nas palavras de Umbuzeiro e Umbuzeiro (2012), a história de Altamira-PA pode ser representada a partir de cinco “ciclos”. O primeiro, corresponde às missões jesuíticas, período compreendido entre o século XVII ao século XIX, a que os autores consideram ser a “pré-história” de Altamira. O 1º ciclo da borracha (atividade econômica de extração da *hevea brasiliensis*), o 2º ciclo da borracha e a construção da Rodovia Transamazônica (BR 230) representam, respectivamente, o segundo, o terceiro e o quarto ciclo. Finalmente, a construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte (a partir de 2011) corresponde ao quinto ciclo (quadro 3).

³³ De acordo com Umbuzeiro e Umbuzeiro (2012) essa missão aparece com dois outros nomes: *Tacuara* e *Tucuana*.

³⁴ Igarapé Panelas é um dos três rios urbanos de Altamira-PA.

³⁵ <https://www.xingumais.org.br/historia/1600-1875-primeiros-contatos?id=496>

Quadro 3–Ciclos históricos da cidade de Altamira e interfaces com o lazer

Ciclos	Período	Informações relevantes
Primeiro	1636-1883	Inicia-se com as Missões jesuíticas. Pré-história” de Altamira.
Segundo	1883-1942	1º ciclo da borracha na Amazônia. Migração nordestina. Chegada da luz elétrica.
Terceiro	1942-1970	2º ciclo da borracha na Amazônia. Início da construção da rodovia Transamazônica.
Quarto	1970 a 2011	Finalização da construção da rodovia Transamazônica. Intensa migração inter-regional. Redefinição urbana.
Quinto	2011- até os dias de hoje	Início e construção da UHBM. Intensa migração inter-regional.

Fonte: Umbuzeiro e Umbuzeiro (2012).

Nota: Organizado e adaptado pelo autor (2022).

Evidentemente, o esboço contido no quadro 3 constitui-se numa aproximação meramente didática, já que a história humana se dá no e pelo movimento. Mesmo assim, tal sistematização configura-se num panorama para se avançar no debate aqui proposto, bem como se compreender o modo pelo qual se processam as mudanças nessa cidade: em geral condicionadas a inserção de projetos e programas pensados de forma externa ao contexto local.

Cabe destacar que, mesmo Altamira tendo se originado às margens de um rio, não é interesse deste estudo, como é recorrente em boa parte das pesquisas sobre cidades da Amazônia, caracterizar Altamira como sendo, ou uma cidade ribeirinha, ou uma cidade rodoviária. Igualmente, não se pretende discutir sobre eventual tipologia urbana desta cidade (se uma cidade tradicional, ou uma cidade moderna).

Avançando-se para além da contextualização histórica e espacial de Altamira e transcendendo eventuais formalismos do campo acadêmico, ousa-se inserir no *caput* dessa seção duas narrativas fruto das minhas experiências cotidianas que, embora informais, revelam a tarefa complexa de se discutir o fenômeno do lazer a partir de uma cidade da Amazônia brasileira³⁶.

O primeiro caso aconteceu num desses momentos descontraídos do mundo do trabalho.

³⁶ A expressão Amazônia brasileira ocorre na tentativa de recortar a amplitude da Amazônia que, territorialmente, se estende por nove países da América do Sul. Altamira-PA, local onde se desenvolve esta pesquisa é uma fração desse universo de formas e conteúdos. Portanto, ao nos referirmos a Amazônia Brasileira estamos enfatizando os 09 estados nacionais onde o bioma amazônico se faz presente, com a clareza de que Altamira-PA não contém em si a multiplicidade de processos presentes nesta região.

Numa tarde de 2019, enquanto tomava café numa das copas da Universidade Federal do Pará/UFPA, *Campus* Universitário de Altamira, fui indagado por um Professor, na ocasião em companhia de uma plêiade de outros Professores universitários, a respeito de qual era o meu campo de pesquisa. Respondi que era o campo dos estudos do lazer.

O tom da conversa que se seguiu a minha resposta fizeram-me recordar da ponderação feita por Parker (1978, p. 09): “até há poucos tempos anos a sociologia do lazer³⁷ na Grã-Bretanha (se é que tal matéria existia) era tratada com zombaria-algo assim como a sociologia da bicicleta”.

O segundo fato que reflete os desafios a que me referi ocorreu em ambiência virtual, num desses muitos grupos de *WhatsApp* que participamos. Na ocasião, um dos membros postara três imagens (possivelmente de uma exposição fotográfica no eixo Sul-Sudeste do país). Uma dessas imagens era a de um caudaloso rio serpenteando uma densa floresta; a segunda imagem era de um *curumim*-garoto indígena-, usando um cocar. Por fim, a terceira imagem era a de uma mulher indígena, na ocasião vestindo um cocar. Ao fim do *post* o membro do grupo escrevera: “Amazônia”.

Para além da ambiência onde se efetivam determinadas narrativas (se no espaço físico ou no *cyberespaço*) o que esses dois casos suscitam é: 1) a forma reducionista com que os estudos do lazer têm sido tratado do ponto de vista epistemológico, inclusive em ambientes acadêmicos; 2) a representação superficial e idealizada sobre a Amazônia brasileira.

Longe de pautar um debate regionalista ou mesmo incorrer numa cruzada epistemológica (relativo ao campo dos estudos do lazer) fica o questionamento: a quem serve a propagação de um reducionismo epistemológico patrocinado no interior de uma instituição universitária? Ou, no caso das imagens postadas no grupo de *WhatsApp*, de qual Amazônia se está falando?

De maneira articulada, os dois casos problematizados reforçam a necessidade de se contextualizar, espacial e temporalmente, a região a partir da qual se investiga o objeto sob pena de incorrer-se numa concepção espacial que acaba por reproduzir o ideário de “invenção da Amazônia”, conforme postulou Gondim (2007) ou em Trindade Júnior (2022) quando chama atenção para o modo enviesado com que muitas vezes a flora amazônica é instrumentalizada analiticamente:

Por vezes é a floresta o elemento principal na definição/delimitação do que vem a ser ou não amazônico, como se, ultrapassados os limites do bioma em referência, às relações e as configurações socioespaciais se alterassem automaticamente. O contrário

³⁷ Sociologia empírica e sociologia do lazer são dois ramos da sociologia que estudam o fenômeno do lazer, com destaque para o RC13 (sociologia do lazer) atualmente vinculada a Associação Internacional de Sociologia.

também acontece, quando se desconsideram os atributos da natureza como referenciais para se reconhecer as particularidades regionais, centrando-se o foco nas representações sociais que a partir dela se constroem e associando-a apenas a uma simples “invenção” (TRINDADE JÚNIOR, 2022, p. 27).

A referência à obra de Godim (2007) e as reflexões de Trindade Júnior (2022) ocorrem na ânsia de se problematizar as reiteradas interpretações acerca das formas e dos modos de vida da Amazônia cujo apelo revela-se em descompasso com a realidade, chegando-se a conclusões do tipo “*el dourado*”, “inferno verde”, todas reforçando uma concepção de espaço idealizado³⁸.

E como lhe falta a linha vertical, preexcelente na movimentação da paisagem, em poucas horas o observador cede às fadigas de monotonia inatúvel e sente que o seu olhar, inexplicavelmente, se abrevia nos sem-fins daqueles horizontes vazios e indefinidos como os dos mares. (CUNHA, 2006, p. 7).

Atualmente, cada vez mais esse tipo de interpretação da Amazônia, conforme consta em Cunha (2006), Godim (2007) perde força, ainda que seja pertinente considerar-se a emergência de outras construções discursivas a respeito do espaço Amazônico, igualmente problemáticas. Trata-se de outras formas de se representar a Amazônia (sob o aspecto discursivo), como se a mesma estivesse circunscrita à moldura de um quadro “pós-apocalíptico”.

Tal conformação discursiva parece consubstanciar-se num fetiche³⁹, caracterizando essa região como violenta, fúnebre, revelando por isso uma visão redutível do mesmo processo que se nota em concepções idealizadas:

A cidade [Altamira] se move pela destruição da floresta. Essa guerra é permanente, constante e visível. A cada dia Altamira aprofunda sua conversão em ruínas. A cidade é a ruína da floresta. Como nos filmes de terror de Hollywood dos anos 1980, em que sempre há um cemitério de índios assombrando os moradores, Altamira é uma cidade construída sobre vários cemitérios (BRUM, 2021, p. 164).

A “pregação” de Brum (2021) – por ela denominada “Amazônia: o centro do mundo” – designação com a qual não me associo⁴⁰, revela não mais uma visão romantizada ou um tipo ideal de Amazônia, mas seu oposto: o absoluto caos. Fica o questionamento: o que essas

³⁸ Uma referência ao campo cinematográfico corresponde ao filme “*Aguirre, a Cólera dos Deuses*” do diretor Werner Herzog, lançado em 1972.

³⁹ A palavra fetiche revela-se polissêmica, sendo mobilizada por diferentes campos de conhecimento que vão desde a psicanálise de Freud, até os estudos de Marx. Em comum, tem-se o fato de sua semântica enunciar uma distorção, uma espécie de simulacro da realidade. Em Marx (1971), por exemplo, fetichização, refere-se ao processo que busca ocultar a exploração do trabalho, revelando apenas as características de troca das coisas, “enfeitando” assim os sujeitos perante as mercadorias.

⁴⁰ Evidentemente não se trata, de forma alguma, da negação da destruição do bioma Amazônico. Questiona-se, no entanto, a valoração ideológica contida na expressões: “Amazônia: o centro do mundo”.

análises revelam?

Será a Amazônia apenas um retrato monocromático, étnico e físico (como o reproduzido no grupo de *WhatsApp* e na descrição de Cunha (2006)? Ou será a Amazônia a redutibilidade deste mesmo processo, ou seja, o retrato emoldurado por contornos Hollywoodianos de um *Mad Max*⁴¹ conforme interpretação de Brum (2021)?

Os motoristas dirigem pelas ruas da cidade rápido demais, freando e arrancando com agressividade e muito barulho. Só ricos podem comprar uma caminhonete desse tipo, e os ricos de Altamira, na maioria das vezes, têm passado e presente ligados à grilagem, à extração de madeira e, não raro, a sangue. A repetição da palavra “sangue” neste livro não é excessiva ou pobreza de estilo e de vocabulário. É a vida cheia de morte. O sangue se impõe nas fronteiras da guerra climática (BRUM, 2021, p. 167).

Na Amazônia, tão urgente quanto contrapor-se ao ideário acadêmico que teima em secundarizar as pesquisas sobre o fenômeno do lazer, é romper com o “mito” do único, com o mito da natureza intocada (DIEGUES, 2000), ou com a simples ideia de “terra arrasada”:

A Amazônia é um lugar histórico como qualquer outro: contestado e caótico. O esplendor de seus rios e a grandeza de suas florestas [...] não deveriam nos distrair do reconhecimento das transformações sociais, econômicas e políticas pelas quais a região passou” (HARRIS, 2017, p. 363).

Em “Amazônia, Amazônias”, Gonçalves (2001) reforça a necessidade de se pensar a Amazônia para além da histórica dualidade sociedade x natureza, exigindo problematizar as imagens criadas sobre a Amazônia que, de maneira exógena, quase sempre revelam o ponto de vista do colonizador europeu, especialmente a partir de uma falsa ideia dos povos indígenas.

Os dois exemplos brevemente explorados são a porta de entrada para se operacionalizar uma categoria de análise (o lazer) em face da realidade vivida (a materialidade da vida) numa cidade que, embora não aglutine a complexidade e todas as contradições da Amazônia brasileira, tem na sua estrutura sócio-espacial muito desses elementos.

O esforço aqui empreendido é não sucumbir a idealização de uma região que embora tenha muitos rios, povos autóctones, muitas florestas e outra infinidade de “recursos naturais” não se limita a essa dimensão, nem pode distrair o olhar de quem analisa o fenômeno.

Se o debate em torno das práticas de lazer não pode reproduzir uma visão reducionista, também não seria coerente admitir concepções pós-apocalípticas e até fetichistas como demonstrado nos argumentos de Brum (2021). Resta então: “A importância de estudar a

⁴¹ Filme de ficção científica (1979). Produtoras: Warner Bros. Pictures, Mad Max Films.

Amazônia é a mesma de estudar qualquer lugar: entender o complexo fenômeno humano, e contribuir para a sua emancipação, sempre” (SOMBRA, 2021, p. 28).

Por isso o esforço em se estabelecer uma interface entre os estudos do lazer e a Amazônia brasileira mediada pelo instrumental teórico e metodológico da ciência geográfica. Trata-se de se discutir as experiências do lazer para além de um reducionismo epistemológico ou de uma equivocada ideia que concebe o espaço da Amazônia como um tipo ideal ou como lugar da barbárie.

A considerar o histórico papel que a região Amazônica desempenha no contexto nacional dos estudos do lazer, chega-se a conclusão de que esta região ainda ocupa um lugar secundário neste debate. Basta-se se considerar eventos como o Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL), iniciado em 1989, o Seminário o Lazer em debate, iniciado em 2000, e o Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer (CBEL), iniciado em 2014, em apenas uma ocasião a região Amazônica sediou o evento, foi em 2016 na cidade de Belém por ocasião do XVI Seminário “O Lazer em debate” e do II Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer⁴².

Os resultados da pesquisa de Lecuona *et al* (2017) corroboram a existência de um cenário pautado por assimetrias (entre as macrorregiões do Brasil) relativo às pesquisas sobre o lazer, contexto em que a região Norte ocupa o último lugar neste *ranking*. Mesmo assim, os estudos de Costa (2009), Fiori, Mauro (2018), Bahia (2012), França e Bahia (2020) revelam a multiplicidade de temáticas aptas a serem discutidas a partir dessa região.

Como problematizado no início dessa seção, é preciso afastar-se de concepções reducionistas que visam a secundarizar a categoria lazer, como também contrapor-se a um tipo ideal de Amazônia (quer seja enquanto construção discursiva de um tipo ideal, quer seja enquanto discurso “pós-apocalíptico”).

Contrapor-se a um discursivo que visa reduzir a epistemologia do lazer, como também a narrativa que toma o espaço Amazônico como mera vastidão territorial, ou mesmo como terra arrasada, parece ser o ponto de partida para se avançar para além desse campo cego criado em torno do fenômeno do lazer em cidades da Amazônia brasileira.

1.2. Mediações teóricas: o lazer em debate

Não são raras as vezes em que no cotidiano, incluindo o acadêmico, o tema do lazer é

⁴² Gomes e Isayama (2018, p. 11-33) apresentam a trajetória histórica do Seminário “O Lazer em debate” até sua culminância no Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer (CBEL)..

tratado de forma secundarizada, quando não com desdém⁴³. Dito de outra forma, é como se o lazer se constituísse numa dimensão intangível, algo que no limite não pertencesse ao plano material.

Certamente, tal compreensão equivocada, alimenta uma espécie de pré-conceito que se manifesta, ao menos, sob duas dimensões: a primeira reflete um caráter formal, sugerindo ausência de mérito acadêmico (teórico-metodológico). A segunda questão, refere-se ao lazer enquanto experiência da vida cotidiana, reduzindo-o a uma espécie de “perfumaria”, consequentemente, um não direito.

Notadamente, o debate aqui posto não se associa a compreensões minimalistas como as descritas em caráter introdutório. Ao contrário, considera-se o lazer enquanto expressão imanente do Ser (humano) que pelo pensamento, pela ação e pela experiência⁴⁴ produz e integra o espaço social ou, “uma prática social da vida cotidiana que precisa ser situada em cada tempo/espaço social” (GOMES, 2014, p. 8).

Portanto, pensar o lazer enquanto fenômeno social exige abandonar a ideia que o concebe de forma hierarquizada em relação ao trabalho, como também superar a corrida em busca da sua origem histórica, conforme discutido por Reis, Cavichioli e Starepravo (2009) e Magnani (2018).

Para além de superar eventual adesão a “correntes” teóricas sobre a dimensão histórica do fenômeno do lazer (se um ato moderno ou um fenômeno imemorial), considera-se o lazer como uma experiência humana que se concretiza por meio da vivência lúdica/cultural em diferentes tempos e espaços (GOMES, 2008)⁴⁵.

No Brasil, para além da influência do movimento recreacionista de que tratou Gomes (2003), a matriz teórica euro-americana (que considera o lazer um ato moderno) sustenta, nas palavras de Mascarenhas (2005), a existência da subsunção formal⁴⁶ (que no Brasil vigorou até os anos de 1990)⁴⁷.

Dentre os estudiosos estrangeiros, Dumazedier (1973) é um dos mais relevantes para os estudos do lazer no Brasil. Trata-se de um autor “clássico” que iniciou suas reflexões sobre o lazer na França⁴⁸, orientando suas pesquisas pela aplicação de vasto número de questionários,

⁴³ Sobre este tema ver: MENDES (2020). “O direito de falar no direito ao lazer” disponível em: <https://www.lepurb.com.br/>

⁴⁴ De acordo com Schmid (2012).

⁴⁵ Gomes (2008, p. 12) considera que o lazer pressupõe quatro elementos inter-relacionados: atitude lúdica, manifestações culturais, o tempo e o espaço.

⁴⁶ O conceito de subsunção formal, discutidos por Mascarenhas (2005) e aqui retomados tem por base Marx (1971).

⁴⁷ Mascarenhas (2005) considera que após os anos 1990 o lazer no Brasil sucumbe a *subsunção real*, caracterizada pelo que denominou *mercolazer*

⁴⁸ Trata-se de um estudo empírico realizado na cidade francesa chamada Annecy no período de 1955-1959.

buscando generalizar padrões sociais ligados ao lazer.

Sobre essa forma de investigação quantitativa, comum até hoje no Brasil⁴⁹, Magnani (1988) esboça uma crítica utilizando como referência o estudo de Cardoso *et al* (1975) que, ao investigar as formas de recreação⁵⁰ na cidade de São Paulo, obteve como resultado majoritário o “não faz nada” (quadro 4).

Quadro 4–Resultado da pesquisa realizada por Cardoso *et al* (1975)

Forma de recreação	Classe de idade	
	20-30 anos	30-40 anos
Não faz nada	43,0%	57,2%
Passeios	20,0%	15,2%
Cinema	18,1%	3,9%
Futebol	6,5%	4,0%

Fonte: Cardoso *et al* (1975, p. 21-22)

Nas palavras de Magnani (1988) se, ao invés da aplicação de um questionário pré-concebido, o pesquisador optasse por uma observação mais criteriosa, acompanhando o dia a dia das pessoas, certamente identificaria bem mais do que a monotonia do “faz nada”. A rigor, ainda hoje existem pesquisas que visam generalizar a ocorrência do lazer, conforme recente estudo de Uvinha *et al* (2017).

O desafio desta tese é refletir sobre as experiências cotidianas do lazer para além de formalismos semânticos, de uma pretensa extensão histórica ou de dimensões generalizantes. Trata-se de priorizar analiticamente um conjunto de atitudes, experiências e ações que, no tempo, produzem o espaço⁵¹:

o conceito de lazer deve expressar, sob o ponto de vista lógico, a síntese das múltiplas determinações que o atravessam e que são instituídas pela economia, pela política e pela cultura. Isto quer dizer que é a dinâmica da história que dita os limites para a explicação e compreensão do real (MASCARENHAS, 2005, p. 17).

De modo geral, apresentou-se um panorama do campo dos estudos do lazer sob a influência da teoria produzida na segunda metade do século XX, pelo que se esboçou críticas. Evidentemente, essa primeira aproximação consiste numa visão geral exigindo que se

⁴⁹ Ver: Uvinha *et al* (2017).

⁵⁰ Ainda hoje o conceito de recreação padece de consistência teórica, aparecendo muitas vezes como sinônimo de lazer. Em sua tese Gomes (2003) problematiza essa questão a partir de três experiências realizadas no Brasil durante o século XX.

⁵¹ Tempo e espaço precisam ser entendidos como unidade dialética, conforme proposta de Massey (2004).

compreenda tais pressupostos à luz do seu tempo histórico, pois é certo que muito dos autores aqui citados (especialmente os falecidos) já tiveram suas produções atualizadas, como novas frentes de estudos foram iniciadas.

Há, no entanto, a necessidade de se apresentar o modo com que o debate em torno do lazer está posto atualmente no Brasil. A expressão “o lazer em debate”, contida no título dessa seção, alude ao principal evento acadêmico sobre o lazer no Brasil: o “Seminário o Lazer em debate”. Iniciado no ano 2000 e atualmente na sua 19ª edição, desde 2014 acolhe na sua programação o Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer (CBEL), atualmente na sua 5ª edição.⁵²

Os dois eventos mencionados fornecem importantes pistas acerca do debate em torno do lazer no Brasil. Uma dessas características corresponde ao papel histórico que a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mas sobretudo a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) desempenharam para que o campo dos estudos do lazer no Brasil atingisse o estágio atual.

Destaca-se, por exemplo, o protagonismo da UFMG em conceber e executar o “Seminário o lazer em debate”, ainda nos anos 2000, a partir do qual foi possível consolidar toda uma infraestrutura acadêmica, sendo o fato de maior proeminência a criação do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer (Mestrado e Doutorado) em vigência na UFMG e único no Brasil.

É a partir de 2000 que se verifica com mais ênfase uma inflexão no campo dos estudos do lazer, com uma tendência de análises críticas, mas sobretudo pela criação de Grupos de Pesquisas vinculados ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujo resultado refletiu uma ampliação do campo de investigação como um maior nível de articulação entre os diferentes pesquisadores do Brasil (PEIXOTO, 2007).

Vigora no Brasil, formas outras de se debater o lazer para além do formato aqui discutido, destacando-se pesquisas ligadas a antropologia urbana (MAGNANI, 2002), a sociologia urbana (MARTINS, 2014), e geografia urbana Oliveira e Lopes (2018) e Mascarenhas (2010).

Há de se destacar, todavia, o que se considera como uma mudança de rumo no campo dos estudos do lazer a ocorrer neste exato momento histórico. Tal paradigma emergente tem a

⁵² Gomes e Isayama (2018, p. 11-33) apresentam a trajetória histórica do Seminário “O Lazer em debate” até sua culminância no Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer (CBEL).

ver com o crescente debate em torno da pauta identitária, cujas pesquisas privilegiam o debate em torno do gênero e raça conforme, Viana e Gomes (2022) e Dore *et al* (2022).

Na sequência, em caráter meramente introdutório, apresenta-se um panorama de alguns temas discutidos na atualidade no campo dos estudos do lazer no Brasil, especialmente a partir da iniciativa do PPGIEL/UFMG⁵³, bem como os principais periódicos dedicados a esse tema. (quadro 5).

Quadro 5–Temáticas atuais discutidas no campo dos estudos do lazer

Temática/periódico	Canal de divulgação
Chris Rojek e os Estudos do Lazer	https://www.youtube.com/channel/UCClYaDIIST39B-m0n_3lOtQ
Manuel Cuenca e os "Estudios del Ocio"	https://www.youtube.com/channel/UCClYaDIIST39B-m0n_3lOtQ
Bob Stebbins e o conceito "serious leisure"	https://www.youtube.com/channel/UCClYaDIIST39B-m0n_3lOtQ
Experiências com o lazer no contexto internacional	https://www.youtube.com/channel/UCClYaDIIST39B-m0n_3lOtQ
Joffre Dumazedier e os Estudos do Lazer	https://www.youtube.com/channel/UCClYaDIIST39B-m0n_3lOtQ
Revista Leisure Studies	https://www.tandfonline.com/toc/rlst20/current
Revista Licere	https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/index
Revista Rebel	https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel

Fonte: organizado pelo autor (2022)

A partir do contexto descrito, buscou-se caracterizar o modo com que o debate acerca do lazer tem se constituído na atualidade. Os trabalhos de Gomes (2003) e Gomes (2014) referem que a emergência dos estudos do lazer no Brasil remonta aos anos seguintes à década de 1970. A influência da escola francesa, especialmente da dita sociologia empírica do lazer, cuja centralidade analítica correspondiam a grandes contingentes de entrevistados, conforme se infere das pesquisas de Dumazedier (1973) e Dumazedier (1999), marcaram profundamente o início da sistematização dos estudos do lazer no Brasil.

Como destacado, os anos 2000 configura-se como sendo uma inflexão para os estudos do lazer no Brasil, especialmente pelo acúmulo de reflexões oriundas da UNICAMP, mas sobretudo pelo engajamento de diferentes atores acadêmicos que, na UFMG, conceberam o principal evento científico do lazer no Brasil: “o seminário o lazer em debate”. Essa infraestrutura acadêmica possibilitou que hoje se discuta inúmeros temas, com destaque para a

⁵³ Temas abordados na Websérie produzida no contexto da disciplina “Teorias do lazer” realizada no ano de 2021 no âmbito do PPGIEL/UFMG e do grupo de pesquisa LUCE.

emergência de temáticas ligadas a pauta identitária, sobretudo de raça e gênero.

Finalmente, a considerar a atual caracterização dos estudos do lazer no Brasil, a temática aqui suscitada propõe-se a somar-se ao leque de temas discutidos atualmente, preocupando-se em manter-se uma coerência teórico-metodológica em face do objeto em análise.

Essa coerência está orientada pelo entendimento de que existem outras frentes de investigação, a exemplo das pesquisas relacionadas a gênero e raça, mas que a proposta de estudo aqui esboçada tem como pressuposto debater o lazer à luz da produção social do espaço, cujo *lócus* privilegiado de análise é o cotidiano, sendo necessário: “considerar o seu desvendamento dos tempos que nos regem e não sabemos, o que foi e continua sendo, o que será e já é. Tensões que pulsam o nosso cotidiano, disfarçados num agora enganoso” (MARTINS, 2014, p. 10).

Essa fugacidade, núcleo estruturante do cotidiano, é um dos elementos fundamentais para compreendermos o modo com que o lazer se expressa socialmente, no espaço. Ao se admitir o pensamento, as ações e as experiências dos sujeitos como dimensões fundantes da produção do espaço, migra-se de uma análise de fora e de longe para uma combinação analítica de perto e de dentro, conforme sugeriu Magnani (2002).

Por isso, as experiências de lazer que se busca discutir nesse trabalho não estão relacionadas a grandes contingentes de entrevistas cuja finalidade é uma generalização das experiências do lazer em escala nacional, conforme se verifica no recente trabalho de Uvinha *et al* (2017) ou no trabalho de Cardoso *et al* (1975, p. 21-22), previamente problematizado por Magnani (1988).

Recorrer às experiências do cotidiano é buscar entender, não as ocorrências menos importantes, ou em menor escala, mas porque é na vida cotidiana que se configura o historicamente possível. Eis o conteúdo da próxima seção: um debate das expressões do lazer a partir do cotidiano.

1.3 Expressões do lazer em Altamira-PA: um debate a partir do cotidiano

Partindo-se das ideias de Henri Lefebvre, cujo pensamento orienta-se por uma teoria social do espaço, o conteúdo dessa seção admite como pressuposto teórico-metodológico o cotidiano, uma categoria central na obra desse autor e fundamental para se compreender as expressões do lazer em Altamira-Pa. Antes, porém, cabe uma ponderação de ordem contextual.

Os argumentos de Lefebvre que postulam uma teoria do espaço, admite como central a

ideia do tempo sem a qual não é possível pensar a materialidade do espaço⁵⁴. Espaço, todavia, não deve sucumbir a mera generalidade semântica de uma expressão polissêmica que tudo diz e nada fala. Sobre a amplitude e, ao mesmo tempo, o vazio que a palavra *espaço* suscitava, Lefebvre propôs-se a conceituá-lo enquanto categoria de análise (SANTOS, 2002). Suas reflexões admitiam o espaço como elemento indissociável do tempo.

Tal proposição de Lefebvre deve ser entendida à luz dos acontecimentos datados do início do século XX. Naquele contexto as ideias de Albert Einstein (a respeito da teoria da relatividade) causavam grande repercussão no meio científico, especialmente porque rompia com a ideia de tempo em sentido único, antagonizando-se com as ideias de Henri Bergson, o qual defendia a existência do tempo enquanto *durée* (duração).

Muito em função desse quadro epistemológico, Lefebvre postulou a indissociabilidade tempo-espaço enfatizando os elementos do corpo, do sensível, do polissensorial⁵⁵. Todavia, como apreender essas dissidências? Surge o cotidiano, como categoria de análise privilegiada, conforme postulado por Santos (2014, p. 315).

De acordo com Moreaux (2014, p. 20) o cotidiano revela-se num objeto multidimensional, que se modifica pela ação dos diferentes atores sociais, tendo certo que determinados atores têm mais poder de transformação que outros, a exemplo da ideologia do consumo que cria uma espécie de simulacro na realidade.

Ainda assim, o cotidiano é o imponderável que muda constantemente e, nas palavras de Moreaux (2013), possibilita que se visualize o vivido trazendo à superfície as possibilidades de transformação⁵⁶. Nas palavras de Moreaux (2013) em sintonia com a tese Lefebvrina, o cotidiano torna-se um nível privilegiado de análise do real, embora muitas vezes apareça como simulacro da vida social permitindo ao modo de produção (capitalista) funcionar.

Em paralelo deste cotidiano programado, nos tornamos cúmplices da perpetuação das relações de poder estabelecidas. Parece ainda mais difícil lutar contra essa perpetuação do Capital através dos atos cotidianos na medida em que os menores aspectos do cotidiano tornam-se apropriados na lógica mercantil de acumulação (MOREAUX, 2013, p. 27).

O que Moreaux (2013) chama atenção é para a primazia de certas dimensões da vida em

⁵⁴ Sobre isso ver Massey (2004, p. 12-13).

⁵⁵ Termo formulado pelo matemático, físico e filósofo Lúcio Pinheiro dos Santos e desenvolvida posteriormente por Henri Lefebvre, em sua obra *Éléments de rythmanalyse*. Nas palavras de Pereira (2017, p. 05) “a ritmanálise procura investigar os ritmos individuais e sociais em determinados recortes temporais e espaciais”.

⁵⁶ Tal é essa a terceira dimensão contida no método regressivo-progressivo proposto por Lefebvre.

sociedade que se impõe sobre o cotidiano, comprimindo-o e tornando-o mera repetição linear embebida de ideologias dominantes, a exemplo dos planos econômicos e políticos que nas suas palavras empobrecem a vida social. Todavia, o cotidiano supõe outros aspectos da vida social que não estão, necessariamente, dominados pelo capitalismo.

Lefebvre (1973) problematiza os limites que se impõe ao cotidiano, ao mesmo tempo em que identifica o possível: “Se o espaço se torna lugar da re-produção (das relações de produção), torna-se também lugar de uma vasta contestação não localizável, difusa, que cria o seu centro às vezes num sítio e logo noutro” (LEFEBVRE, 1973, p. 97).

A crítica da vida cotidiana de que fala Lefebvre (1991), refere-se ao modo pelo qual os costumes, hábitos, transformaram-se abstratamente em mercadoria, em consumo, suscitando aquilo que o autor denominou de “a sociedade burocrática do consumo dirigido” (LEFEBVRE, 1991).

Esse lugar difuso, de contestação não localizável não é outro senão o cotidiano, a partir do qual emergem diferentes representações materializadas, muitas vezes na articulação, noutras vezes na tensão entre o domínio do vivido e do concebido. A utopia, pois, é que os sujeitos tomem consciência desse processo contraditório, limitador, mas emancipatório:

O cotidiano, por ser programado, não deixa de apresentar mais diversidades e possibilidades de práticas do que se pensa. Percebemos todas as potencialidades inscritas no cotidiano: mesmo que este possa ser considerado como um lugar central de alienação, ele contém também condições de resistência. Estas têm lugar nas brechas e nos interstícios do espaço dominado (MOREAUX, 2013, p. 30).

Ainda assim, existem resíduos, práticas sociais que não foram suficientemente cooptadas por essa ordem distante, permitindo-nos problematizar a ideia que toma o lazer como expressão moderna, como se subsistisse unicamente ao consumo e à forma mercadoria. O cotidiano, portanto, revela as frestas/táticas: “chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. (...). A tática não tem lugar senão o do outro”. (DE CERTEAU, 2014, p. 94).

Buscando operacionalizar empiricamente o instrumental teórico até aqui esboçado, apresenta-se a sistematização de duas observações realizadas na cidade de Altamira, as quais reiteram; de um lado, a coação/domínio materializados em função de ação de agentes hegemônicos, próprio da cidade moderno-ocidental; de outro, as insurgências que ocorrem *na*

e pela apropriação coletiva da cidade⁵⁷.

Trata-se de dois campeonatos de futebol de várzea planejados e organizados pelos próprios sujeitos. O primeiro ocorreu no segundo semestre de 2021⁵⁸ no perímetro contíguo à “Avenida Perimentral⁵⁹”. Tratou-se da terceira edição do “campeonato de veteranos Parque do Igarapé Altamira”.

Como o nome sugere, o evento ocorreu no Parque do Igarapé Altamira, uma espacialidade sobreposta a antigos bairros como o bairro Sudam I, Açaizal⁶⁰, Brasília, Centro, e também por microterritorialidades como o Baixão do Tufi⁶¹, Rua dos Operários, Rua do ferro velho. O Parque foi construído mediante a expulsão de milhares de pessoas que ocupavam o entorno do Igarapé Altamira, os quais foram remanejados para os chamados RUCs.

A ocorrência deste campeonato consiste num eloquente exemplo de tática (DE CERTEAU, 2014, p. 94) que se materializa pela ação coletiva dos despossuídos, refletindo os contra-usos da cidade. A ideia de contra-usos, postulada por Leite (2002), reside numa intencionalidade coletiva, cujo sentido consiste na apropriação da cidade onde os espaços urbanos são alçados a condição de espaços públicos.

Em 2021 o campeonato contou com 12 equipes inscritas (mesmo número na edição de 2022), com jogos acontecendo sempre aos domingos⁶². Uma singularidade do evento tem a ver com os nomes das equipes que, aludindo à memória (coletiva), revelam um forte apelo territorial, a exemplo dos times do “recreio” e açaizal”, bairros/territorialidades que atualmente inexistem em função da remoção compulsória⁶³, mas que subsistem enquanto espaço de sociabilidade e pertencimento territorial (figura 2).

⁵⁷ Ver Mendes, Gomes e Amaral (2022).

⁵⁸ No ano 2022 acompanhamos a IV edição do Campeonato do Igarapé Altamira, vencido pelo time do Açaizal.

⁵⁹ Formalmente, avenida Jader Barbalho.

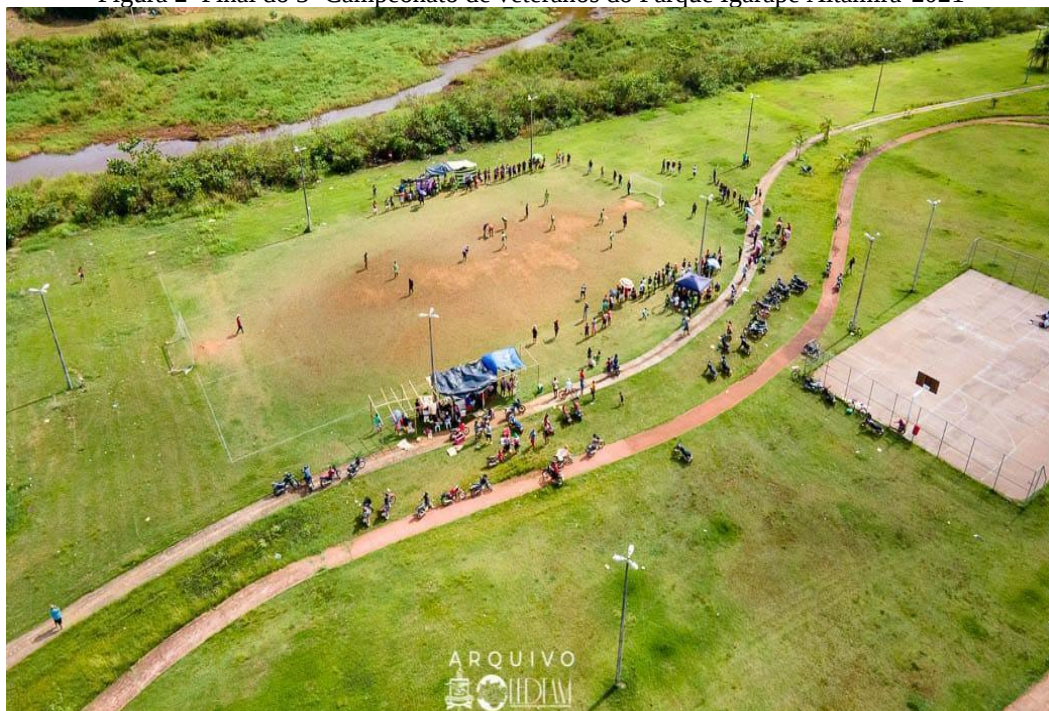
⁶⁰ Recentemente entrevistamos Josinei Feitosa, reassentado no contexto da UHBM e antigo morador do “Açaizal. Entrevista Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M2PrTwcHiSY>.

⁶¹ Conforme estudo de Moreira; Silva e Herrera (2015).

⁶² Em 2022 a final entre o time do *Anchieta* e do *Açaizal* ocorreu no sábado (08/10/2022) às 16 horas.

⁶³ Segundo Miranda Neto (2014) o número de removidos/reassentados, no contexto da UHBM, ultrapassou 22 mil pessoas. A empresa concessionária de Belo Monte, todavia, considera que esse número gira em mais ou menos 16 mil, já os movimentos sociais, a exemplo do Movimento do Atingidos por Barragens (MAB), afirma que esse número apresentado pela concessionária está subestimado.

Figura 2—Final do 3º Campeonato de veteranos do Parque Igarapé Altamira-2021



Fonte: Pesquisa de campo (2021) – acervo LEDTAM (2021).

O conteúdo da figura 2 revela a intencionalidade técnica, política e jurídica plasmada enquanto objeto paisagístico que se efetivou desconsiderando as particularidades climáticas da cidade, a exemplo do clima quente e úmido. A ausência de equipamentos de lazer pertencentes ao cotidiano das pessoas, associado a ausência de vegetação nativa, reafirma a existência estratégica do Parque do Igarapé Altamira, reiterando aquilo que na teoria Lefevriana considera-se como a representação do espaço.

Ainda assim, a existência do Campeonato de veteranos Parque do Igarapé Altamira, confere sentido prático a argumentação de Leite (2002) a respeito dos contra-usos da cidade, materializados quando os sujeitos imprimem outros sentidos aos espaços urbanos.

No caso do Campeonato veteranos Parque do Igarapé Altamira, alguns aspectos merecem ser aprofundados, a começar pela atuação do senhor Édson da Silva (ou simplesmente “Caranguejo” como é chamado por todos). Édson da Silva tem ampla capilaridade social perante os jogadores, a equipe de árbitros, os técnicos e as torcidas em geral. A concepção e execução do evento fica a seu cargo/responsabilidade, revelando dois momentos distintos.

No momento anterior a execução do evento, Édson se dedica a captar patrocínios junto aos empresários e setores públicos locais a fim de subsidiar principalmente as premiações⁶⁴. O segundo momento coincide com a execução dos jogos durante todo o campeonato, contexto em

⁶⁴ No ano de 2022 a equipe campeã (Açaizal) levou R\$ 3.000, 00 em dinheiro.

que o mesmo atua na resolução de múltiplos conflitos, especialmente relacionados a arbitragem e a questões de ordem disciplinar entre jogadores.

Em relação a essa última (questões disciplinares) observou-se uma alta habilidade com que o mesmo conduz a resolução destas eventualidades, chegando até mesmo instituir normas como a possibilidade de exclusão de jogadores que se envolvem em brigas, o que desde o início foi aceito por todos os membros do campeonato. Até a edição de 2022 não se observou conflitos que ensejassem a exclusão de nenhum participante.

Outra questão a se destacar tem a ver com liderança que certos sujeitos desempenham perante o coletivo a fim de organizar um time, pagar inscrição, organizar a torcida e as confraternizações pós-jogos. Ao longo das últimas três edições do campeonato do Igarapé Altamira acompanhou-se de perto o papel que Alfred Silva Vieira, um servidor público municipal e morador do bairro Açaizal, desempenhou na organização e liderança do time do Açaizal no campeonato do Igarapé Altamira.

Do mesmo modo que senhor Edson da Silva, Alfred S. Vieira goza de grande prestígio ante a coletividade, desempenhando um papel central, especialmente em relação à formação do time, escalação e liderança durante os jogos, compra de bebidas e comidas para a confraternização pós-jogo, aquisição de patrocínios para custeio do pagamento da inscrição, viabilização de um local propício para a confraternização, atividades que excedem em muito o conceito de técnico, como é ostumeiramente é chamado.

Alfred S. Vieira gerencia diversos conflitos internos, especialmente relativos à substituição de jogadores e a contenção de membros da sua torcida que costumeiramente ficam atrás da meta adversária desconcentrando o goleiro, o que é rapidamente repreendido pelo árbitro e reiterado pelo seu Edson.

Chama atenção o modo calmo e empático com que Alfred S. Vieira se porta em relação a todos os envolvidos no campeonato, atributos que o tornam muito respeitado tanto pela sua equipe/torcida como pelos demais sujeitos envolvidos no evento (figura 3).

Figura 3—Alfred Vieira concede entrevista antes da final do campeonato/2022.



Fonte: pesquisa de campo (2022).

Como destacado, a construção do Parque do Igarapé Altamira ocorreu mediante a expulsão de milhares de famílias do entorno do Igarapé Altamira. O bairro do Açaizal (que dá nome a equipe liderada por Alfred S. Vieira) foi um dos mais afetados, contexto em que seus antigos moradores vivem hoje espalhados pelos quatro RUCs e demais bairros da cidade. Ainda assim, a pesquisa de campo permitiu captar nuances representativas desse universo que é o cotidiano.

A existência desse campeonato de várzea consiste num contraponto a dimensão normatizadora, violenta e estratégica instituída no contexto das remoções compulsórias e do processo de requalificação urbana patrocinado pela Norte Energia no âmbito da UHBM. Pode-se afirmar que a estética do Parque do Igarapé Altamira e do processo de requalificação urbana não conseguiu aniquilar os conteúdos da ordem vivida que re-existe no tempo-espço para além de eventual noção de “*extinção*”⁶⁵:

Professor só ratificando [*sic*] um pouco aí a sua fala: ele [refere-se ao bairro Açaizal] não está extinto por completo. Sentimentalmente ele jamais será extinto, mas também fisicamente ainda existe uma boa parcela do bairro. (JOSIAN BRAGA, EX-MORADOR DO BAIRRO AÇAIZAL-Entrevista concedida em 15/05/2022).

A fala do entrevistado, em tom de correção à pergunta do pesquisador, revela o nível de consciência histórica ao mesmo tempo em que reflete a potência de uma pesquisa construída com pessoas a partir de uma observação participante.

⁶⁵ Ao formular a pergunta sugeri que o bairro do Açaizal havia sido extinto, pelo que fui corrigido. Tal fala do entrevistado revela, precisamente, o sentido prático do cotidiano.

Ao nível cotidiano, o campeonato confere sentido material a laços de solidariedade reforçando, ao nível das microrrelações, densas redes de solidariedade, configurando-se, literalmente, num jogo jogado com o terreno “que lhe é imposto tal como o organiza uma lei de uma força estranha” (DE CERTEAU, 2014, p. 94).

A existência deste campeonato de várzea permitiu visualizar outras permanências como é o casarão (figura 04), uma edificação existente no limite do atual Parque do Igarapé e o que antes era um dos núcleos do bairro Açaizal. O casarão consiste num espaço de referência para os antigos moradores do bairro Açaizal, cujo elemento de mediação no pós Belo Monte tem sido o futebol.

Na semana que antecedeu a final do IV campeonato do Igarapé Altamira/2022, Alfred S. Vieira coordenou a aquisição das contribuições para custear a compra de bebidas e a contratação das bandas de pagode e de *rock*, reiterando que, independente do resultado da final, a festa estaria garantida. Foram arrecadados mais de R\$ 3.000,00, integralmente investidos na confraternização do título do campeonato (figura 4).

Figura 4– Confraternização após a final do campeonato do Igarapé Altamira/2022.



Fonte: pesquisa de campo (2022)

Convém destacar que os dados aqui apresentados não seriam possíveis sem uma imersão em campo, mas sobretudo pela interlocução e interação com os membros da equipe Açaizal. Essa interação construída em mais de três anos (inclusive acompanhado a equipe noutros

campos de várzea de Altamira) possibilitou que se acessasse e conhecesse nuances sutis do cotidiano desses sujeitos, fato que não seria possível apenas com a aplicação de questionários.

Ser apresentado a torcida e ao grupo de jogadores pelo Alfred S. Vieira, como também receber o convite para a comemoração do título da IV edição do campeonato de veteranos do Parque do Igarapé Altamira no casarão, revestiu-se de singular significado para alguém que se propôs a fazer pesquisa com pessoas.

Acessar o casarão, uma espacialidade tão representativa para os sujeitos do Açaiçal, mostrou-se um momento permeado de significados, possibilitando-me compreender melhor as contradições trazidas pela UHBM, mas ao mesmo tempo enxergar com mais propriedade a potência espacial que tem o fenômeno do lazer na vida cotidiana.

Subjacente a uma política de requalificação urbana operacionalizada no contexto da UHBM o 3º campeonato veterano Igarapé Altamira, configura-se numa espacialidade que articula e agrega, pelo viés do lazer, centenas de sujeitos removidos das suas territorialidades que agora ocupam o Parque para além da sua institucionalidade, reavivando laços de memória e pertencimento, elevando o espaço a uma condição verdadeiramente pública.

Outra ocorrência do lazer que demonstra o agenciamento por parte dos sujeitos que acompanhamos no ano de 2021 foi o campeonato do “Poeirão”, atualmente na sua 33ª edição e que, historicamente, acontecia no bairro Jardim Independente II.

A partir dos anos 2000, muito em função da especulação da construção da UHBM, cujo contexto implicou na intensificação urbana em Altamira, o referido campo foi desativado. Conforme ocorreu no parque do igarapé Altamira, a antiga espacialidade do Poeirão passou por um amplo processo de redefinição, abrigando atualmente o primeiro condomínio fechado de Altamira (o Jardim Tropical).

Essa mudança provocada no contexto da urbanização e da construção da UHBM fizeram emergir táticas no plano coletivo que se deram pela mediação com a Prefeitura Municipal de Altamira (PMA), ficando acordado que uma determinada área do Estádio José Marino Bandeira de Matos – “Bandeirão” – seria cedido aos sujeitos historicamente usuários do Poeirão.

Como ocorre no campeonato do Igarapé Altamira, o campeonato do Poeirão acontece independentemente da concepção da PMA, planejado e executado por pessoas sem vínculo com o poder público, como é o caso do seu “Lulu”, um adepto do futebol que goza de grande prestígio perante a coletividade esportista de Altamira e que organiza o evento desde o ano de 1982.

Diferentemente do campeonato do Igarapé Altamira, cujos participantes são em sua maioria ex-moradores do entorno dos igarapés Ambé e Altamira (removidos para os RUCs) a

escala do campeonato do Poeirão é mais ampla, recebendo equipes de vários bairros da cidade.

O 33º campeonato do Poeirão, subsistindo à expansão urbana, consiste num exemplo prático de experiências, ações e pensamentos que fazendo frente a uma lógica dominadora, reflete a potência do plano vivido.

O estádio “Bandeirão” com o campo e suas lógicas oficiais, coexiste ao Poeirão que destituído de regularidades formais, explicita os contornos do cotidiano que num ponto é normatizador, linear, noutro ponto é maleável, difuso, por onde as táticas coletivas se efetivam.

Acompanhar a 33º do campeonato permitiu-me constatar algumas questões pertinentes e que podem se somar ao debate aqui proposto. A primeira delas refere-se a força dos sujeitos ante a formalidade do ente municipal, ou seja, a organização coletiva permitiu que se chegasse a um acordo com a prefeitura municipal de Altamira para a cedência de uma área do estádio municipal.

Outra questão tem a ver com os níveis de solidariedade e reconhecimento que se materializam entre os sujeitos copartícipes do campeonato, a exemplo do grande prestígio dispensado ao seu *Lulu*, conforme fala de um torcedor: “O secretário de esporte nunca jogou peteca com a gente (...), olha nosso secretário ali” (Torcedor do time do Recreio- entrevista em 19/12/2021).

A frase proferida pelo torcedor no dia da final do campeonato do Poeirão problematizava, de forma jocosa, a representatividade do atual Secretário Municipal de Esporte e Lazer de Altamira (SEMEL) perfilado entre as equipes momento antes do início da partida válida pela final do 33º campeonato.

Ao mesmo tempo em que o torcedor questionava a formalidade do ente municipal na ocasião representado por seu Secretário Municipal de Esporte e Lazer, reafirmava a legitimidade política e social do membro da comunidade que organizava o campeonato: “olha nosso secretário ali”⁶⁶ (torcedor 1 do time do Recreio – entrevista em 19/12/2021).

Longe de polemizar-se esse acontecimento pelo viés político *stricto*, o que se pretende destacar é o modo com que as pessoas cotidianamente criam e mantêm laços de sociabilidade capazes de viabilizar momentos de interação e lazer, em que pese a ausência do Estado” (figura 5).

⁶⁶ O entrevistado faz referência ao organizador do evento, conhecido como “Lulu” do Poeirão.

Figura 5–Final do 33º campeonato do Poeirão-cidade de Altamira/2021



Fonte: Pesquisa de campo (2021)–acervo LEPURB-UFPA.

A figura 5, resume, ousa-se afirmar, o núcleo desta tese: formas-conteúdo que, de fora e de longe parecem antagonizar-se, mas concretamente revelam-se uma unidade: “Trata-se de um movimento progressivo–regressivo que se reatualiza no tempo, redesenhando, monotonamente, a trama do cotidiano” (MASCARENHAS, 2003, p. 122).

Essa unidade cotidiana existe na medida em que os significados do espaço (espaços de representação) contrapõem-se às representações do espaço, que na cidade capitalista fundamenta-se na segregação e na negação do sentido público da cidade aos sujeitos.

Por isso o campo do Poeirão destacado na figura 5 revela a concretude do cotidiano, exigindo analisá-lo não apenas como elemento da paisagem ou mero substrato material, mas como síntese do espaço-tempo em movimento onde as experiências de lazer ressignificam o sentido público da cidade.

Como sugeriu Magnani (2020)⁶⁷, trata-se de olhar a cidade não apenas como um espaço de dominação, mas combinando a análise macro (o olhar seria o de fora e de longe), com as características dos contra-usos (o olhar seria de perto e de dentro), a partir do que a cidade se apresentaria como unidade que só existe pelas diferenças que a constituem, ou como Moreaux

⁶⁷ MAGNANI, Guilherme. Abrindo as fronteiras da Etnografia urbana: entrevista com o Professor Dr. José Guilherme Cantor Magnani. [Entrevista concedida ao laboratório de Estudos Populacionais e Urbanos da UFPA]. MENDES; F. J. da C; MIRANDA NETO, J. Q. de. LEPURB, Altamira-PA, Nº 1, p. 1-25, novembro, 2020. disponível em: www.lepurb.com.br/post/entrevistamagnani.

(2013):

Pensar a articulação entre o concebido e o vivido se torna crucial, pois entendemos que é fácil denegrir o urbanismo dominante, ao nível da teoria, mas não podemos negar que a operação de planificar concretamente e materialmente o espaço urbano é extremamente complexa. Sem dúvida, os urbanistas que agem diretamente sobre o real não menosprezam inteiramente a dimensão do vivido. (MOREAUX, 2013, p. 16-17).

A expressão entre o vivido e o concebido, aludida no título dessa tese, não se constitui numa compreensão disforme do pensamento Lefevriano (que é tríade, e dialético). A opção pelas dimensões do vivido e do percebido justificam-se porque trazem, em si, as contradições, os limites e as possibilidades do cotidiano do qual as experiências do lazer são um nexo: “Além disso, nem tudo é programado, capturado, a cotidianidade, como resíduo, dá lugar ao informal, ao espontâneo”. (DAMIANI, 2002, p. 163-164).

Tanto o Campeonato do Poeirão, quanto o Campeonato veterano Parque do Igarapé Altamira só existe pela ação e experiência coletiva dos próprios sujeitos, materializados para além da chancela das entidades/instituições e autoridades oficiais do município⁶⁸.

Tais constatações conferem legitimidade às ideias formuladas no plano teórico: a de que, em que pese a programação e alienação do cotidiano, porosidades se formam por onde escapam práticas e experiências pertencentes ao plano vivido “Há dominação pela lógica. É o espaço formal que impera. O cotidiano e o vivido lhe escapam”. (DAMIANI, 1999, p. 52).

Sendo assim, o cotidiano é o lugar das possibilidades, das fugas, das efemeridades. Maffesoli (2018), por exemplo, chama atenção para não cedermos ao “fanatismo” de que o lazer sucumbiu a mercantilização e considerarmos as chamadas “utopias intersticiais” que, nas suas palavras, são os pequenos nichos, as brechas onde é possível recuperar a existência⁶⁹.

Nesta perspectiva, se é verdade que sob os efeitos do capitalismo mundial o movimento de reprodução e concentração ampliado acelera o processo de pauperização, fabricando miséria, intensificando desigualdades e gerando alienação, é certo dizer também que coexistem as “contra-racionalidades”, quando as populações se apropriam de padrões, valores, signos, tradições, normas, condutas e ideais com os quais nutrem suas formas de resistir, de lutar e de se emancipar (MASCARENHAS, 2003, p. 140).

⁶⁸ A organização do campeonato do poeirão fica a cargo do senhor Lulu, já o campeonato do igarapé é organizado pelo senhor Edson (carinhosamente chamado de “caranguejo”).

⁶⁹ De acordo com o conteúdo do documentário “Ócio, Lazer e Tempo Livre” disponível em: <https://sesctv.org.br/programas-e-series/documentarios/?mediaId=1dd88d71d70d907794b6d7e45cd4e2b1>

Em Lefebvre (1991), é no espaço vivido que se encontram as maiores possibilidades de se entender o cotidiano, embora nele se manifestem as maiores contradições do espaço social.

o importante é assinalar desde agora sua simultaneidade e sua relação. O cotidiano é o humilde e o sólido, aquilo que vai por si mesmo, aquilo cujas partes e fragmentos se encadeiam num emprego do tempo. E isso sem que o interessado tenha de examinar as articulações dessas partes. É, portanto, aquilo que não tem data. É o insignificante (aparentemente; ele ocupa e preocupa e, no entanto, não tem necessidade de ser dito, é uma ética subjacente ao emprego do tempo, uma estética da decoração desse tempo empregado. É o que se une a modernidade. (LEFEBVRE, 1991, p. 31).

É nesse espaço sólido que entrecruza fragmentos aparentemente insignificantes e simultâneos que o lazer enquanto prática social se expressa, não de maneira “pura”, pronta e acabada, mas mediada pela contradição presente na totalidade. Tal é o contexto que verificamos no contexto do campeonato do Poeirão e do Igarapé Altamira. A materialização desses dois eventos reforça, ao nível cotidiano, a coexistências entre aspectos gerais e singularidades próprias do espaço socialmente construído:

o estudo da vida cotidiana oferece um ponto de encontro para as ciências parcelares e alguma coisa mais. Mostra o lugar dos conflitos entre o racional e o irracional na nossa sociedade e na nossa época. Determina assim o lugar em que se formulam os problemas concretos da produção em sentido amplo: a maneira como é produzida a existência social dos seres humanos, com as transições da escassez para a abundância e do precioso para a depreciação (LEFEBVRE, 1991, p. 30).

O lazer aqui referido se concretiza a partir da interseção entre um lazer programado e aquele que emerge das práticas cotidianas. Tais práticas estão nas ruas, nos campos de várzeas, nas espacialidade insurgentes⁷⁰. Evidentemente, como sugeriu Maffessoli (2018) não se trata de negar o ideário mercadológico que prevalece nas cidades e no cotidiano, mas que a utopia vislumbrada por Lefebvre (2001) constitui-se na possibilidade da superação desse espaço abstrato pelo espaço diferencial.

Conforme a ideia utópica de cidade de que falou Lefebvre (2001) acredita-se que o lazer deve ser compreendido de forma similar. No cotidiano, deve ser o lazer expressão da vida que se organiza *por e partir* da efemeridade. Sua permanência não se condiciona à anuência do Estado, relaciona-se, mas não se subordina aos seus imperativos normativos.

Desse modo, não se admite que a fruição do lazer passe por uma ideia de política pública, conforme asseverou Mascarenhas (2005, p. 243-269) com o neologismo “lazerania”. Aliás, sobre essa forma predominante de vislumbrar a inserção de políticas públicas para o

⁷⁰ Conforme Leite (2002), Magnani (2002, 2018).

lazer, Starepravo e Bernabé (2018) produziram uma interessante reflexão, evidenciando aquilo que denominaram de presença ausente do Estado, revelando-nos que nem sempre os conteúdos das políticas públicas de esporte e lazer são formuladas e implementadas da base para o vértice da estrutura social, mas de modo oposto.

Ao longo dessa seção espera-se ter demonstrado que as expressões do lazer revelam-se enquanto nexos do cotidiano. Explorando duas ocorrências do lazer mediadas pela prática do futebol de várzea, demonstrou-se como essas experiências cotidianas revelam-se como potência espacial, a despeito da representação do espaço de viés tecnocrático.

Em que pese o acirramento da urbanização e da política de requalificação urbana, ambos processos catalisados no contexto da UHBM, as táticas coletivas e os contra-usos da cidade resignificam as perdas materiais e simbólicas causadas pelo ideário de cidade capitalista.

O cotidiano revela, em simultâneo, a dimensão hegemônica da cidade capitalista, cuja síntese é a coação e a alienação, e o espaço enquanto instância social onde as práticas sociais subsistem e subvertem continuamente essa tendência de homogeneização, conforme evidenciado nos dois casos tratados ao longo desta seção.

Trata-se do contraste entre a representação do espaço e os espaços de representação, onde as práticas de lazer evidenciam a contínua tensão entre as dimensões do vivido e do concebido.

Apesar de análise de Mascarenhas (2003, p. 122) enfatizar o caráter utilitário do lazer que se dá mediante uma crescente mercantilização, este autor reconhece as expressões do contraditório reveladoras do embate entre as forças sociais. O futebol de várzea tratado ao longo desta seção mostrou-se como singularidade em face da tendência racionalizadora com que a urbanização se fez/faz na cidade de Altamira.

Os dois campeonatos tratados ao longo desta seção revelam sofisticadas redes de interação e sociabilidade que superam em muito a liturgia de eventual disputa de um jogo de futebol. Os dois exemplos empíricos explorados ao longo deste capítulo permite que se pense o lazer para além de um produto mercantilizado ou de uma prática que se subordina ao mundo e ao tempo do trabalho.

Ao se apropriarem dos espaços urbanos, alçando-os a condição de espaço público, os sujeitos, coletivamente, criam espacialidades de lazer que se concretizam para além das formalidades institucionais ou do modo instrumental com que os espaços de lazer são concebidos.

1.3 Interdependência trabalho-lazer

Ainda que o debate atual acerca do lazer crescentemente admita como pressuposto epistêmico diferentes temáticas que em muito ampliam a configuração clássica das pesquisas, ousa-se afirmar que ainda hoje prevalece uma compreensão de que as experiências de lazer orbitam as do trabalho.

Pode-se dizer que o lazer até hoje não conseguiu efetivamente desvencilhar-se dos seus grilhões: o trabalho. Marx (1971) diria que este trabalho assume a forma externa, estranha ao homem, pois é concebido e gerido segundo a ética industrial, resultando numa dicotomia em relação às esferas da existência humana, a exemplo da clássica definição de Dumazedier (1973, p. 34).

Como demonstrado ao longo dessa tese, a visão que hierarquiza as experiências do lazer ao mundo do trabalho justificou no passado a emergência e a consolidação de um modelo de produção (o capitalismo) e, atualmente, serve como pretexto às barreiras de acesso ao lazer.

Na esteira desse cenário, o lazer se apresenta como um privilégio ou como uma prática social quase virtualizada, como se infere dos argumentos de De Masi (2000) com sua criticável ideia de “ócio criativo”

Trata-se, entretanto, de uma discussão para além da antinomia trabalho-lazer, destacando que no tecido social por vezes essas dimensões se interconectam. Longe de uma visão essencialista, trabalho e lazer configuram-se num imperativo ao entendimento da natureza humana, devendo ser entendidos como um meio e não um fim em si mesmo.

Ao longo desta seção recorre-se às ideias de Marx (1971) e de Paulo Neto (2011) para situar o modo com que o trabalho é instituído na ordem burguesa a fim de se evidenciar as determinações históricas capazes de explicar o lazer enquanto fenômeno histórico.

Como destacamos anteriormente, Lafargue (1999) foi um dos primeiros estudiosos a problematizar o trabalho com um sentido em si mesmo, centrando sua crítica ao modo patológico com o que o trabalho era encarado na sociedade capitalista:

Esta loucura é o amor ao trabalho, a paixão moribunda do trabalho, levado até ao esgotamento das forças vitais do indivíduo e da sua progenitora. Em vez de reagir contra essa aberração mental, os padres, os economistas, os moralistas sacrossantificaram o trabalho. (LAFARGUE, 1999, p. 07).

Para Lafargue (1999), na sociedade capitalista, o trabalho está condenado a degenerescência intelectual e a deformação orgânica daqueles indivíduos que vivem sob a égide da maquinaria industrial. Nesta sociedade, o trabalho não leva outro resultado senão a miséria,

a exploração, a degradação, a corrupção.

Contrariamente, a preguiça refere-se a retomada do controle da vida humana na sua fruição, no exercício de viver o cotidiano, a qual deve ser entendida como uma prerrogativa social que se gesta num tempo destituído desse trabalhado alienador que tanto empobrece o ser humano da sua humanidade.

É preciso reconhecer o caráter histórico da obra de Lafargue (1999), cuja crítica endereçava-se ao movimento proletário francês que considerara vitorioso o embate contra a burguesia em 1848, da qual resultara no “direito” de trabalhar por 12 horas. Para este autor a lei da produção capitalista se resume a:

Trabalhem, trabalhem, proletários, para aumentar a fortuna social e as vossas misérias individuais, trabalhem, trabalhem, para que, tornando-vos mais pobres, tenham mais razão para trabalhar e para serem miseráveis” (LAFARGUE, 1999, p. 20).

Considerando o tempo-espço em que o texto de Lafargue (1999) fora escrito, a palavra preguiça não deve ser entendida pelo viés da sua conotação semântica negativa, mas de forma contextual, já que as ideias desse autor problematizavam uma ordem diretamente ligada ao poder exercido pela igreja católica a partir dos dogmas do cristianismo. Aquela ética do trabalho, cada vez mais transformava o trabalho numa exterioridade humana, elidindo do processo as mediações históricas, distanciando o homem de si mesmo.

Todavia, conforme argumentou Marx (1971), pela forma mais avançada explica-se a menos desenvolvida, por isso explicar as características do tempo atual do lazer e do trabalho, pressupõem considerar as diferentes mediações entre essas duas categorias ao longo da história humana de forma processual.

Para Paulo Netto (2011), o pensamento de Marx (a respeito do trabalho e da ordem burguesa) não deve ser apreendido de maneira fundamentalista, pois todo modo de pensar corresponde a uma época. A riqueza teórica de Marx reside, na capacidade que o mesmo teve em relacionar diversas áreas de conhecimento para explicar o fenômeno sobre o qual investigava: a ordem da sociedade burguesa.

Evidentemente Marx não se propôs a estudar o lazer, mas seu método e sua sistematização teórica dão centralidade à categoria trabalho, daí porque se mobiliza esse teórico para realçar a interface trabalho-lazer, não como dimensões dicotômicas, mas como ocorrências históricas interdependentes possibilitando-se estabelecer uma crítica aos fundamentos epistemológicos dos estudos do lazer no Brasil.

Ao discutir a emergência da ordem burguesa, Paulo Netto (2020) utiliza-se dos

argumentos deixados por Marx, destacando que suas reflexões sucedem as de David Ricardo e Adam Smith. Não por acaso, toda a obra de Marx está fundamentada no que ele denomina de “*crítica*”, a exemplo da sua obra mais conhecida: *O capital: crítica da economia política*.

Nas palavras de Paulo Neto (2020) Ricardo e Smith estabeleceram a diferença entre a classe burguesa, o clero, e a aristocracia, pontuando a relação entre trabalho e produção. Isso está evidente nas ideias da economia clássica segundo a qual, a produção atrelada ao trabalho levaria a sociedade a um estado de equilíbrio e bem-estar social. Por aquela concepção, era como se o trabalho pavimentasse um caminho “natural”, um “*telos*”, ao que se chegaria a superação das inconformidades e assimetrias sociais historicamente instituídas.

Todavia, durante o século XIX ficou demonstrada que essa possibilidade não somente era impraticável, como as crises do capitalismo tonaram-se reiteradas e cada vez mais agudas na precarização do trabalho e nas condições sociais (PAULO NETTO, 2020).

É desse contexto que a partir de 1830 os estudos de Marx apontam na direção de uma crítica radical a esta forma de sociedade, especialmente no trato com o trabalho. Essa crítica baseava-se na problematização de que: se o trabalho é condição ao valor, por que os trabalhadores estavam cada vez mais empobrecidos?

A reação da elite econômica ocorre de modo muito rápido e a partir de 1840 o debate a respeito da economia é esvaziado do seu sentido político, tornando-se apenas uma disciplina. A partir de então a ideia de economia passa a refletir um debate desarticulado, refém de uma visão mononuclear a que Marx denominará de economia vulgar. No mesmo contexto, os argumentos de Marx postulam que a sociedade burguesa se funda na exploração do trabalho (PAULO NETTO, 2011).

Tal exploração está caracterizada numa incompatibilidade entre interesses do operariado e o da então classe dominante, a burguesia. O contradiscurso a teoria de Marx vem numa tentativa de esvaziamento da compreensão dessa incompatibilidade, como se houvesse no movimento da sociedade burguesa um movimento natural⁷¹, a-histórico, por isso Marx critica essa forma que insere o operário não como explorado, mas como “colaborador”.

A expressão colaborador escamoteia o conjunto de armadilhas dispersas naquilo que Marx explicou ao longo da sua obra. Ao deixar de ser trabalhador para tornar-se um colaborador instaura-se uma crescente noção de corresponsabilidade entre quem, não sendo mais um trabalhador, deve então colaborar para o sucesso da empresa. O trabalho torna-se emprego e o emprego um privilégio personalíssimo cuja inteira responsabilidade pela inserção e manutenção

⁷¹ Veja-se por exemplo a obra: *Princípios de Economia (Principles of Economics)* de Alfred Marshall (1997).

recai exclusivamente sobre o indivíduo⁷².

Na esteira de um mundo organizado segundo a lógica neoliberal, lazer e trabalho assumem contornos específicos e impõe grandes desafios a quem objetiva desvendar os nexos processuais que os compõem. As manifestações populares do início desse século, a exemplo da Primavera Árabe, protagonizada pelas sociedades do Oriente Médio e do norte da África, e as manifestações de 2013 no Brasil, fornecem um parâmetro para se compreender, no tempo atual, as contradições derivadas do mundo do trabalho. Como dito, essas ditas *crises* não são exclusividades da atualidade.

Em Marx elas não apenas acompanham o capitalismo como dão sentido a sua existência. Nesse sentido, acredita-se não ser viável explicar a atual “crise do trabalho” no Brasil apenas pela aprovação de uma Lei Complementar⁷³. É preciso compreender esse movimento de forma processual, sem o que o fenômeno do lazer passa a ser interpretado de forma descontextualizada, senão vejamos.

Em 1943 o governo de Getúlio Vargas publicou o decreto nº 5452/1943, conhecido como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que apesar das inúmeras modificações que se seguiram ao texto original, pode ser considerado como um avanço no campo trabalhista.

Todavia, conforme sugere Marx (1971) e Kosik (1976), a dimensão aparente de qualquer processo não é suficiente para explicá-lo. Fala-se isso porque, ao que me parece, a maneira como fora conduzida politicamente esse início do movimento operário no Brasil repercutiu centralmente na saúde do movimento trabalhista nacional, consequentemente nas práticas e concepções de lazer instituídas no Brasil, conforme argumentou Mascarenhas (2005).

Isso porque, paralelamente à CLT, criaram-se diversas instituições, a exemplo do Serviço Social da Indústria (SESI), criado em 1 de julho de 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), criado em 10 de janeiro de 1946, o Serviço Social do Comércio (SESC), criado em 13 de setembro de 1946 e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), fundado em 22 de janeiro de 1942. Juntas, formaram o sistema “S”, exercendo até hoje papel central na conformação da política de Estado relativo ao trabalho e ao lazer (quadro 6).

⁷² Mascarenhas (2000) faz uma boa reflexão a respeito.

⁷³ Sob a sugestão e coordenação do governo Michel Temer, aprovou-se no congresso nacional a chamada reforma trabalhista (Lei 13.467/2017).

Quadro 6–Atuação do “sistema S”

Modo de atuação	Instituição	Atuação
Atuação articulada-indústria	SENAI	Formação-Indústria
	SESI	Lazer-Indústria
Atuação articulada-comércio	SENAC	Formação- Comércio
	SESC	Lazer- Comércio

Fonte: organizado pelo autor (2020)

Um olhar apressado sobre os dados do quadro 6, talvez não possibilite extrair informações essenciais para se problematizar o modo com que a formalidade trabalho-lazer tem se configurado na estrutura estatal brasileira desde a década de 1940. Não é por acaso que a gênese do chamado “sistema S” coincida com a década de 1940, período em que se considera como o de maior avanço no campo trabalhista. Talvez por isso o “sistema S” seja patronal.

Esse modo de oferta e de acesso ao lazer, diretamente ligada a organização institucional do trabalho, condicionou as experiências de lazer (enquanto direito social) a iniciativas do Estado e/ou patronais, culminando naquilo que Mascarenhas (2005) denominou de subsunção formal do lazer.

A questão brevemente suscitada no quadro 6 cumpre a finalidade de problematizar a interface dessa estratégia estatal com a configuração do campo do lazer no Brasil. É Marcellino (2004) quem, ao realizar uma crítica a noção de ócio nas obras de De Masi, questiona a forma com que determinadas vertentes teóricas foram admitidas no meio acadêmico brasileiro. Diz o autor referindo-se a De Masi e a Dumazedier:

coincidentemente, os dois autores foram divulgados, no Brasil, principalmente a partir da mesma instituição, o SESC, Serviço Social do Comércio, vinculado ao patronato comercial - Dumazedier, nas décadas de 70/80, e De Masi; na década de 90. A ligação com o patronato também está explicitada no curriculum de De Masi, nas consultas às grandes empresas internacionais (MARCELLINO, 2004, p. 82).

Evidentemente, a afirmação em destaque não põe em xeque a vasta obra de ambos os autores, muito menos o papel social daquelas instituições, mas possibilita que se problematize a forma com que o lazer tem sido tratado no Brasil, especialmente a partir da segunda metade do século XX.

Tal contexto permite refletir não apenas a respeito da aparência do lazer que se nota nas fábricas, nas associações, nos clubes ligados ao Estado e/ou no patronato, mas como essa concepção se manifesta nos currículos das instituições formadoras, em seus quadros intelectuais

e na produção teórica do lazer no Brasil.

Destaca-se que, ao mobilizar o debate em torno da categoria trabalho no Brasil, refere-se às relações instituídas nesse país especialmente, a partir do século XX. Essa estrutura da qual o “sistema S” faz parte é apenas uma fração dos nexos que ajudam no entendimento sobre o modo com a dinâmica do trabalho no Brasil se constituiu. A esse respeito, Mascarenhas (2005) refere-se a uma espécie de aparelhamento lazer-trabalho que se dava por uma “tutela” do Estado, especialmente a partir dos anos de 1970.

Nas palavras de Mascarenhas (2005), no contexto da subsunção formal o lazer era tido como um salário indireto, uma compensação ao trabalho, consubstanciado no associativismo, no corporativismo, na ação dos clubes, das escolas, cenário que perdurou até os anos 1990. Durante esse período, o lazer condicionava-se em função do tempo livre de trabalho, em que a inserção de políticas disciplinarizadoras por parte do Estado tinham a função de reproduzir a força de trabalho.

Daí porque o tempo livre desse trabalhador necessitava ser “cuidado”, tutelado. O lazer ainda não significava uma mercadoria⁷⁴, ligava-se ao momento da produção e não a do consumo. Em síntese, lazer estava ligado a forma de produção e reprodução da força de trabalho (lógica fordista).

Em Mascarenhas (2005), de 1990 até os dias atuais prevaleceu a subsunção real. Ainda que se considere pertinente a contribuição de Mascarenhas (2005), opta-se por não se filiar a esse modo de compreender o lazer (totalmente subsumido a mercantilização).

Ao distanciar-se dessa ideia da subsunção real, aproxima-se das práticas que subsistem no cotidiano, são as permanências, ainda que cruzadas pela efemeridade do nosso tempo. Trata-se de reconhecer uma infinidade de ações, atos de re-existências⁷⁵, coexistentes a essa tendência hegemônica.

O que está sob a aparência desse processo (de primazia do mundo do trabalho), desnuda um cenário que explica potencialmente as bases teóricas sobre as quais se estruturam a anatomia do lazer, especialmente a concepção acadêmico-teórica do lazer Brasil⁷⁶. A aprovação da CLT como principal marco legal trabalhista do Brasil, coincidindo com a criação de organismos patronais, a exemplo do SESC, SESI, SENAC, não podem ser considerados mera casualidade.

Considera-se existir neste cenário uma correlação público-privada que concorre para uma espécie de controle total do tempo do trabalhador, com repercussões inclusive no modo de

⁷⁴ Essa defesa é feita por Mascarenhas (2005) ao que opõe os dois momentos (1970-1990, 1990- até os dias atuais).

⁷⁵ Sobre isso ver: Mendes e Amaral (2020).

⁷⁶ Ver Marcellino (2004).

se sistematizar conhecimento sobre o lazer, conforme denunciou Marcellino (2004). Esse controle parte das fábricas, das indústrias, estendendo-se às associações, aos clubes, em que o tempo fora do trabalho deveria ser utilizado numa atividade em articulação com os parâmetros do Estado ou da entidade patronal.

Entidades como a Associação Atlética Banco do Brasil (AABB), criada ainda no século XX, constitui-se num exemplo da forma com que o lazer atua/atuava como um instrumento de compensação ao trabalho. Soma-se a isso uma equivocada noção de lazer que se dá numa perspectiva utilitarista⁷⁷, a exemplo da ginástica laboral⁷⁸, prática inserida no decorrer da jornada de trabalho cujos efeitos naturalizam uma crescente precarização do trabalho.

Essa atmosfera induzida no mundo do trabalho fragiliza a forma de organização proletária que, ao aproximá-la demasiadamente da estrutura do Estado ou do patronato, leva-a a uma incompreensão do seu papel histórico, resultando numa espécie de simulacro de mediação, como se houvesse convergência de finalidade entre quem trabalha e quem domina os meios de produção.

O resultado não poderia ser outro; a hipossuficiência político-jurídica faz com que trabalhadores acabem por considerar revolucionário a normatização do pagamento de “horas extras”, ou do “adicional noturno”. A “vergonha” a que Lafargue (1999, p. 12-13) se referiu reside nessa insistente luta pelo trabalho e seus “benefícios”, fundados na lógica burguesa, ao invés do direito à preguiça.

Por isso, Lafargue (1999) não se equivoca ao afirmar que na sociedade capitalista trabalho pressupõe miséria, exploração e corrupção. O trabalho a que Lafargue nega não é aquele que condiciona a existência humana, mas o trabalho subordinado ao tempo das máquinas, ao tempo do relógio, aquele que artificializa a natureza e as coisas que dela derivam.

Não se trata de apresentar um cenário apocalíptico, muito menos refutar o trabalho como produção humana, mas questionar a maneira com que o trabalho tem sido instrumentalizado no seio dessa sociedade burguesa e que muitas vezes é legitimado por setores acadêmicos. Compreende-se que há uma interconexão trabalho-lazer porque não se pode pensar lazer numa sociedade sem trabalho, como também não é possível conceber uma forma de organização social sem lazer, diversão. O tempo livre, ou um tempo diferenciado do qual o lazer é espécie, não necessariamente precisa estar dissociado do mundo do trabalho e vice-versa.

Paradoxalmente, à medida que a humanidade avança no domínio técnico, aumenta-se a

⁷⁷ Refiro-se à definição de Marcellino (2000, p. 8).

⁷⁸ Atualmente são quatro os tipos de ginástica laboral: preparatória, compensatória, relaxamento, corretiva. Cada uma dessas corresponde a um determinado período da jornada de trabalho.

massa de desemprego, do subemprego, da miséria, da corrupção. Nunca se trabalhou tanto como no tempo atual, e nunca se teve tantos desempregados, certamente porque trabalho não é sinônimo de emprego⁷⁹.

Antídotos são apresentados na tentativa de equacionar esses problemas que nada mais são do que uma panaceia que no Brasil atual se manifestam por meio da chamada lei de terceirização⁸⁰, da reforma trabalhista⁸¹ que, não resolvendo, apenas acirram essas contradições oriundas da exploração do trabalho na ordem burguesa sob os auspícios do modo de produção capitalista.

Como observado por Marx (1971), as crises não somente acompanham o capitalismo como sustentam-no. No caso brasileiro, o final da década anterior e o início da atual constituem-se em exemplares do modo com que as crises se processam. As mencionadas reformas e instituições de marcos legais acirram uma polarização entre o lazer e o trabalho como se, especialmente nos grandes centros, essas dimensões se excluíssem mutuamente.

Basta pensar uma metrópole como São Paulo, com seu espaço urbano altamente fragmentado e com as relações de trabalho extremamente precarizadas, para se ter uma noção da forma com que o lazer se expressa: vendido como privilégio.

Institutos como a pejetização⁸², a uberização, o teletrabalho⁸³ e outra infinidade de estratégias contemporâneas acirram a profunda ruptura entre o trabalho como natureza humana e o trabalho como artificialismo. O lazer como parte de um tempo diferenciado minimiza-se na exata medida em que o cenário de precarização se consolida. A atualidade de Lafargue (1999) reside na inversão da pauta: não se trata de mais trabalho, trata-se de menos trabalho alienado.

Mascarenhas (2000) resume as características do tempo atual envolvendo o trabalho, para quem o excedente da força de trabalho não é mais conjuntural, e sim estrutural. Daí porque o autor considera que:

Nesse sentido, o ajuste neoliberal-novas tecnologias-opera por exclusão com a destituição dos direitos sociais e políticos. Sua ofensiva é tamanha que faz do emprego/trabalho um privilégio e, na crise, vale mais a iniciativa daquele que vive o

⁷⁹ No momento em que esta tese é escrita, existem pelos menos 12 milhões de desempregados, com outros milhões largados à própria sorte do trabalho informal, precário e *uberizado*.

⁸⁰ Lei nº 13.429/2017.

⁸¹ Lei nº 13.467 de 2017, a qual inseriu profundas mudanças na CLT possibilitando que ao empregador negociar diretamente com o trabalhador. Antes, essa medida era feita entre sindicatos nos chamados dissídios coletivos.

⁸² Considerada fraude no mundo do trabalho, a pejetização refere-se a mudança da personalidade, de física para jurídica com a qual passa-se a firmar o contrato de trabalho. Na prática é uma forma de minimizar e relativizar direitos trabalhistas que passam a ser incorporados a empresa e não ao trabalhador.

⁸³ O chamado *home office*, “moda” no contexto da pandemia do Covid-19, levou a indústria/a empresa para dentro das casas dos sujeitos, gerando um verdadeiro caos social, possibilitando-nos questionar, mais uma vez, a equivocada ideia de “ócio criativo” defendido por De Masi (2000).

perigo e horror de uma atividade que lhe garanta a sobrevivência enquanto resultado direto. O que importa é “ganhar a vida”. Não advogo, com isso, o fim do trabalho, muito menos a conversão da atividade ilegal e “criminosa” em trabalho regulamentado, pois criminosa vem sendo a ação que nos expropria de direitos (MASCARENHAS, 2000, p. 83).

Para o autor, ainda que as pessoas estejam sem trabalho/emprego, não é correto afirmar que as mesmas gozam de tempo livre, já que estão ocupadas procurando sobreviver, quer seja empreendendo à margem da lei, quer seja perfiladas na escuridão do desemprego.

[...] A inexistência do emprego e, em alguns casos, a impossibilidade de trabalho, apresenta-se não como situação, mas como processo permanente que se abate sobre o mundo contemporâneo com repercussões sobre a organização e o funcionamento de toda a sociedade (MASCARENHAS, 2000, p. 84).

Evidentemente não se nega os problemas sociais que figuram historicamente no Brasil, como também não se advoga em favor da ingênua noção de que o lazer a tudo pode resolver e em todo lugar está. Lazer é parte constitutiva da sociedade e não necessariamente o antídoto que a tudo cura.

Considera-se, portanto, que o lugar privilegiado das experiências do lazer é o cotidiano, exatamente por ser nesse espaço onde se concentram as maiores contradições como também as maiores possibilidades sociais. Talvez um reposicionamento metodológico possibilite visualizar mais do que o tempo das necessidades ou apenas o desalento da informalidade. Para isso o olhar e audição de quem observa precisa estar atento e em sintonia com o cotidiano, com a fugacidade dos processos sociais.

Ainda que muito coerente a linha de argumentação seguida por Mascarenhas (2005), não parece razoável o que ele denominou como sendo o tempo das necessidades, isto é, aquele que prevalece integralmente sobre o cotidiano das pessoas, segundo o qual, não somente a possibilidade do lazer lhes é retirada como a de viver, pois como esse mesmo autor argumentou: “O lazer, somado a outras manifestações que se situam neste tempo, materializa-se enquanto um rico espaço para o exercício de ser livre” (MASCARENHAS, 2000, p. 86).

Todavia, não se edifica a argumentação de forma ingênua, isto é, há uma tendência e um conjunto de forças estruturais que tendem a homogeneização de práticas e a sua consequente hegemonização, tudo isso envolto numa atmosfera hostil, especialmente aos mais pobres⁸⁴.

⁸⁴ Ao longo deste trabalho a palavra “pobre” aparecerá diversas vezes. Chama-se atenção, porém, que este adjetivo não supõe, de modo algum, compreensão minimalista da sua extensão semântica, como facilmente o reduzem a

Por isso, considera-se insuficiente pensar o lazer e suas contradições apenas a partir de uma oposição tempo-livre x tempo de trabalho, ou condicionando-o a uma liberdade conquistada a partir de um jogo prepositivo *no* e *do* tempo livre. Se o lazer sofre a interferência nociva do sistema econômico hegemônico, também é verdade que insurgências se sobressaem às porosidades desse sistema e isso sem dúvida é algo de singular relevância para refletirmos acerca do lazer no cotidiano.

Ao longo dessa seção problematizou-se a clássica definição do lazer que condiciona sua prática a liberação das atividades laborais. Tal visão dicotômica é, por certo, reveladora de uma ética burguesa cuja operacionalização se deu muito em função do poder da igreja católica e da emergência da classe burguesa no hemisfério ocidental.

Nesse contexto, o lazer é secundarizado enquanto prática, recaindo sobre o trabalho a centralidade da vida social. O que Lafargue (1999) denunciou foi uma espécie de loucura que acomete a humanidade que trabalha segundo às leis das máquinas.

Nesta seção, buscou-se enfatizar o modo com que historicamente o lazer é relativizado enquanto ocorrência, bem como a forma utilitária que assume em certos contextos. No Brasil, organismos paraestatais, a exemplo do “Sistema S”, influenciaram sobremaneira a morfologia do lazer, repercutindo inclusive na produção teórica, conforme demonstrou Marcellino (2004).

Está evidente que, historicamente, há uma tendência a uma hegemonização das práticas do lazer, a qual ocorre muito em função da estrutura social brasileira que é desigual e de matriz colonial. Ainda assim, considera-se haver diferentes práticas que escapam, como também re-existem a essa lógica hegemonizadora e utilitária que se impõem em relação ao fenômeno do lazer.

Essas re-existências somente poderão ser visualizadas pela superação de uma visão dicotômica lazer-trabalho, compreendendo-se que os sujeitos do Brasil real sempre estabeleceram práticas significativas de lazer no cotidiano.

O capítulo seguinte visa ampliar o debate em torno do lazer, destacando a processualidade com que as experiências do lazer se materializam na cidade de Altamira.

antônimo de riqueza. Tal compreensão, por certo, revela uma ótica capitalista perversa passível de contestação como o fez Brum (2021, p. 87): “Manter essa multidão heterogênea de pessoas que constitui a maioria da população humana do mundo como o falso genérico chamado “pobres” é essencial para o funcionamento do capitalismo. Mesmo a esquerda mais radical não questiona o conceito de pobreza. Ao contrário, a pobreza é vista como uma condição que precisaria ser superada apenas do ponto de vista material; enquanto conceito, enquanto *éthos*, quase nunca é questionada”

CAPÍTULO II– ENTRE MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS: o fenômeno do lazer e a cidade moderna-ocidental.

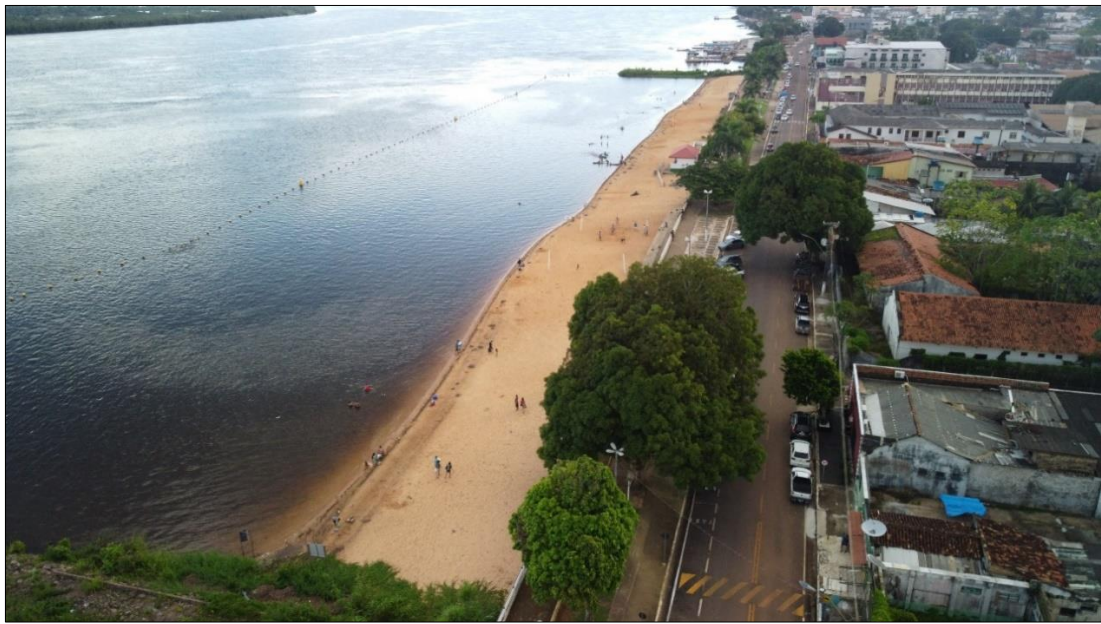


Figura 6–Praia artificial da orla de Altamira-PA

O conteúdo da figura 6, realçada na abertura deste Capítulo, consiste num esforço de se caracterizar o que aqui se considera como sendo mudanças e permanências, pelo que se busca mediações com o objeto em debate.

O destaque à imagem da Praia Artificial da Orla de Altamira (figura 6) revela, como a própria semântica sugere, a recente redefinição sócio-espacial presente na cidade de Altamira-PA, permitindo-se formulações teórico-metodológicas em face do que aqui se convencionou chamar de mudanças e permanências.

Ao longo deste capítulo, discutir-se-á o modo processual com que as experiências do lazer em Altamira gradativamente incorporaram elementos modernos, cuja configuração acaba por irromper determinadas lógicas e padrões sociais. Admitindo-se o fenômeno do lazer como nexos do espaço, discute-se o entrecruzamento de expressões que remetem ao vivido, e experiências diretamente atreladas a externalidades, com forte apelo mercantil.

A primeira dimensão aludida no título desta seção (mudanças) refere-se à dinâmica da reprodução do capitalismo, especialmente pela instituição de novas lógicas sócio-espaciais no espaço, a exemplo dos projetos de infra-estrutura. Já as permanências, refletem particularidades ligadas ao lugar, subsistindo numa intensa relação cidade-rio.

Não se trata, todavia, de uma visão linear dos acontecimentos como se a existência de uma dada realidade extinguisse na totalidade a sua predecessora. Trata-se de analisar esse contexto a partir de uma perspectiva complementar e coexistente.

Os estudos de Martins (2014) e Mendes (2018) constituem em referências pertinentes para se compreender como determinadas inflexões sócio-históricas ocorrem ao nível da Amazônia e particularmente na cidade de Altamira-PA.

Nos dois casos, as mudanças e as permanências que ocorrem tanto em nível de região Amazônica, quanto em nível da cidade de Altamira-PA, exige que se admita a existência de um ideário cujos desdobramentos implicam uma “razão urbana”.

Em mediação com as reflexões feitas por Martins (2014), considera-se que esse cenário de mudanças e permanências está diretamente relacionado a ideia de modernidade, um debate que ainda hoje ocorre de forma simplista, especialmente por reavivar a simples oposição moderno x tradicional⁸⁵.

⁸⁵ A ideia de moderno ou modernidade aparece em Gomes (1996) como um mito portador de um conjunto de verdades instituídas a partir do chamado século das luzes, iluminismo. Alerta este autor que a ideia matriz de modernidade, ao contrário do que parece, não se erigiu de forma unívoca. As contra tendências, opostas ao movimento da modernidade, concorreram em igual forma para que essa ideia de modernidade se constituísse.

Este capítulo é composto por três seções teórico-empíricas. Em “a concepção moderna de cidade e o fenômeno do lazer em Altamira-PA”, problematiza-se o modo com que as formas urbanas de Altamira estão consubstanciadas a um modelo instrumental de cidade, cujos efeitos impactam diretamente às experiências do lazer.

Na segunda seção “entre a gratuidade e a mercantilização do lazer em Altamira-PA” demonstra-se como as experiências do lazer em Altamira, historicamente ligadas à dinâmica ribeirinha, num dado momento incorporaram formas-conteúdo fortemente mercantilizados e pouco conciliados com o rio.

Na última seção do capítulo “da velha Altamira às novas espacialidades do lazer: (des)encontros de tempo-espaço” propõe-se uma atualização dos argumentos de Mendes (2018), para quem emergência de uma “Nova Altamira” extinguiu na totalidade as formas e o conteúdo da velha Altamira. Neste momento, argumenta-se que embora tenham surgido espaços de lazer mais ao centro da cidade, não é razoável afirmar que a beira-rio perdeu protagonismo.

2.1 A concepção moderna de cidade e o fenômeno do lazer em Altamira-PA

Ao longo da sua obra, Lefebvre (2001, p. 78), caracterizou os principais estágios históricos da cidade ocidental. Inicialmente, tais cidades foram marcadas por uma condição predominantemente política, seguida por características comerciais até incorporarem um padrão industrial. O autor destaca ainda a existência de uma zona crítica onde as formas espaciais explodem, gerando um conjunto de conteúdos que estão para além da sua infraestrutura da cidade, trata-se do da emergência do urbano.

A cidade e os conteúdos urbanos que passaram a existir com o tempo da maquinaria industrial rompe com as características da cidade comercial, pautando-se sobretudo pela inconciliação sociedade-natureza, contexto em que determinados conteúdos do plano vivido acabam extintos ou (trans)formados.

De modo resumido, a cidade ocidental tal qual se conhece atualmente tem como condição para a sua conformação as características da cidade industrial brevemente enunciadas⁸⁶. Tal é contexto da cidade de Altamira, cuja configuração sócio-espacial está diretamente relacionada à subordinação dos valores locais a universalidades, refletindo esse ideário moderno.

⁸⁶ Em “o direito à cidade”, Lefebvre demonstra como a ideia de filosofia e de cidade ocidental apartaram-se completamente de uma noção de totalidade, subordinando-se ao caráter instrumental do Estado.

Nas palavras de Martins (2020) o tema da modernidade está profundamente comprometido com o do progresso, sendo ainda hoje confundido com o tema do moderno em oposição ao tradicional, num curioso reavivamento das concepções dualistas dos anos cinquenta e sessenta (MARTINS, 2020, p. 17).

Fato é que essa invenção (da modernidade) implica centralmente na conformação das cidades, basta considerar o modo com que Altamira nasce (a beira-rio), mas tem sua expansão marcada pela disjunção do rio, contexto em que o eixo rodoviário passa a ter singular importância.

A questão a ser problematizado nesta seção não é necessariamente o hibridismo⁸⁷ das formas espaciais de cidades como Altamira, mas o modo com que as cidades de concepção moderna-ocidental não admitem como possível conciliar-se a determinados elementos da natureza, a exemplo do rio.

A resultante desse processo é uma ambiência que pouco prestigia os conteúdos da ordem vivida, dos quais as experiências de lazer são elementos indissociáveis. Cabe, entretanto, buscar compreender como ocorrem as inflexões nas formas-conteúdo da cidade e suas implicações no cotidiano das pessoas. Tal raciocínio em espiral fornecerá bases para se discutir como as experiências do lazer em Altamira são impactadas pela materialização desse ideário de cidade a que temos nos referido.

Os estudos de Gomes (2002), Habermas (1984) e Arendt (1989), discutidos de forma mais ampla na seção 4.2.2 dessa tese, demonstram como gradualmente a cidade pensada enquanto fato histórico incorporou outras lógicas, a exemplo da ruptura da lógica privado-patriarcal na sociedade grega ou, da emergência dos Estados-Nação no contexto da ordem burguesa.

As reflexões de Gomes (2002) e Habermas (1984), possibilitam reafirmar que as cidades ocidentais são marcadas por uma racionalidade, cuja resultante é a atomização do sujeito e uma crescente artificialização das formas-conteúdo que ocorre pela incorporação de padrões exteriores ao local.

Buscando correlações que melhor exemplifique esse ideário de cidade moderna-ocidental, ousa-se elencar uma referência ao campo literário, cujo conteúdo permite ampliar a temática aqui suscitada. A referência é Ulisses, personagem a partir do qual Homero (2011)

⁸⁷ Ao longo deste trabalho ora aparece a expressão cidade ribeirinha, ora cidade beira-rio. Não é objetivo deste estudo caracterizar Altamira-PA como sendo ou uma cidade ribeirinha ou uma cidade beira-rio. Enfatizamos, todavia, o papel crucial que a inserção do modal rodoviário (Rodovia Transamazônica- BR 230) desempenhou para a conformação da cidade. Por isso, consideramos pertinente pensar a cidade de Altamira-PA como uma cidade híbrida, conforme argumentos de Trindade Júnior (2013, p. 16).

explora a astúcia como elemento essencial da racionalidade humana:

Pois bem; atende agora, e um deus na mente Meu conselho te imprima. Hás de as sereias Primeiro deparar, cuja harmonia Adormenta e fascina os que as escutam: Quem se apropinqua estulto, esposa e filhos Não regozijará nos doces lares; Que a vocal melodia o atraí às veigas, Onde em cúmulo assentam-se de humanos Ossos e podres carnes. Surde avante (HOMERO, LIVRO XII, VERSOS 26-34).

Pela citação, o ser humano precisa elevar-se para além dos elementos da natureza e o faz pelo uso da sua astúcia, a despeito da privação de determinados instintos humanos, como é o caso da audição. Nesta e noutras passagens homéricas visualizam-se elementos fundantes do pensamento moderno-ocidental, onde a natureza e os instintos humanos tornaram-se dimensões instrumentalizadas ante a razão humana.

Todavia, a mesma passagem literária permite estabelecer outras inferências com base no debate aqui proposto:

As orelhas aos teus com cera tapes, Eusurdeçam de todo. Ouvi-las podes Contanto que do mastro ao longo estejas De pés e mãos atado; e se, absorvido No prazer, ordenares que te soltem, Liguem-te com mais força os companheiros HOMERO, LIVRO XII, VERSOS 35-40).

Para além de um domínio da natureza ou da negação dos instintos humanos, a dissidência refletida na passagem em que Ulisses deseja e ouve o canto das sereias pode ser considerada um elemento residual coexistindo continuamente ao ideário racional. Trata-se de um conjunto de experiências privativas do ser humano, revelador de uma utopia cultivada pelo sujeito em face das possibilidades que estão para além da razão instrumental.

A modernidade como paradigma impõe ao sujeito essa aparente contradição, isto é, de um lado a necessidade de guiar-se por uma lógica estrita, de outro lado, as possibilidades sensoriais, sensíveis e significativas que podem emancipar o sujeito.

Eis o contraste e a mediação que se observa no discurso e na configuração das cidades modernas-ocidentais, cuja tendência é negação dos elementos da natureza, em que pese a existência de conteúdos dissidentes presentes na esfera existencial dos sujeitos.

A premissa aqui defendida é que a cidade de Altamira (como as cidades modernas-ocidentais em geral) tem se constituído racionalmente, em que grande parte dos conteúdos do plano vivido estão submetidos a esse ideário. O desafio que se impõe, é decifrar os determinantes históricos deste processo.

Figura 7–Bancos na orla de Altamira-PA.



Fonte: Mendes (2019)

O conteúdo da figura 7 é emblemático e resume a digressão feita até aqui. Dar as costas ao rio revela a visão urbana perpetuada no ideário moderno de cidade, onde o rio deixa de ser admitido como elemento orgânico da cidade, assumindo uma posição meramente paisagística.

Essa inconciliação cidade-rio remete a um tipo ideal de *urbe* que nas palavras de Lobato e Bahia (2020) reflete uma transição sangrenta que ocorre pela negação da psicosfera da floresta em função da psicosfera urbana. Tal parece ser o contexto da configuração da cidade de Altamira, ou seja, uma cidade que se ergueu negando o rio na sua complexidade, limitando desta forma as experiências do lazer.

Ainda que construído noutra escala de análise, um exemplo que pode agregar ao debate aqui suscitado, foi apresentado por Trindade Júnior, Silva e Amaral (2008) para quem as concepções e práticas de planejamento e gestão urbanos em Belém-PA priorizam áreas centrais da cidade, criando a ambiência de: “virar as costas para os rios”.

Em Altamira, os diferentes hotéis a beira-rio reiteram a instrumentalização do espaço, cuja referência ao rio Xingu reaviva o apelo mercantil a oferta de serviços de lazer nesse espaço ribeirinho. O rio, que antes tinha uma centralidade mais ligado à dinâmica vivida, agora corre sob e em frente a esses estabelecimentos cujas *selfies* alimentam as páginas virtuais de sociabilidade do tempo atual.

Outro aspecto que marca a configuração das cidades modernas, cujos efeitos repercutem

nas práticas de lazer, tem a ver com a localização das habitações das camadas empobrecidas. Na cidade capitalista esse nicho populacional tem um lugar de existência, e não é o centro da cidade.

No poema “*Les Yeux Des Pauvres*— os olhos dos pobres”⁸⁸ –, Charles Baudelaire (1961) capta e retrata em detalhes o contexto social da cidade de Paris sob o efeito da política urbana de Haussmann:

Essa família de olhos não apenas me enternecia, mas fazia com que me sentisse um pouco envergonhado de nossos copos e garrafas, maiores que nossa sede. Voltei meus olhos para os seus, querido amor, para neles ler meus pensamentos; mergulhava em seus olhos tão belos e tão estranhamente doces, nos seus olhos verdes habitados pelo Capricho e inspirados pela Lua, quando você me disse: “Essa gente é insuportável com esses olhos abertos como passagens para carroças! Você não poderia pedir ao maître para tirá-los daqui?” (BAUDELAIRE, 1961).

A época histórica retratada no poema de Baudelaire (1961) remonta ao século XIX, contexto em que as formas urbanas de Paris refletiam uma política de requalificação urbana que não admitia como possível a presença dos pobres em certos lugares. Surgia então os *bulevares* como locais privilegiados das classes abastadas, na medida em que as camadas empobrecidas eram expulsas para o subúrbio da cidade.

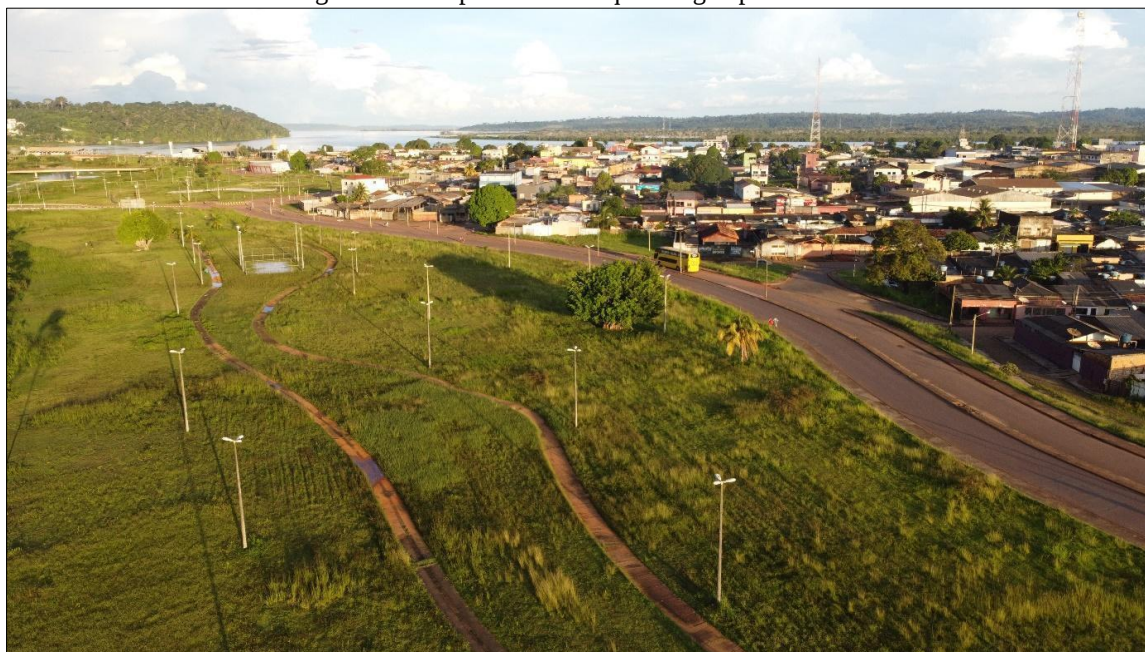
Na escala regional, o trabalho de Bahia (2012) demonstra como Antônio Lemos instituiu fielmente a concepção urbana da Haussmann na cidade de Belém-PA, criando um espaço segregado (pela expulsão dos pobres do centro da cidade) e induzindo a valorização do solo urbano nas áreas centrais.

Para além da referência a Baudelaire (1961) e Bahia (2012) o determinante, mais uma vez, é compreender que o ato de expulsar os pobres do centro da cidade configura-se num método incorporado no contexto das cidades modernas-ocidentais.

No caso de Altamira-PA, especialmente no contexto da construção da UHBM, ao se expulsar os pobres do centro da cidade e das margens dos rios erigiu-se verdadeiros “espaços de desencontros” como discutido recentemente em Mendes *et al* (2021). Deste cenário, emerge uma cidade espacialmente dispersa, contexto marcado pela ampliação das barreiras de acesso ao lazer (figura 8).

⁸⁸ Baudelaire (1961).

Figura 8–Vista parcial do Parque do igarapé Altamira



Fonte: pesquisa de campo (2022)

Foto: *digimarketing agência*

A figura 8 denuncia, a partir dos elementos da paisagem, uma espacialidade timidamente articulada ao cotidiano das pessoas, especialmente pela pouca quantidade de árvores nativas, mas sobretudo pelo “vazio demográfico” produzido pelo processo de remoção compulsória.

A criação dos parques lineares em Altamira-PA, por exemplo, somente foi possível pela expulsão de pelo menos 22 mil pessoas da região central da cidade e das margens dos três afluentes urbanos do rio Xingu (MIRANDA NETO, 2014).

Foram as remoções compulsórias que conferiram sentido prático-operacional a um método de viés estratégico, estando diretamente relacionados a extinção dos baixões (CUNHA, 2021) e de microterritorialidades (MOREIRA; SILVA e HERRERA, 2015).

Desse modo, instituiu-se um padrão urbano marcadamente ordenado, quer seja pela instituição de outro tipo de moradia, onde os RUCs são a proeminência desse processo, quer seja pelo incremento de outra espacialidade do lazer, subordinado a um padrão requalificador, onde os parques lineares são os maiores exemplos.

Para além do processo de expulsão dos pobres do centro da cidade, da criação de espacialidades pouco articuladas ao cotidiano das pessoas, podemos notar em Altamira a (trans)formação das formas-conteúdo de espacialidades a margem do Xingu. Dois exemplos reiteram tais argumentações. O primeiro deles é a criação da Praia Artificial da Orla (temática tratada de forma específica na seção 3.1 desta tese), seguido pelo amplo processo de requalificação do Porto Seis (temática tratada de forma específica na seção 3.3 desta tese). Se

considerarmos os dois casos não seria demasiado afirmar que o tempo atual de Altamira-PA e o tempo dos lazers subordinam-se ao tempo da NESA e das turbinas de Belo Monte⁸⁹.

Conforme ocorreu na passagem Homérica quando a espontaneidade humana precisou ser contida e racionalizada, a cidade de Altamira (como as cidades modernas em geral) se ergue contendo e negando seu caráter orgânico. Ao se considerar a dinâmica ribeirinha retratada na figura 7 (banco de costas para o rio), constata-se que o espaço da cidade é produzido numa tentativa de incompatibilizar os conteúdos do plano vivido com os elementos da natureza, privilegiando-se “ações de fora para fora” (MENDES, 2018, p. 16).

Tais externalidades consubstanciam-se nos chamados projetos de requalificação urbana, os quais estão diretamente relacionados à valorização do solo urbano, já que as quase 500 ha de território urbano (a chamada ADA Urbana) exerceriam um papel de ativo especulativo, o qual num futuro médio teria seu uso redefinido, a exemplo da exploração imobiliária ou de empreendimentos privados de frente ou sobre o rio (*waterfronts*), conforme Amaral (2005.)

A despeito da (questionável) justificativa utilizada pela empresa concessionária de Belo Monte para remover as pessoas das margens dos rios urbanos, o que se destaca é como essas intervenções reiteram a existência de um ideário que não concebe como possível a mediação/interação sociedade-natureza/cidade-rio.

Ao longo dessa seção discutiu-se o modo processual com que o ideário de cidade se constituiu no mundo ocidental (MIGNOLO, 2005). Utilizando-se de referências, inclusive ao campo literário, demonstrou-se que no hemisfério ocidental a conformação da cidade, tendencialmente, se revela enquanto dimensão instrumental, pois se constitui negando os conteúdos do plano vivido e os elementos da natureza.

Muito em função desse caráter racionalizador, as experiências do lazer nos espaços da cidade ocorrem de maneira artificializada e marcadamente mercantilizadas. A considerar a realidade de Altamira, especialmente no contexto da UHBM, enfatizou-se a concretização do ideário moderno que se instituiu negando a conciliação cidade-natureza, privilegiando a remoções dos moradores do entorno dos rios e do centro da cidade, pelo que se justifica a criação dos parques lineares e de bairros segregados (os RUCs).

Se o personagem Homérico resume a primazia da razão instrumental existente no pensamento ocidental, também convida a se admitir como possível as dissidências que ocorrem enquanto pensamento, desejo e ação humana.

⁸⁹ No chamado “hidrograma de consenso”, ação capitaneada pela NESA, a finalidade é definir a quantidade de água que deve passar pela volta grande do Xingu (onde moram indígenas e outras populações tradicionais) e a quantidade a ser desviada para geração de energia. Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=fh1mwIwOzLw>

Trata-se de, como sugeriu Lefebvre (1991), negar a concepção moderna de mundo que aprisiona o cotidiano e suas expressões, reivindicando ao mesmo tempo a apropriação do tempo e do espaço, anistiando-os do domínio da racionalidade, conforme fizera Ulisses.

O irreduzível, parte do espaço diferencial, constitui-se em resíduos portadores de uma potência que, ao contrário dos fundamentos do mito moderno, podem caminhar ao encontro do corpóreo, dos múltiplos sentidos humanos. Esses são os limites e as possibilidades que se chocam e se interpenetram na cidade moderna capitalista.

No caso da realidade de Altamira, notou-se que determinados acontecimentos como a construção da UHBM aceleraram determinados processos, especialmente aqueles ligados a expulsão das camadas empobrecidas do centro da cidade e das margens dos rios, justificando-se ações de requalificação urbana onde as formas da cidade progressivamente se dissociam da natureza e de outros conteúdos do plano vivido.

Ainda assim, a potência humana se coloca para além da razão instrumental, pois reside nos sentidos humanos que em articulação podem conferir outros sentidos às formas e aos conteúdos da cidade.

2.2 Entre a gratuidade e a mercantilização do lazer em Altamira-PA

Os estudos de Lefebvre (1991), compreendem o lazer como parte integrante do cotidiano, inicialmente sendo caracterizado como expressão de festa e gratuidade. Ocorre que no mundo moderno cada vez mais essa expressão cotidiana tem se tornado um produto, por isso este autor sugere que se recupere as experiências do cotidiano não apenas como mera reprodução da vida.

Ao considerar a ponderação apontada por Lefebvre (1991), mas também os argumentos de Martins (2014) e Magnani (2002) busca-se problematizar ao longo desta seção como as experiências de lazer na cidade de Altamira gradativamente incorporaram uma dimensão mercadológica.

Não se trata de identificar a gênese da sua forma-mercadoria, mas refletir acerca das contradições inerentes à vida cotidiana cujo sentido orienta-se por uma crescente relativização das práticas do lazer enquanto gratuidade. Demonstrar-se-á como se processaram as mudanças na trajetória do lazer, diferenciando práticas gratuitas daquelas mercantilizadas.

De modo geral, trata-se da necessidade de se distinguir práticas que se articulam predominantemente ao uso, daquelas vinculadas à troca. As sociedades urbanas atuais são marcadas, predominantemente, por essa contradição que captura elementos de uma ordem

próxima ao sujeito e as incorporam a um conjunto de signos representativos de um discurso baseado na dominação.

Mascarenhas (2005, p. 200-206) discute acerca do “êxtase-lazer”, cujo sentido enuncia as características hedonísticas da atual sociedade do lazer. A subsunção real a que se refere Mascarenhas (2005), revela a crescente artificialização onde a prática reveste-se de passividade ante a fantasmagoria que encobre o lazer.

Ao opor o sentido de uso ao de troca, Lefebvre (1991) constrói seus argumentos a partir da noção de apropriação e de propriedade, onde apropriação não deve ser entendida na sua forma caricaturada, como sendo aquela que restringe a apropriação real ou conforme Marx (1971).

A apropriação *sensível* da essência e da vida humanas, do homem objetivo, das *criações* humanas para e por meio do homem, não deve considerar-se apenas no sentido do *ter*. O homem apropria-se do seu ser unilateral de uma maneira compreensiva, portanto, como homem total. (MARX, 1971, p. 141).

Para Seabra (1987), a propriedade relaciona-se a quantidades, a restrições, a atributos que não corroboram à emancipação humana, diferentemente da apropriação que pode privilegia o todo em movimento. Por isso, ainda que exista uma tendência à dominação no sistema capitalista, especialmente pela ideia da propriedade, existem diversas práticas, hábitos e costumes que escapam a esse cenário.

Ao se considerar a escala e as contradições do sistema capitalista, o fenômeno do lazer se materializa, ora tendendo às formas mercantis, ora tendendo às práticas do cotidiano banal. Ao longo deste trabalho tem-se argumentado que é no cotidiano que se estabelece uma disputa pela prevalência das formas-conteúdo do lazer.

Os shoppings, os pubs, as grandes casas de festa, a televisão e suas extensões telemáticas marcam uma realidade que se baseia na homogeneidade da mensagem. Por outro lado, os bares, os campos de várzea, a margem do rio, realçam a heterogeneidade das práticas de lazer, contrapondo-se a tendência homogeneizadora.

Mas afinal, como caracterizar o fenômeno do lazer como uma mercadoria? Talvez a pergunta mais apropriada seria: o que não é mercadoria? Fala-se isso porque esse instrumento que opera transformando *bits* em *bytes*, todo o conjunto *hardware*, a mesa sobre a qual está esse computador, os livros, enfim, quase a totalidade do que nos rodeia é mercadoria.

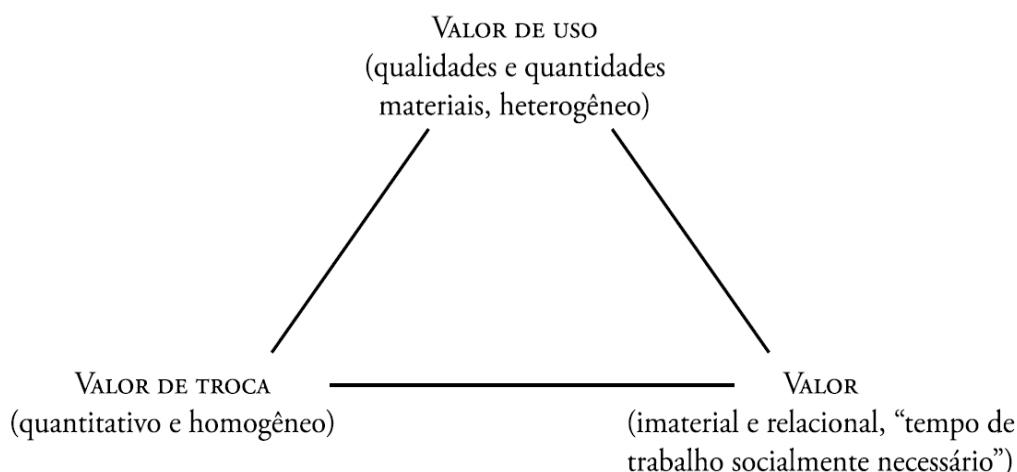
Como argumentara Marx (1971) a mercadoria é a forma mais cristalina, mais visível do capital: “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma “enorme coleção de mercadorias, e a mercadoria individual” como sua forma elementar”

(MARX, 1971, p. 157).

No modo de produção capitalista, a “enorme coleção de mercadorias” corresponde ao seu ideal de riqueza. Marx anteviu que no desenvolvimento do capitalismo a satisfação das diferentes necessidades humanas submeter-se-ia a exterioridade contida nas mercadorias.

Não há valoração moral quanto à maneira com que a mercadoria toma forma, e sim um entendimento de que a mercadoria corresponde ao trabalho humano cujo valor se expressa nessa relação dialética, ou seja, o valor é constitutivo da totalidade mercadoria expressando, ao mesmo tempo, um uso e uma troca.

Todavia, convém destacar que essa relação não é binária, mas sim tríade, isso porque, qualquer mercadoria expressa um valor que lhe é anterior, notadamente pelo empenho do necessário tempo de trabalho. Tomando como referência a leitura de Harvey (2013, p. 24) temos:



Fonte: Harvey (2013)

Em Marx (2008) o trabalho atua e se incorpora ao objeto, resultando no produto, numa mercadoria. Esse trabalho, privativo do homem, institui uma série de transformações sempre contendo um valor:

Os objetos de uso só se tornam mercadorias porque são produtos de trabalhos privados realizados independentemente uns dos outros. O conjunto desses trabalhos privados constitui o trabalho social total. Como os produtores só travam contato social mediante a troca de seus produtos do trabalho, os caracteres especificamente sociais de seus trabalhos privados aparecem apenas no âmbito dessa troca. Ou, dito de outro modo, os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre os produtores (MARX, 1971, p 207).

Tal contexto implica considerar as propriedades da mercadoria como sendo síntese de

determinações históricas, como uma construção social a qual não existe sem a ação (trabalho) humano. Advindos do “estômago ou da imaginação” a natureza das necessidades não é alterada, esse é o sentido da destituição moral do mundo da mercadoria; afinal a mercadoria se impõe como premissa ao modo de (re)produção capitalista.

Os exemplos trazidos por Mascarenhas (2005) como sendo o “êxtase-lazer”, a “compra divertida”, a “sociedade involucral”, o “mercolazer”, nada mais são do que expressões mercadológicas do lazer, pois nas sociedades orientadas pela lógica da reprodução capitalista, tais características tendem a destacar-se.

Na lógica dialética, as propriedades a que se referiu Marx (1971) devem ser considerados sob a perspectiva qualitativa e quantitativa. Sendo a mercadoria a forma com que se expressa a riqueza na sociedade capitalista, como compreendê-la para além da forma acabada, isto é, do seu caráter imediato?

Foi Polanyi (2000) quem apresentou uma síntese da forma com que a ideia de mercado (por equivalência a mercadoria) foi instituída socialmente. No seu trabalho, a defesa é de que a despeito do que a economia clássica prega, o mercado não é uma ocorrência natural, e sim uma correlação de forças onde o Estado exerce papel central (quadro 7).

Quadro 7–Ordem da produção e da distribuição, baseado em Polanyi (2000)

Tradicional		Ordem rompida	
<i>Até o Feudalismo</i>		<i>A partir do Século XIX</i>	
Reciprocidade	Simetria	Local	Mercadorias da região
Redistribuição	Centralização	Externo (internacional)	Especializava-se nos bens ausentes na região
Domesticidade	Autosubsistência	Interno (nacional)	Estado impôs sistema mercantil

Fonte: Polanyi (2000, p. 67-75)

Organizado pelo autor (2021)

Compõe a grande transformação a imposição por parte do Estado⁹⁰ de uma dinâmica mercantil que, retirando a cooperação regional, institui o mercado nacional, contexto que ocorre na medida em que aspectos como a simetria e a reciprocidade desaparecem. Notadamente, essa aparente naturalidade com que se apresenta a equivocada ideia de mercado, somente foi possível pelo exercício do poder coercitivo que emerge da estrutura do Estado-nação.

Dessa forma, não se trata de naturalizar esse processo, muito menos de interpretá-lo sob um ponto de vista moral, mas entender como essa unidade de valores se expressa nas relações

⁹⁰ Sobre a influência dos Estados-Nação na emergência do Estado moderno, Habermas (1984) apresenta uma importante contribuição a qual fora discutida com mais ênfase ao longo da seção 2.2 dessa tese.

sociais. Em outras palavras, como a mercantilização das práticas de lazer redefinem usos historicamente presente no espaço? É nesse sentido que se busca entender esse movimento do lazer em Altamira, não como fenômeno acabado, ou que começou com a construção da UHBM, mas como um processo com múltiplas mediações históricas.

Os argumentos de Trindade Júnior (2013) sugerem admitir as formas-conteúdo de Altamira-PA a partir de um caráter híbrido, onde as mudanças ocorridas em relação ao lazer revelam valores e costumes, que embora se expressando no cotidiano guardam as marcas do global.

Assim, se hoje o *shopping* concentra a multiplicidade de serviços de lazer, está aí caracterizada uma tendência vigente nos países emergentes⁹¹. Do mesmo modo, se o Rio Xingu se constitui num portfólio em cujo sentido repousa a ideia do lazer aventura, de um Turismo de Base Sustentável ou Turismo de Base Comunitária (TBC)⁹², esta aí caracterizado uma realidade marcada pela inserção de objetos técnicos, a exemplo da UHBM⁹³.

Entretanto, não se pode afirmar que tal cenário é privativo do tempo atual, embora nesse tempo sua forma seja mais contundente. Do mesmo modo, não se trata de periodizar o início da forma mercadoria do lazer como fez Mascarenhas (2005) ao traçar dois eixos: 1970-1990 (subsunção formal), 1990-até os dias atuais (subsunção real).

No caso de Altamira, as práticas do lazer têm uma orgânica relação com o rio, expressando aquilo que temos denominado de fluvialidades (discussão ampliada na seção específica 4.1). Trata-se de uma dinâmica que se materializa muito em função da ocupação urbana, a qual parte do rio em direção a floresta, especialmente sobre o leito dos afluentes e que tem sido a forma dominante com que o espaço da cidade é produzido, posicionando a dinâmica de Altamira-PA diretamente relacionada a dinâmica do rio, tanto na dimensão do uso, quanto na dimensão da troca.

A multiplicidade de processos e práticas expressas no interior desse cotidiano reafirma que esse espaço não pode ser considerado numa perspectiva unidimensional. Há elementos não capturados pela racionalidade, é o nível das pequenas relações, àquelas que fogem à linearidade do tempo cronológico ou da reprodução da lógica capitalista. Nessas duas camadas do cotidiano, excludentes, mas complementares, coexistem formas mercadológicas com formas de uso.

⁹¹ Sobre isso discutiu Mascarenhas (2005).

⁹² Ver Nunes e Menezes (2018).

⁹³ Ver: <https://www.instagram.com/viverdeamazonia/>

porque as relações de propriedade foram invadindo domínios amplos da existência, alcançando costumes e alterando-os. No entanto é no vivido, como nível da prática imediatamente dada, que a natureza aparece e transparece, como corpo, como uso. É nesse nível que o prazer, o sonho, o desejo se debatem, e que os sentidos da existência propriamente humana, não se deixando aniquilar, podem se insurgir. Possibilidade que funda nas particularidades (SEABRA, 1996, p. 74-75).

As particularidades a que se refere Seabra (1996) é o antagônico às universalidades que se projetam hegemonicamente sobre o espaço cotidiano, por isso o cotidiano programado não consegue aprisionar todas as formas, práticas e conteúdos humanos. Em Altamira sua forma urbana tende a negar sua condição ribeirinha, contrariamente aos conteúdos que permanecem com resistência a essa ordem instituída. A figura 07 (bancos na orla de Altamira), traz essa conotação de cidade constituída a partir do rio, mas que lhe dá as costas.

Esse caminho oposto à margem do rio reveste-se de exterioridades, de conteúdos artificiais pelo que, evidentemente, se paga. Surge um “Nova Altamira”, com outra estética, outros símbolos, com outra caracterização (MENDES, 2018). Tais espaços não necessariamente são mais “novos”, apenas portam a ideia do moderno, do externo ao local. A orla tem seu sentido redefinido, emergindo então outras centralidades do lazer, as quais reiteram a existência desse lazer mais mercantilizado (quadro 8).

Quadro 8—Espaços de lazer criados no contexto da UHBM

Estabelecimento	Tipo de espaço	Bairro	Dias de funcionamento
Santa Fé	Bar/restaurante	Premem	Todos os dias
Focus show	Casa de Show	Premem	Em geral, aos fins de semana.
Royale	Bar/restaurante	Explanada do Xingu	Todos os dias
Boteco da Maria	Bar/restaurante	Premem	Todos os dias
Divinas beer	Boate	Premem	Quinta a domingo
Zepelin	Bar/ restaurante	Explanada do Xingu	Terça a domingo
Caverna Pub	Bar/restaurante música ao vivo	Centro	Quinta a domingo
Empório Cosmopolita	Café, bar/restaurante	Independente I	Todos os dias

Fonte: pesquisa de campo (2021)

Para além dessa nova espacialidade do lazer que se verifica na porção central de Altamira conforme quadro 8, nota-se a emergência de outra lógica de lazer a margem do rio. Não se parte do novo, incorpora-se ao “tradicional” quase que num fetiche, onde as janelas, os decks são instituídos de frente ou sobre o Rio Xingu, num apelo estético que corrobora a ideia

de representação espacial minimalista e essencializada, decorrendo uma espécie de paradoxo: ou seja, um lazer no rio, mas fora dele.

O catamarã (balsa estilizada), já discutido por Mendes (2018, p. 72), é um exemplo cristalino a respeito do modo com que gradualmente o rio Xingu incorpora uma estética sensivelmente artificial, viabilizando a existência de um lazer cada vez mais mercantilizado e menos articulado a dimensão vivida (figura 9).

Figura 9–Balsa no Rio Xingu



Foto: David Alves

Como se tem destacado, não é interesse deste trabalho definir rigidamente início e fim de determinados processos, ainda que se reconheça que a construção da UHBM foi um evento capaz de acelerar e transformar múltiplos processos na cidade de Altamira.

A espacialidade, que não pode ser analisada apenas na dimensão dos objetos, coopera para que se instituem hábitos novos, dos quais decorrem outros conteúdos, outras ações. O *jet-ski*, a prancha de *stand up paddle*, o *paraglider*, o caiaque, o ciclismo, as corridas de rua, demonstram a incorporação de diferentes práticas e hábitos, dos quais decorrem conteúdos diversos em Altamira, especialmente no contexto pós- “Belo Monte”.

A festividade de São Sebastião, por exemplo, que se confunde com a própria história da

igreja católica e do município de Altamira⁹⁴, a partir de 2016, incorporou um padrão mais racionalizado. A inscrição *on-line* (tanto para corrida, quanto para a natação), a implementação de *chip*, no caso da corrida, somado ao fato de uma taxa à participação, que em 2020 foi de R\$ 75,00 para a natação (1.200 metros) são algumas das características que demonstram essa redefinição.

No caso dessa festividade esportivo-religiosa, tais mudanças precisam ser consideradas no todo, sobretudo pela associação de empresários locais que vinculam suas marcas ao evento, mas especialmente a empresa Norte Energia S.A que impõe sua marca ao evento (figura 10).

Figura 10– Patrocínio da Norte Energia em destaque- Travessia de São Sebastião



Fonte: arquivo próprio (2020)

Essa interferência vem consubstanciada num discurso de responsabilidade social para com a população da cidade e de sustentabilidade para com a biodiversidade da região. Há nessas ações uma intencionalidade discursiva que se nota na sua estratégia de *marketing*, como se ações pontuais e intermitentes tivessem o condão de equacionar os históricos dilemas sociais instaurados na cidade e acirrados muito em função da construção da UHBM.

Para além dessas ações ligadas a concessionária da UHBM, diferentes instituições públicas e privadas, especialmente academias e órgãos de segurança, têm promovido diversas corridas de rua realizadas a partir de um determinado padrão. Em geral, contrata-se uma empresa que fica responsável por toda a organização do evento, pelo que se cobra uma taxa a título de manutenção dessa logística (quadro 9).

⁹⁴São Sebastião é considerado o padroeiro da cidade de Altamira.

Quadro 9–Corridas de rua em Altamira no ano de 2019

Evento	Organizador	Condição
Corrida do Sesi	SESI	Pago
Corrida de Integração-UEPA	UEPA	Pago
Corrida de São Sebastião	Prelazia do Xingu-PMA	Pago
Corrida do Fogo	9º GBM	Pago
Corrida Duque de Caxias	51º BIS	Pago
Corrida da Energia	NESA	Gratuito
Corrida de academia	Academias de musculação	Pago

Fonte: organização do autor (2020)

Um fato merece ser destacado no quadro 9, ou seja, à exceção da “corrida da energia” em todas as demais cobram-se taxas à inscrição. Todavia, é necessário cuidado para não relacionar gratuidade com intencionalidade pois, a promoção da corrida pela NESA compõe a chamada “responsabilidade social”. No senso comum, induzido pela propaganda da empresa, é como se o patrocínio a eventos esportivos na cidade mitigassem ou sanassem os irreversíveis problemas por ela operacionalizados.

Em 2019 numa dessas ações de “responsabilidade social” a empresa realizou “oficinas” de vôlei de areia (figura 11), desenvolvidas na orla da cidade sob o olhar de diversos convidados, como do ex-velejadador olímpico Lars Grael.

A estrutura de som e palco denunciava que a logística estava sob o comando de empresas e pessoas externas a região Norte. Naquela ocasião a De Castilho Sports⁹⁵, empresa sediada no Rio de Janeiro com *expertise* na execução de eventos esportivos, era a responsável pela ação. Essa é uma face que se instaura no pós-Belo Monte, caracterizada por grandes eventos esportivos patrocinados pela gestora da UHBM em que a função social do esporte é instrumentalizado.

Ao contrário de ações duradouras, cuja centralidade deveria recair sobre os sujeitos, vê-se uma eventualidade de ações destituídas de valores e impacto social. A ação já vem pronta, quem planeja e executa são outras pessoas de outros espaços, de modo que os sujeitos da cidade desempenham papel secundário e o espaço mera função de “palco” (figura 11).

⁹⁵ <http://www.decastilhosports.com.br/wordpress/>. No ano de 2022, novamente a referida empresa foi a responsável pela execução do evento esportivo “1 volta ciclista de Belo Monte”.

Figura 11–Oficina de vôlei de areia em Altamira-PA.



Fonte: Mendes (2019)

Essa caracterização brevemente apresentada demonstra um momento em que a ação da NESAs repercute nos conteúdos do lazer, revestindo-se de um crescente artificialismo produzido “de fora para fora” (MENDES, 2018). Mais do que isso é a criação de uma ambiência semiótica operada pela NESAs, muito em função de signos, da sua logomarca que reafirmam no imaginário coletivo a falsa ideia de responsabilidade social.

Cresce a predominância de um lazer que se constitui em separado das necessidades imediatas, que incorpora a utilidade para a troca e ratifica interesses alheios ao bem comum. Isso não implica dizer que haja um aniquilamento das formas insurgentes do lazer que subsiste no espaço banal⁹⁶.

O valor que se esconde na mercadoria potencializa os conteúdos do lazer que se dão na forma de troca. Não sendo mais o lazer festa e sim espetáculo, o espaço de Altamira está contido nesse movimento que opõe formas e conteúdos relativos ao espaço vivido com aqueles que se incorporam a partir de exterioridades à dinâmica da cidade.

Em Altamira, nota-se uma contraposição entre um vetor moderno e aquelas práticas ligadas às permanências, ao que resiste, características que estão diretamente ligadas à forma com que o capital opera no lugar.

Ainda que Miranda Neto (2016) não tenha tratado especificamente sobre o fenômeno

⁹⁶ Originalmente, essa expressão foi apresentada por François Perroux, passando a ser mobilizada por Santos (1996) que constrói suas reflexões admitindo o espaço geográfico como uma categoria de análise social. Assim, nos argumentos de Perroux de quem Santos (1996) é tributário, o espaço banal é o local de realização da vida cotidiana, um espaço irreduzível.

do lazer em Altamira, considera-se pertinente a referência a seu estudo, pois o mesmo contextualiza de forma mais abrangente as transformações sócio-espaciais que ocorreram na esteira da construção da UHBM, especialmente aquelas associadas ao processo de reestruturação:

Em regiões onde o capitalismo se desenvolve de maneira menos dinâmica, os vetores da modernidade se estabelecem lado a lado de elementos cuja tradição é mais longa, mais profunda e enraizada no espaço (MIRANDA NETO, 2016, p. 38-39).

O autor trabalha com a ideia de reestruturação como sendo aquela ação ligada a ruptura e a estruturação como relativas às permanências. Compreender a mercantilização do lazer em Altamira, pressupõem considerar essas rupturas. Trata-se de novas dinâmicas que se instituem na relação sujeito-rio, mobilizando valores mais universais que na Amazônia assumem uma equivocada ideia de modernidade (MARTINS, 2020).

“Belo Monte”, entendido como um evento, refletiu boa parte dessa nova caracterização do lazer-mercadoria em Altamira, pois sua construção não apenas mobilizou vultuosos valores econômicos, como redefiniu lógicas sociais. Martins (2020) chama atenção para o *modus operandi* com que essa lógica se expressa em diferentes regiões da Amazônia: evidenciando formas arcaicas de exploração do homem pelo homem e do homem sobre a natureza.

Todavia, a Amazônia e seus processos não podem ser problematizados “de fora e de longe”. No caso de Altamira-PA, o Rio Xingu e suas possibilidades de uso e apropriação para e pelo lazer, crescentemente, tem sido limitado ante o valor de troca materializado pela dimensão hídrica com que este rio é mobilizado. De um ponto de vista formal e hegemônico esvaziam-se os conteúdos da ordem próxima do rio, admitindo-o como uma espécie de *comoditie* ou uma representação meramente estética.

Em Baudrillard (2011), o signo distingue a pessoa e cria, paralelamente, um fetiche marcado pela disseminação dos objetos em uma sociedade orientada pelo consumo. Para Carlos (2007), o modo de vida, mediado pela produção do capital, submete-se duplamente ao consumo das mercadorias. A primeira delas refere a imagem, uma espécie de virtualidade, a segunda; ao objeto mercadoria e em ambos os casos, alienam igualmente, reafirmando o postulado de Baudrillard (2011) a respeito da “sociedade de consumo”.

Tanto as considerações de Baudrillard (2011), quanto as interpretações de Carlos (2007), sugerem um entendimento da sociedade cuja mediação maior é o consumo que se orienta pelo modo de produção capitalista. Tais concepções teóricas, portanto, servem como

pressuposto para se refletir sobre o fenômeno aqui em debate, muito embora sejam necessárias maiores inserções às interpretações dos dois autores aqui mencionados.

No caso de Altamira, cidade historicamente mediada por grandes obras e objetos de infraestrutura, a objetificação das experiências de lazer em submissão a uma sociedade do consumo expressa apenas uma dimensão do processo que, como referido por Martins (2020), assume uma falaciosa ideia de modernidade.

Há, todavia, em contextos como o de Altamira-PA, uma estratégia hegemônica que opera ao nível discursivo, imagético, fazendo parecer adequado a superposição de uma realidade do lazer privado-mercantil ao público-gratuito.

A considerar o caso empírico desta pesquisa, esta estratégia hegemônica, entretanto, opera ao nível discursivo pelo que se incuti no imaginário social um ideário de lazer, baseado na mediaticidade conforme ações produzidas ou chanceladas pela Norte Energia. No entanto, em paralelo a esse nível de abstração, existem materialidades que ocorrem no plano concreto, quase sempre promovendo transformações nas espacialidades e nas práticas gratuitas de lazer.

Em Altamira, exemplos como o da oficina de vôlei e da travessia de São Sebastião, cuja programação submeteu-se ou foi concebida pela empresa NESA, são exemplos práticos de como a objetificação de práticas de lazer estão diretamente relacionadas a um ideário que opera ao nível discursivo, possibilitando-nos relacionar a realidade empírica e suas especificidades com as considerações teóricas a exemplo de Baudrillard (2011) e Carlos (2007).

Ao longo dessa seção viu-se não se tratar de uma busca pela gênese da mercantilização do lazer em Altamira. Isso não quer dizer que se deva prescindir da análise com que o capital se reproduz nessa região. Tal forma de reprodução ampliada escamoteia nexos viabilizados, quase sempre, por uma equivocada dicotomia moderno x tradicional, cujo sentido é a manutenção da exploração do sujeito em relação à natureza, cujo exemplo agregador nesse estudo é a UHBM.

Evidentemente, em Altamira-PA e na Amazônia de um modo geral, há formas e práticas variadas de lazer que subsistem na banalidade do cotidiano, no entanto, contra essas formas residuais impõem-se uma ordem formal e hegemônica, cuja expressão maior é a correlação Estado-setores econômicos que em conjunto redefinem lógicas do espaço. Eventos como a construção da rodovia Transamazônica (BR 230) e mais recentemente da UHBM são exemplos que ajudam a entender, como na Amazônia, o fenômeno do lazer é implicado.

Finalmente, conforme Marx (1971), a tendência a mercantilização é uma premissa a própria morfologia do capitalismo. Ainda assim, não se pode tomá-la como sendo uma dominação total, haverá sempre re-existências abrigadas na efemeridade do cotidiano. Esse

embate marca o (des)encontros de tempo-espço.

2.3 Da velha Altamira às novas espacialidades do lazer: (des)encontros de tempo-espço

Ambientado na década de 1970, Umbuzeiro (2017) descreve um conjunto de práticas cotidianas do lazer em Altamira, ocasião em que a orla da cidade exercia centralidade na vida dos moradores, posto que ainda não se acirrara, do ponto de vista das práticas do lazer, sua dimensão mercantil.

A bola já na mão e lá ia a molecada descendo chutado pro rio. E um atrás do outro de “faca” na água. 50, 100 metros... retorno pra beira. Ai o pega começava. Queria ver alguém mergulhar melhor que aqueles moleques de “bera” de rio. Toma “forço” e aparece lá na frente. Quem era triscado era o pegador. Os bancos das lavadeiras eram esconderijos. — Vamu pegá as canoa. Era sair na cata de umas duas desamarradas e com remos dentro. Ninguém roubava barcos ou remos. E tome remo na direção da ilha da frente. Descida estratégica na prainha. Tirar uns cajus. Remo na água. Volta apostada pra ver quem chega primeiro. Aproximação direta para o porto das irmãs (UMBUZEIRO, 2017).

Evidentemente não se propõe uma leitura essencialista das práticas existentes na cidade; muito menos um recorte temporal arbitrário do qual resultaria uma leitura anacrônica. Ao recorrer à crônica do escritor local, visam-se aproximações que possibilite compreender, a partir da ocorrência do lazer, as práticas que permanecem enquanto marcas no plano vivido.

Ao invés de essencializar as múltiplas formas de lazer existentes em cidades da Amazônia, busca-se evidenciar suas singularidades e os nexos que as mobilizam. Assim, como não é concebível um retorno ao “ócio perdido”⁹⁷, também não se trata de resgatar um contexto pretérito de Altamira e forçosamente relacioná-lo com o contexto atual do lazer da cidade.

Eventos como as “missões jesuíticas” – sendo a principal a chamada missão *Tavaquara* – retomada mais adiante, a implementações de grandes obras e projetos, constituem-se como fatos comuns nos diferentes momentos da história da cidade e correspondem, a bem da verdade, a um projeto de nação gerenciado pelas elites nacionais em sintonia com o ideário do capital transnacional.

O estudo de Castro (2014) considera que o chamado processo de modernização territorial (tanto em nível nacional, quanto regional e local), assumido de forma estratégica pelo Estado brasileiro, sobretudo pós-década de 1960, potencializou um conjunto de conflitos, tanto

⁹⁷ Inexiste no Castelhana o vocábulo lazer daí porque, nesse trabalho, quando a palavra “ócio” aparecer considera-se equivalente àquela.

na dinâmica urbana, quanto na dinâmica rural brasileira, acirrando a desigualdade social e as assimetrias inter-regionais.

No contexto da Amazônia Brasileira, tem-se notado que essa região desempenha um papel estratégico na agenda (inter)nacional, especialmente em se tratando de reserva de recursos naturais, a exemplo da mineração e da geração de energia por barragens. Becker (1997), considera haver um conjunto de políticas pensadas e implementadas a partir de um ideário externo, comumente aludindo a ideia de “modernidade” muito embora, como já salientado, tal concepção reflete um discurso falacioso.

Quer se afirmar com isso que, sendo o lazer um nexos do espaço, não é possível discuti-lo sem considerar as contradições do espaço Amazônico, brevemente enunciadas. O moderno representa mais que uma época, caracteriza uma forma de pensar, de agir, de vestir, de falar. Nesta modernidade⁹⁸, os símbolos e os signos estão submetidos a uma concepção abstrata em que a dinâmica da vida cotidiana, na sua dimensão vivida, perde centralidade frente a formas mais universalizadoras (MARTINS, 2020).

Esse ideário da modernidade tem implicações diretas na dinâmica do lazer, por isso o esforço desse trabalho é apresentar a realidade de Altamira-PA a partir de um encadeamento trans-histórico de modo a visualizar o que muda e o que permanece relativo ao lazer.

O conteúdo da crônica no início dessa seção revela uma temporalidade e um modo com que os sujeitos interagiam com determinados espaços da cidade, especialmente a beira-rio que apesar das diferentes mudanças porque passa a cidade, essa relação cidade-rio permanece. Os argumentos aqui postulados sugerem que as mudanças visíveis na escala do intraurbano em Altamira correspondem, invariavelmente, a materialização do ideário de que tratou Castro (2012) e Martins (2014), levando-se a considerar os Projetos de Grandes Escala (PGE), conforme Ribeiro (1987).

Articulado a essa ideia de modernização viabilizam-se, por toda a Amazônia, projetos como o da UHBM que no plano cotidiano provocam uma profunda inflexão espacial, por isso não é possível discutir a respeito das mudanças ocorridas na cidade de Altamira sem mencionar a construção da UHBM.

Nos argumentos de Mendes (2018), antes dessa mega obra a orla da cidade, especialmente a beira do rio Xingu e seus afluentes, exerciam centralidade no que se refere ao lazer, padrão rompido no pós-Belo Monte.

Essa nova espacialidade do lazer reflete os signos da modernidade e se configura,

⁹⁸ Reitera-se o trabalho de Gomes (1996) no qual apresenta a modernidade com um mito que se institui a partir de diferentes disputas no campo epistemológico.

marcadamente, pela mercantilização dos serviços e na elitização de determinados espaços. Espaços como bares e restaurantes, boates, casas de shows, pubs, os quais se localizam, majoritariamente, nos bairros centrais da cidade, reiteram esse diferenciador espacial que emerge no contexto da UHBM possibilitando-se reafirmar a existência de uma nova espacialidade do lazer em Altamira.

Embora compreendam-se como pertinentes os argumentos de Mendes (2018), considera-se oportuno atualizá-los, muito em função da necessidade de se analisar a realidade estudada para além de uma dualidade disjuntiva, isto é, a emergência de eventual espacialidade não pressupõe o aniquilamento da sua predecessora. Dito de outra forma, seria reducionista afirmar que apenas na Altamira Nova a dinâmica do lazer está mais mercantilizada e/ou elitizada.

A orla do cais, por exemplo, que nos argumentos de Mendes (2018) corresponde a Altamira Velha, não pode ser analisada de forma estática, como se suas formas e seus conteúdos do lazer permanecem vinculados a temporalidades pretéritas, como consta na crônica de Umbuzeiro (2017) citada na abertura desta seção.

Por outro lado, a ideia da “Altamira Nova” precisa ser analisada na sua complexidade, do contrário cair-se-ia no equívoco analítico de que falou Martins (2014) segundo o qual a ideia da modernidade consistiria numa espécie de oposição unívoca ao tradicional. A proposta de atualização dos argumentos de Mendes (2018), diz respeito a imperiosa necessidade de considerarmos que, mesmo na “Altamira Velha”, existe uma espacialidade do lazer que reflete novos padrões.

A respeito desses padrões que coexistem a uma “Altamira Velha” destaca-se uma espécie de reificação acirrada no contexto da UHBM que acaba por redefinir a dinâmica da beira-rio. Trata-se da institucionalização de novas lógicas espaciais onde o rio Xingu passa a legitimar outro ideário urbano. Desse contexto, três exemplos se destacam: o primeiro, são os bares e restaurantes, o segundo são os hotéis, finalmente; tem-se a nova espacialidade das praias artificiais (temática tratada na seção 3.1 desta tese).

A emergência de uma “Altamira Nova” do lazer, esta diretamente ligada as redefinições das formas espaciais, conseqüentemente dos costumes de grande parte das pessoas. Tendo por referência a orla de Altamira, até os anos de 2011 as ofertas de serviços de lazer estavam ligadas, sobretudo, a presença de bares e restaurantes que funcionava nos quiosques sob o controle da PMA (figura 12).

Figura 12–Quiosque na orla de Altamira



Fonte: pesquisa de campo (2022)

Foto: *digimarketing agência*

Como argumentado em caráter introdutório, a emergência de uma lógica não pressupõe o aniquilamento da sua predecessora, daí a sugestão de atualizar as reflexões feitas por Mendes (2018) a respeito da contraposição Altamira Nova x Altamira Velha.

Essa compreensão pode ser melhor desenvolvida a considerar-se o conteúdo da figura 12, pois ainda hoje permanece na paisagem da orla da cidade os quiosques aludindo a espacialidade pretérita, em que pese o crescente incremento de novas lógicas ligadas a oferta de serviços de lazer, a exemplo das balsas estilizadas, do amplo processo de requalificação e da presença intensa de empreendimentos a beira-rio como os hotéis e restaurantes, estes últimos materializados com um forte apelo a imagem do Rio Xingu (figura 12).

Os hotéis, os bares/restaurantes, imprimiram uma nova espacialidade do lazer na orla de Altamira e o fizeram especialmente pela captura da marca Xingu como um elemento que, no plano discursivo, confere legitimidade a oferta de serviços mercantilizados, e a uma territorialidade que, pela dimensão econômica, realça aquilo que Santos (2000) denominou como sendo o “lazer dos de cima”.

Desse modo, o Rio Xingu acaba sendo encapsulado, tornando-se refém da propaganda, das estratégias de *marketing* que, como mencionado, legitima a oferta de um lazer mercantilizado e restrito a poucos⁹⁹ (figura 13).

⁹⁹ Evidentemente esse cenário de consumo não é exclusivo do tempo atual. Baudrillard (2011), por exemplo, fez uma discussão nesse sentido em “a sociedade de consumo”.

Figura 13–Bar e restaurante a margem do Rio Xingu.



Fonte: pesquisa de campo (2022).

Foto: *digimarketing agência*.

Notadamente, a construção da UHBM, para usar uma expressão de Miranda Neto (2016) “catalisou” diferentes processos em Altamira e na sua região de influência. Com a dinâmica do lazer não foi diferente, ocorrendo uma profunda descentralização espacial, tornando mais difusa e simultaneamente, mais atomizada a ocorrência desse fenômeno na cidade.

A orla da cidade, por exemplo, é redefinida em função do processo de requalificação urbana, incorporando outros valores, muito menos horizontais, com menos apelo a beira-rio no sentido do encontro face a face, com a presença majoritária de usuários do centro da cidade, com maior poder aquisitivo e formação acadêmica.

Neste sentido, a noção de Altamira Velha em oposição a uma Altamira Nova não dá conta de explicar as (trans)formações que emergiram do contexto de Belo Monte, pois mesmo na orla da cidade onde, em tese, estaria presente os elementos definidores da “Altamira Velha”, novos processos e funções se impõem, revelando uma complexidade sócio-espacial que não pode ser explicada de maneira dicotômica.

Ainda assim, os argumentos de Mendes (2018) mostram-se pertinentes a respeito dessa dinâmica espacial do lazer em Altamira. Trata-se, para além de uma mera contraposição centro x beira-rio, da existência de um processo potencializado muito em função de grandes obras (RIBEIRO, 1987)

Os efeitos da construção da Rodovia Transamazônica na década de 1970 e da UHBM a partir de 2011 certamente permitem compreender-se as modificações ocorridas nas formas da cidade como, conseqüentemente, nas redefinições na dinâmica do lazer, especialmente naquelas atividades ligadas a beira-rio, gênese da cidade. Longe de um recorte temporal arbitrário ou de uma concepção essencialista da realidade social, o que eventos dessa natureza provocam é uma aceleração no curso dos processos.

A “pulverização” das espacialidades de lazer que no tempo atual irradiam-se para além da orla da cidade, fazendo emergir uma “Altamira Nova” do lazer não, necessariamente, suplanta inteiramente as espacialidades pretéritas, apenas enuncia uma característica muito relevante desse processo.

Ao longo dessa seção procurou-se caracterizar a dinâmica do lazer em Altamira, considerando as mudanças e as permanências que envolvem esse fenômeno. Atualizando os argumentos de Mendes (2018) foi possível pensar elementos para além de uma espacialidade dicotômica (Altamira Velha em oposição a Altamira Nova), demonstrando-se uma pulverização das espacialidades de lazer e o entrecruzamento de temporalidades reveladoras dessas mudanças e permanências.

O Rio Xingu permanece como uma centralidade ligada ao lazer, muito embora cada vez mais legitime um ideário estético (WELSCH, 2012). Utilizando-se da marca Xingu, surgem bares, restaurantes e hotéis que, sobre o rio ou de costas para ele, demarcam uma centralidade do lazer com forte apelo mercadológico, provedor de uma ambiência elitizada, retroalimentando a ideia do *waterfront* (de frente para o rio), conforme Amaral (2005).

De fato, no tempo atual há uma espacialidade do lazer mais ao centro da cidade, especialmente pela emergência de bares, restaurantes e *pubs*, mas a orla da cidade ainda se constitui como uma centralidade para as atividades do lazer, quer seja pelas mudanças na paisagem, a exemplo da praia artificial¹⁰⁰, quer seja pelo surgimento de empreendimentos a beira-rio como bares e hotéis.

Os resultados obtidos ao longo desta pesquisa sugerem uma mudança de perfil dos usuários de espaços como a orla da cidade, que agora é cada vez menos frequentada pelos antigos moradores do entorno do rio Xingu e seus afluentes urbanos. Tendo sido removidos para os RUCs experimentam, por diversos motivos, uma espécie de “exílio”, uma condição material que os impede de acessar plenamente a orla e o centro da cidade, relegando-os às espacialidades dos RUCs.

¹⁰⁰ Tema tratado em seção específica (seção 3.1).

O conteúdo deste capítulo consistiu num exercício de mediação entre os elementos estruturantes da tese e a sua dimensão empírica. Buscou-se contextualizar não apenas a cidade de Altamira-PA enquanto forma espacial e local da pesquisa, mas destacar o modo com que as cidades são concebidas no hemisfério Ocidental.

Não raro, essa episteme ocidental instrumentaliza as experiências e as espacialidades do lazer. Enquanto conteúdo, o lazer subordina-se a uma dimensão mercantilizada e enquanto forma assume um caráter pouco articulado a natureza, quase sempre “dando-lhe as costas”.

Ainda assim, no plano material, essa dimensão instrumental da cidade, baseada numa racionalidade não aniquila as experiências do cotidiano. Há um movimento de tensão e mediação resultando em mudanças, ainda que se constate permanências que em Altamira-PA estão ligadas sobretudo à relação dos sujeitos com o rio.

CAPÍTULO III– O LAZER NA CIDADE: a racionalidade da ordem concebida.



Figura 14–Vista aérea do Parque do Igarapé Altamira

O conteúdo da figura 14 apresenta ao leitor o que se considera uma racionalidade da ordem concebida. Conforme figura citada, o Parque do Igarapé Altamira resume a ambiência decorrente de um discurso de viés racionalizador que em Altamira-PA se concretizou de maneira mais intensa a partir da construção da UHBM, promovendo intensas transformações nas formas-conteúdo da cidade, consequentemente na espacialidade do lazer.

Em que pese o caráter polissêmico eventualmente contido na expressão “o lazer *na* cidade” buscou-se enfatizar com essa expressão a existência de um conjunto de práticas, procedimentos, decisões técnicas e políticas que viabilizaram na cidade uma série de intervenções, cujo sentido revela externalidades, desconsiderando as experiências do cotidiano banal.

Na Amazônia brasileira, esse cenário é potencializado tanto pela inserção de objetos técnicos, a exemplo da UHBM, quanto pela subordinação dessa região a uma política estratégica de Estado que a toma como reserva de recurso ou, conforme Becker (1998), como “polos de crescimento”.

Chega-se a expressão “o lazer *na* cidade” a partir dos argumentos de Rocha e Matos (2016) cuja centralidade da análise foi o debate em torno do lazer *na* floresta e o lazer *da* floresta. Numa mediação com o estudo referido, estabeleceu-se uma correlação, meramente didática, entre o lazer *na* floresta e o lazer *na* cidade, em cujo sentido repousa a ideia de práticas e expressões discursivas que negam o local.

No caso de Altamira, considera-se que a construção da UHBM potencializa os efeitos do lazer *na* cidade, pois é notório a imposição de um ideário técnico sobre a espacialidade do lazer com intensas repercussões no plano vivido.

O Rio Xingu e suas possibilidades de apropriação subordinam-se ao tempo das turbinas e do Operador Nacional reiterando o modo diferenciado com que o capital se reproduz em países periferizados (HARVEY, 2013).

Todavia, é no plano cotidiano onde se visualiza com mais nitidez essa contradição espacial a que se tem referido. Em Altamira, no tempo pós Belo Monte, a “beira” conforme estudo de Trindade Júnior (2008, p. 152-155)¹⁰¹, assume outra configuração, incorporando uma espacialidade do lazer amplamente artificializada, a exemplo do novo formato das praias (artificiais), e do Parque do igarapé Altamira os quais, a despeito de corresponderem a intervenções requalificadoras, revelam uma racionalidade espacial.

Portanto, a partir do recorte temporal mencionado (no contexto da construção da

¹⁰¹ Cabe ressaltar que a análise empírica tratada por este autor se refere a realidade da cidade de Belém-PA.

UHBM) buscar-se-á problematizar esse ideário espacial do lazer tendo por base os espaços acima destacados que, constituindo-se em ações requalificadoras, revelam uma racionalidade espacial. Trata-se de caracterizar as contradições provenientes de uma cidade que se baseia na racionalidade das formas-conteúdo do lazer que na prática mobilizam e são mobilizadas por um discurso, cujo sentido suscita universalidades.

Este capítulo divide-se em três seções. A primeira seção, intitulada “a beira-rio sob controle: as praias artificiais da Orla e do Massanori” problematiza o modo com que o rio Xingu e suas possibilidades de lazer foram submetidos a um controle espacial.

Na segunda seção: “os parques lineares como espaços da (des)integração urbana: o caso do parque do Igarapé Altamira” discute-se a respeito do surgimento de uma nova espacialidade do lazer em Altamira-PA. A criação dos Parques Lineares não apenas induziu a criação de uma nova estética na cidade, como propiciou a expulsão de milhares de pessoas das margens dos rios e da região central da cidade.

Na última seção: “entre a organização e a produção do espaço: o porto seis e as (im)possibilidades do lazer em Altamira-PA”, debate-se a respeito das (im)possibilidades do lazer no Porto Seis, uma espacialidade símbolo das cidades a beira-rio e que no contexto da política de requalificação urbana teve sua dinâmica amplamente alterada, tornando-se funcional ao “tempo das turbinas”.

Em todos os casos, o objetivo é entender como o Estado, agentes particulares e especialmente a empresa Norte Energia, provocaram redefinições nas formas espaciais e condicionaram o uso desses espaços, culminando no que aqui se denomina de lazer *na* cidade. Inicia-se pelas Praias Artificiais da Orla e do Massanori.

3.1. A beira-rio sob controle: as praias artificiais da Orla e do Massanori

Na Amazônia brasileira, a beira-rio revela e representa muito mais do que uma simples porção territorial, trata-se de uma espacialidade que articula a floresta, o rio e a cidade, viabilizando a existência e a manutenção de um conjunto de práticas e modos de vida muito particulares.

Ainda que não seja interesse deste estudo discutir as tipologias de cidades da Amazônia, é preciso cautela para não enquadrar as cidades que nascem a beira-rio em determinadas tipologias urbanas rigidamente definidas¹⁰². Altamira, por exemplo, nasce a beira-rio, mas

¹⁰² Como já referenciado anteriormente, o texto de Trindade Júnior (2013) é uma boa referência a esse debate.

consolida-se negando o rio, não raro, tomando-o como elemento estetizante¹⁰³.

Conforme estudos de Trindade Júnior, Silva e Amaral (2008) a beira é o espaço do uso comum, da sociabilidade, do encontro face-a-face, relações que permanecem, em que pese incremento do eixo rodoviário. No espaço da beira-rio, as distinções sociais têm pouca ou quase nenhuma centralidade, já que a própria espacialidade funciona como um elemento de coesão da própria lógica social das cidades.

Partindo-se da pesquisa de Miranda Neto (2016), conclui-se que a construção da UHBM produziu outra estrutura urbana em Altamira. Os argumentos aqui apresentados, para além daqueles defendidos por Miranda Neto (2016), compreende que a referida UHBM impôs uma outra lógica de interação das pessoas com o rio Xingu, com a beira-rio e especialmente com as praias de água doce.

Na Amazônia brasileira, as praias de água doce são espacialidades comuns nas cidades banhadas por grandes rios, como é o caso do Xingu, Tapajós, Tocantins, Amazonas, Rio Madeira, dentre outros. Nestes Rios, como demonstrado na figura 15, a emergência das praias reflete diretamente o caráter sazonal do clima dessa região, como possibilita uma relação muito particular dos sujeitos com essas espacialidades.

Tais praias precisam ser entendidas à luz da sazonalidade climática dessa região, isto é, entre os meses de novembro e maio tem-se o chamado inverno amazônico, e de julho a outubro o verão amazônico¹⁰⁴. É nesse último período que as praias de água doce despontam com mais intensidade, fazendo emergir uma faixa de areia que, integrada a vegetação primária da região, configura-se numa espacialidade ideal já que essa combinação “rio-praia-vegetação primária” atenua em muito a sensação térmica da região.

No caso das praias de água doce em Altamira, é possível notar um limite, mas também uma possibilidade evidenciada na exata medida em que a trama social se desenvolve. A título de introdução, traz-se como evidência empírica o exemplo de uma praia que reitera essa ambivalência.

Trata-se da antiga Praia do Adalberto, localizada no perímetro da chamada gleba da “Assurini”. O nome que adjetiva a praia refere-se ao seu “proprietário” que, dada a sua influência na cidade e região, gozava a prerrogativa de ostentar uma praia exclusiva, a exemplo

¹⁰³ Welsch (1995) diferencia dois tipos de estetização: a primeira é a “a estetização superficial” ou simplesmente “estetização”, a segunda é a “a estetização profunda” que para ele consiste em: “faz-se concretamente a experiência de que o virtual também pode ser real, e daí cresce a suspeita de que talvez tudo o que há de real em outro aspecto também poderia ser virtual” (WELSCH, 1995, p. 10).

¹⁰⁴ Para uma leitura mais detalhada ver Silva (2022): “verão e inverno amazônico”: perspectiva meteorológica e a percepção dos moradores do município de Manaus/AM”.

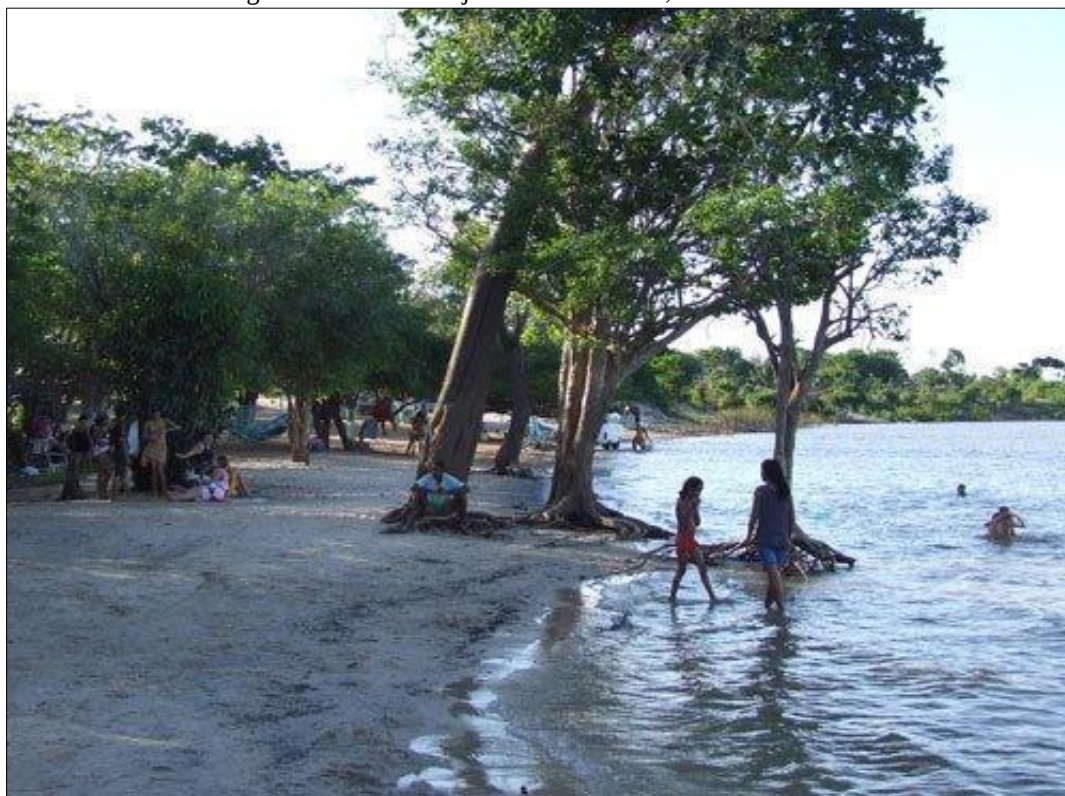
de outros sujeitos com elevado capital social. Tendo a praia o *status* de uso exclusivo, em tese seu acesso não seria permitido a pessoas que não do estrito convívio de seu “dono”.

Todavia, a realidade vivida mostra uma dinâmica completamente distinta de uma eventual regularidade. mDesse modo, ainda que houvesse uma formalidade do uso, porosidades se formavam no tecido social, indicando um conjunto de normas tácitas com as quais conviviam os “estabelecidos e os outsiders”, conforme escreveram Elias e Scotson (2000).

Essa relação entre a quem pertence à ilha, ou a praia, com quem tem o direito de acessá-las, não pode ser analisado de forma rígida no contexto de Altamira. O fluxo de barcos e outros transportes fluviais aumentava a partir da sexta-feira à tarde, em que espaços como o Porto seis, a Prainha, a praia do Mathias, a Praia do Pepino, constituíam-se em centralidades. Estar disposto e na beira do rio era certeza de que, possuindo ou não o usufruto de uma praia ou ilha, ir-se-ia à praia.

Nessas praias de água doce prevalece (ia) uma dinâmica fluvial caracterizada por interação social bastante particular, mas sobretudo pela existência de um padrão natural configurado pela indissociabilidade de três elementos: o rio, a faixa de areia e a vegetação primária. Essa ambiência (rio-praia-vegetação primária) possibilitava, antes da UHBM, aos sujeitos locais frequentar esses espaços sem a necessidade de se preocupar com a temperatura quente e úmido, já que a presença da vegetação primária atenuava em muito esse quadro climático (figura 15).

Figura 15–Praia do Pajé em Altamira-PA, antes da UHBM.



Fonte: <https://mapio.net/pic/p-15398507/>

No contexto de Altamira, antes da construção da UHBM, a Praia do Pajé era uma das várias praias existentes a margem do Xingu com as quais, especialmente no verão, as pessoas mantinham uma intensa relação, sobretudo aos fins de semana. A ideia de circuito¹⁰⁵ discutida por Magnani (2002), com a devida contextualização, pode ser admitida no contexto das praias em Altamira, especialmente porque para além de uma interface física, havia também uma articulação de processos sociais, a exemplo de parentesco, vizinhança e convívio.

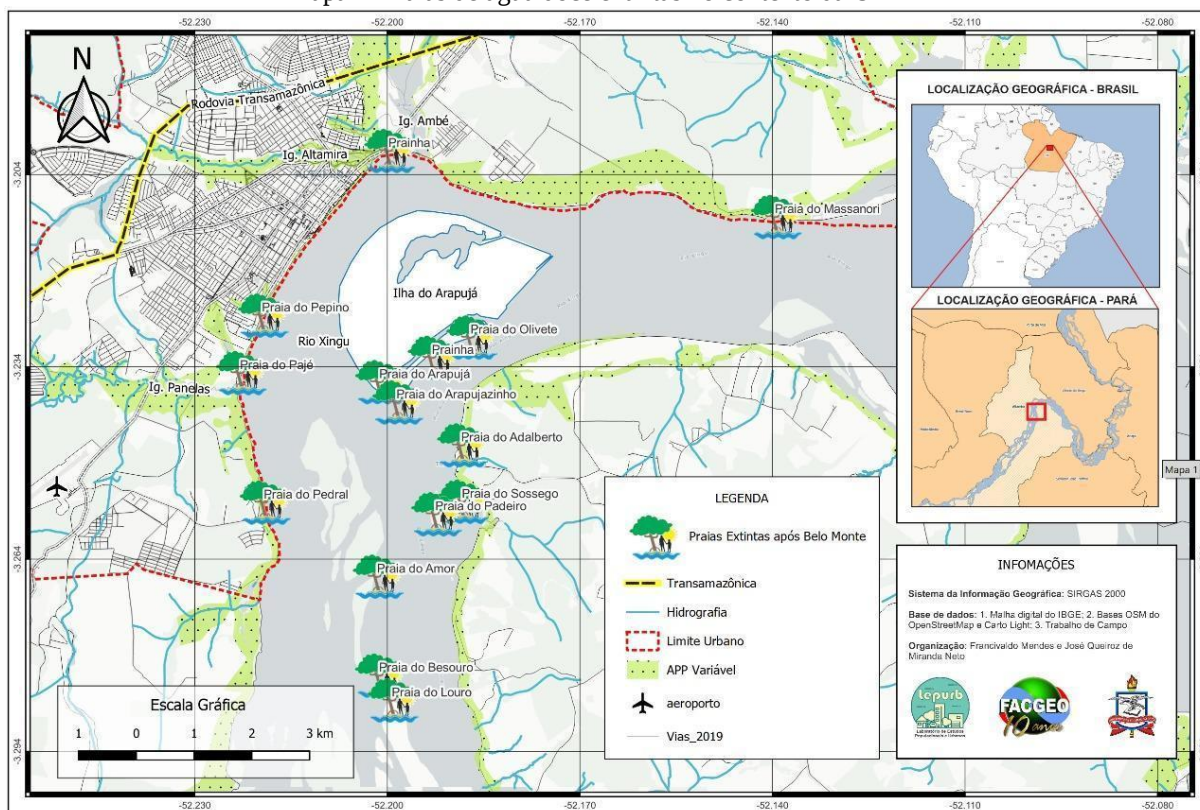
A análise antropológica proposta por Magnani (2014) é aqui utilizada como norteador, visto que a mesma foi construída numa realidade social muito distinta deste universo empírico. Muito em função da necessidade de se contextualizar o trabalho de Magnani (2014), discutir-se-á ao longo da seção 4.1 desta tese a noção de *points*, um conjunto de espacialidades físicas conectadas pelas redes de interação e sociabilidade dos sujeitos.

As antigas praias do Pepino, do Pajé, do Pedral, do Besouro, do Amor, do Arapujá, do Sossego, guardadas as suas especificidades, integravam esse “*circuito*” com o qual os moradores de Altamira e região mantinham forte relações, especialmente no período do

¹⁰⁵ “*circuito* designa o exercício de uma prática ou a oferta de determinado serviço por meio de estabelecimentos, espaços e equipamentos que não mantém entre si uma relação de contiguidade espacial, de forma que a sociabilidade que possibilita – por meio de encontros, comunicação e manejo de códigos – é mais diversificada e ampla que na *mancha* ou *pedaço*” (MAGNANI, 2014, p. 12).

chamado verão amazônico, praias que atualmente encontram-se submersas (extintas) em função do reservatório permanente de Belo Monte (mapa 1).

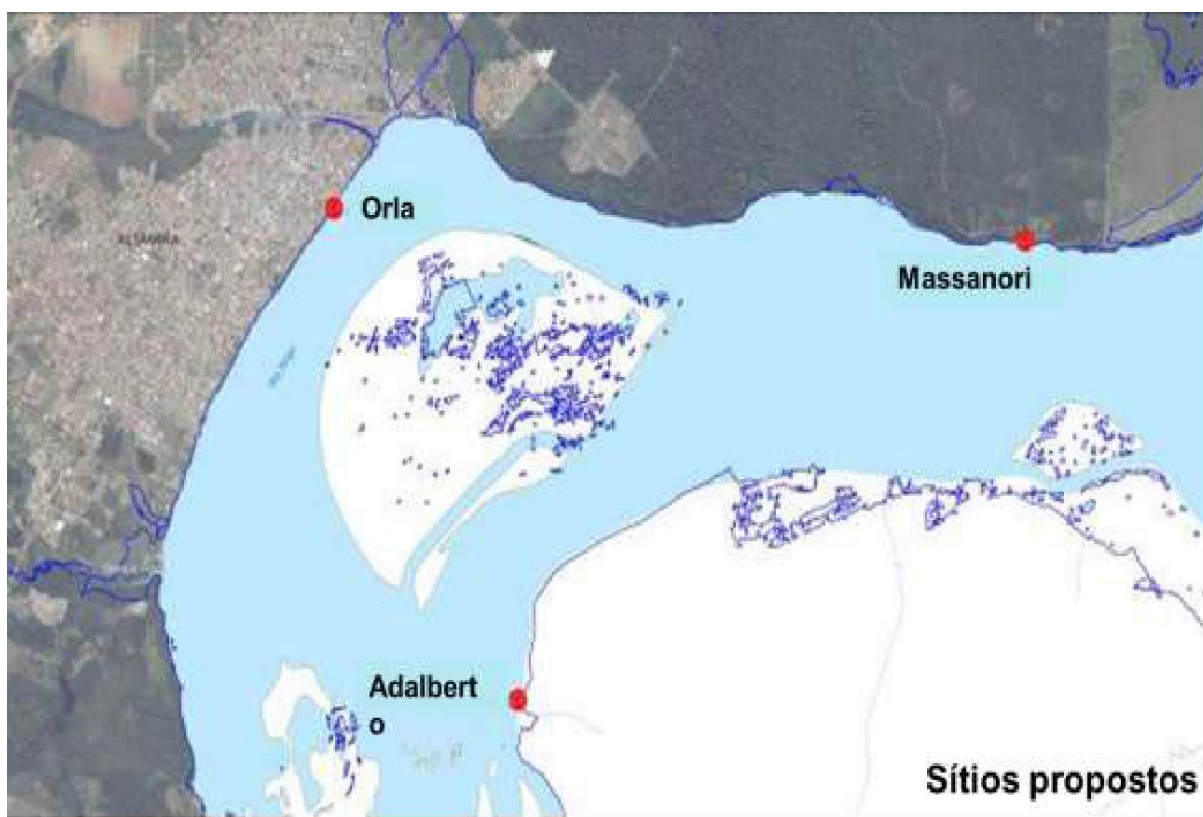
Mapa 1—Praias de água doce extintas no contexto da UHBM



Fonte: Mendes e Miranda Neto (2022)

As praias de água doce são, portanto, espacialidades fundamentais para a sociabilidade dos sujeitos desse espaço. Todavia, foi a construção da UHBM que redefiniu bruscamente essa realidade, tendo elegido como solução a essa problemática uma estratégia deveras “engenhosa”: a construção de praias artificiais (figura 16).

Figura 16–Projetos das três praias artificiais em Altamira-PA



Fonte: Norte Energia (2011, p. 7-8)

Os pontos em vermelho na figura 16 correspondem aos locais em que foram construídas as chamadas praias artificiais¹⁰⁶. Intervenções dessa natureza não apenas extinguem processos preexistentes, como propõe o novo. O rio Xingu, que antes seguia seu curso natural, passa a ter seu fluxo controlado pelo sistema informatizado do “Operador Nacional do Sistema”¹⁰⁷.

Essa tecnificação define a que horas o rio tem sua vazão aumentada ou diminuída, interferindo nos banzeiros, nas corredeiras do rio, nos pedrais; enfim, condicionando uma variedade de ações historicamente mantidas pelas pessoas com esse rio e seus afluentes ao tempo das turbinas de Belo Monte¹⁰⁸.

No caso das praias artificiais nota-se a adoção de um conjunto de medidas que, em conjunto, restringe o uso, impõe limites, ordena o uso, controla o espaço. São limites físicos, como a inserção de boias, rampas em locais específicos, extensão limitada pelo muro de arrimo,

¹⁰⁶ ver vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=ybikv7iJBn8>.

¹⁰⁷ Trata-se do órgão responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN) ligado à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) (<http://www.ons.org.br/paginas/sobre-o-ons/o-que-e-ons>)

¹⁰⁸ Ver vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=fh1mwIwOzLw>

mas também limites simbólicos como os projetos de requalificação urbana como fora discutido por Santos (2021).

A Praia Artificial da orla é um bom exemplo dessa nova espacialidade que emerge no contexto de Belo Monte e que coexiste a Altamira Velha de que falou Mendes (2018). Recentemente discutiu-se acerca das contradições socioespaciais inerentes a nova configuração das praias artificiais em Altamira. As duas praias artificiais pesquisadas, expressam não apenas uma nova espacialidade do lazer como revela uma ruptura:

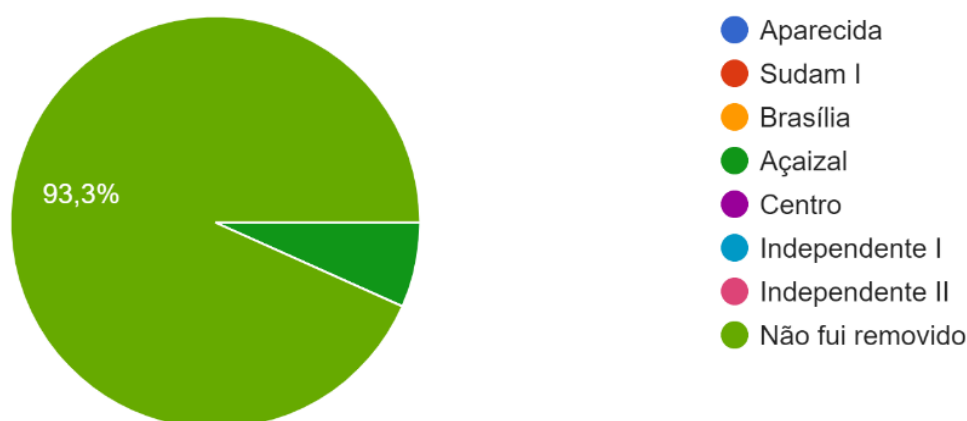
Essa ruptura configura-se mediante uma forçosa instrumentalização do rio como extensão do objeto técnico (no caso de Altamira, a Usina Hidrelétrica Belo Monte), que ocorre tanto pela negação dos conteúdos do plano vivido, quanto pela desconsideração da dinâmica florística existente nesses locais (MENDES; AMARAL; MIRANDA NETO, 2021, p. 07).

Esta artificialização impactou fortemente as relações das pessoas com esses espaços a beira-rio, a começar pelo fato de que praticamente todos os moradores do entorno dos afluentes do Xingu foram removidos para os novos bairros denominados Reassentamentos Urbanos Coletivos, espacialidades que no contexto da UHBM constituem-se como uma espécie de exílio, já que seus moradores raramente acessam o rio para atividades de lazer.

Sobre esse distanciamento forçado a que foram submetidos boa parte dos sujeitos de Altamira que moravam às margens do Xingu, Brum (2019) problematiza as contradições existentes na cidade mais violenta da Amazônia, trazendo o triste relato de duas crianças (um que já tem rugas sob os olhos) e que, como milhares de outras crianças residentes nos RUCs, não acessam mais o rio Xingu.

Em que pese a necessidade de maiores investigações sobre essa nova espacialidade do lazer na vida cotidiana de Altamira, a exemplo da Praia Artificial da Orla, os dados sistematizados ao longo dessa pesquisa permitem afirmar que para além de uma mudança na paisagem modificou-se também o perfil dos usuários, muito em função do recente contexto habitacional de Altamira-PA (gráfico 1).

Gráfico 1– Local de moradia anterior da população removida para um RUC



Fonte: pesquisa de campo (2021)

Em que pese a necessidade de maiores investigações sobre a dinâmica do lazer na Praia do Orla de Altamira, o conteúdo do gráfico 1 possibilita algumas formulações. Uma delas tem a ver com o expressivo percentual de usuários (93,3%) que afirmam não terem sofrido remoção no contexto da UHBM. Por outro lado, os dados sistematizados em campo referem que menos de 7% dos usuários residem no bairro Açaizal, um bairro contíguo ao rio Xingu, o qual fora amplamente impactado pelo processo de remoção compulsória e pelos projetos de requalificação urbana.

Se considerarmos mais detidamente o primeiro dado, aquele que revela que ao menos 93,3% dos usuários da Praia não sofreram remoção, pelo menos duas conclusões se mostram possíveis. A primeira, e a mais evidente, é que atualmente os antigos moradores do entorno do Rio Xingu e dos seus afluentes urbanos encontram-se diante de barreiras para o acesso a certas espacialidades de lazer. A segunda conclusão reflete uma mudança de perfil dos usuários da Praia da Orla, ou seja, a majoritária parcela dos atuais frequentadores da Praia reside em bairros mais ao centro da cidade e possuem uma condição diferenciada de mobilidade urbana.

Em resumo, trata-se de uma segregação sócio-espacial impactando os mais vulneráveis (socialmente) de Altamira, ao mesmo tempo em que revela o lado perverso de obras como o da UHBM que, a bem da verdade, é apenas uma dentre tantas outras nesse espaço perpetuando a ordem da produção e da reprodução do capitalismo.

Os ribeirinhos, esses sujeitos que têm uma relação orgânica com o rio, dele retirando tudo o que precisam, foram jogados em aglomerados habitacionais que, monotonamente pintados, revelam-se um caleidoscópio em forma de labirinto por onde, enclausurados e

apartados do rio e da beira, sofrem diuturnamente; ainda que re-existências sejam notadas:

Berro Grosso fez então seu primeiro gesto desesperado de resistência. Rompeu a rotina das casas iguais. Construiu na frente e nos fundos uma armação de madeira ao modo beiradeiro, empacotando a casa padronizada em estética da floresta. Pintou de amarelo vivo e assim desafinou toda a rua e desafiou a empresa. Dentro, bem na frente, onde todos que passam pela rua podem enxergar, botou sua canoa a navegar no seco. Aquele enorme objeto sobre o piso de uma casa urbana é como ele mesmo, uma vida deslocada, um fora de lugar, uma alucinação (BRUM, 2021, p. 93).

O texto de Brum (2019) é rico em detalhes, demonstrando o quão deslocados espacialmente encontram-se os sujeitos atingidos por Belo Monte. A construção da UHBM não apenas extinguiu um conjunto de praias de água doce conforme mapa 2, como propôs uma nova espacialidade (figura 16). Essa nova espacialidade desconsidera por completo a orgânica relação que os sujeitos mantinham com esses espaços (já que foram removidos compulsoriamente das margens do rio Xingu e dos seus afluentes), como não considera a relação presente na interação rio-praia-vegetação primária (mapa 2).



Fonte: Miranda Neto e Mendes (2021)

O conteúdo do mapa 2 é didático ao demonstrar a redefinição sócio-espacial relativa ao lazer provocado pela construção da UHBM, uma mudança que como referido não se dá apenas ao nível das formas, mas na própria interação dos sujeitos com o rio, com a beira-rio,

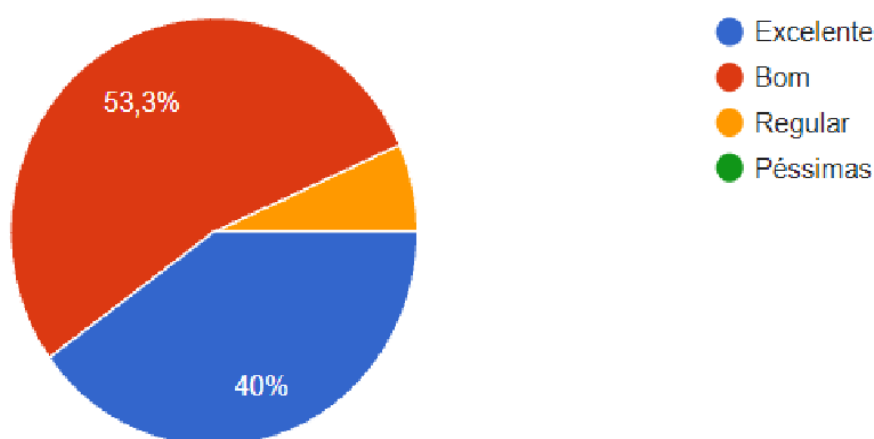
provocando a adoção de um conjunto de outros costumes, de outros hábitos.

Uma das principais mudanças nesses espaços onde as praias artificiais foram construídas, foi a completa supressão da vegetação primária que, dada as características climáticas da região, configurou-se numa significativa barreira para o lazer. A *quebra do padrão rio-praia-vegetação primária* está explícito no mapa 2 e corresponde a uma espécie de simulação do formato das praias existentes ao longo da costa brasileira.

Evidentemente, a inserção dessas praias reafirmou e legitimou um forte desequilíbrio social, a exemplo da remoção compulsória de mais de vinte e duas mil pessoas, como acirrou graves problemas ambientais, como aqueles gerados em função dos efluentes que aumentou significativamente no contexto da UHBM, cuja destinação era/é o rio Xingu¹⁰⁹.

O termo “artificial” é revelador dessa nova configuração espacial que se institui na emergência de Belo Monte em relação ao lazer, contexto em que o preexistente é subitamente extinto ou redefinido ao passo que se instituem novas dinâmicas. No plano concreto, essas praias conferem legitimidade a um conjunto de intervenções operadas pela empresa concessionária de Belo Monte, as quais tem sido sistematicamente explorado pelas estratégias de *marketing* desta empresa. O paradoxo decorrente é, conforme dados obtidos desta pesquisa, uma espécie de ratificação dessas intervenções por parte dos usuários (gráfico 2).

Gráfico 2–Avaliação dos usuários em face das recentes modificações feitas na Praia artificial da Orla



Fonte: pesquisa de campo (2021)

¹⁰⁹ A cidade de Altamira é servida por um sistema interligado de saneamento básico, o que inclui uma estação de tratamento de esgoto. Ainda assim, mas os problemas ambientais persistem, conforme matéria: <https://tratamentodeagua.com.br/laudo-contaminacao-rio-xingu/>

O paradoxo aqui referido tem a ver com o fato de que, enquanto apropriação, mais de 90% dos usuários aprovam as intervenções efetuadas pela empresa, a pretexto de se “organizar” o espaço. Essa aparente contradição merece mais aprofundamento, sobretudo porque é necessário coerência e honestidade na análise crítica, especialmente porque ao longo deste trabalho tem-se assumido uma postura radical contra o empreendimento Belo Monte.

Todavia, conforme sugeriu Kosik (1976) se a aparência coincidissem com a essência, a ciência e a filosofia seriam inúteis. Tal foi o contexto encontrado, quando um percentual significativo dos interlocutores legitimou as intervenções conforme dados do gráfico 2. Essa é uma realidade produzida por Belo Monte cujo significado revela uma poderosa estratégia de controle social em que pelo discurso promove-se o consenso.

Numa entrevista concedida no ano de 2021, a Procuradora da República em Altamira, Thais Santi Cardoso da Silva narra um fato que é agregador ao paradoxo aqui referido. Na ocasião a Procuradora retoma um episódio que ocorrera numa sessão da câmara de vereadores de Altamira:

O vereador que era o presidente da câmara fala assim: “hoje me envergonho de ter defendido esse projeto, eu me envergonho porque na época vieram com tantas promessas, tudo aquilo que sempre sonhei para esse lugar, de políticas públicas, de escola, de hospital, de saneamento. Eu achei que nossa vida ia melhorar, mas eu me enganei (THAÍS SANTI CARDOSO DA SILVA, Procuradora Federal em Altamira, entrevista concedida em 24/08/2021).

É a partir de contextos como o narrado pela Procuradora Federal que se afirma que Belo Monte constitui-se numa espécie de invólucro capaz de encapsular um conjunto de possibilidades as quais são vendidas a população a título de promessa, culminando num completo descolamento entre os reais problemas gerados pela obra e o que venha a ser direitos sociais.

Nesse contexto, o empreendimento em si é propagandeado como a solução para as mazelas sociais, encontrando nos sujeitos locais vozes que legitimam a obra. A isso Ribeiro (1987) tem denominado de *ideologia de redenção*, uma formulação de base discursiva baseada no progresso:

Também costuma ser apresentado como algo que redimirá uma região do país de seu atraso. É o que se poderia denominar de *ideologia da redenção*, cuja matriz principal é a ideologia do progresso, que muitas vezes toma a forma do desenvolvimentismo, isto é, a suposição de que os PGE¹¹⁰ são positivos porque desenvolverão uma região, levando bem-estar a todos. Os elementos condensados nessa formulação ideológica variam segundo a natureza da obra, sua importância para a região do país, e as

¹¹⁰ Abreviatura para Projeto de Grande Escala (PGE).

particularidades históricas e culturais do meio onde será construída (RIBEIRO, 1987, p. 55-56, nota nossa).

A formulação de Ribeiro (1987) permite-se qualificar a discussão em torno dos dados do gráfico 2, como também viabiliza entender com mais amplitude falas como as narradas pela procuradora Thais Santi Cardoso da Silva. Nos dois casos, Belo Monte estaria justificada pois, num desses casos (nas palavras do vereador) a obra traria melhorias para a cidade, já no caso dos usuários da praia a obra facilitaria a “organização do espaço”.

Evidentemente, este contexto cria uma verdadeira inversão cognitiva, especialmente em relação à garantia de direitos sociais, como é o caso do lazer.

Aí eu tive que levantar a mão no meio da fala dele e disse: O que o senhor está falando aqui não tem nada a ver com Belo Monte, são obrigações do Estado. Escola é obrigação do Estado, Educação é obrigação do Estado, saneamento é obrigação do Estado. Você não precisa ter um grande empreendimento para que o Estado seja obrigado a trazer, a levar as políticas públicas para todos os lugares do seu território. Então, é um equívoco esse tipo de pensamento e é um pouco o que aconteceu aqui, é como se você fosse melhorar a vida das pessoas e realmente o que aconteceu foi o contrário (THAÍS SANTI CARDOSO DA SILVA, Procuradora Federal em Altamira Entrevista concedida em 24/08/2021).

Trata-se de uma violência reveladora de um autoritarismo que é parte da dinâmica do Estado brasileiro. Em contextos como o da UHBM parece haver um descolamento entre a esfera formal, ou nas palavras de Machado de Assis do “Brasil oficial”, com a esfera do “Brasil real”. A UHBM como reflexo do Brasil oficial se impõe enquanto emanção do próprio desejo desse Ente (o Estado) que subsiste enquanto mediador de interesses privado-mercadológicos.

Refletindo do ponto de vista da aplicação da lei e da mediação do direito, a Procuradora Federal Thais Santi Cardoso da Silva considera que Belo Monte é uma tragédia a qual pode ser entendida como uma expressão totalitária: “Eu acho que essas tragédias revelam características inerentes a lógica dos Estados totalitários, a exemplo da situação em que a lei que não se aplica, que a lei muda para viabilizar interesses hegemônicos”¹¹¹. Belo Monte é um evento que a lei não consegue impor limites:

Essas características totalitárias revelam-se quando da ofensa à lei, do silenciamento das resistências. E aí o processo tem muitos exemplos para a gente entender como eles negam a vida a vida no Xingu [sic] e como eles transferem para os indígenas aqueles bens de consumo. No final, trata-se de estratégias cuja finalidade é romper os laços entre eles e quebrar toda a resistência. Então eu penso ser possível relacionar o exemplo extraído do pensamento de Hannah Arendt com essa lei do movimento que se instaurou em Altamira por ocasião da Usina de Belo Monte (THAÍS SANTI

¹¹¹ Trecho da entrevista concedida no dia 24/08/2021 nas dependências do MPF em Altamira-PA.

CARDOSO DA SILVA, Procuradora Federal em Altamira, entrevistada em 24/08/2021).

Com efeito, ao se postular a expressão “a beira-rio sob controle”, busca-se destacar o *modus operandi* com que o capital se (re)produz em regiões como a Amazônica brasileira. O controle da beira-rio implica a subordinação de lógicas do cotidiano (banal) a estratégias de domínio cujo sentido, como bem frisou a Procuradora Federal em Altamira, é a “instrumentalização do movimento histórico”.

Ao longo da entrevista, numa densa reflexão sobre os determinantes históricos de Belo Monte, a Procuradora mobilizou o pensamento de Hannah Arendt, construindo sua reflexão a partir do que ela denominou de “instrumentalização do movimento” histórico à luz da dinâmica dos Estados totalitários. Nas suas palavras, trata-se de induzir na mentalidade das pessoas a ideia de que a obra não apenas é importante e necessária, como impossível de não se materializar. Essa construção discursiva cristaliza no senso comum o entendimento de que a obra contém, em si, a redenção para as diferentes mazelas sociais.

A chamada “ideologia de redenção” argumentada por Ribeiro (1987), permite que se compreenda não apenas a justificativa para a construção das praias artificiais (que se dão pela completa extinção das antigas praias), mas a concretização da própria obra hidrelétrica.

A beira do rio sob controle expressa as contradições inerentes a ordem capitalista nos países periféricos. Tal controle relativiza e extingue processos como o encontro face a face, espacialidades como o porto, mas sobretudo extingue uma dinâmica características de cidades banhada por rio: a existência de praias de água doce.

As Praias Artificiais, pensadas enquanto compensação, acabam por acirrar as contradições na medida em que provocam rupturas como a quebra do padrão rio-praia-vegetação primária que, conforme demonstrado, não apenas redefine um padrão físico, como passa a mobilizar outras lógicas e dinâmicas sociais.

3.2 Os parques lineares como espaços da (des)integração urbana: experiências do lazer no parque do Igarapé Altamira

Os parques lineares compõem o chamado “Programa de Intervenção em Altamira”, cujo detalhamento técnico encontra-se no volume III do Plano Básico Ambiental (PBA, 2011), integrando o chamado plano de “requalificação urbana”. Nas palavras da empresa concessionária da UHBM, trata-se da implementação de um conjunto de obras ao longo dos

igarapés urbanos e da orla do rio Xingu ,das quais decorrerá uma nova dinâmica urbana em Altamira:

Com a proposição dos parques lineares ao longo dos igarapés e da orla do rio Xingu, cerca de 500 ha de áreas verdes serão criados, compreendendo áreas de lazer e recreação, áreas de recuperação da vegetação e áreas ajardinadas. Os parques dos igarapés serão radialmente conectados ao parque linear da orla, sendo necessário estabelecer outras conexões intermediárias entre estes, por meio da arborização dos principais eixos viários que interconectam os diversos setores urbanos (NESA, 2011, p. 30).

Como se tem problematizado ao longo deste trabalho, as redefinições urbanas e regionais provocadas por ocasião da UHBM não podem ser analisadas de forma desarticuladas, raciocínio aplicável ao caso dos parques lineares que, a bem da verdade, só existem pela remoção de milhares de famílias que residiam ao longo das margens dos três igarapés urbanos (o Igarapé Ambé, o Igarapé Pannels e o Igarapé Altamira). Ao menos oficialmente, nas margens destes três rios urbanos seriam construídos parques lineares. Nesta seção optou-se por refletir mais detidamente a respeito do Parque do Igarapé Altamira.

De um modo geral, interessa-se compreender como a instituição dessa nova forma espacial impactou à dinâmica do lazer de Altamira. Para isso faz-se necessário considerar as diferentes lógicas sócio-espaciais que subsistiam àquela espacialidade, como também problematizar processos que ocorreram no contexto da UHBM, a exemplo das remoções compulsórias.

Trata-se de se admitir o espaço do Parque do Igarapé Altamira para além da sua mediaticidade, articulando-o a uma complexa relação social que inclui trabalho, moradia, economia, lazer e sociabilidade, entre outras dimensões da vida em sociedade. A partir dos estudos de Guerra e Souza (2010) chegou-se a existência de uma feira que existia na área do que hoje é o parque do Igarapé Altamira:

Brasília é o nome da área onde a feira mais movimentada de Altamira se realiza, sempre aos domingos, ao longo da Rua Abel Figueiredo. Embora pareça caótica, pode-se constatar a organização espacial da feira por setores (GUERRA; SOUZA; 2010, p. 156).

Evidentemente, os feirantes e os consumidores não eram moradores exclusivos das margens do igarapé Altamira (o perímetro que ficava a margem esquerda do igarapé era conhecido popularmente como Rua do Ferro Velho, já a área conhecida como Açaizal,

localizava-se a margem direita do afluente do rio Xingu)¹¹². O que se busca enfatizar é que a feira, enquanto espaço de mediações sociais, articulava diferentes dimensões da vida cotidiana.

Embora a feira ocorresse apenas aos domingos, a partir da sexta-feira a tarde a rua Abel Figueiredo (local onde a feira era realizada e que é paralela ao Parque do Igarapé Altamira) tinha seu trânsito restringindo, reestabelecendo seu fluxo apenas no domingo a tarde. Nesse intervalo de tempo, o igarapé Altamira desempenhava um papel central na mobilidade dos moradores, como para a própria lógica de funcionamento da feira, já que boa parte dos produtos (especialmente peixes) chegavam pelo rio.

Considera-se que essa espacialidade criada e mantida no contexto da existência da feira da Brasília é fundamental para se decifrar a morfologia do lazer que existiu até a construção de Belo Monte. Trata-se da, sem incorrer em anacronismo ou essencialismo, existência de uma realidade (i)material configurada para além da fragmentação do tempo social, conforme problematizado ao longo do capítulo I desta tese.

Na lógica da feira da Brasília coexistiam diferentes tempos sociais, ou seja, o lúdico se articulava ao tempo do trabalho, que se articulava ao tempo religioso, materializando uma realidade bastante singular e complexa, que nas palavras de Guerra e Souza (2010, p. 157-158) tratava-se da: “transformação do espaço urbano em área de polarização da atividade comercial e lúdica de camponeses e citadinos”.

Cumprе ressaltar que embora o trabalho de Guerra e Souza (2010) não tenha se dedicado especificamente ao estudo do lazer, a sensibilidade empírico-analítica lhes permitiu visualizar nuances bastantes sutis que na maioria das vezes passam despercebidas por olhares apressados e poucos rigorosos.

Os autores consideram que a feira constitui(a)-se numa dimensão de coesão social, rompendo com eventuais marcadores de divisão dos tempos sociais. O tempo do trabalho no contexto da feira (o que inclui centralmente os antigos moradores do perímetro do atual parque do Igarapé Altamira) era apenas mais uma dimensão do cotidiano atravessado por diversas outras relações e tempos, a exemplo do “tempo do lazer”.

Ainda que tenhamos valorizado a descrição dos aspectos da comercialização, o lado cultural da feira não deve ser desprezado. **Espaço do lazer** de pessoas que vêm para a aquisição de produtos, é também espaço social dos próprios feirantes e produtores que, no fato de virem até a aglomeração urbana, aproveitam para rever amigos, parentes e viver o que não seria possível na dispersão do campo. Os bares, boates, restaurantes, casas lotéricas, lanchonetes, oficinas, salões de beleza e outros

¹¹² Sob um ponto de vista legal, o Açaizal não compõe a relação de bairros da cidade de Altamira conforme lei 3092/2012. Ao mencioná-lo como bairro, confere-se legitimidade a uma microterritorialidade que em muitos aspectos se assemelha ao estudo de Moreira, Silva e Herrera (2015).

estabelecimentos ganham intensidade nos dias de feira, demonstrando muito mais do que o caráter comercial pelo qual elas costumam mobilizar (GUERRA; SOUZA, 2010, p. 158, grifo nosso).

A discussão trazida por Guerra e Souza (2010) permite que se contextualize o caso da feira da Brasília a partir dos argumentos desenvolvidos por Mauss (1988) para quem é preciso considerar o fato social¹¹³ de modo amplo e crítico, especialmente a partir da etnografia. Não se trata apenas de visualizar o fato social como condicionado a externalidades, coerções e generalidades, mas sobretudo a partir de um enorme conjunto de fatos socialmente complexos nos quais “tudo se mistura” (MAUSS, 1988, p. 187).

Desse modo, deve-se pensar as relações humanas, em sociedade, de forma articulada e interdependente, o que reafirma a complexa teia de relações instituídas na antiga feira da Brasília da qual as relações de lazer são um nexos.

Para além de eventual embate teórico-metodológico entre as ideias de Durkheim (1978) e Mauss (1988), interessa-se reiterar a pertinência da descrição trazida por Guerra e Souza (2010) que, sob um ponto de vista antropológico, demonstraram com precisão o entrecruzamento de temporalidades e espacialidades das quais as experiências de lazer se destacam:

esses fenômenos sociais “totais”, como nos propomos chamá-los, exprimem-se, de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, políticas e morais- estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo-; econômicas- estas supondo formas particulares da produção e do consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição-; sem contar os fenômenos estéticos em que resultam esses fatos e os fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam. (MAUSS, 1988, p. 187).

A considerar-se a discussão em torno do Parque do Igarapé Altamira, essa aparente digressão em torno da espacialidade da feira da Brasília cumpre a finalidade de retomar alguns aspectos quase sempre relativizados quando da análise de fenômenos como a moradia, o trabalho, o lazer em Altamira.

Dito de outra forma, é como se a primazia das análises privilegiasse questões aparentemente amplas que, por si, conseguissem explicar as contradições sociais que em Altamira decorrem da construção da UHBM.

A prevalência dessas análises macro acabam gerando um campo cego em torno de questões potencialmente reveladoras de uma dinâmica cotidiana. O ideal, nas palavras de

¹¹³ Conceito formulado em: Durkheim (1978, p. 13), segundo o qual o fato social corresponde a dimensões como: coerção, externalidades, generalidades.

Magnani (2002), é a combinação de uma análise macro, a quem este antropólogo denominou de olhar de fora e de longe, com uma análise mais pormenorizada, o olhar de perto e de dentro, entre as quais não deve haver hierarquia¹¹⁴.

Isso posto, o Parque do Igarapé Altamira passa a ser analisado para além de um mero substrato material. Trata-se de uma espacialidade reveladora de centralidades, mas sobretudo de uma rica e densa rede de sociabilidade e interação dos quais as práticas de lazer se destacam(vam).

O que o “projeto de parques e reorganização da orla” suscitou não pode ser considerado apenas como a emergência do novo, mas sobretudo com a extinção do que lhe era anterior, pois este parque está consubstanciado na extinção de um conjunto indescritível de relações sociais cuja centralidade era o rio, a feira, a vizinhança, o pertencimento, a territorialidade, conforme descrito no estudo de Guerra e Sousa (2010).

A construção deste parque instituiu outra paisagem revelando nexos do espaço produzido segundo uma lógica capitalista e urbanocêntrica, refletindo verdadeiros “espaços do desencontro”, conforme argumentação de Mendes *et al* (2021). Soma-se a esse contexto de desintegração sócio-espacial a existência daquilo que se tem chamado de “exílio coletivo” que somente se efetivou pela remoção compulsória de milhares de pessoas que residiam no local onde hoje é o parque do Igarapé Altamira.

Em trabalhos anteriores afirmou-se que o parque do Igarapé Altamira corresponde a uma espacialidade produzida de fora para fora (MENDES, 2018). Nesse momento, reitera-se tal afirmação na medida em que se visa elucidar quais determinações históricas ajudam a entender como os parques lineares são justificados no contexto das cidades moderno-ocidentais. Nas palavras de Friedrich (2007) os parques lineares, especialmente nos países em “desenvolvimento”, são criados ante a tentativa de conciliar aspectos urbanos e ambientais, corolários da crescente degradação socioambiental.

Para Friedrich (2007, p. 45-47), embora pareça ser um conceito novo, os projetos de parques lineares já eram presentes em alguns países da europa no decorrer do século XIX. Atribui-se a formulação da ideia dos parques lineares ao arquiteto, paisagista e agricultor Frederick Law Olmsted que na segunda metade do século XIX institui o conceito de *Parkways*, correspondendo a caminhos de ligação entre parques e outros espaços abertos. Dentre os projetos de Olmsted, destacam-se o *Brooklyn's Prospect Park* e o *Emerald Necklace* (figura 17).

¹¹⁴ Conforme Magnani (2020), disponível em: www.lepurb.com.br/post/entrevistamagnani

Figura 17–Parque Emerald Necklace-Boston, EUA. Ilustração conforme projeto de 1894



Fonte: <https://www.emeraldnecklace.org/park-overview/emerald-necklace-map/>

Dessa forma, para além de eventual mitigação dos problemas socioambientais, os parques lineares cumprem a função de conectar diferentes regiões da cidade, aquilo que poderia se chamar simplificaradamente de “cinturões verde”, uma espécie de “colar” a circundar e a conectar uma determinada área da cidade conforme demonstrado na figura 17.

No caso de Altamira, os parques lineares constituem-se em formas urbanas sobrepostas a antigos territórios, especialmente ao longo dos rios urbanos. Trata-se de intervenções nas áreas que a NESA denominou de ADA Urbana, cuja finalidade em tese seria a conexão de diferentes eixos da cidade de onde os moradores foram expulsos (mapa 3).

Mapa 3–Parque do Igarapé Altamira



Fonte: Mendes e Miranda Neto (2021)

Ainda que o debate em torno da configuração do Parque do igarapé Altamira demande mais aprofundamento teórico-empírico, ousa-se elencar algumas hipóteses a respeito da função que este parque desempenha no atual contexto urbano: a primeira, e mais evidente, tem a ver com a expulsão das classes sociais mais empobrecidas das margens dos rios urbanos, consequentemente da porção central da cidade.

A segunda função, está diretamente ligada a valorização do solo urbano, isto é, as quase 500 ha de território urbano (a chamada ADA Urbana) cumpriria um papel de ativo especulativo, o qual, num futuro médio, teria seu uso redefinido a exemplo da exploração imobiliária ou de empreendimentos privados de frente ou sobre o rio, conforme resultados do estudo de Amaral (2005).

Essa última hipótese, por exemplo, diferencia-se dos argumentos apresentados por Cunha (2021, p. 104) para quem: “os novos cartões-postais [refere-se aos Parques Lineares] da cidade que previam amenizar ou dar funcionalidade aos Baixões, foram falidas porque as estratégias de políticas efetivas falharam”.

Embora não se pretenda polemizar o ponto de vista da autora citada, não se considera ter havido falha na efetivação de políticas, e sim um conjunto de estratégias muito eficazes instituídas pela empresa Norte Energia e pelo Estado brasileiro no contexto da UHBM, especialmente em relação à remoção dos sujeitos dos baixões e consequente implementação dos parques (figura 18).

Figura 18–Vista Aérea de parte do Parque igarapé Altamira



Fonte: trabalho de campo (2022)

Foto: *digimarketing agência* (2022)

Ampliando essa reflexão brevemente enunciada, o trabalho de Amaral (2005), ainda que desenvolvido na escala metropolitana, constitui-se numa referência para se avançar no debate aqui suscitado (formas urbanas às margens dos corpos hídricos). Amaral (2005, p. 140-143) mobiliza a expressão *waterfront* (*water*-água, *front*-frente) para afirmar que as intervenções dessa natureza (aquelas que ocorrem nas margens dos rios urbanos) visam instituir um padrão moderno onde os diferentes interesses (i)materiais da cidade seriam comandados por lógicas economicistas/privatistas ao que se produz uma nova imagem, conseqüentemente, uma nova paisagem urbana, cujo núcleo de sustentação desse ideário seria a representação dos rios e das águas como dimensão de identidade.

Evidentemente, as afirmações aqui postuladas (especialmente em relação à especulação do solo urbano) constituem-se em hipóteses e embora o estudo de Amaral (2005) tenha sido formulados noutra escala e noutro contexto, seus resultados reafirmam a mediação que ocorre entre a cidade e as águas: “Tais intervenções buscam normalmente a revitalização de territórios degradados, com a incorporação de elementos naturais presentes no espaço *waterfront*, reafirmando a relação cidade-água” (MARCONDES, 1999, p. 23).

Ampliando as reflexões de Amaral (2005), Marcondes (1999) e buscando relacionar o campo empírico desta pesquisa com o referencial teórico, chega-se ao conteúdo da palestra proferida no ano de 1995 pelo Professor Milton Santos¹¹⁵. Ao longo de sua apresentação, Santos (1995) chama atenção para a necessidade de se analisar e se compreender o espaço para além da paisagem.

Sua tese é a de que não se pode visualizar o espaço apenas como uma dimensão geométrica, sendo necessário superar a ideia da paisagem como mediaticidade, pois esta é: “um sistema de objetos”, ao passo que o espaço é um: “conjunto indissociável do sistema de objetos e sistema de ações”. Trata-se de, como sugeriu Harvey (2012, p. 09-13), entender o espaço para além de uma dimensão absoluta (“uma coisa em si mesmo”, fixo); admitindo-o como dimensão relativa (compreendido como uma relação entre objetos) e dimensão relacional (que contém e representa em si mesmo relações com outros objetos).

A referência ao pensamento Miltoniano e às categorias discutidas por Harvey (2012) têm como finalidade fornecer base para se refletir para além das formas e da proeminência dos processos, permitindo-se analisar o Parque do Igarapé Altamira (e as práticas de lazer nele expressas) para além de uma paisagem ou como nos sugere Souza (2013), como algo que é portador de um conteúdo fortemente visual e representacional, ainda que tais dimensões não

¹¹⁵ Palestra intitulada: “da paisagem ao espaço”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=juUkCzFTO5U>

sejam suficientes para explicá-la, já que: “a paisagem é uma forma, uma aparência. O conteúdo “por trás” da paisagem pode estar em consonância ou em contradição com essa forma e com o que ela, por hábito ou ideologia, nos “sugere”. (SOUZA, 2013, p. 46).

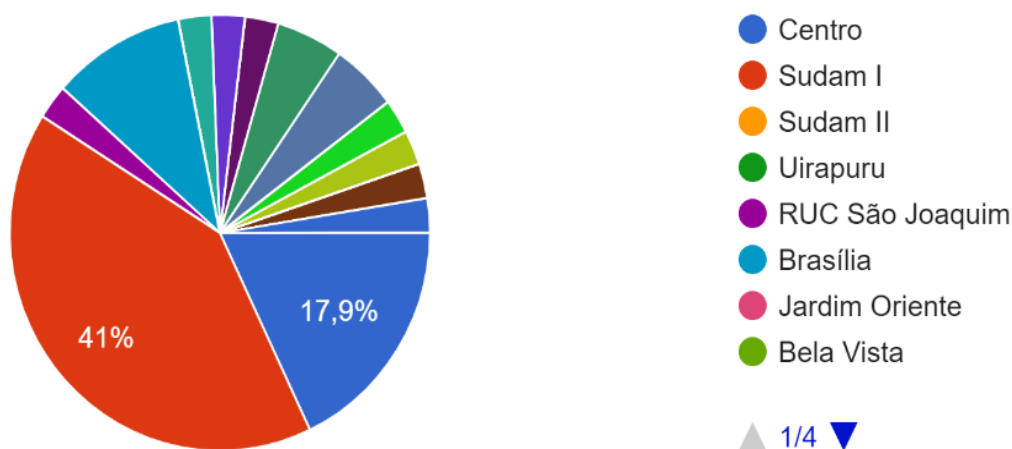
As reflexões trazidas por Souza (2013), Harvey (2012) e Santos (1995) possibilitam uma interpretação crítica a respeito do modo com que o Parque do Igarapé Altamira está inserido no contexto da cidade, como favorece uma leitura crítica de formulações apresentadas pela empresa concessionária de Belo Monte como a que se segue:

O Parque do Igarapé Altamira, por sua vez, cumpre o papel de elemento de ligação entre setores urbanizados mais densamente ocupados e hoje com profundas carências quanto à oferta de áreas verdes e equipamentos de recreação e lazer. Assumirá assim um papel de aglutinador das atividades de lazer e recreação coletivamente usufruídas pela população, além da função ambiental característica deste tipo de espaço (NESA, 2011, p. 29).

Somam-se as hipóteses citadas anteriormente (expulsão dos mais empobrecidos da área central da cidade, e a especulação do solo urbano a partir da ideia de *waterfront*) o fato de esse parque constituir-se numa espacialidade desagregadora, ou conforme Mendes *et al* (2021) em um “espaço do desencontro”.

Considera-se que a criação dessas formas urbanas potencializou a segregação sócio-espacial e, especificamente em relação ao lazer, evidenciou uma profunda assimetria entre os do centro e os da periferia (gráfico 3).

Gráfico 3–Origem dos usuários do Parque do Igarapé Altamira



Fonte: pesquisa de campo (2022)

No gráfico 3 destaca-se os dois bairros com maiores percentuais de origem dos usuários do Parque do Igarapé Altamira. Os dados sugerem que ao menos 41% dos usuários do parque do Igarapé Altamira residem no bairro Sudam I (imediações do parque) e se considerarmos o bairro Centro tal percentual sobe para 58,9%. Esses dados convidam-nos a refletir sobre a necessidade de uma descentralização dos espaços de lazer em Altamira que ainda hoje limitam-se ao centro da cidade.

Como em “os olhos dos pobres”, a população empobrecida de Altamira foi expulsa do centro e das imediações centrais da cidade, viabilizando intervenções que se tem denominado de “fora para fora”, contexto em que as espacialidades privilegiam concepções racionais, perpetuando assim as desigualdades da cidade capitalista. Tal é o contexto constatado pelo conteúdo do gráfico 04, quando apenas 5,1% dos usuários do parque residem nos RUCs (população que em tese foi realocada das proximidades do Parque).

Longe de se admitir uma posição disjuntiva (e binária) reavivando uma simplista relação centro x periferia, enfatiza-se que o parque do Igarapé Altamira, a considerar o modo como fora concebido, revela-se como um verdadeiro enclave urbano que nas palavras de Capron e Hernandez (2016, p. 128) “aprofunda o isolamento e a distância social com os seus arredores, gerando segregação e fragmentação”

O enclave, e o que dele deriva, corresponde a face hegemônica da (re)produção da ordem capitalista, reafirmando, no plano cotidiano, uma distinção entre quem pode ou não acessar o espaço. Os argumentos aqui postulados sugerem que os sujeitos anteriormente residentes nessa área, com a qual mantinham uma densa rede de interação e sociabilidade, conforme estudo de Guerra e Souza (2010), agora encontram-se exilados¹¹⁶ dessa espacialidade, ainda que diferentes táticas sejam empreendidas, conforme narrou Alfred da Silva Vieira referindo-se a participação da equipe do Açaizal na IV edição do campeonato de veteranos do Igarapé Altamira:

Bom, o meu objetivo aqui nesse campeonato é trazer de volta, resgatar o nosso time, o nosso bairro, a memória do nosso bairro da Açaizal que infelizmente foi destruído... 90% [foi destruído] e a gente tenta resgatar as pessoas que foram moradores do bairro e a colaborar, participando aqui como torcida desse time do açaizal que tem muita história (ALFRED DA SILVA VEIRIA, entrevista concedida no dia 08/10/2022).

Uma possível contraposição a esse cenário, que provoca segregação e fragmentação, é admitir o lazer para além dos equipamentos (enquanto objetos) e do espaço (enquanto um limite

¹¹⁶ Outra entrevista que agrega a esse debate foi concedida por Josiney Feitosa, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M2PrTwcHiSY>

físico). Trata-se de considerar o Parque do Igarapé Altamira sob um ponto de vista territorial ou, conforme entendimento da Procuradora Federal em Altamira:

Então, para mim **a questão do lazer não é tanto os espaços de lazer e sim o território**. Essa forma de reclusão das famílias para periferias por que? Porque ali é um território. **Esse parque [refere-se ao parque do Igarapé Altamira] pode ser pensado como um território dos pescadores**, como uma área que não é para eles jogarem futebol, mas uma área para ser deles (THAIS SANTI CARDOSO DA SILVA, 2021, grifo nosso).

Numa demonstração de compreensão da espacialidade do lazer em Altamira, a Procuradora Federal sugere que se considere esse fenômeno a partir de uma perspectiva territorial, impondo-se a necessidade de se repensar a própria concepção e uso deste Parque Linear.

Ao admitir-se essa concepção defendida pela Procuradora Federal como possível, o Parque representaria muito mais que uma dimensão da paisagem ou um mero limite físico, ou mesmo espaços de conexão como sugere a NESA. Ao contrário disso, mobilizaria aspectos como memória, pertencimento, identidade, elementos destacados ao longo de toda a entrevista concedida por Josinei Feitosa.

Cabe frisar, no entanto, a existência de permanências ou, para usar um conceito de Lefebvre (1991), a existência de uma dimensão residual. No Parque do Igarapé Altamira, um exemplo agregador que revela essa dimensão residual, pode ser visualizada pela presença de uma casa que mesmo após o processo de remoção permanece como espaço de apoio e morada dos ribeirinhos, conforme sensível observação da Procuradora Federal:

Inclusive se você observar ali **no Parque do Igarapé Altamira tem uma casa verde** que é a casa dos ribeirinhos, a gente não deixou tirar. Ela está dentro do parque e a minha ideia é expandir (THAIS SANTI CARDOSO DA SILVA, Procuradora Federal em Altamira, entrevista concedida em 24/08/2021, grifo nosso).

A existência dessa casa (figura 19) no Parque do Igarapé Altamira é emblemática para esse estudo, pois sintetiza não apenas as insurgências do lazer na cidade, mas reflete a dialética da produção do espaço capitalista. Por ser uma única casa, poderia ser desconsiderada ante a grande extensão do Parque Linear, mas ao contrário disso sua (re)existência é reveladora dessa potência, desse residual a quem Lefebvre (1991) considera ser a base para a ruptura radical com as estruturas limitantes da burocracia estatal.

A casa, conforme a coerente observação da Procuradora Federal, evidencia a permanência e a (re)existência territorial, a qual pode conferir outra legitimidade, outro *ethos*,

ao Parque do Igarapé Altamira, culminando em outras relações de lazer na cidade de Altamira, especialmente para aqueles que hoje encontram-se exilados (figura 19).

Figura 19–Casa dos Ribeirinhos- Parque do Igarapé Altamira



Fonte: pesquisa de campo (2022)

Foto: acervo LEPURB-UFPA/Altamira

A ideia de outro *ethos*, consubstancia-se num outro agir, mas sobretudo noutro modo de pensar a espacialidade do Parque do Igarapé Altamira. Trata-se inicialmente de uma crítica radical a maneira com que esse parque foi concebido e construído pela Norte Energia, somado a imperiosa necessidade de visualizar esse local de forma ampla, contrarracional e conectado ao cotidiano das pessoas, sobretudo daquelas que foram compulsoriamente removidas, o qual deve incorporar uma dimensão territorial.

Tal constatação, pode vir a ser base para que esse parque incorpore outra dinâmica de uso que somente será possível por um modo de pensar (coletivo) admitindo-o não apenas como uma dimensão paisagística (objeto), mas como um espaço mobilizador de um conjunto de valores/costumes/modos de vida (inclusive ligados ao rio) cuja materialidade supõem negar uma espacialidade produzida de fora para fora, conforme criticou Mendes (2018).

Ponderações do tipo: “Mas, a maior preocupação é que o espaço tem sido usado para a prática de consumo de drogas e outros atos ilícitos” feitas por Cunha (2021, p. 106-107), precisam ser problematizadas e urgentemente superadas, já que interpretações do tipo causa-efeito revela uma compreensão bastante superficial e limitada da realidade social o que acaba por retroalimentar, no plano discurso, a manutenção de uma cidade pouco conciliada ao cotidiano das pessoas.

3.3 Entre a organização e a produção do espaço: o Porto Seis e as (im)possibilidades do lazer em Altamira-PA

Ao longo dessa seção discutir-se-á como a existência de um porto fluvial urbano articula(va) e centraliza(va) um conjunto de práticas sociais das quais o lazer era/é parte, cuja (i)materialidade refletia(e) singularidades de uma cidade a beira-rio. Trata-se de analisar o Porto Seis como um elemento organicamente integrado ao tecido urbano de Altamira, cuja existência materializou e materializa diferentes práticas e experiências de lazer e que no contexto da UHBM refletiu outra racionalidade.

Localizado na Avenida João Pessoa, no centro de Altamira, o Porto Seis reitera o caráter singular de uma cidade que nasce e se desenvolve a beira-rio, em que pese o tensionamento entre os agentes hegemônicos da produção do espaço (retomados mais a frente). O Porto Seis era, até a emergência da UHBM, um importante ponto de coesão socio espacial *para e pelo* lazer, especialmente referente àquelas atividades ligadas ao rio Xingu ou naquilo que temos tratado como “fluvialidades em rios urbanos” (figura 20).

Figura 20—Dinâmica de uso do Porto Seis na década de 1990



Fonte: <https://www.facebook.com/nostalgiaaltamira/photos>

O conteúdo da figura 20 apresenta parte da dinâmica existente no Porto Seis antes da construção da UHBM. Tratava-se de um espaço mediado pela condição ribeirinha, onde os conteúdos das diferentes esferas da vida humana se interconectavam e a vida cotidiana seguia os contornos de um tempo social mais integrado aos elementos da natureza.

Todavia, atualmente a ambiência retratada na figura 20 inexistente, em parte devido a própria processualidade do tempo histórico, em parte devido às transformações sócio-espaciais catalisadas por eventos como a UHBM.

A partir deste contexto de mudanças na paisagem do Porto Seis, mas sobretudo pelas redefinições causadas na forma de as pessoas interagirem com este espaço, interessa problematizar como o Porto Seis, *locus* agregador *para* e *pelo* lazer, sucumbiu¹¹⁷ a generalização e a abstração da produção do espaço operado hegemonicamente, sobretudo, pela Norte Energia.

Ademais, buscar-se-á compreender em que medida essa modificação na dinâmica do Porto Seis implicou na vida cotidiana dos sujeitos de Altamira que o utilizavam como espaço de mediação para o lazer.

Partindo das reflexões feitas por Carlos (2018) convém pensar a existência do Porto Seis para além da sua localização, admitindo a produção do espaço a partir da sua organização. Essa primeira aproximação, da qual Carlos (2018) é o referencial, fundamenta a ideia de que a organização do espaço, como condição à sua produção, pressupõe uma ampla e densa rede que, no espaço urbano, se relaciona e se complementa. Ao se entender o Porto Seis para além de um objeto fisicamente localizado, caminha-se para uma análise geográfica que supere uma reflexão do espaço a partir da sua dimensão físico-absoluta.

Os argumentos trazidos por Carlos (2007) permitem que se pense o espaço, a partir das contradições do processo, situando o lugar¹¹⁸ na produção social capitalista, ainda que nas palavras dessa autora o espaço enquanto produção é anterior ao capitalismo, resultante da histórica relação da humanidade com a natureza.

Soma-se a essa dinâmica, a importância que o Porto Seis desempenhava (até a construção da UHBM) em relação à dinâmica econômica, isto é, tratava-se da existência de uma rede de prestação de serviços a qual era protagonizada por moto taxistas, donos de bares, donos de restaurantes, proprietários de balsas, atravessadores (de peixes por exemplo), areeiros,

¹¹⁷ *Sucumbir* é um recurso semântico aqui utilizado para enfatizar a sobreposição da racionalidade moderno-capitalista predominante nas cidades capitalistas, no entanto, há sempre insurgências, contra-racionalidades presente no espaço social, como aliás é o mote da nossa pesquisa.

¹¹⁸ Debate contido no livro: o lugar no/do mundo (CARLOS, 2007).

barqueiros, pilotos de voadeira, revelando aquilo que Santos (1979, p. 16) denominou de circuito inferior da economia urbana (figura 21).

Figura 21–Casa/bar/comércio no antigo Porto Seis



Fonte: PBA (2011, p. 103)

Como evidenciado na figura 21, a espacialidade do Porto Seis conferia sentido a um conjunto de atividades da vida cotidiana das quais as experiências era um nexos. A casa/bar/comércio em destaque na figura 21 constituía-se num local de mediação onde entre a dinâmica do rio e a dinâmica urbana. No período das praias, por exemplo, (tratadas na seção 3.1 desse capítulo), a espacialidade do Porto Seis revelava-se como central para os encontros como também para a logística que envolvia a ida e o retorno às praias.

Diferentemente do período anterior a UHBM, no tempo atual não seria demasiado afirmar que o Porto Seis é funcional à dinâmica de Belo Monte, refletindo, a bem da verdade, um caráter utilitário onde a apropriação do lugar perde centralidade ante o domínio da esfera privada e o indivíduo, nas palavras de Carlos (2018, p. 65): “se reduz à condição de usuário”.

O que a atual configuração do Porto Seis nos revela é a fragmentação da vida humana e sua subordinação ao tempo linear, a uma quotidianidade que se reduz ao repetitivo, separando os domínios do tempo, do trabalho, da vida privada e dos lazeres. A resultante desse processo

é a institucionalização de um espaço abstrato, baseado na homogeneidade onde “o mundial esmaga e coage as relações nos lugares desintegrados em relação à lógica da reprodução global” (CARLOS, 2018, p. 67).

Tal caracterização permite que se entenda, de acordo com Carlos (2018, p. 68), a produção do espaço cujo sentido revela: 1) os conteúdos do processo produtivo; 2) os sujeitos produtores; 3) os agentes da produção material do espaço; 4) as finalidades que orientam essa produção; 5) as formas de apropriação.

A caracterização dessas cinco dimensões fundamenta a distinção entre a produção do espaço e a produção das atividades no espaço, onde as atividades humanas no espaço criam uma morfologia, abrindo-se o caminho para a noção de reprodução do espaço.

Longe de ser uma mera abstração, o que Carlos (2018) está a provocar é quanto a necessidade de um deslocamento analítico, ou seja, focar menos na dimensão econômica (aquela que sugere acumulação) e mais na dimensão da reprodução, cujo sentido de ser do indivíduo estaria para além da sua força de trabalho, ou da mera fragmentação da vida em sociedade.

Desse modo, o ato geral de produzir da sociedade no sentido de permitir sua reprodução enquanto reprodução enquanto espécie, como ato de *reprodução do espaço*, ao mesmo tempo que este espaço aparece como condição e meio de realização das novas atividades em sua totalidade, no seio da reprodução da sociedade capitalista e permitindo sua crítica (CARLOS, 2018, p. 68, grifo da autora).

O que a autora denomina de reprodução social do espaço confere legitimidade a realidade vivida na sua totalidade que se apresenta como um horizonte possível para a vida humana. A relação entre sociedade e natureza segunda, da qual decorre a reprodução do espaço, mobiliza relações sociais, políticas, culturais, a partir do que se viabiliza a própria reprodução do capital, do poder e da vida humana, apresentando-se como um produto histórico, real e imediato.

De modo geral, esses são os argumentos convergentes com aqueles elaborados por Lefebvre (2006), para quem a reprodução continuada do capital não estaria restrita ao modo clássico de produção como se apresenta em Marx (1971), por exemplo. Tratava-se, nos argumentos de Lefebvre (2006) de considerar em relação ao espaço o papel do Estado, do saber, das relações sociais, das instituições onde: “a sociedade nova se apropria do espaço preexistente, modelado anteriormente; a organização anterior se desintegra e o modo de produção integra os resultados (LEFEBVRE, 2006, p. 13).

Nestes termos, o Porto Seis como um espaço controlado, cuja configuração atual reflete diretamente a face da reprodução ampliada do capital, permite reafirmar os argumentos de Carlos (2018) e Lefebvre (2006) segundo os quais o capitalismo produz o espaço da mundialidade pela instituição de novas relações de produção e de domínio.

Sendo a cidade o local privilegiado de atores diversos, convém admitir-se a existência de tempos, igualmente diversos, permitindo-se compreender que a materialidade não tem indicação única, pois é atravessada por esses atores, segundo os diferentes tempos, uns lentos, outros rápidos (SANTOS, 2001).

Essa primeira aproximação permite que se antecipe o raciocínio segundo o qual não é possível pensar o tempo de forma linear e único, daí porque se considera que a espacialidade do Porto Seis é reveladora desse entrecruzamento de tempos:

Aqui, a materialidade impõe um tempo lento. Isso quer dizer que os pobres vivem dentro da cidade sob tempos lentos. São temporalidades concomitantes e convergentes que têm como base o fato de que os objetos também têm uma temporalidade, os objetos também impõem um tempo aos homens. (SANTOS, 2001, p. 22).

Em linha com os argumentos de Lefebvre, Carlos (2018, p. 71) considera que “o Estado domina a sociedade inteira”. Certamente, tem-se ressalva quanto a essa sentença totalizante, embora o debate aqui proposto não se deterá em aprofundar esta questão. Isso não implica desconsiderar o papel determinante que o Estado desempenha na configuração da reprodução e acumulação do capital, aliás tal contexto foi caracterizado a partir do estudo de Polanyi (2000), conforme seção 2.3 dessa tese.

A mediação possível entre os estudos de Carlos (2018) e Lefebvre (2006) e o debate aqui proposto, reside no fato de evidenciarem a contradição da produção espacial, isto é, de um lado a produção do espaço fundamentada na dimensão econômica e política (esta esfera sugere a dominação e a objetividade); de outro, a reprodução do espaço enquanto condição, meio e produto da vida social (essa esfera sugere apropriação e subjetividade).

É dessa forma, contraditória e processual, ampla e profunda, que o espaço se (re) produz de forma real, revelando-nos a vida cotidiana em suas múltiplas determinações.

No primeiro caso, a reprodução do espaço se orienta pela imposição de uma racionalidade técnica, assentada nas necessidades impostas pelo desenvolvimento da acumulação que produz o espaço enquanto condição da produção, desvelando as contradições que o capitalismo suscita em seu desenvolvimento. No segundo caso, a reprodução da vida prática se apresenta, tendencialmente, invadida por um sistema regulado, em todos os níveis, concretizada no espaço enquanto norma- ditos e interditos- que formaliza e fixa as relações sociais, reduzindo-as a formas abstratas e

autonomizando as esferas da vida e, como consequência, dissipando a consciência espacial (CARLOS, 2018 p. 72).

Como evidencia a figura 20, antes da construção da UHBM, o Porto Seis não era apenas um local de chegada e saída de embarcações fluviais, mas um ambiente mediado pela cultura ribeirinha, lugar onde cidade e natureza interconectavam-se dialeticamente (figura 22).

Figura 22–Vista do antigo Porto Seis



Fonte: Altamira (2012)

Ao afirmar que o Porto Seis funcionava como um ponto articulador, enfatiza-se uma dimensão da vida cotidiana que existia enquanto subjetividade, portanto, fora do domínio do espaço abstrato. Ainda assim, como sugerem os argumentos de Carlos (2018) e Lefebvre (2006), a produção e a reprodução do espaço não podem ser analisadas de forma unívoca. Progressivamente, essa dinâmica existente no Porto Seis foi tensionada, muito em função da construção e dos desdobramentos advindos da UHBM. Notadamente, a construção da UHBM não resume as sucessivas (trans) formações porque passou esse espaço, mas certamente produziu outra realidade material no Porto Seis.

Como destacado no trabalho de Miranda Neto (2016, p. 171) inexistiu uniformidade e consenso quanto à forma de os entes (especialmente a PMA e a NESA) interferirem no espaço urbano de Altamira, tendo havido diferentes tensionamentos entre os interesses destes entes,

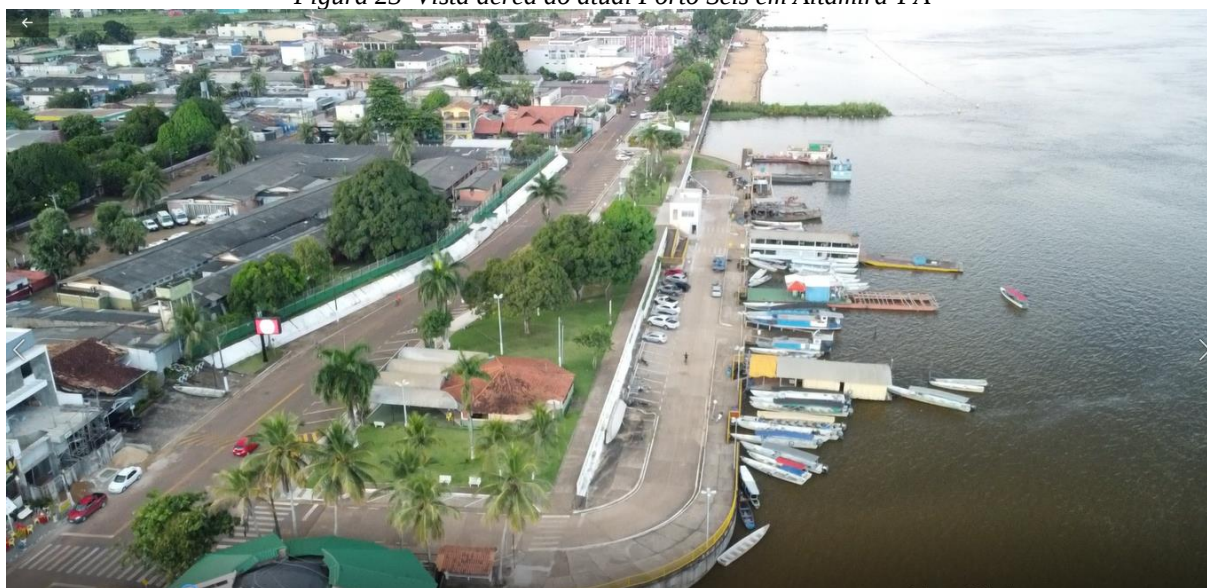
aspectos que reafirmam as contradições da produção do espaço na ordem capitalista.

O fato é que, conforme consta do PBA (especialmente nas seções relativas ao projeto de requalificação urbana) não apenas o Porto Seis, mas toda a orla de Altamira sofreu uma intensa redefinição na sua estrutura. O Porto Seis, entretanto, resume de forma cristalina como um lugar e suas singularidades no contexto da construção de uma megaobra de infraestrutura, reflete uma tipologia e um padrão urbano pouco conciliado aos conteúdos da ordem vivida.

Ao referir-se as (im)possibilidade do lazer a partir do contexto do Porto Seis, enfatiza-se que: primeiramente; esse espaço materializa (ou) diferentes práticas do lazer ao longo do tempo, funcionando como um elemento de coesão entre o rio e o tecido urbano de Altamira-PA, segundo; que o Porto Seis é revelador de um espaço diferencial, ou seja, nele estão (vam) expressos conteúdos do vivido.

Em certa medida, o Porto Seis no tempo atual, resume um sistema de classificação cujo sentido de ser é a instituição de um padrão que se ergue negando as diferenças, negando o rio enquanto extensão e coesão da dinâmica urbana. Nessa nova espacialidade, o excesso de concreto e cimento faz desaparecer o solo, a areia da beira-rio, extinguindo por extensão uma histórica forma de interação sujeito-rio (aquela do encontro face a face, da disposição espacial representativa do modo de vida ribeirinha), conforme destacado na figura 20 logo no início desta seção. Atualmente, prevalece no Porto Seis uma espacialidade ordenada (figura 23).

Figura 23–Vista aérea do atual Porto Seis em Altamira-PA



Fonte: Trabalho de campo (2022)

Para além do contraste refletido no conteúdo das figuras 22 e 23 (esta última sugerindo um amplo processo de requalificação), a atual configuração do Porto Seis retrata a

extinção/redefinição da interação sujeito rio, especialmente porque a quase totalidade das embarcações fluviais, conseqüentemente da dinâmica portuária, está sob a influência da empresa Norte Energia e/ou das empresas que a ela prestam serviço.

Partindo-se dos argumentos de Carlos (2007)¹¹⁹, observa-se que a atual espacialidade do Porto Seis, orienta-se pela edificação de uma paisagem ordenada e controlada, onde tudo deve estar no seu devido lugar (o lugar da ordem). Desapareceram deste Porto as canoas, os barcos de pequeno e médio porte, mas especialmente desaparecem os sujeitos que se apropriavam da espacialidade do referido Porto de uma maneira bastante particular, conforme figura 20.

Atrelada a esse processo de extinção, emergiu uma espacialidade fluvial e portuária diretamente alinhada à lógica de funcionamento da UHBM e dos seus prepostos, não sendo afirmar que a dinâmica atual do Porto Seis está diretamente ligada à dinâmica de operação da UHBM.

De maneira geral, esta é a atual caracterização do Porto Seis, isto é, uma espacialidade baseada no ordenamento e na segregação, esta última dimensão materializada muito em função das remoções dos sujeitos que moravam às suas imediações, redefinindo um conjunto de práticas sociais intimamente relacionadas à dinâmica ribeirinha, a exemplo da trama social que se desenrolava a beira-rio.

A disposição de espaços específicos para o acesso ao referido Porto denuncia, de um lado, o padrão ordenador subjacente à UHBM, de outro; quem pode ou não acessar o rio pelo Porto Seis. No tempo atual, faz-se necessário trazer a embarcação de casa (geralmente engatada nos automóveis) para então acessar o rio. Residindo nos RUCs, distantes até 6 km do porto, somado às barreiras de mobilidade urbana, os antigos usuários desse espaço vivem numa espécie de “exílio”, conforme temos insistido ao longo deste texto.

Apesar da nova configuração do Porto Seis realçar uma ambiência restritiva em relação às práticas do lazer, especialmente pela remoção compulsória dos sujeitos do seu entorno, como pelo fato da criação de uma espacialidade rigidamente ordenada é possível notar, ainda que de maneira rarefeita, práticas e comportamentos dissidentes que subsistem a esse padrão ordenador.

Algumas dessas práticas revelam-se como permanências aludindo a um modo de vida ribeirinho, a exemplo da presença de uma balsa onde a moradia, o trabalho e o lazer

¹¹⁹ Nesse livro, Carlos (2007) traça um debate em torno da categoria lugar. A ideia de um “*não lugar*” proposto pela autora é revelador de um *modus operandi* que materializa um simulacro da realidade que se institui negando o prático-sensível do lugar.

interpenetram-se cotidianamente, reforçando a ideia do “fato social total”, tratado por Mauss (1988).

Nesta balsa, a realização de churrascos e as constantes confraternizações a bordo, revelam-nos práticas que fogem a um eventual controle rígido dos tempos sociais que atualmente estão sob domínio da empresa concessionária da UHBM refletindo, igualmente, a potência da esfera cotidiana (figura 24).

Figura 24–Balsa atracada no Porto Seis



Fonte: trabalho de campo (2022)

A vivacidade das cores refletida na figura 24 revela a potência, aquilo que em certas ocasiões é impossível de se descrever, pois os elementos que o constituem, por vezes, escapam a percepção de quem analisa especulativamente a realidade. Dito de outra forma, a balsa em destaque na figura 24 revela a vida em sua plenitude, subsistindo para além do “tempo da morte”, este último proveniente da construção da UHBM. Numa correlação com o pensamento clássico grego, poderia se dizer que o atual formato do Porto Seis vincula-se ao tempo do *Chronos*, mas as dissidências nele existentes refletem o tempo *Kairós*¹²⁰.

Para além dos elementos dissidentes materializados a bordo da balsa, existe na espacialidade do Porto Seis outras práticas que desafiam a linearidade do tempo e o controle instituído pela empresa concessionária de Belo Monte, a exemplo da pescaria. Trata-se de uma prática que tem se intensificado nos últimos anos. Com mais frequência no período da tarde, as

¹²⁰ Na pensamento mitológico grego *Chronos* e *Kaiorós*, correspondem a divindades do tempo. O primeiro, personifica a rigidez e a linearidade do tempo, o qual tudo aprisiona. *Kairós*, por sua vez, materializa o tempo da oportunidade, o tempo das possibilidades.

peessoas chegam pela Avenida João Pessoa acessando os pontos de pesca pela rampa disposta numa das laterais do porto. Pelo que se observou, pouco ou quase nada se “fisga”, o que parece secundário, já que esses sujeitos sempre retornam para novas pescarias.

Não seria exagero afirmar que, a despeito das restrições encontradas no Porto Seis, a prática da pescaria e o espaço da beira rio funcionam como elemento de mediação e sociabilidade entre os sujeitos, fazendo ressurgir (com as condições atuais) uma ambiência cuja centralidade de mediação da vida cotidiana era o rio, como demonstrado logo no início desta seção com a figura 20.

Existem práticas, todavia, que se materializam para além do perímetro do Porto Seis, ainda que a referência espacial ao Porto seja uma condição determinante, sendo uma das principais a prática da natação. Especialmente aos sábados e domingos, grupos de nadadores se encontram no Porto Seis de onde saem em direção à Ilha do Arapujá, retornando em direção à Praia Artificial da Orla num local nomeada pelos nadadores de CT (abreviatura para Centro de Treinamento).

Convém destacar que atualmente a espacialidade do Porto Seis perdeu centralidade neste “circuito” esportivo, em parte pelas intervenções requalificadoras, em parte pela construção da Praia Artificial da Orla que acabou legitimada pela maioria dos sujeitos adeptos dos esportes fluviais, o que, a bem da verdade, reafirma a existência de uma “*ideologia de redenção*”, conforme argumentos de Ribeiro (1987).

Na sequência, em caráter meramente ilustrativo, apresenta-se um conjunto de práticas presentes no Porto Seis cuja materialidade reafirma insurgências que subsistem para além do tempo “cronológico” ou do domínio da empresa concecionária de Belo Monte (quadro 10).

Quadro 10—Práticas de lazer no Porto Seis em Altamira-PA

Prática	Características
Pescaria-muro de arrimo	Geralmente ao final da tarde/início da noite
Pescaria-balsas ancoradas	Recorrente, com mais ênfase aos fins de semana
Travessia-natação	Geralmente aos sábados e domingos
Travessia-caiaque	Geralmente aos sábados e domingos
Churrasco-balsas ancoradas	Recorrente, com mais ênfase aos fins de semana

Fonte: elaboração do autor (2022)

A caracterização trazida no quadro 11, ainda que possa soar arbitrária, ocorre na tentativa de evidenciar a existência de um conjunto de práticas que subsistem no espaço (socialmente construído) e que estão para além de eventual controle rígido. Diferentemente de

Dumazedier (1973) e Camargo (1989) que se preocuparam em definir os conteúdos culturais do lazer (físicos, manuais, artísticos, intelectuais, sociais e turísticos), interessa admitir no contexto do Porto Seis a existência de práticas de lazer reveladoras de uma cultura mediada pela beira-rio.

Trata-se de se admitir a existência de práticas que se materializam enquanto marcadores sociais da diferença, cujo sentido reside no agenciamento dos sujeitos, os quais vivenciam as experiências do lazer para além da dicotomia tempo do trabalho x tempo livre, superando concepções universalizantes como se verifica na teoria euro-americana amplamente difundida após a segunda metade do século XX e problematizada ao longo do capítulo I dessa tese.

A ideia de se discutir “da organização do espaço à produção do espaço” é destacar, conforme Carlos (2007), como o “mundial esmaga e coage as relações nos lugares” e, ao mesmo tempo, como os sujeitos (cotidianamente) imprimem outros sentidos ao lugar, ao espaço, esboçando resistência a esmagadora força com que o espaço é, tendencialmente, produzido.

Em relação ao lazer, para além de eventual caracterização (como o fizeram Dumazedier e Camargo), interessou discutir como esse fenômeno pode ser visualizado em contextos singulares, cuja materialidade pressupõe dissidências e reafirma a potência da ambiência beira-rio.

Em que pese a estratégia prevalente na estrutura da cidade capitalista, no caso de Altamira, catalisada a partir de eventos como a construção da UHBM, a dinâmica espacial do Porto Seis revela a existência de experiências de lazer subjacentes a um ideário racionalizador. Essas insurgências que se materializam ou re-existem para além de uma racionalidade instrumental (a exemplo dos projetos de requalificação urbana) revelam a potência das experiências cotidianas cuja existência indica a potência dos conteúdos inerentes a uma cidade que nasce e se desenvolve a beira-rio.

Buscou-se apresentar ao longo deste capítulo o modo com que se materializa as representações do espaço e como este mecanismo interfere nas espacialidades do lazer, especialmente nos espaços de representação (dimensão vivida). Argumentou-se que em Altamira-PA, a emergência da racionalidade espacial é base para a manutenção do lazer *na* cidade.

Essas experiências estão consubstanciadas em externalidades e em artificialismos, a exemplo das praias artificiais, dos parques lineares e do porto fluvial. Em todos os casos discutidos, problematizou-se como a recente transformação na cidade de Altamira-PA viabilizou o controle das experiências de lazer, contribuindo para a manutenção do que aqui se denomina de lazer *na* cidade.

CAPÍTULO IV– O LAZER DA CIDADE: insurgências da ordem vivida.



Figura 25–Campo de futebol na rotatória do RUC Jatobá

A imagem que abre este capítulo foi registrada no ano de 2019 numa rotatória do RUC Jatobá na cidade de Altamira-PA. As duas traves de futebol, diametralmente posicionadas, revelam não apenas uma predileção físico-desportiva, mas um tipo de apropriação coletiva que se contrapõem a ordem hegemônica da cidade. Ao transformarem a rotatória em um campo de futebol os sujeitos materializam, pelas insurgências, aquilo que denominamos de o lazer “da” cidade, isto é, práticas organicamente integradas ao cotidiano dos sujeitos, as quais ocorrem independentemente das oficialidades dos poderes formalmente constituídos.

Assim, em continuidade às reflexões propostas ao longo deste trabalho, apresentar-se-á ao longo deste capítulo as experiências de lazer na vida cotidiana de Altamira-PA, concretizadas para além de uma razão instrumental. Baseando-se em autores como Magnani (2018), Leite (2002), Santana, Rechia e Rodrigues (2017), De Certeau (2014) e Carlos (2018) evidenciar-se-á diferentes formas de apropriação da cidade, destacando-se as experiências insurgentes e não programadas.

O enfoque das experiências insurgentes tem por base os apontamentos feitos por Santos (2000) segundo o qual existe um lazer subjacente à contraracionalidade, um lazer que, vindo de baixo, escapa às amarras da cidade capitalista. Tais experiências configuram-se enquanto contra-usos da cidade, permitindo-se afirmar que o lazer não ocorre, necessariamente, no espaço e sim pelo espaço.

Ao contrário do que usualmente se propaga, essas insurgências não são ocorrências pontuais, mas práticas reveladoras de uma permanência que tomam a cidade para além de um centro e de uma periferia. A manutenção dessas insurgências pressupõe uma densa rede de sociabilidade, em geral mantida pelos sujeitos excluídos da cidade.

A partir das reflexões de Oseki (2000) problematizar-se-á o modo instrumental com que os rios são tratados nas cidades capitalistas. Baseado no trabalho de Miranda Neto e Mendes (2022), a primeira seção “as fluvialidades nos rios urbanos de Altamira”, abordará uma noção teórica a qual permite debater os limites e as possibilidades de interação sujeito-rio em cidade impactada pela construção de uma Usina Hidrelétrica.

Na segunda seção, “as “brechas da cidade”: práticas de lazer no “Anel viário” em Altamira-PA”, discute-se acerca dos diferentes modos de apropriação de um espaço existente num bairro de Altamira. Trata-se do “Anel Viário”, um espaço inicialmente concebido como elo de mediação entre o centro e a periferia da cidade, mas que gradativamente teve seu uso redefinido muito em função das táticas coletivas, conforme De Certeau (2014) e da apropriação das “brechas da cidade”, conforme Santana, Rechia e Rodrigues (2017).

Finalmente, ao longo da última seção deste capítulo “entre o exílio e a repatriação: experiências de lazer após as remoções compulsórias” demonstra-se como o lazer, configura-se numa espécie de “fio condutor” possibilitando aos diversos sujeitos apropriarem-se de diferentes espaços da cidade.

O futebol de várzea, materializado em meio a signos e significados do cotidiano, possibilita a (re)união dos antigos moradores do bairro Açaizal (bairro amplamente modificado pelas remoções compulsórias) em diversos campeonatos pela cidade, destacando o “retorno” a determinados espaços muito representativos para esses sujeitos, a exemplo do entorno do Igarapé Altamira e do Igarapé Ambé.

Desse “retorno dos exilados” emergem táticas coletivas que, contrapondo-se a racionalidade da cidade e do projeto Belo Monte, fortalecem laços de memórias, retomam relações de pertencimento, ampliam e consolidam redes de sociabilidade, permitindo-se reiterar que o lazer em Altamira se concretiza pelo espaço.

Os dados empíricos da última seção do capítulo IV terão como base a pesquisa realizada por ocasião do I campeonato de Veterano “Ninho do Urubu”, permitindo-se relacionar e ampliar as reflexões contidas nos trabalhos de Magnani (2003), Magnani (2018) e Leite (2002).

Na conclusão, retoma-se o debate em torno da espacialidade do lazer em Altamira, buscando-se caracterizar o tensionamento e ao mesmo tempo a coexistência de práticas cotidianas aparentemente antagônicas, mas complementares, as quais são fundamentais para se entender as manifestações do lazer na vida cotidiana de Altamira-PA.

4.1 As fluvialidades (e suas contradições) nos rios urbanos de Altamira

A discussão empreendida ao longo desta seção vincula-se a dois aspectos distintos, mas complementares, suscitados no decorrer desta pesquisa. Um deles refere-se a uma dimensão teórico-metodológica, fruto de uma provocação feita no contexto do exame de qualificação deste estudo. O segundo aspecto tem a ver com uma singularidade das cidades que nascem e/ou são banhadas/cortadas por rios e tem sido pauta de recentes reflexões construídas à luz do fenômeno do lazer.

Os dois aspectos, quer seja a dimensão mais ao campo teórico-metodológico, quer seja a dimensão prático-operacional, reflete uma particularidade das cidades Amazônicas e sobretudo um modo muito específico de os sujeitos se relacionarem com os rios para suas práticas de lazer.

Trata-se de uma realidade (i)material que reflete um *ethos*, um tipo de sociabilidade onde; de um lado, a presença dos rios é organicamente integrada a vida material dos sujeitos/cidade; de outro lado, a forma com que o modo de produção capitalista se impõe sobre essas formas-conteúdo, promovendo gradativamente a disjunção cidade-rio.

De forma resumida, ao longo desta seção objetiva-se discutir a histórica relação que os sujeitos de Altamira têm com o Rio Xingu e seus afluentes urbanos para a prática do lazer, sem desconsiderar as contradições inerentes ao modo com que o capitalismo se (re)produz nesta cidade, especialmente a partir da construção da UHBM.

Em se tratando da interação sujeito-rio, a relação dos Altamirenses com o Xingu e seus afluentes urbanos se confunde com a própria história do município, já que essa cidade tem sua origem ligada a chamada Missão Tavaquara, uma expedição liderada pelo Jesuíta austríaco Rochus de Hundertpfund durante a década de 1750, cujo aldeamento (próximo a foz do Igarapé Panelas) foi base para a formação da cidade de Altamira¹²¹.(UMBUZEIRO e UMBUZEIRO 2012, p. 52).

Não seria exagero afirmar que a gênese da cidade de Altamira condiciona-se a existência material dos rios, quer seja pela importância que a foz do Igarapé Panelas exerceu para que se constituísse um aglomerado populacional ainda no século XVIII, especialmente pela reunião de diversos povos indígenas, quer seja pela importância dos rios urbanos (Igarapé Ambé e Igarapé Altamira) no processo de urbanização de Altamira, com mais ênfase a partir da década de 1970.

Trata-se de uma histórica relação que os moradores de Altamira mantinham/mantêm não apenas com o Rio Xingu, mas sobretudo com os rios urbanos: o Igarapé Ambé, o Igarapé Panelas e o Igarapé Altamira. Tal relação favoreceu a construção de uma realidade social peculiar, onde as diferentes dimensões do cotidiano se interpenetram num sofisticado movimento de interação entre as diferentes esferas da vida social:

[...] no inverno, época de cheia do Xingu, unia as desembocaduras do Igarapés Altamira e Ambé que se interpunha entre essas as duas localidades. Essa várzea chamava-se Jaburu e era coberta por vegetação arbustiva e capim duro, rabo de rato. No verão era utilizada pelo oleiros no fabrico de tijolos, pois o solo era uma argila liguenta e escorregadia. Ente uma foz e outra, umas trezentas braças, se muito, formava-se no verão, uma prainha estreita, sombreada, de águas rasas e quentes chamada de Praia do Camaleão, pois ali era o sítio preferido para a postura dos seus ovos. (NUNES, 2003, p. 215).

A descrição trazida por Nunes (2003) é rica em detalhes, permitindo que se compreenda

¹²¹ <https://www.xingumais.org.br/historia/1600-1875-primeiros-contatos?id=496>

como a dinâmica da cidade e os conteúdos do plano vivido revelavam-se intimamente relacionados à dinâmica fluvial. O escritor revela os contornos fisiográficos característicos de um tempo em que a cidade e o cotidiano das pessoas estavam diretamente condicionados ao tempo dos rios. Naquela espacialidade, a sazonalidade climática regulava a esfera do mundo do trabalho, isto é, no inverno os Igarapés Ambé e Altamira se uniam em função do aumento do volume d'água, já no verão a área de várzea possibilitava o trabalho nas olarias.

Ainda assim, pelos dados trazidos no texto de Nunes (2003) os rios urbanos de Altamira viabilizavam não apenas aspectos ligados ao mundo do trabalho e do lazer, mas permitia que os sujeitos constituíssem tipos diferentes de habitação, cuja predominância arquitetônica consistia nas chamadas casas em palafitas (figura 26).

Figura 26–Casas em palafitas na cidade de Altamira- antes da construção da UHBM



Fonte: <https://www.amazonialatitude.com/2021/09/13/belo-monte-pelas-lentes-de-anderson-barbosa/>

Como é comum em diversas cidades da Amazônia banhadas por rios, os sujeitos costumam construir suas casas as margens ou mesmo sobre os rios, estabelecendo com estes corpos hídricos uma relação muito particular, contexto em que o tempo do lazer interpenetra-se a outras dimensões da vida cotidiana. O essencial na figura 26 é considerar a forma com que determinadas dimensões da vida cotidiana de Altamira têm os rios como elementos de mediação.

Os argumentos aqui postulados sugerem que entender a relação cidade-rio em Altamira

passa, necessariamente, por se considerar as ocupações urbanas, a presença e a relação dos povos indígenas com o rio e, especialmente, a inserção dos grandes projetos/obras, a exemplo da rodovia Transamazônica (BR 230) e, mais recentemente, da UHBM. Em todos esses casos convém explicitar como, gradativamente, ocorre a disjunção cidade-rio, pontuando as práticas/experiências que se constituem enquanto permanências.

Trata-se de uma realidade ambivalente, isto é, de um lado uma realidade material marcada pela orgânica relação dos sujeitos com os rios; de outro lado, o incremento de uma política estratégica potencializada a partir da segunda metade do século XX cuja finalidade era a chamada “política de modernização territorial”, a exemplo das diretrizes contidas no Decreto-Lei n.º 1.106 que instituiu o Programa de Integração Nacional (PIN)¹²², conforme Miranda Neto e Herrera (2017).

Estudos como os de Castro (2012) e Miranda Neto e Herrera (2017) sugerem que, sobretudo, após os anos de 1970 a dinâmica espacial da Amazônia passa a sofrer de maneira mais significativa uma pressão que se dá, especialmente, pelo adensamento demográfico em grande parte produzido pelas medidas estratégicas tomadas nacionalmente pelos governos militares. No caso de Altamira, esse período coincide com o crescimento da cidade em oposição ao Rio Xingu, especialmente seguindo o curso natural dos Igarapés Ambé, Pannels e Altamira.

Essa breve caracterização cumpre a função de situar a cidade de Altamira como estando diretamente relacionada a existência material dos rios, e também de apresentar o modo orgânico com que as diferentes esferas da vida cotidiana dos Altamirenses são atravessadas pela representatividade (i)material dos rios. Nos dois casos, convém compreender como essa orgânica relação cidade-rio é rompida atentando-se para as permanências que subsistem nessas espacialidades fluviais.

É a partir deste contexto onde a cidade está diretamente ligada a presença material dos rios que se chega ao termo “fluvialidades” (ou fluvialidades – a ser adotada ao longo desse texto). Trata-se de uma noção teórica timidamente difundida nos estudos geográficos e menos ainda no campo dos estudos do lazer. Em geral, os estudos sobre essa temática no Brasil privilegiam aspectos geofísicos/geomorfológicos, conforme estudos de Xavier e Pereira Júnior (2021) e Luz (2015).

Mas afinal, o que vem a ser fluvialidades em rios urbanos? Quais elementos teórico-

¹²² Tal projeto tinha como objetivo geopolítico manter a unidade territorial sanando o problema dos “vazios territoriais e demográficos” e, ao mesmo tempo, equacionar os problemas fundiários e a pobreza do nordeste brasileiro. Sobre o Projeto de Integração Nacional (PIN), do qual consta a abertura da Transamazônica, ver Alonso e Castro (2006).

empíricos possibilitaram que se chegasse a tal formulação? Eis algumas das indagações que se pretende responder a partir de agora. De maneira simples, a etimologia fluvialidade refere-se a uma palavra de origem latina (*fluvialis* + *tati*), a partir da qual formam-se substantivos abstratos designando, no caso específico, respectivamente, relativo ao rio e modo de ser, estado/propriedade (PEZZATI, 1990, p. 156).

Todavia, convém destacar que o debate desta seção não se orienta unicamente pelo viés semântico-etimológico, mas por um conjunto de reflexões construídas no cotidiano de pesquisa e nos espaços informais da vida social e sobretudo observando-se a realidade de um fenômeno. Soma-se a isso, o desejo de mediação com a provocação teórico-metodológica feita no curso da avaliação desta pesquisa descrita no *caput* desta seção.

Avançando-se para além do aspecto semântico-etimológico presente em Pezzati (1990), a formulação da noção de fluvialidades aqui apresentada tem como base o estudo de Oseki (2000) realizado sobre a dinâmica do Rio Pinheiro, na cidade de São Paulo e de uma recente pesquisa realizada a partir dos rios urbanos de Altamira, proposta por Miranda Neto e Mendes (2022).

Para Miranda Neto e Mendes (2022) as fluvialidades materializam-se em duas dimensões: 1) de modo mais básico, refletem as relações que as pessoas mantêm como o rio; 2) de modo mais amplo, estão relacionadas a existência material dos corpos hídricos que, a depender das transformações sociais (físicas e simbólicas), podem nascer e/ou morrer.

Nestes termos, as fluvialidades como síntese de um conjunto de relações mediadas pelos rios mobilizam questões para além do rio como ente natural, já que estes corpos hídricos estão sob influência das intervenções humanas.

Tal contexto processual permite que se compreenda as fluvialidades em Altamira para além de uma perspectiva essencialista, afastando eventual compreensão minimalista como se Altamira estivesse permanentemente presa a uma temporalidade/condição de cidade que nasceu e se desenvolveu as margens de um rio.

Ao afastar essa visão ideal passa-se a compreender as diferentes (trans)formações que envolvem não apenas as formas da cidade, mas os conteúdos diretamente relacionados a dinâmica dos rios e ordem da reprodução capitalista, a exemplo da ponderação apresentada por Harvey (2013) a respeito da acumulação por despossessão¹²³.

¹²³ Para Harvey (2013, p. 19-21), trata-se de uma relação de exploração, de cercamento e de cooptação instituídas na estrutura do capitalismo em face dos modos de produção não-capitalistas. A partir desses mecanismos de dominação dimensões como a propriedades intelectuais, as manifestações culturais, os recursos ambientais (terra, água, ar), os saberes tradicionais transformam-se em mercadorias.

Assim, se nos anos de 1970 as ocupações irregulares sobre o leito dos rios urbanos de Altamira desencadearam graves danos ambientais, a partir de 2011, com a construção da UHBM, tem-se uma nova morfologia dos rios urbanos (especialmente pela remoção dos moradores e pela construção dos chamados Parques Lineares, tratados no capítulo anterior) cujos efeitos a longo prazo poderão, ousa-se afirmar, criar uma forma de os Altamirenses interagirem com o rio e suas possibilidades de lazer.

Para além dessa disjunção cidade-rio potencializada no contexto da urbanização de Altamira, convém apresentar o que caracteriza as fluvialidades em Altamira-PA. A investigação em curso sugere como central, a intensa relação que os sujeitos mantinham com as praias de água doce.

O tempo verbal no pretérito (mantinham) sugere a existência de uma ruptura em relação as fluvialidades em Altamira, muito em função da construção da UHBM. De início, porém, convém demonstrar como era caracterizada, antes da UHBM, a relação entre os sujeitos e os rios/praias de Altamira.

Em Altamira, como na maioria das cidades a beira-rio da Amazônia, as praias, e os afluentes urbanos do Xingu, demarcam uma centralidade espacial, evidenciando uma singularidade, cuja existência não permite estabelecer disjunção entre eles, pois são elementos orgânicos e interdependentes da própria dinâmica urbana a partir da qual as fluvialidades têm proeminência.

De início, convém caracterizar o formato das praias de Altamira. Trata-se de praias de água doce, que como a maioria das praias de água doce da Amazônia, diferencia-se daquelas espacialidades existentes ao longo da costa brasileira. Cabe destacar que mesmo no interior da Amazônia existem diferenças nos formatos das praias, a exemplo das praias localizadas em Bragança-PA, Marapanim-PA, Maracanã-PA, cidades localizadas no chamado “litoral salgado paraense”.

As praias de água doce da Amazônia, no entanto, não são apenas faixas de areia, mas um conjunto de elementos naturais organicamente integrados e condicionados ao tempo dos rios. Basicamente essas espacialidades caracterizam-se pela indissociabilidade entre o rio, a faixa de areia e a vegetação primária (figura 27), como apontado na discussão acerca das praias artificiais ao longo do capítulo anterior.

Figura 27–Praia do Pajé- antes da construção da UHBM



Fonte: Mendes e Moreira (2011, p 64)

Atrelado a essa dimensão natural está a sazonalidade climática da região Amazônica que, a bem da verdade, condiciona uma série de práticas. Resumidamente, trata-se do verão e do inverno amazônico, estações muito bem definidas correspondendo, respectivamente, ao período de estiagem e da cheia dos rios. A primeira estação (verão Amazônico) ocorre entre os meses de junho e outubro, já o inverno ocorre entre os meses de novembro e maio.

Aliás, a sazonalidade sempre foi uma característica marcada na vida das pessoas, não só no Vale do Xingu, mas em toda a Amazônia. Nos meses de verão ou de seca, pode-se viver na fartura das várzeas, das ilhas, das praias, dos pedrais. Pras bandas do Amazonas, é tempo de preparar mixira e piracuí, para enfrentar a escassez da enchente e dos campos alagados. Tempo de pitiú. E por toda parte, é o verão, dos ovos de tracajá e tartaruga. (NUNES, 2003, p. 155).

Na Amazônia, os sujeitos planejam suas atividades anuais muito em função dessas duas estações, já que o verão corresponde basicamente a todo o primeiro semestre e o inverno ao segundo semestre do ano. No inverno, a cheia dos rios e dos furos¹²⁴ inviabiliza uma série de atividades, mas também possibilita um vasto repertório da vida cotidiana, conforme descrição de Nunes (2003).

¹²⁴ Furos são capilares dos corpos hídricos de maior extensão, muito comuns em toda a região Amazônica.

Já o verão é caracterizado pelas múltiplas possibilidades de uso e apropriação do rio para as vivências de lazer, especialmente na interação com as praias de água doce: “Na estiagem, os seringais para, como que em férias coletivas. Tanto por causa do lazer, como principalmente porque, com o rigor do verão, as seringueiras secam ou escasseiam o látex” (NUNES, 2003, p.155)¹²⁵.

O período do verão, portanto, revela-se central para se compreender o modo com que as fluvialidades em Altamira-PA se materializam ao longo do tempo. Não por acaso, 100% dos entrevistados afirmaram preferirem ir às praias no período do verão. Os dados obtidos em campo referem que, durante o período de estiagem, existiam “pedaços” que, em articulação, formavam um espécie de circuito, conforme Magnani (2012). Convém diferenciar os pedaços existentes na porção urbana, e aqueles localizadas para cima, e/ou para baixo¹²⁶.

Cabe a ressalva em relação à categoria antropológica, especialmente porque os estudos de Magnani do qual decorre a sistematização da chamada “família de categorias”¹²⁷ foi formulada a partir de um contexto metropolitano (São Paulo), obviamente muito distinto da realidade deste universo de pesquisa.

Diferentemente de circuito, mas enunciando um significado similar, é possível pensar as praias tratadas ao longo dessa seção como *points*, expressão utilizada pelos usuários desses locais para reforçar o caráter agregador e centralizador desses espaços.

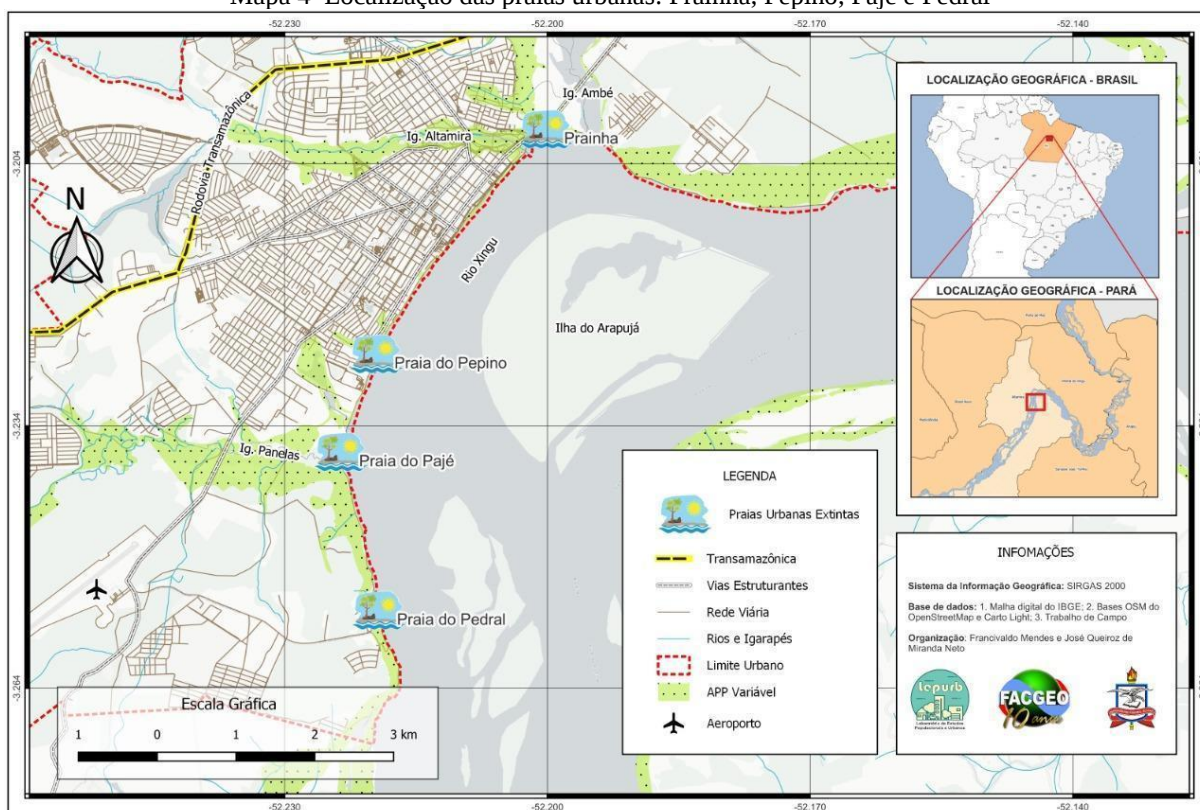
O *point* caracteriza (va) -se como sendo um lugar de destaque, possuidor de amenidades e ponto de referência para o encontro dos amigos. Sua legitimidade está condicionada a anuência do máximo número de usuários (em geral pertencente a mesma rede de sociabilidade) os quais têm a prerrogativa de assinalar qual é o melhor ou o pior *point* da cidade (mapa 4).

¹²⁵ O período histórico retratado por Nunes (2003) coincide com os chamados ciclos da borracha (1º ciclo: 1883-1942; 2º ciclo: 1883-1970) onde os rios que cortam/banham a cidade e o município de Altamira tiveram papel central não apenas relativos aos conteúdos do lazer, como em função da (re)produção e da inserção de Altamira na lógica e no modo de produção capitalista.

¹²⁶ “Para cima e para baixo” são referências bastantes mobilizadas pelos interlocutores da pesquisa. Para cima é toda espacialidade localizada em direção a nascente do rio Xingu (sentido estado do Mato Grosso), já para *baixo* é qualquer referência em direção a sua foz (sentido rio Amazonas, próximo ao município de Porto de Moz e Gurupá).

¹²⁷ São elas: pedaço, trajeto, mancha, circuito e pórtico (MAGNANI, 2012, p. 86-98).

Mapa 4—Localização das praias urbanas: Prainha, Pepino, Pajé e Pedral



Fonte: Mendes e Miranda Neto (2022)

As existências dessas praias permitem discuti-las como singularidades (a exemplo de constituírem *points*), como problematizar as contradições inerentes ao modo de produção capitalista que não admite como possível a conciliação cidade-rio.

Ao se considerar a primeira dimensão (as praias como expoência de singularidades de uma cidade a beira-rio) essas espacialidades são, nas palavras de Miranda Neto e Mendes (2022) determinantes à própria morfologia da cidade. Isso porque, mesmo com adensamento demográfico¹²⁸ sobre os rios urbanos de Altamira com mais ênfase a partir da década de 1970, o cotidiano de Altamira estava diretamente ligado à dinâmica dos rios, quer seja para o trabalho (extração de areia, pesca), quer seja para a moradia (construções em palafitas que se estendiam por uma área que ultrapassava 486 ha¹²⁹), quer seja para as atividades de lazer (como a intensa relação dos moradores com as praias de água doce).

Tendo por base as práticas de lazer nos rios urbanos e considerando a importância das praias de água doce, destaca-se com base no mapa 3 a “Prainha”, um espaço contíguo a porção final da orla da cidade, a qual era disputada por moradores do bairro Aparecida, especialmente

¹²⁸ De acordo com Costa (2013) entre os anos de 1976-1997 os lotes planejados em Altamira atingiram a quantidade de 8.166 lotes registrados na Prefeitura de Altamira.

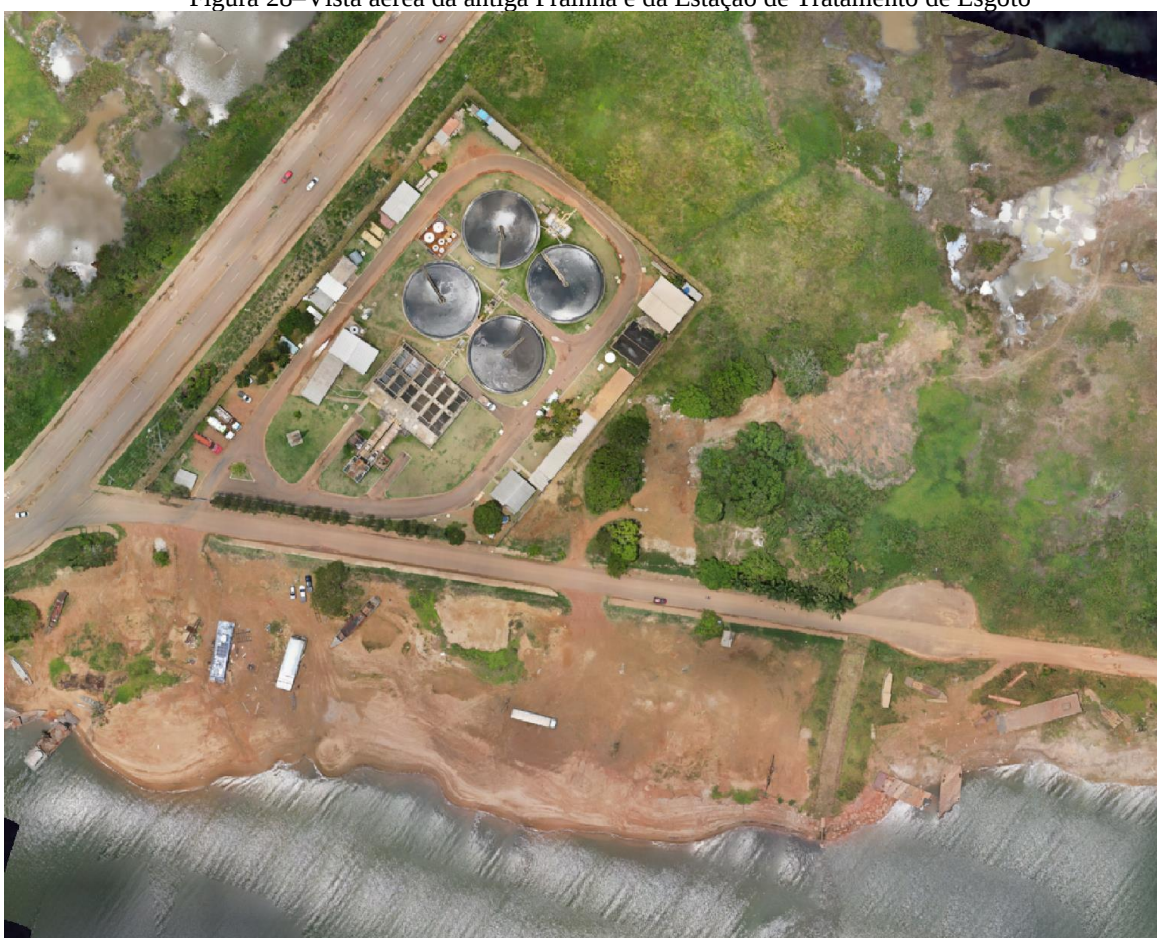
¹²⁹ Área que correspondia a chamada Ada Urbana, uma extensão territorial que englobava 11 bairros de Altamira (ELETROBRAS, 2009).

da chamada “Invasão dos Padres”¹³⁰.

A dinâmica desta praia (que existiu até o início da construção da UHBM) resumia de forma inequívoca a dinâmica das fluvialidades nos rios urbanos da Amazônia, especialmente porque centralizava atividades ligadas ao lazer (como banho, natação), a economia/trabalho (pela presença de peixarias e bares e extração de areia) e a habitação com as casas em palafitas.

Atualmente o espaço da antiga Prainha encontra-se submerso, com pouca ou nenhuma atividade relacionada a prática de lazer/fluvialidades, recebendo continuamente os efluentes da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), conforme figura (28).

Figura 28–Vista aérea da antiga Prainha e da Estação de Tratamento de Esgoto



Pesquisa de campo (2022)

Foto: acervo Lepurb-UFPA (2021)

¹³⁰ Em 1970, a prelazia do Xingu criou o projeto loteamento Nossa Senhora de Aparecida (LOTAP). Ainda assim, devido o déficit habitacional, houve ocupação próxima ao loteamento oficial. “Nós não loteamos para onde a terra desce no alagado, porque não tem valia. Mas o povo invadiu e a Prelazia não podia jogar eles fora, não podia chegar com o trator e tirar eles dali. Então se criou uma grande área que eles até chamam “invasão dos padres”, como se nós tivéssemos invadido (MIRANDA NETO 2016, p.135-136).

Os trabalhos de Oseki (2000), Miranda Neto e Mendes (2022), Seabra (1987), mas sobretudo as reflexões e observações empíricas construídas ao longo desta pesquisa permitem inferir que a inserção de megaobras, a exemplo da construção da Rodovia Transamazônica na década de 1970 e, mais recentemente, da UHBM, são responsáveis por causar rupturas na lógica das fluvialidades.

Uma das principais rupturas tem a ver com a quebra do padrão rio-praia-vegetação primária que se deu mediante a criação do lago permanente da UHBM. Em função do barramento do Rio Xingu, quase a totalidade das praias a montante da Usina encontram-se atualmente submersas, cenário que inviabiliza uma interação sujeito rio nos moldes anteriores a construção desta Usina Hidrelétrica. Por outro lado, a jusante da UHBM, o rio sofreu uma drástica modificação no seu volume d'água, sendo comum a impossibilidade de se navegar e de acessar determinados trechos e/ou praias na porção a baixo da UHBM.

Trata-se de se entender estas rupturas como consequência da forma com que o modo de reprodução capitalista se materializa em países de economias periféricas, onde ainda prevalece o ideário da acumulação primitiva ou o que Harvey (2013, p. 20) tem chamado de acumulação por depossessão.

Nas palavras de Miranda Neto e Mendes (2022) o cenário das fluvialidades determinantes começou a mudar a partir da década de 1970, especialmente em função da construção da rodovia Transamazônica (BR 230) que, somada a uma intensa migração inter-regional, repercutiu centralmente na morfologia da cidade de Altamira que a partir dessa década se expande em oposição ao Xingu e sobre as margens dos seus três afluentes urbanos (os Igarapés Ambé, Panelas e Altamira) rompendo uma antiga relação na medida em que se produziu uma nova realidade mediada pela lógica da acumulação.

Nessa emergência os rios assumem outras funções muito menos articuladas ao conteúdo do plano vivido. Como discutido na seção 2.1 desta tese, as cidades modernas-ocidentais são caracterizadas pela existência de uma racionalidade instrumental, cuja síntese é o ato de “dar as costas ao rio”.

Para além de uma episteme que opera no plano discursivo, a política de modernização territorial de que falou Castro (2012) reverberou nas fluvialidades de Altamira. Nas palavras de Miranda Neto e Mendes (2022) após a década de 1970 as fluvialidades foram fragilizadas, muito em função das intensas ocupações urbanas às margens dos rios e igarapés, combinado com a ação de empresários na venda de lotes urbanos (COSTA, 2013).

Outra espacialidade que reflete as dimensões das fluvialidades em Altamira corresponde a ponte sobre o Igarapé Ambé. Localizada na rodovia Transamazônica (BR 230), essa ponte

compunha o chamado “circuito das três pontes”, um conjunto de pontes construídas sobre esse afluente do Xingu que, à medida que a topografia da rodovia sofria modificações na sua altimetria, uma nova ponte era erguida (ver vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=CTFqdEV6sCI>).

De fragilizadas, as fluvialidades em Altamira tornaram-se reprimidas. Tal inflexão, de acordo com Miranda Neto e Mendes (2022), tem a ver com a construção da UHBM que privilegia uma racionalização dos rios, especialmente a partir da política de requalificação urbana.

Neste momento, buscando facilitar a compreensão acerca das fluvialidades em Altamira, apresenta-se, com base em Miranda Neto e Mendes (2022), uma “periodização” acerca das fluvialidades nos rios urbanos de Altamira (quadro 11).

Quadro 11–Caracterização das fluvialidades em Altamira-PA

Tipo	Período	Formas espaciais	Conteúdos do lazer
Fluvialidades determinantes	1911-1970	Altamira como uma cidade tipicamente ribeirinha. Rios como condição de integração de Altamira ao mundo.	Práticas mediadas pelas condições ecológicas-naturais. A beira-rio como centralidade das atividades de lazer.
Fluvialidades fragilizadas	1970- 2010	Intensas ocupações urbanas às margens dos rios e igarapés.	Práticas de lazer fortemente relacionadas às praias de água doce.
Fluvialidades reprimidas	A partir de 2011	Processo de reestruturação da cidade.	Tendência a autossegregarão Privatização/mercantilização das atividades de lazer. Beira-rio sob a política de requalificação urbana.

Fonte: Baseado em Miranda Neto e Mendes (2021), org. pelo autor

Desde quando era um pequeno aglomerado às margens do Igarapé Pannels, ainda no século XVIII, até irradiar-se sobre as margens dos Igarapés Altamira e Ambé, a cidade de Altamira tem sua dinâmica sócio-espacial diretamente relacionada a importância dos rios.

Tal foi o contexto dos períodos da borracha, época em que os rios eram os únicos caminhos por onde se escoavam a produção e por onde se acessava o território. Esse período que finda em 1970 é por Miranda Neto e Mendes (2022) considerado o período em que as fluvialidades eram determinantes, pois as formas-conteúdo da cidade estavam organicamente integradas aos ciclos ecológicos-naturais, conforme descrição de Nunes (2003).

O período que começa na década de 1970 e finda no ano de 2010 é caracterizado pela expansão urbana de Altamira, marcada por intensas ocupações às margens dos rios, combinado

com a venda de lotes urbanos. Esse cenário foi a base para uma ampla degradação ambiental dos corpos hídricos que banham/cortam a cidade. Esse período corresponde, nas palavras de Miranda Neto e Mendes (2022), às fluvialidades fragilizadas.

Finalmente, a construção da UHBM no Rio Xingu promoveu a emergência de outro tipo de fluvialidades: as fluvialidades reprimidas, uma realidade que se iniciou em 2011 e está em voga até os dias atuais. Nas palavras de Miranda Neto e Mendes (2022), as fluvialidades reprimidas emergem enquanto parte do amplo processo de reestruturação pelo qual passou a cidade de Altamira, especialmente ligado à política de requalificação urbana concretizada no contexto da construção da UHBM.

Feita a contextualização histórica da cidade de Altamira e estabelecida as mediações teóricas em torno da noção de fluvialidades, busca-se compreender em que medida a construção da UHBM (trans)formou as fluvialidades em Altamira. Passa-se a discutir como as fluvialidades reprimidas viabilizaram o cercamento do comum¹³¹.

4.1.1 Entre as fluvialidades reprimidas e o cercamento do comum

Antes de adentrar às particularidades que compõe a exposição desta subseção, algumas ponderações de ordem teórica precisam ser explicitadas a fim de situar apropriadamente o debate aqui proposto.

Viu-se anteriormente que a condição para as fluvialidades é a existência material dos rios. No caso de Altamira e a considerar o estudo de Miranda Neto e Mendes (2022) as fluvialidades podem ser caracterizadas em três momentos distintos. As fluvialidades determinantes (1911-1970) estão associadas a um tempo histórico onde a dinâmica das formas-conteúdo da cidade estavam diretamente condicionadas a presença dos rios.

A construção da Rodovia Transamazônica como parte da política de integração e modernização territorial associado a expansão urbana da cidade de Altamira potencializaram uma disjunção cidade-rio, tornando fragilizadas as fluvialidades na cidade de Altamira. Tal período está compreendido entre as décadas de 1970-2010.

Finalmente, a construção da UHBM uma megaobra concebida enquanto estratégica governamental (mas sobretudo enquanto síntese do receituário neoliberal) impôs uma racionalidade instrumental aos rios de Altamira, especialmente pela adoção de uma política de requalificação, contexto em que as fluvialidades em Altamira passaram a ser reprimidas (MIRANDA NETO; MENDES, 2022).

¹³¹ De acordo com Dardot e Laval (2017).

A discussão empreendida em torno das fluvialidades reprimidas chamou nossa atenção porque diferentemente das transformações derivadas da construção da Rodovia Transamazônica que se diluíram nas décadas subsequentes a 1970, tanto em Altamira, quanto na sua área de influência, o que a construção da UHBM provocou foi uma intensa e violenta transformação operada no tecido urbano de Altamira (e sobretudo nos rios urbanos da cidade) num curtíssimo intervalo de tempo. Essas mudanças impuseram uma nova configuração a paisagem ribeirinha, privilegiando-se uma nova estética na cidade, nos rios e em suas margens.

Esse é contexto empírico que possibilitou formular sínteses como as descritas no título desta subseção. As fluvialidades reprimidas refletem, todavia, a dimensão visível do processo, exigindo que se busque mediações capazes de explicitar como o rio (pensado enquanto comum) sucumbe ao cercamento. Chega-se então à palavra/conceito/princípio do comum e de cercamento, os quais precisam ser contextualizados à luz do seu referencial teórico.

Começa-se pelo conceito/princípio de comum que nesta seção está fundamentado nos argumentos de Dardot e Laval (2017), embora seja coerente admitir que esse debate foi iniciado por Hardin (1968)¹³² e Hardt, M. e Negri (2011)¹³³, Linebaugh (2009), Ostrom (1995).

Nestes termos, para Dardot e Laval (2017, p. 16-17) comum não é mera invenção conceitual, mas uma fórmula de movimentos sociais e uma corrente de pensamentos que se opõem a tendência hegemônica da nossa época, cuja centralidade assenta-se na propriedade privada sobre todas as esferas da vida social. Trata-se de uma contestação do capitalismo e uma alternativa ao neoliberalismo.

Deste modo, a mediação teórica que aqui se apresenta visa primeiramente evidenciar que os rios (condição para as fluvialidades constituem-se em elementos comuns), ainda que no contexto da construção da UHM estes tenham sido esvaziados dos seus sentidos comuns, refletindo não apenas um cenário de fluvialidades reprimidas, mas um cercamento.

Essa categoria [comuns] tem, de fato, todas as práticas, todas as instituições, todos os títulos e estatutos ameaçados pela lógica proprietária e mercantil, a qual é resumida pela categoria geral e abstrata de “cercamento” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 113).

Num cotejamento entre o universo teórico/categorial e o campo de pesquisa apresentado, pode-se estabelecer algumas mediações. A primeira delas é compreender o sentido material que um rio suscita no cotidiano das pessoas e quais possibilidades se apresentam como

¹³² Hardin (1968). “*Tragedy of the Commons*”. Esta autora discute o *comum* pela perspectiva econômica.

¹³³ Hardt e Negri (2009). “*Commonwealth*”. Estes autores discutem o *comum* pelo prisma político, antagonizando-se aos fundamentos do neoliberalismo.

parte dessa relação. Outra questão é compreender como o rio é admitido no contexto e no ideário do neoliberalismo.

Tendo por base o caso explorado ao longo desta seção, pode-se afirmar que o Rio Xingu e seus afluentes urbanos num certo momento histórico condicionaram a própria conformação da cidade, viabilizando a emergência e a manutenção de uma série de conteúdos do plano vivido, especialmente aqueles subjacentes a relação beira-rio.

A inconciliação cidade-rio se potencializa pela intervenção Estatal em cooperação com a lógica do capital, onde gradativamente o rio é esvaziado do seu sentido e dos seus usos comuns em função de uma concepção baseada no controle, no cercamento.

De acordo com Dardot e Laval (2017), a expressão cercamento a lógica proprietária e mercantil que não apenas relativizou como destituiu o sentido dos *comuns*. Por isso, advertem esses autores que o comum deve ser entendido como um princípio político propiciando um novo regime de lutas a ser travadas em escala global, cujo sentido deve guiar-se pela preservação e ampliação dos elementos tangíveis e intangíveis essenciais para a vida na terra.

A construção da UHBM, da qual restou reprimidas as fluvialidades, é um exemplo dessa globalização imperial de que falam Hardt e Negri (2011), onde um conjunto de formalidades técnico-jurídicas sob a tutela do Estado viabilizaram a concretização da obra e a continuidade da instrumentalização dos elementos comuns, a exemplo da extinção de diversas espacialidades fluviais (quadro 12).

Quadro 12–Condição atual das praias urbanas de Altamira-PA

Nome da Praia	Status
Prainha	Extinta-submersa/desativada
Praia do Pepino	Extinta-submersa/desativada
Praia do Pajé	Extinta-submersa/desativada
Praia do Pedral	Submersa-em funcionamento

Fonte: elaboração do autor (2022)

A contraposição a ideia de *cercamento*, sugerem admitir o *comum* como um princípio político, o qual não pode ser confundido com *res (coisa)*, com objetificação, mas como *múnus* o qual pressupõe coparticipação, obrigação, atividade e/ou tarefa (DARDOT; LAVAL, 2017).

Nestes termos, a expressão *cercamento* parece bastante apropriada para designar o modo com que atualmente a empresa Norte Energia controla as espacialidades ligadas ao Rio Xingu, a exemplo das cercas que se verificam ao longo da antiga *Praia do Pajé*, ou das novas espacialidades produzidas em função das Praias artificiais, todas consubstanciadas no ideário moderno-ocidental de cidade, conforme problematizado ao longo da seção 1.2 desta tese.

O trabalho de Lima (2020) é agregador nesse ponto, especialmente porque problematizou como a dinâmica das cidades paraenses de Tucuruí, Altamira e Marabá têm sido impactadas por projetos hidrelétricos, logísticos e turísticos. Para este autor, fica evidente um embate entre uma concepção de domínio do recurso hídrico (muito em função do processo de modernização desses territórios) e experiências de uso comum, as quais evidenciam resistências e mobilização social, cujo princípio político do comum se configura enquanto processualidade.

A mediação possível entre as ideias de Dardot e Laval (2017) e Lima (2020) com o debate das fluvialidades aqui proposto, sugere que se pense a realidade concreta para além dos seus limites, revelando as possibilidades que se apresentam no espaço-tempo, como é o caso da reivindicação dos povos indígenas contida no inquérito civil n. IC 1.23.003.000198/2007-26 apelando-se pela criação da Reserva Indígena *Tavaquara*, numa demonstração prática do princípio político do comum.

Como mencionado no início dessa seção, a missão *Tavaquara* teve sua fundação nucleada no entorno da foz do Igarapé Pannels, a qual se irradiou para a região do Pepino. O trabalho de Faria (2016)¹³⁴ traz importantes contribuições para se entender como, no contexto da missão *Tavaquara*, essa área fora ocupada sobretudo por indígenas *Xipaya*, *Kuruaya* e *Juruna*”¹³⁵.

A referência ao trabalho de Faria (2016) ocorre na tentativa de demonstrar que as fluvialidades, ou a relação dos sujeitos com o rio no contexto de Altamira, mobiliza questões complexas e anteriores ao megaprojeto Belo Monte. Isso posto, cabe reconhecer, por exemplo, que não se pode discutir as fluvialidades apenas a partir da relação do *branco* com o rio, ou mesmo sob a perspectiva do cercamento, mas destacar que os povos indígenas já mantinham uma relação orgânica com esses corpos hídricos numa interação completamente distinta da relação urbana, podendo essa relação ser a base para pensarmos o uso comum desse rio e suas possibilidades.

Tal constatação permite considerar as fluvialidades na Praia do Pepino para além da mera descrição, exigindo que se problematize os condicionantes históricos e, sobretudo, as relações sociais instituídas nesse espaço. Aliás, foi a relação construída pelo homem branco que, subsumido a lógica do capital, fez desaparecer a praia do Pepino, extingui um território

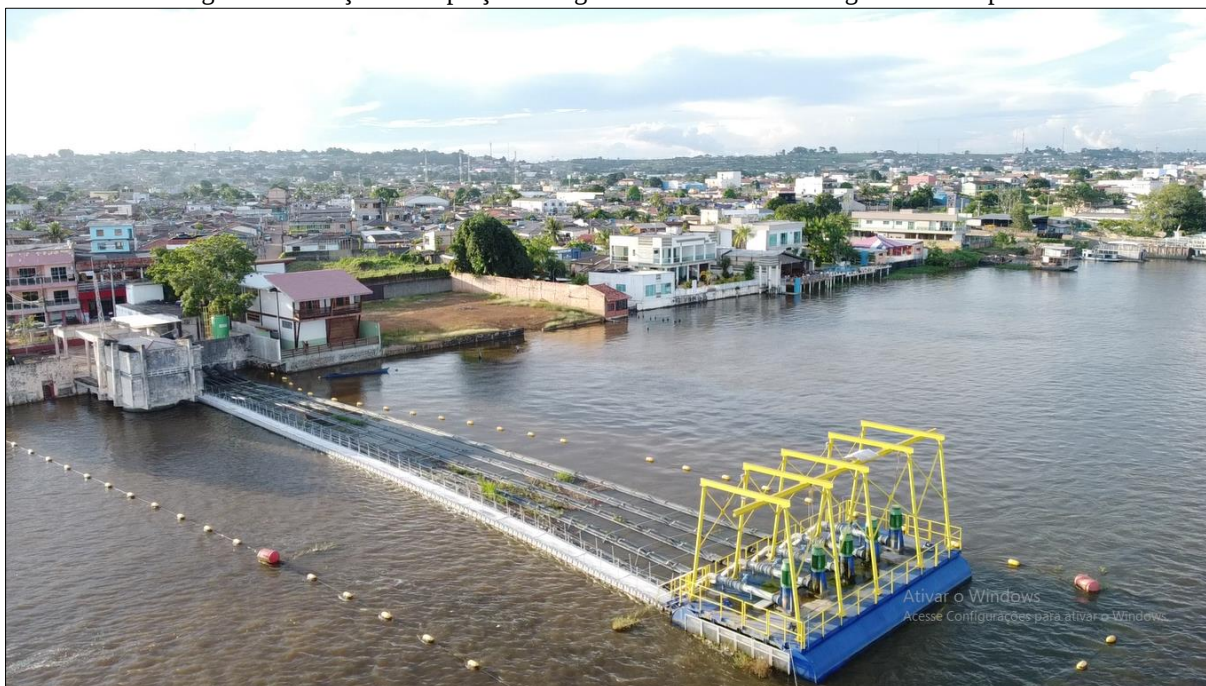
¹³⁴ Faria (2016): “Viagem Etno-histórica e Arqueológica ao Médio Xingu: Memória e História Indígena na Amazônia”.

¹³⁵ Os argumentos e os dados arqueológicos trazidos por Faria (2016) dão conta que o local da Praia do Pepino era/é na verdade um sítio arqueológico que guarda as memórias (materiais e intangíveis) dos povos *Xipaya* e *Kuruaya*.

indígena e, finalmente viabilizou o cercamento do local conforme redação do inquérito aludido.

Atualmente, a Praia do Pepino está completamente submersa, dando lugar a uma Estação de Captação de Água sob a gestão da Companhia de Saneamento de Altamira (COSALT) e a um porto (requalificado), o Porto do Pepino (figura 29).

Figura 29–Estação de Captação de Água de Altamira-PA- antiga área do Pepino



Fonte: trabalho de campo (2022)

Foto: *digimarketing agência*

Outra questão que emerge no contexto das fluvialidades reprimidas, tem a ver com a oferta de serviços ligados ao lazer, os quais se materializam de frente ou sobre o rio Xingu, fomentando um apelo meramente contemplativo. Essa dimensão mobiliza um conjunto de representações políticas, culturais e econômicas as quais, tacitamente, configuram-se numa espécie de *cercamento* do rio e das fluvialidades.

Diferentemente do cercamento, materialmente concretizado (a exemplo das placas com os dizeres “declaração de utilidade pública”), os espaços de lazer a beira-rio revelam a existência de um cercamento que se dá de maneira sutil e simbólica com repercussões no mundo material. Trata-se de barreiras, especialmente econômicas que, somadas a questões como a mobilidade urbana e a segregação sócio-espacial, impedem que determinados nichos sociais acessem plenamente determinados espaços a beira-rio (mapa 5).

Em uma atividade de campo realizada no dia 12/02/2022 à Praia do Pedral, foi possível constatar a redefinição paisagística, especialmente pelo desaparecimento dos pedrais, aspecto diretamente ligado ao volume do lago permanente da UHBM que, nessa época (inverno amazônico), tende a aumentar muito em função do ciclo hidrológico da região.

Diferentemente do que ocorreu com a criação das Praias Artificiais (onde uma nova espacialidade se deu pela inserção de bancos de areia, culminando numa ruptura de padrões físicos e sociais), o que se percebe no Pedral, para além da espacialidade gerada no contexto do aumento do volume d'água, é o surgimento de outro padrão espacial relativo ao lazer/fluvialidades.

Essa nova configuração espacial denuncia o cercamento aqui referida e que no contexto da Praia do Pedral é operado pelos diferentes proprietários de quiosques que se encontram divididos paralelamente por telas/cercas e que, ousa-se afirmar, mais se parece com múltiplos balneários os quais, unidos, mas separados, revelam essa nova espacialidade do Pedral timidamente integrada ao Xingu enquanto valor de uso.

As características até aqui elencadas demonstram que a forma com que o espaço é produzido na Amazônia centra-se nas perdas materiais e simbólicas. Ainda assim, o campo empírico e os estudos de Holston (2013) e Outeiro (2018) dão conta de emergências ou em Santos (2000) de *insurgências*, ou seja, práticas que escapam ao controle rígido, ao cercamento do comum.

Essas re-existências ocorrem porque efetivamente os sujeitos não estão suficientemente inseridos na sociedade ou, para usar os argumentos de Santos (1997)¹³⁶, não são plenamente cidadãos, cuja causa está diretamente relacionada à formação social e econômica do país.

Tudo tem que ser visto através de como o país se formou, de como o país é e de como o país pode vir a ser. Tudo isso se inclui na realidade da formação sócio-econômica brasileira. O passado como carência, o presente como situação, o futuro como uma perspectiva. (...) O modelo cívico brasileiro é herdado da escravidão, tanto o modelo cívico cultural como o modelo cívico político (SANTOS, 1997, p. 135).

Em “Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil”, Holston (2013), analisa os determinantes históricos da cidadania brasileira que, nas suas palavras, produziu uma cidadania diferenciada, fundamentada na exclusão dos direitos da maioria da população. Para esse autor, como consequência desse cenário emerge uma forma de

¹³⁶ Convém destacar que a reflexão feita por Santos (1997) tinha como centralidade o debate em torno da noção de cidadania e da condição do negro na sociedade brasileira.

cidadania insurgente, muito em função da reivindicação do direito à cidade:

Isto permitiu que estas pessoas lutassem por seus direitos em espaços autônomos longe dos olhos do Estado, como em periferias, e conquistassem o direito aos seus direitos políticos, de serem tratados como cidadãos plenos. As condições que mantinham o modelo da cidadania diferenciada ofereceram as condições de sua transformação, possibilitando a insurgência de um novo paradigma de cidadania urbana (OUTEIRO, 2018, p. 194).

Para Holston (2013) os chamados grupos seletos, também nomeados de elite, se perpetuam nas estruturas de poder pela manutenção dos seus privilégios. Em maior ou menor escala, é dessa forma que a relação sujeito-rio, da qual decorre as fluvialidades, tem sido marcada nas últimas décadas em Altamira-PA. Progressivamente, vê-se uma cidade que se fecha a apropriação dos sujeitos, pelo que se institui barreiras físicas e simbólicas impedindo o pleno uso dos espaços de lazer, incluindo a relação com o rio.

A noção de cercamento discutida por Dardot e Laval (2017) e Lima (2020) serve como mediação teórica em relação ao atual cenário dos rios urbanos de Altamira, isto é, cada vez mais controlados ou, para usar uma expressão de Miranda Neto e Mendes (2022, no prelo) reprimidos. Tal contexto de controle e repressão, revela o *modus operandi* com que a ordem capitalista se expressa em cidades como Altamira; quase sempre subalternizando o valor de uso dos rios (expresso nas relações do cotidiano banal), em função do valor hídrico, cuja centralidade é a mercantilização.

Imanente a relação cidade-rio, as fluvialidades (mesmo no contexto das fluvialidades reprimidas) expressam re-existências. O rio, como condição material para a existência das fluvialidades constitui-se como um elemento de coesão sócio-espacial (é ponto de partida, de permanência e de chegada).

Ao longo desta seção discutiu-se a orgânica relação da cidade de Altamira com os rios, realidade que permitiu formular a noção de fluvialidades. Ainda assim, progressivamente a cidade dissocia-se do rio, muito em função das grandes obras de infraestrutura concebidas e executadas pelo governo federal. Obras como a construção da Rodovia Transamazônica, da UHBM e a expansão da urbanização, gradativamente subtraem o sentido de uso do rio em função de um ideário meramente hídrico.

As fluvialidades passam a ser reprimidas refletindo uma espécie de cercamento do rio enquanto valor comum. A contraposição a esse contexto que toma o rio como *res*, subsiste enquanto organização coletiva, enquanto um princípio político que deve irradiar-se para além do local. No caso de Altamira a criação da reserva *Tavaquara* proposta pelos povos indígenas

consiste num exemplo prático de enfrentamento ao cercamento do *comum* e podendo conferir outra lógica de interação dos sujeitos com os rios.

4.2 As “brechas da cidade”: práticas de lazer no “Anel viário” em Altamira-PA

É conhecida a política urbana parisiense do século XIX, cujo expoente foi Georges-Eugène Haussmann ou, apenas, “Barão Huassmann”. Tal política tinha por característica a abertura de largas avenidas, a expulsão das camadas sociais empobrecidas do centro da cidade e a criação de um espaço homogêneo e hostil às diferenças.

Ainda que a alusão às transformações ocorridas no continente europeu deva ser espacial e historicamente contextualizada, tal referência visa demonstrar o modo pelo qual as cidades são concebidas no hemisfério ocidental. Em “*Les Yeux Des Pauvres*” (os olhos dos pobres¹³⁷), poema mencionado no capítulo II deste estudo, Baudelaire (1961) destaca a emergência de uma Paris que nega a diferença, nega o centro da cidade às camadas empobrecidas na medida em que institucionaliza um espaço urbano estritamente racionalizado.

Com o cuidado de não incorrer em anacronismo, a reflexão aqui proposta visa estabelecer uma interface com a aludida política parisiense de modo a entendermos a influência daquele ideário no processo de urbanização brasileiro.

Corroborando com as reflexões aqui propostas, o estudo de França e Bahia (2019) considera Antônio Lemos como sendo o político responsável por viabilizar no tecido urbano de Belém intervenções semelhantes às aquelas propostas por Huassmann em Paris. No caso de Belém, de acordo com França e Bahia (2019) e Bahia (2012), as intervenções *requalificadoras/revitalizadoras* promoveram intervenções nos canais fluviais (rios urbanos), aterro das *baixadas* e, sobretudo, a remoção das classes subalternizadas das áreas centrais (a exemplo dos moradores da região das *Docas*).

Outro trabalho que agrega ao debate aqui introduzido foi desenvolvido por Sarges (2010), que discutiu o processo de modernização da cidade de Belém no período de 1870-1912. Para a autora, as múltiplas transformações que se deram ao nível econômico e sociais estavam diretamente relacionadas à economia gomífera, cujo expoência foi a inserção de uma política de modernização de Belém operacionalizada por uma intensa intervenção do poder público. Tratou-se da produção de uma ambiência urbana segundo os padrões civilizados que, à época, eram creditados às nações europeias:

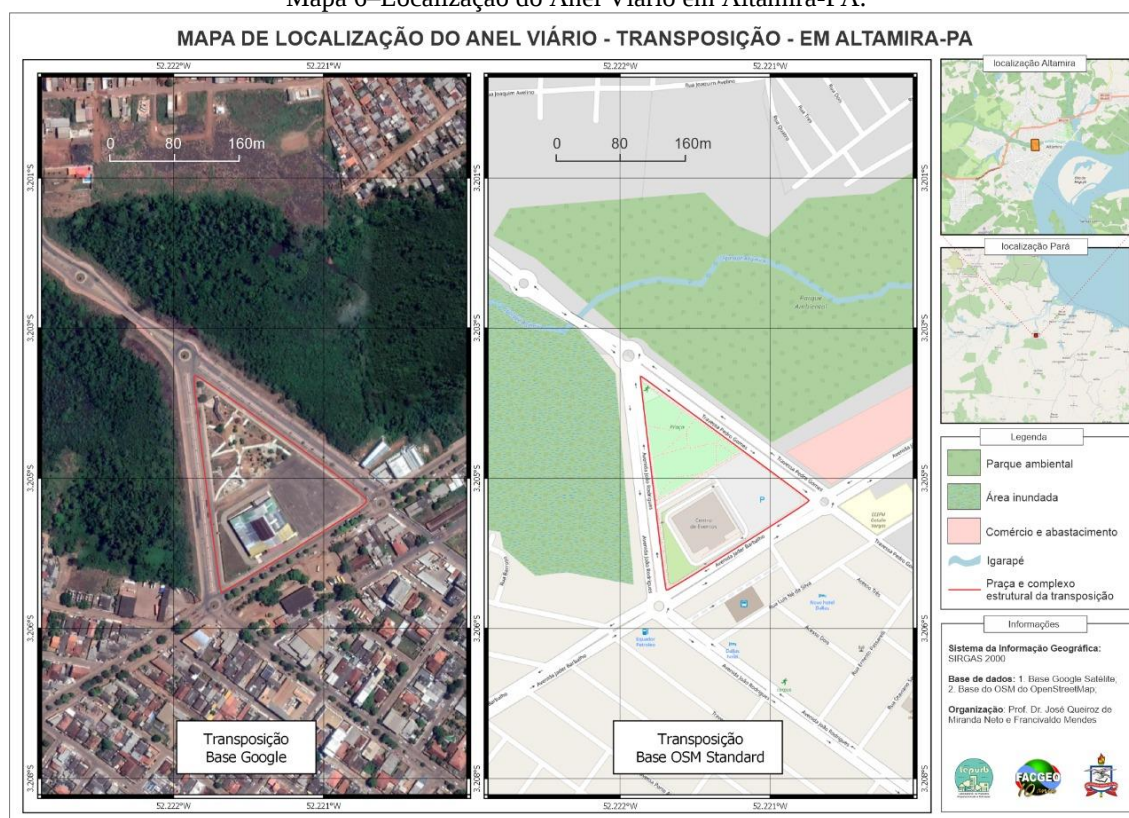
¹³⁷ Semântica problematizada conforme Brum (2021).

Era preciso alinhar a cidade aos costumes e padrões da civilização europeia. Desse modo, a destruição da imagem da cidade desordenada, feia, promíscua, imunda, insalubre e insegura fazia parte de uma nova estratégia social no sentido de mostrar ao mundo civilizado (entenda-se Europa) que a cidade de Belém era o símbolo do progresso, imagem que se transformou na “obsessão coletiva da nova burguesia (SARGES, 2010, p. 20).

De maneira articulada, os dois casos referenciados [a concepção urbana parisiense denunciada por Baudelaire, e a concepção assimilacionista problematizada por Bahia (2012) e Sarges (2010)], realçam a existência de um paradigma urbano e social, cuja concepção repercutiu no modo com que as cidades (no ocidente) se estruturaram.

Em Altamira, a considerar-se o caso aqui tratado, visualizam-se características desse ideário urbano retratado na poesia e nas referências anteriormente citadas. Trata-se de uma intervenção urbana que realça a contradição “dominação x apropriação”, onde o Ente municipal se utiliza da sua legitimidade formal para criar espacialidades ordenadas: o Anel Viário¹³⁸ (mapa 6).

Mapa 6–Localização do Anel Viário em Altamira-PA.



Fonte: Miranda Neto e Mendes (2021)

¹³⁸ O polígono desse espaço está compreendido entre a Avenida Clores Mendes, Avenida Perimental e ao prolongamento da Travessa Pedro Gomes.

O espaço do "Anel Viário" instiga reflexões sobre essas contradições existentes no plano do cotidiano. Tecnicamente, denominado “*sistema viário-prolongamento da travessa Pedro Gomes*”¹³⁹, para atingir sua finalidade deveria transpor uma Área de Preservação Permanente (APP)¹⁴⁰ que, como previsto em lei, não é permitido. Ainda assim, a Prefeitura Municipal de Altamira (PMA) mobilizou seu instrumental técnico-jurídico e viabilizou a execução da obra.

Tal empreendimento desencadeou uma série de debates e deflagrou táticas de resistências ao projeto, especialmente por organizações sociais, entidades ligadas ao meio ambiente e agentes ligados a Universidades Públicas. Prevaleceu o projeto da PMA, quase sempre apelando ao viés da propaganda.¹⁴¹

Ao que parece as diretrizes, as normativas, e as leis são a própria configuração do Estado burguês, a partir das quais se viabiliza a instrumentalização da cidade com um crescente viés tecnocrático, cujo fundamento é o direito positivo.

A reflexão proposta por Lefebvre (2001, p. 78), permite compreender o modo com que a cidade capitalista se estrutura socialmente. Para sustentar sua argumentação, esse autor parte da cidade enquanto uma centralidade política, passando pela cidade enquanto *lócus* comercial, industrial, para finalmente, apresentar as características de um limite, a zona crítica, momento em que a cidade “explode” sobre as suas formas.

Seguindo essa linha de argumentação, da cidade histórica à cidade industrial, progressivamente a cidade vai privilegiando formas-conteúdos fragmentadas e hierarquizada, tornando-se cada vez menos um lugar de encontro.

Todavia, essa lógica que tende à dominação/fragmentação não ocorre sem resistências, já que cotidianamente os sujeitos constituem táticas de enfrentamento a esse ideário, especialmente pela apropriação e contra-usos da cidade. É no cotidiano que cidade se faz enquanto obra humana, podendo emancipar os sujeitos pela criação do novo¹⁴².

O cotidiano não se restringe às atividades de rotina, nem tão pouco a atos isolados, isto porque no cotidiano se realizam as coações e se gestam as possibilidades (...) Por outro lado, o cotidiano — fortemente burocratizado, dominado — também é o lugar onde se formulam, para Lefebvre, os problemas da reprodução no seu sentido amplo; é o lugar da superação das necessidades, é o lugar do novo (CARLOS, 2007, p. 81)

¹³⁹ De acordo com a Licença Prévia nº 003/2008 expedido pela Secretaria Municipal da Gestão do Meio Ambiente e Turismo da Prefeitura Municipal de Altamira, conforme autos do processo 0008996-54.2013.8.14.0005.

¹⁴⁰ Área de Preservação Permanente (APP) é definida pela lei: 12.651/2012.

¹⁴¹ Matéria produzida com a finalidade de justificar a obra perante a opinião pública: <https://www.facebook.com/watch/?v=817609574977976>

¹⁴² Tendo como referência o tempo histórico de Belém (fins do século XIX e início do XX) a obra de Humberto de Campos Veras é agregadora nessa questão, pois retrata não apenas as ações institucionais e da elite local, como também o cotidiano das classes populares (QUARESMA e SARGES, 2017).

Neste sentido, o espaço do “Anel Viário” será debatido não apenas como expoência de uma tecnocracia da representação do espaço, cujo monopólio pertence ao Estado, mas como o lugar do possível, como espaço público que assim o é pela apropriação coletiva.

A ideia de *brechas da cidade* aludida no título desta seção ancora-se no estudo de Santana, Rechia e Rodrigues (2017) e visa apresentar práticas e experiências que ressignificam os usos e a concepção de cidade e de espaços urbanos. O caso a ser tratado ao longo desta seção, revela um modo instrumental com que o Estado interfere no espaço da cidade, mas também expõe as diferentes táticas criadas e mantidas pelos sujeitos que, em Certeau (2014, pp. 46-47) têm a ver com uma contraordem/táticas e em Santos (2000, p. 30-31), com “*insurgências*”.

Na sequência passa-se a discutir de forma mais específica os limites e as possibilidades do espaço anel viário em relação à dinâmica do lazer em Altamira-PA.

4.2.1. Anel Viário: limites e possibilidade às experiências de lazer

Construído na bacia do Igarapé Altamira (Bairro Sudam I), inicialmente denominada “Sistema viário-prolongamento da travessa Pedro Gomes” – Licença Prévia 003/2008-SEMAT-PMA –, o anel viário teve, nos argumentos da Prefeitura Municipal de Altamira (PMA), o objetivo de facilitar a mobilidade urbana e interligar o centro da cidade ao bairro da Liberdade.

Como demonstrado no mapa 6, a área onde se localiza a transposição é cortada por um igarapé (o Igarapé Altamira), colocando esse espaço nos limites de uma APP, conforme previsto na lei 12.651/12 e no Sistema de Unidade de Conservação (SNUC), conforme lei 9.985/00 (BRASIL, 2012).

A referência a esses marcos legais ocorre no anseio de demonstrar a contraditória relação que se estabelece na maioria das cidades do Brasil (especialmente da Amazônia) onde o processo de urbanização não admite como possível a conciliação cidade-natureza, passando-se a reproduzir modelos/padrões externos como ficou demonstrado na pesquisa de Sarges (2010) e Bahia (2012).

O estudo de Bahia (2012) sustenta que a criação de áreas protegidas adotado no Brasil (e nos países do chamado terceiro mundo) tem como referência o modelo estadunidense surgido no fim do século XIX segundo o qual o ser humano, tendo comportamento predador, teria justificado seu afastamento de determinadas áreas.

Ocorre que no Brasil, diferentemente do que ocorre noutros países, o modelo de

urbanização extensiva implica profundas redefinições nas relações entre as pessoas e a natureza. Tendo por base o estudo de Santos (1993) segundo o qual psicosfera e tecnosfera são elementos redutíveis do espaço técnico-científico da sociedade moderna, Lobato e Bahia (2020), demonstraram a partir da cidade de Belém como o processo de urbanização acelera uma transição “sangrenta” entre psicosferas.

Para além do debate desenvolvido por Santos (1993) o que os argumentos de Lobato e Bahia (2020) nos revelam é a existência de uma psicosfera da floresta, cuja materialidade expressa conteúdos da ordem vivida. Entretanto, na medida em que a chamada modernização do espaço se implementa mediante os processos de urbanização, gradativamente outra psicosfera se sobrepõem aos valores da floresta: é a psicosfera urbana.

O apelo à palavra sangrenta, pode soar exagerado, ainda que em Altamira seu sentido possa ser aplicado de forma literal, bastando lembrar dos vários conflitos relativos ao uso dos rios, sendo o mais conhecido o projeto de barramento do rio Xingu (inicialmente denominado Kararaô)¹⁴³, que em 2011 viria a se concretizar por meio da construção da UHBM. Os conflitos, componente dessa transição sangrenta, mostram-se nas várias escalas, em diferentes contextos e com níveis diferentes de intensidade, embora seja a expoência de uma violência¹⁴⁴.

Os dispositivos legais anteriormente mencionados, o trabalho de Bahia (2012) e Lobato e Bahia (2020) expressam os desafios inerentes a relação sociedade-natureza, isto é, de um lado uma compreensão de que não é possível conciliar a relação humanidade-natureza, resultando em concepções como o mito da natureza intocada, conforme Diegues (2000); de outro lado, tem-se a expansão de um ideário urbano (moderno-ocidental) orientado em função de formas urbanas que negam a natureza e suas possibilidades de apropriação.

A interface entre o debate aqui suscitado, os dispositivos legais (BRASIL, 2012), mas sobretudo com o trabalho de Bahia (2012), ocorre na tentativa de se demonstrar o modo bastante contraditório com que se determinadas espacialidades do lazer são estruturadas na cidade de Altamira-PA (figura 22).

¹⁴³A canção “Índia Tuíra” disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2sCoVJySZBA> apresenta um excelente panorama desse cenário de violência, proeminência dessa transição sangrenta entre psicosferas.

¹⁴⁴ Neste link <https://www.youtube.com/watch?v=TrIzcBgLM1Q>, há o registro (em 1989) do momento exato em que a indígena Tuíra ergue seu facão contra o representante da Eletronorte no evento em que se discutia sobre a então barragem Kararaô.

Figura 22–Vista panorâmica do anel viário nos limites da bacia do Igarapé Altamira



Fonte: pesquisa de campo (2022)

A crítica apresentada por Bahia (2012) refere-se ao fato de que, o contexto urbano brasileiro orienta-se negligenciando os aspectos da preservação, contexto materializado muito em função das políticas públicas que pouco privilegiam (no plano concreto) essa dimensão-proteção ambiental:

Numa lógica condicionada ao crescimento, sem maiores preocupações com a preservação e o estabelecimento de espaços verdes, as políticas urbanas vêm deixando à margem de suas ações alguns espaços das cidades, dentre estas Áreas Verdes Públicas, tanto as consideradas como Unidades de Conservação (UCs) (áreas de proteção ambiental, parques estaduais e municípios), quanto aquelas que não se configuram como categorias de manejo das UCs (praças, parques urbanos, bosques, parques zoobotânicos, dentre outros) (BAHIA, 2012, p. 269).

Bahia (2012) chama atenção para a necessidade de criação e manutenção de um ambiente natural que, articulado a um conjunto de interações humanas, reflita uma realidade socioambientalmente equilibrada que nas suas palavras, somente será possível se as políticas ambientais forem pensadas de forma intersetoriais, isto é, considerando os aspectos ambientais, sociais e culturais.

O estudo de Bahia (2012) chama a atenção para os limites que um crescimento urbano prescindindo de políticas de preservação ambiental e da instituição de áreas verdade pode causar no cotidiano da cidade. A transição sangrenta (de uma psicofera da floresta para uma psicofera urbana) é, nas palavras de Lobato e Bahia (2020), fruto de um padrão urbano que na Amazônia

consubstancia-se a ideia da modernização do espaço negando uma ambiência sustentável e de interação mais horizontal (sociedade-natureza).

O que esta pesquisa tem demonstrado é que a construção da UHBM, evento em linha com o ideário da psicosfera urbana (LOBATO; BAHIA, 2020), acaba por catalisar uma transformação sócio-espacial com pouca ou nenhuma conexão com o cotidiano do lazer das pessoas, muito menos com o ambiente natural. A pretexto de conectar o centro a periferia da cidade, a PMA acaba por potencializar uma degradação ambiental conforme estudo de Costa, Paula e Lobato (2019).

Indubitavelmente, o espaço do anel viário se configura como uma espacialidade de lazer materializada muito em função da sua apropriação pelos diferentes sujeitos da cidade. Sua existência reitera os argumentos trazidos ao longo dessa tese, isto é, em que pese os limites contidos na reprodução da vida cotidiana é exatamente no cotidiano onde se concebem e se materializam o novo. Na sequência, passa-se então a discutir com mais detalhes os usos e os contra-usos do lazer existentes no espaço do Anel Viário.

4.2.2. Contra-usos da cidade: práticas de lazer no “Anel Viário”

A ideia de contra-usos da cidade baseia-se na discussão elaborada por Leite (2002). Nesse estudo realizado no Recife antigo, o autor discute como as intervenções urbanas, travestidas de finalidade pública, escamoteiam sua finalidade: a segregação sócio-espacial. Numa abordagem dialética Leite (2002) discutiu, para além da dominação da cidade, táticas coletivas de uso e apropriação de certos espaços urbanos. Por tática, tem-se como pressuposto os argumentos de De Certeau (2014) já discutidos anteriormente.

Trata-se então de diferenciar não apenas o uso de contra-usos, mas o sentido do espaço público que é obviamente distinto de espaço urbano. Em Arendt (1989) a emergência do espaço público na sociedade ocidental, configura-se mediante a criação de um novo domínio ou de novos vínculos sociais existentes na medida em que o espaço público diferencia-se da vida privada.

Tendo como referência a antiga sociedade grega, a autora afirma que ser cidadão na *polis* significava romper com lógicas baseadas no parentesco ou na comunhão religiosa, ruptura que inseria o cidadão em duas ordens existenciais: a primeira; ligada ao que lhe era próprio (*idion*), a segunda ao que lhe era comum (*koinon*).

Essa ruptura viabilizou, na *polis* grega, a criação de um contexto social cuja primazia passou a ser a do espaço público. Isso não quer dizer, de maneira alguma, que naquela sociedade

existia simetria social e a apropriação dos espaços públicos por todos os sujeitos já que, sabidamente, tal sociedade era altamente estratificada e baseada na escravização: “os cidadãos estão efetivamente dispensados do trabalho produtivo; a participação na vida pública depende, porém de sua autonomia privada como senhor de casa” (HABERMAS, 1984, p. 15).

Para Leite (2002) um espaço urbano somente se constitui num espaço público quando se articula a configurações espaciais um conjunto de ações. Trata-se, de um lado, da ação de atribuir sentidos e pertencimento ao lugar e, de outro lado, das espacialidades promoverem sentido às ações. Somente a partir dessa relação dialógica pode-se dizer que os espaços urbanos se tornaram espaços públicos: locais das diferenças.

Esse primeiro enunciado ambienta-nos a pensar o modo com que as cidades e, especialmente, o espaço público se constituiu enquanto fato histórico no mundo ocidental. No contexto da sociedade grega, por exemplo, o exercício político era orientado pelo convencimento, pela busca do consenso. Tratava-se, da primazia da *Ágora*¹⁴⁵.

De acordo com Habermas (1984), esse modelo de cidade e de interação pública constituído na sociedade grega é assimilado pela antiga sociedade romana, que tem como pressuposto da configuração urbana, a vida pública. Para Habermas (1984, p. 16), é desse contexto que se origina a ideia de “coisa pública” (*res-pública*).

Os argumentos de Gomes (2012) e Habermas (1984) destacam a emergência de um novo vínculo social do mundo ocidental, configurado na transição de um modelo privado-patriarcal para um modelo público-coletivo.

A cidade grega, o fato político que funda a sociedade ocidental, estabelece um novo vínculo social, não mais a função de uma comunhão religiosa, familiar ou da submissão a um mesmo monarca, e sim da integração de indivíduos, como sujeitos de direito, de uma nova associação, fundada na coparticipação de uma soberania política. Assim, a polis grega cria um novo domínio da vida coletiva e redefine seus quadros físicos e comportamentais. (GOMES, 2012, p. 40).

Todavia, é com a emergência dos Estados-Nação que novamente ocorre uma disjunção entre as esferas pública e privada: “a polarização do poder principesco é primeiro marcada visivelmente pela separação entre o orçamento público e os bens privados do senhor fundiário” (HABERMAS, 1984, p. 25). Tratava-se então de uma separação, baseada nas trocas comerciais

¹⁴⁵ A *Ágora* constituía a praça central das cidades gregas do final do período helenístico (entre os séculos III e II a.C). Resumidamente, era um espaço aberto onde ocorriam as trocas (o mercado da cidade) e os diferentes debates sobre assuntos comuns a *polis*.

e na acumulação privada de bens, cuja representação legítima recaía sobre o Estado, emanção própria da esfera pública¹⁴⁶.

Esse modelo ocidental de separação entre o público e o privado, corolário da ordem burguesa, é edificado sobre o modelo grego de organização da sociedade, marcado por uma ideologia de participação social comum.

Ainda que muitas análises teóricas tomem a antiga sociedade grega como um tipo ideal, convém reiterar a observação referente a sua estratificação e a sua existência fundamentada na escravidão. Por outro lado, é inegável a influência que aquela sociedade desempenhou no ocidente, cujos efeitos podem ser visualizados na literatura, na arquitetura, na noção de espaço público.

Nesse sentido, a referência a Arendt (1989), Gomes (2012), Leite (2002) e Habermas (1984), ocorre na tentativa de se destacar que o espaço urbano e o espaço público não são ocorrências dadas, mas *constructos* sociais que envolvem disputas, contradições e revelam as diferenças constitutivas do espaço social ao longo do tempo.

O caso do “Anel Viário”, reflete esse local da diferença, precedido e inserido num campo de tensão, cuja conformação enquanto instância social, emerge de uma disputa técnico-jurídica, resistências sociais, influência do capital, todos elementos relevantes para se compreender o sentido da cidade e dos espaços, incluindo a noção de espaço público.

Retomando Leite (2002), a ideia de contra-usos reside na apropriação do espaço, na sua ressignificação cujo sentido prático sugere sociabilidade, diferença, onde a formalidade Estatal perde centralidade ante a legitimidade com que os diferentes sujeitos e grupos se apropriam do espaço urbano, tornando-o um espaço público, contexto parecido com a discussão apresentada em recente estudo dos campeonatos do Poeirão e do Igarapé Altamira (MENDES, GOMES; AMARAL, 2022).

Nesses termos, o Anel Viário é debatido como um local que incorpora a caracterização de espaço público configurado muito mais pelo sentido que os sujeitos atribuem-no, do que propriamente aos objetivos delineados pelo ente municipal.

Fato similar foi debatido por Santana, Rechia e Rodrigues (2017) que, ao discutirem a tipologia espacial dos espaços públicos urbanos de pequena escala, tomaram por base a Praça de Bolso do Ciclista (PBC) de Curitiba/PR concluindo que, determinadas táticas coletivas operadas em nível cotidiano, não apenas desafiam lógicas hegemônicas como modificam a

¹⁴⁶ Sobre isso ver: quadro 5-Ordem da produção e da distribuição, baseado em Polanyi (2000) p. 91 dessa tese.

organização espacial:

A análise dessas operações “quase microbianas” insurgentes no seio das “estruturas tecnocráticas” coloca em evidência a importância de identificar estas brechas do cotidiano, as quais podem refletir movimentos que podem modificar a organização de um espaço, desafiando lógicas consolidadas (SANTANA, RECHIA; RODRIGUES 2017, p. 06).

Contra-usos, no entanto, refere-se a um modo não convencional, não programado com que determinada prática se materializa no espaço. No caso das experiências de lazer, quase sempre revelam modos coletivos de apropriação da cidade que por serem sutis e efêmeras na maioria das vezes são negligenciadas quando das análises.

O caso do Anel Viário, possibilita afirmar que Altamira está densamente apropriada com uma recorrência de uso muito maior do que em contextos pontuais como é o caso da Avenida Paulista (SP) ou conforme Coombs (2012) com a ideia de Park(ing) Day (o primeiro deles ocorrendo em São Francisco-EUA no ano de 2005).

Figura 23–Usuários fazem caminhada no anel viário-2022



Fonte: pesquisa de campo (2022)

Certo é que o espaço do Anel Viário, concebido com outra finalidade, acabou por admitir outra regularidade de uso, suscitando aquilo que aqui se denomina de contra-usos. Trata-se, a bem da verdade, de um espaço que articula diferentes coletivos, especialmente aqueles ligados a corridas de rua (que utilizam esse espaço para treinos específicos), praticantes

de calistenia¹⁴⁷, pessoas que fazem caminhadas e, mais recentemente, treinamento funcional.

Com o advento da pandemia da Covid-19, especialmente durante o ano de 2020, o espaço do anel viário praticamente não recebeu usuários, cenário que refletiu diretamente na coleta de dados. Ainda assim, utilizou-se de instrumentos virtuais (como formulários) para se levantar informações juntos aos usuários. Já no final de 2021 e início de 2022, observados os cuidados sanitários, pode-se enfim sistematizar melhor os dados juntos aos usuários, chegando a seguinte síntese (quadro 13).

Quadro 13–Características de uso do "Anel Viário"

Atividades de lazer com maior recorrência no anel viário	Corrida	17%
	Caminhada	8%
Bairros de onde vem o maior percentual de usuários do espaço pesquisado	Sudam II	19%
	Sudam I	9,5%
Percentual de usuários que sofreram remoção compulsória	Não foi removido	47,6%
Dias da semana de maior uso do espaço	Quarta	61,9%
	Segunda	57,1%
	Sexta-Feira	52,4%
O espaço é adequado à prática da atividade física?	Sim	61,9%
Horário de maior incidência de usuários	Entre 18-20 horas	95,2%

Fonte: elaboração própria- pesquisa de campo

Ainda que esta pesquisa tenha se iniciado formalmente em 2019, as reflexões sobre o fenômeno lazer em Altamira antecedem esta data. É justamente essa continuidade de observação que permitiu que se visualizasse com mais detalhe o caso do Anel Viário. Quanto ao local de moradia, os resultados foram bem diversificados, demonstrando que de fato há um deslocamento de pessoas de vários bairros em relação a este espaço de lazer, embora os principais usuários sejam os moradores do seu entorno, correspondendo aos bairros Sudam I e Sudam II.

Muito embora 19% dos entrevistados sejam residentes do Sudam II, que é o mesmo bairro da transposição, um conjunto de 12 outros bairros foram obtidos como resposta. Tal constatação demonstra que se trata de uma área utilizada tanto pela população do entorno, como de áreas mais afastadas, denotando uma centralidade em relação ao lazer.

¹⁴⁷ Calistenia é o nome dado ao conjunto de exercícios físicos onde a sobrecarga de treino é a própria massa do corpo do praticante, prescindindo do uso de halteres e/ou objetos parecidos.

Essa centralidade é confirmada quando se questiona se o espaço é adequado para a prática de exercícios e outras atividades, com 70% de respostas positivas. Há, entretanto, um elemento que se associa a essa dinâmica de uso do anel viário, dizendo respeito aos usuários que eventualmente tenham sido removidos para um dos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC), com 47,6% dos entrevistados afirmando não terem sofrido remoção compulsória no contexto da UHBM. Tal fato, ainda que mereça mais investigação, permite-se inferir que os sujeitos que sofreram desterritorialização estão enfrentando barreiras para acessar determinadas espacialidades de lazer mais ao centro da cidade.

No que diz respeito à frequência ao espaço, os usuários poderiam marcar mais de uma opção, destacando-se os dias de quarta-feira, seguido pela segunda e sexta-feira como os dias de maior incidência de uso (61,9%, 57,1%, 52,4%, respectivamente). O dia menos utilizado foi o domingo, condição que pode ter relação com a ocorrência da pandemia de COVID-19, que induziu os usuários a evitar dias de maior concentração e equalizar o uso durante a semana. Tal suposição, entretanto, ainda carece de confirmação.

Tais resultados relacionados à avaliação dos usuários permitem inferir que, ainda que não seja percebido como uma área de excelência pela população, a área em questão possui uma centralidade para a prática do lazer, sobretudo relacionada à ausência de outras opções ao longo da cidade que permitam o exercício de suas atividades.

4.3 Entre o exílio e a repatriação: experiências de lazer após as remoções compulsórias

A expressão “*entre o exílio e a repatriação*” aludida no título dessa seção reflete, por certo, muito mais uma noção metafórica do que propriamente um problema científico. Cabe esta ponderação, porque certas palavras/expressões as serem ditas e escritas prescindindo de sentido teórico profundo, correm o risco de materializarem meras metáforas.

Por isso as palavras exílio e repatriação devem ser entendidas como recurso linguístico para se avançar em torno de uma argumentação, sem o que teríamos: “(...) um cipal de palavras (e, em parte, também de conceitos ou embriões conceituais) cada vez mais emaranhado” (SOUZA, 2013, p. 10), senão vejamos o sentido semântico da palavra exílio:

Ação ou efeito de exilar, de ser retirado do seu país de origem, ou de o deixar por vontade própria. Expulsão da pátria por razões políticas ou religiosas; expatriação. Local em que habita a pessoa que, por escolha ou imposição, foi embora de seu país de nascimento: Caetano Veloso escrevia de seu exílio. Região desabitada; lugar

distante; local solitário. [Figurado] Que se excluiu do convívio em sociedade; solidão. (DICIONÁRIO AURÉLIO, 2022).

Numa aproximação bastante incipiente tem-se que exílio refere-se à saída (forçada e imposta) do lugar de morada, geralmente relativo ao país de origem. Já a palavra “repatriação” significa, de acordo com o dicionário Aurélio: “Ação ou resultado de repatriar ou repatriar-se; retornar à pátria” (DICIONÁRIO AURÉLIO, 2022) suscitando, portanto, o sentido inverso de exílio.

Neste ponto, buscando transcender ao recurso estritamente metafórico estabelece-se uma correlação didática entre o exílio (entendido enquanto saída forçada de um determinado país) e as remoções compulsórias materializadas no contexto da UHBM. Por outro lado, a ideia de repatriação deve ser entendida como a correlação que se dá entre a volta ao país e o retorno dos sujeitos removidos compulsoriamente em Altamira-PA aos seus antigos espaços de lazer e sociabilidade.

Para além de um simples encadeamento de palavras, busca-se compreender como as pessoas compulsoriamente reassentadas conseguiram se reestabelecer no espaço social da cidade, a despeito das contradições materiais decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, já que a mesma corresponde a:

A uma grande ação de intervenção urbana com impacto direto na habitação, uma vez que, por outro lado, envolve a mudança do local de moradia de mais de 22 mil pessoas e, por outro, mobiliza grande projetos de engenharia no contexto da cidade, como a construção de 6.000 unidades habitacionais e reurbanização de mais de 500 hectares (MIRANDA NETO, 2014, p. 45).

Os dados trazidos por Miranda Neto (2014) reforçam os argumentos em favor da existência de um verdadeiro exílio. Tratou-se de uma série de mudanças sócio-espaciais materializadas num curtíssimo espaço de tempo, visualizadas sobretudo no aspecto da moradia (quadro 14).

Quadro 14–Caracterização dos Reassentamentos Urbano Coletivos

RUCs	Nº de lotes (estimativo)	Residenciais	Vila Residencial
Jatobá	1286	1.270	16
São Joaquim	1041	937	104
Casa Nova	453	453	-
Água Azul	775	775	-
Laranjeiras	545	545	-
Tavaquara (Pedral) ¹⁴⁸	150	150	-
Total	4.250	4.130	120

¹⁴⁸ RUC destinado especificamente para povos indígenas e pescadores.

...Fonte: Miranda Neto (2014, p. 51) e trabalho de campo (2022)

Essa caracterização descrita em Miranda Neto (2014) é nexa do amplo processo de reestruturação porque passou a cidade de Altamira no contexto da UHBM. Com efeito, para além de rupturas e mudanças ao nível quantitativo, ocorreram diversas transformações ao nível das microrrelações, ao nível do cotidiano.

Os chamados RUCs, por exemplo, estão diretamente relacionados a extinção dos baixões (CUNHA, 2021), de microterritorialidades (MOREIRA; SILVA; HERRERA, 2015) pelo que se instituiu uma estética urbana revestida de externalidades (MENDES, 2018). Fato é que as remoções compulsórias conferem sentido operacional a um método estratégico cuja finalidade foi, a remoção das camadas empobrecidas do centro da cidade, criando-se verdadeiros cinturões verdes (conforme problematizado ao longo da seção 3.2 desta tese a partir da construção dos chamados parques lineares).

Se a cidade moderna plasma uma concepção de espaço hierarquizado com tendência a homogeneização os RUCs e as remoções compulsórias acirram, ao nível discursivo e operacional, o ideário que demarca quem pertencem ou não a determinados espaços da cidade.

O exílio, palavra mobilizada no título desta seção, exige que se problematize não apenas a destituição do lugar do ponto de vista material, mas a emergência (planejada) de uma série de barreiras que operam ao nível da intangibilidade.

Umas dessas barreiras gestadas na emergência da criação dos RUCs e das remoções compulsórias corresponde a rupturas materializadas na relação dos sujeitos com os rios, isto é, para além da institucionalização de uma nova estética urbana, tem-se o esvaziamento da orgânica relação dos sujeitos com os rios e suas margens. A criação dos RUCs legou a esses sujeitos ribeirinhos uma realidade atravessada por violência, onde a histórica relação com a margem e com rio encontra-se em suspenso. Ainda assim, há enfrentamento:

Berro Grosso fez então seu primeiro gesto desesperado de resistência. Rompeu a rotina das casas iguais. Construiu na frente e nos fundos uma armação de madeira ao modo beiradeiro, empacotando a casa padronizada em estética da "floresta. Pintou de amarelo vivo e assim desafinou toda a rua e desafiou a empresa (BRUM, 2021, p. 93).

Tais enfrentamentos estão no campo das (re)existências, aludindo quase sempre a uma relação pretérita onde o rio tem centralidade, pois se constitui como um corpo vivo e atravessado por (i)materialidades. Este rio, incorporado enquanto valor de uso, mas sobretudo enquanto dimensão da memória (afetiva e coletiva) possibilita insurgências que se dão no campo das contrarracionalidades. São dissidências que ocorrem cotidianamente nem sempre

coordenadas ou organicamente integradas, mas sempre revelando a força dos fracos (SANTOS, 1994)¹⁴⁹.

Dentro, bem na frente, onde todos que passam pela rua podem enxergar, botou sua canoa a navegar no seco. Aquele enorme objeto sobre o piso de uma casa urbana é como ele mesmo, uma vida deslocada, um fora de lugar, uma alucinação. (BRUM, 2021, p. 93).

O caso narrado por Brum (2021) é um dentre inúmeros outros que diariamente contrapõe-se a ordem objetiva constituída na emergência de Belo Monte. Tais contraposições ou para utilizar uma expressão de Leite (2002), tais contra-usos, manifestam-se negando a paisagem monocromática habitacional, os ordenamentos objetivos presentes no rio Xingu, em suas margens e em seus afluentes, negam na forma e no conteúdo a estética urbana catalisada por esse evento hidrelétrico.

Tal concepção estética (já discutida com mais ênfase ao longo da seção 2.3) privilegia a destituição da diferença, especialmente pela remoção das camadas empobrecidas do centro da cidade e pela criação de verdadeiros espaços de desencontros como discutido recentemente em Mendes *et al* (2021).

Ainda assim, em que pese esses limites e essas contradições acirradas no contexto dessa megaobra, esta pesquisa constatou densas redes de solidariedades que pela apropriação dos espaços da cidade impõe-lhes outros sentidos. No limite, trata-se de uma espécie de levante que não se condiciona a concepção, muito menos a chancela de entidade oficial. O exemplo a ser explorado na sequência consubstancia aos arranjos coletivos que, no plano vivido, convergem para que os sujeitos despossuídos da cidade possam apropriar-se da *urbe* a partir das experiências do futebol de várzea.

4.3.1 O retorno dos exilados: experiências de lazer no “Ninho do Urubu”

A expressão “Ninho do Urubu” confere sentido a uma inteligibilidade dos sujeitos que vivem o cotidiano da cidade, pois:

A atitude primordial e imediata do homem, em face da realidade, não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais (KOSIK, 1976, p.09-10).

¹⁴⁹ Para Santos (1994, p. 39-41) a existência dos tempos lentos é constituidor dos mecanismos de solidariedade, os quais desafiam a perversidade dos tempos rápidos, corolários da competitividade.

A reflexão proposta por Kosik (1976) permite que se compreenda de maneira mais ampla como o sujeito comum age ante a realidade viabilizando ao investigador, pelo recurso da abstração, avançar para além da aparência do processo.

O “Ninho do Urubu” alude não apenas a ave da família Cathartidae, mas a uma paixão nacional (o futebol) que em regiões como a Amazônia é embebida pelos signos da modernidade (especialmente por intermédio da televisão). Trata-se de uma virtualidade introjetada no “mundo novo¹⁵⁰” propiciando a emergência de determinados arquétipos, mas também de experiências significativas.

O Ninho do Urubu é um campo (de várzea) localizado nos limites do bairro Aparecida, no que hoje corresponde ao Parque do Igarapé Ambé. Em coerência às informações colhidas *in loco* pelo menos dois fatores estariam relacionados ao nome do campo/campeonato. Um desses, refere-se a antiga presença de um matadouro às proximidades do atual campo o qual atraía grande número de aves; o segundo fator teria a ver com o fato de ampla parcela dos moradores do entorno do campo serem torcedores de um clube de futebol carioca, cujo mascote é um urubu.

O campeonato de veteranos Ninho do Urubu segue as regras do futebol “*society*”¹⁵¹, sendo disputado por equipes masculinas de veteranos (participante acima dos 35 anos de idade), destacando-se algumas particularidades. Um desses aspectos tem a ver com o fato de quase todos os participantes serem antigos moradores das imediações dos igarapés Altamira e Ambé, o que reforça os argumentos em favor da existência de uma espécie de exílio coletivo.

Outro fato que chamou atenção foi a memória coletiva e o pertencimento territorial, manifestado sobretudo pelo nome de equipes que aludem a determinadas microterritorialidades transformadas por ocasião de Belo Monte, a exemplo do time do Açaizal (quadro 15).

Quadro 15–Times participantes do I campeonato veterano “Ninho do Urubu”/2022

Recreio
São Mateus
Açaizal
Anchieta
Concórdia
Alô Pará
Nostravamos
Sindmoto

¹⁵⁰ Para uma leitura mais ampla ver: Ianni (2002)

¹⁵¹ O futebol “*society*”, geralmente jogado em arenas sintéticas difere do futebol de campo, dentre outras regras, pelo número de jogadores que *society* é limitado a sete jogadores.

Castanheira

Fonte: pesquisa de campo (2022)

Durante o primeiro semestre de 2022 acompanhou-se a I edição do campeonato de veteranos “Ninho do Urubu”, um evento concebido e executado pelo Senhor Edson Silva (popularmente conhecido como “caranguejo”)¹⁵² e que conta com grande prestígio social ante os sujeitos que fazem parte do campeonato.

Ao se mencionar a coordenação desempenhada pelo Senhor Édson Silva algumas questões precisam serem retomadas, contextualizadas e verticalizadas neste momento. A primeira questão tem a ver com a configuração espacial que o campeonato do Ninho do Urubu suscita na cidade de Altamira. Trata-se de um acontecimento cotidiano que vincula e se articula a outras espacialidades e táticas coletivas na cidade. Tal percepção somente foi possível porque se privilegiou a observação em detrimento da aplicação de questionários.

Esse olhar horizontal e aproximado da realidade social permitiu que se constatasse que o campeonato do Ninho do Urubu não apenas é concebido e executado pelo Seu Edson Silva (que também planeja e organiza o campeonato de veteranos do Igarapé Altamira), como reúne praticamente as mesmas equipes e torcidas que participam do campeonato do Igarapé Altamira.

Tal constatação permitiu-se compreender que a cidade enquanto forma, mas sobretudo enquanto conteúdo está intimamente articulada no plano cotidiano, tal qual argumentação de Magnani (2020). Para este autor, os antropólogos clássicos buscavam recorrências sociais baseados em estruturas sociais de pequena escala. O desafio se impõe quando o pesquisador tem de buscar essas regularidades em sociedades complexas, a exemplo da escala metropolitana.

O avanço metodológico apresentado por Magnani (2020) sugere que o pesquisador não deve mais olhar a cidade como uma aldeia (que cresceu muito), mas como um espaço que apresenta convergências tanto do ponto de vista físico-espacial, quanto do ponto de vista cultural.

Evidentemente, não se propõe uma importação *ipsis litteris* da família de categorias formulada por Magnani (2003), especialmente porque a ideia de trajeto, de circuito, de pórtilo, de pedaço e de mancha reflete o contexto da metrópole. Ainda assim, o pressuposto metodológico pautado por este autor permite-se estabelecer mediações em face das práticas de lazer agenciadas pelos sujeitos de Altamira, revelando pontos de conexões que se dão ao nível

¹⁵² Como destacado ao longo da seção 1.4 seu Edson Silva também organiza o Campeonato de Veteranos do Igarapé Altamira.

urbano.

Como destacado, o campeonato do Ninho do Urubu está diretamente ligado (tanto na sua concepção, na sua execução, quanto em relação à espacialidade) a outro campeonato realizado no parque do igarapé Altamira, conforme discutido recentemente (MENDES, GOMES; AMARAL, 2022) e de forma mais ampla na seção 1.4 desta tese.

Essa convergência sócio-espacial está refletida na posição de liderança que determinados sujeitos assumem diante do evento, a exemplo do Seu Édson Silva que organiza e executa o evento independente da formalidade da PMA, do Alfred S. Vieira que organiza, inscreve e lidera o time e a torcida do Açaizal no campeonato.

Observa-se também uma recorrência relativa aos sujeitos que acompanham e torcem para as diversas equipes, com destaque para a torcida do Recreio¹⁵³ e do Açaizal que demarcam certos perímetros do campo antagonizando-se ao longo de todo o campeonato.

Ainda que seja um acontecimento efêmero (como são as ocorrências cotidianas) em dias de jogos ocorre um grande fluxo de pessoas para o campo de várzea do Ninho do Urubu, especialmente de moradores dos bairros da Brasília e do Sudam I. Acredita-se que a recorrência de torcedores desses dois bairros deve-se ao fato de os mesmos terem uma histórica relação com esta parte da cidade (especialmente as margens dos Igarapés Ambé e Altamira, locais onde grande parte dos torcedores residiam antes de serem removidos pela Norte Energia S.A).

Partindo da premissa que a construção dos Parques Lineares consistiu numa ação estratégica, a apropriação desses espaços configura-se em táticas (DE CERTEAU, 2014). O campeonato do Ninho do Urubu revela-se num eloquente exemplo do modo com que as pessoas alçam o espaço urbano à condição de espaço público, reafirmando a argumentação de Leite (2002).

Tal apropriação coletiva ocorre independentemente da chancela dos órgãos de Estado revelando densas redes de interação e sociabilidade, especialmente porque reaviva laços de pertencimento e territorialidade, já que o Parque o Igarapé Ambé está sobreposto ao extinto microterritório do bairro Aparecida (a Rua dos Seis Metros) – (figura 30).

¹⁵³ Na final do campeonato/2022 (15/05/2022), a equipe do Recreio venceu, nas penalidades, o Açaizal.

Figura 30—I Campeonato de veteranos "Ninho do Urubu"/2022- Bairro Aparecida



Fonte: Pesquisa de campo (2022). Acervo LEPURB/UFPA

A torcida posicionada sobre a passarela, a linha lateral do campo fazendo divisa com as casas remanescentes ao processo de remoção compulsória, o terreno alagadiço, reforçam os elementos de que o local onde ocorre o campeonato não fora concebido com tal finalidade. Tal prática somente se concretiza pela rede de relações sociais construída antes do processo de expulsão e requalificação desse espaço: “a desapropriação de “sujeitos” não reduz o sentido público do espaço urbano, mas pode representar uma reordenação da sua lógica interativa, a partir das apropriações (“táticas”) dos espaços mediante a construção dos lugares”. (LEITE, 2002, p. 122).

Notadamente, a noção de desapropriação a que se refere Leite (2002) reflete uma dimensão *lato sensu* a partir do que se discute a construção de lugares. O determinante é compreender-se que, ainda que estritamente, a desapropriação não consegue extinguir o sentido público do espaço urbano.

A considerar-se a configuração do parque do Igarapé Ambé nota-se que o mesmo consiste numa representação do espaço, cuja centralidade é o ordenamento e o controle patrocinado pelos entes Estatais ou a serviço destes. A inserção deste parque (que se deu

mediante a remoção compulsória dos seus moradores) (re)definiu amplamente as formas-conteúdo de pelos menos três bairros de Altamira: o bairro Aparecida, o bairro da Brasília e bairro Boa Esperança.

Esse movimento de expulsão dos antigos moradores para os chamados RUCs fundamentam nossa argumentação em favor da existência de um verdadeiro exílio coletivo. O que o campeonato de Ninho do Urubu tem possibilitado é um verdadeiro retorno desses sujeitos que atualmente encontram-se espalhados pelo tecido social da cidade, em que pese a necessidade de se aprofundar discussão com base nos dados obtidos em campo (quadro 16).

Quadro 16–Local de residência dos participantes do campeonato Ninho do Urubu

Bairros	%
Sudam I	41%
Centro	17,9%
Ilvalândia	2,6%
RUC São Joaquim	2,6%
Jardim Ibiza	2,6%
São Sebastião	2,6%
Terras de Bonanza	2,6%
RUC Água Azul	5,1%
Mutirão	5,1%
Explanada do Xingu	2,6%
Independente I	2,6%
RUC Laranjeiras	2,6%
Brasília	10,3%,
RUC São Joaquim	2,6%

Fonte: pesquisa de campo (2022)

Os dados do quadro 16 possibilitam aprofundar algumas questões referentes ao campeonato aqui discutido. A primeira questão refere-se aos bairros que representam os maiores percentuais de origem dos sujeitos participantes do evento esportivo, respectivamente, Sudam I e Centro.

Tal contexto se justifica em duas direções: a primeira porque as equipes do Recreio e do Açaizal são as que mais levam torcida para os jogos (e também foram as duas equipes finalistas em 2022). Esse fator reflete uma dimensão espacial, pois os torcedores do Açaizal são em sua maioria moradores do bairro Sudam I (próximo ao Igarapé Altamira), já os torcedores do Recreio são majoritariamente residentes do bairro Centro, especialmente às proximidades

do antigo bairro Açaizal.

Deste modo, o que os dados reforçam é a existência de uma rede de interação e sociabilidade mediada pelo futebol que é anterior a construção dos parques lineares, ao processo de remoção compulsória e a política de requalificação urbana e que, a considerar o caso empírico, configura-se num instrumento de apropriação e uso da cidade que tende a se manter no tempo-espço.

Além disso, os dados do quadro 16 nos permitem inferir que os sujeitos residentes ou que já residiram às margens ou em bairros próximos aos igarapés Altamira e Ambé, transitam por essas espacialidades (como é o caso dos Parques Lineares). Tal movimentação é mediada pelo futebol de várzea, onde os sujeitos acabam se reencontrando e (re)estabelecendo laços de afetividade, memória e pertencimento à cidade. Eis o sentido prático dos contra-usos da cidade de que falou Leite (2002):

Contra-usos (...) constituem lugares e que qualificam espaços urbanos como espaços públicos, na medida em que os tornam centros de disputas práticas e simbólicas pelo reconhecimento político e pela visibilidade pública das diferenças (LEITE, 2002, p. 130).

A constituição do lugar pressupõe disputas que se dão tanto ao nível prático, quanto simbólica. No caso analisado os sujeitos se articulam cotidianamente imprimindo outros sentidos a determinados espaços da cidade como o Parque do Igarapé Ambé.

A instituição do parque do igarapé Ambé (como os demais parques lineares de Altamira) fundamentou-se na institucionalização de uma nova estética urbana em Altamira, orientado pela homogeneização da paisagem enquanto mero objeto. Ainda assim, insurgências que ocorrem ao nível cotidiano, a exemplo do campeonato do Ninho do Urubu evidencia não apenas contra-usos da cidade, mas o modo permanente com que os sujeitos exilados e despossuídos constroem e vivem o espaço (social) da cidade.

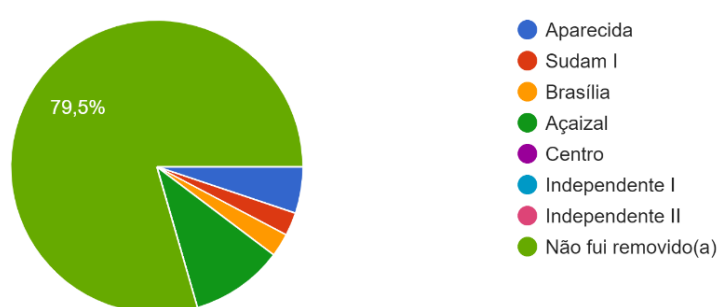
Ao contrário do nome do campo e do campeonato que aludem a signos e significados externos ao local, conforme argumentação de Gomes (1996) e Ianni (2002), os nomes das equipes e a ambiência criada ao longo de todo o campeonato reafirmam questões inerentes à coletividade, realçando laços de memória e pertencimento territorial *por e partir* do futebol.

O campeonato Ninho do Urubu revela a potência espacial inerente às práticas do lazer na cidade, consistindo num verdadeiro elemento de coesão sócio-espacial se concretizando *pelo* espaço. A despeito do processo de remoção compulsória, da política de requalificação e da criação dos parques lineares timidamente integrados ao cotidiano dos sujeitos, o caso empírico aqui discutido permite que se compreenda a cidade para além das suas formas racionalmente

ordenadas e os sujeitos não apenas como despossuídos ou exilados, mas como agenciadores e copartícipes de um espaço cada vez mais público.

Tendo como pressuposto de análise o estudo de Magnani (2003), mas refletindo a partir das singularidades de Altamira, admitiu-se como central as dissidências que se materializam ao nível cotidiano, cuja materialidade expõem o protagonismo dos sujeitos, a despeito das contradições do espaço capitalista que em Altamira está diretamente ligado a expulsão dos sujeitos dos bairros as margens dos rios e próximos ao centro da cidade (gráfico 4).

Gráfico 4–Bairro de moradia, antes da remoção compulsória



Evidentemente, o recorte analítico aqui discutido enfatizou uma experiência de lazer específica, havendo a possibilidade de as pessoas removidas estarem priorizando outras esferas da vida social e do seu cotidiano. Ainda assim, os dados do gráfico 4 instigam nossas reflexões e já constituem, sob o nosso ponto de vista, pauta para futuras investigações, especialmente porque pelo gráfico 04 ao menos 79,5% dos entrevistados afirmaram não terem sido removidos.

A partir de uma correlação metafórica discutiu-se ao longo desta seção como a remoção compulsória concretizada no contexto da construção da UHBM criou um verdadeiro exílio coletivo. Tratou-se da expulsão de milhares de pessoas das margens dos rios e do centro da cidade tornando-os moradores dos chamados RUCs. Esse movimento de expulsão refletiu perdas tanto em nível material, quanto em nível simbólico.

Ainda assim, o caso empírico revelou a potência sócio-espacial inerente ao fenômeno do lazer. Este fenômeno possibilitou/a um conjunto de mediações materializadas no plano cotidiano, onde determinados sujeitos têm e assumem um papel de destaque.

Assim, se o exílio coletivo deriva de uma política de requalificação urbana de viés estratégico e tecnocrático (LEFEBVRE, 2001), o agenciamento dos sujeitos coletivos e as formas de apropriação da cidade constituem-se em contra-usos sugerindo a repatriação, o retorno dos exilados. Esse movimento inverso, suscita diferentes táticas coletivas que subsistem

enquanto densas redes de interação e sociabilidade aludindo a memória e ao pertencimento territorial.

A apropriação do Parque do Igarapé Ambé para a execução do campeonato do Ninho do Urubu confere legitimidade as ações dos sujeitos que estão no campo dos contra-usos da cidade, refletindo disputas tanto práticas, quanto simbólicas, cuja resultante é a criação de espaços genuinamente públicos em detrimento de espaços urbanos (LEITE, 2002). Reitera-se que esse movimento de apropriação, de sentido público da cidade, tem como central as mediações que ocorrem por intermédio das experiências de lazer da cidade.

Ao longo deste capítulo buscou-se evidenciar como os sujeitos agenciam cotidianamente suas espacialidades do lazer. A ideia das “brechas”, tratada por Santana, Rechia e Rodrigues (2017), de contra-usos, discutida por Leite (2002), constituíram-se em parâmetros teóricos para reiterarmos o modo com que as experiências de lazer se manifestam espacialmente na cidade de Altamira, a despeito do amplo e recente processo de transformação sócio-espacial a que foi submetido o tecido urbano da cidade.

Os exemplos tratados ao longo deste capítulo reiteram os limites, mas também as possibilidades existentes no espaço de uma cidade capitalista. Trata-se de experiências que apontam para a existência dos espaços de representação (vivido) que se concretizam nas frestas, nas porosidades das representações do espaço (concebido). Esse movimento, que articula diferentes processos constitui uma dialética espacial, cuja mediação ocorre *por e a partir* das experiências de lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto as sociedades pré-modernas somente conseguiram chegar à meta do ócio à margem da existência, o auge das atuais forças produtivas poderia tornar acessível a todos a riqueza do lazer. Para, porém, tornar real esta possibilidade, é preciso romper a ditadura do tempo abstrato: cabe eliminar a racionalidade econômica do próprio espaço funcional capitalista, pois já é patente a característica destrutiva desta racionalidade burguesa (Robert Kurz, 2000, p. 46).

O pensamento do filósofo germânico Robert Kurz postula uma utopia: “tornar acessível a todos a riqueza do lazer”. Todavia, o autor adverte que a sociedade moderna se estrutura sob a égide do tempo abstrato, isto é, uma racionalidade funcional à economia e a ordem burguesa.

Esta racionalidade, nexa do modo de produção capitalista, não admite como legítima as experiências do lazer conferindo, ao contrário disso, centralidade ao trabalho que se materializa divorciado do restante da vida.

Nestes termos, cristaliza-se um paradigma baseado na fragmentação das esferas da existência material da vida humana, cuja síntese pode ser representada pela dualidade trabalho-lazer. Por esta concepção (moderna), não é possível a mediação entre as múltiplas dimensões da vida humana, não por acaso as primeiras conceituações teóricas acerca do lazer o consideram como uma antítese do trabalho e vice-versa.

Não se trata de uma busca pelo “início do lazer”, como fizeram Marcellino (1987), Mascarenhas (2005) e Dumazedier (1973), sugerindo o lazer como sendo um ato moderno. Trata-se de enfatizar e problematizar a histórica racionalidade do trabalho que se fortaleceu na emergência da ordem burguesa combinada com o processo de industrialização iniciado na Europa a partir da segunda metade do século XVIII.

Neste sentido, admitir a utopia proposta por Kurz (2000) pressupõe-se reconhecer a processualidade histórica que se articula ao fenômeno do lazer que, a considerar as características da sociedade ocidental, tem se configurado como um elemento subalternizado ao trabalho.

Como problematizado ao longo do capítulo I, em vários espaços da vida social (incluindo espaços acadêmicos) o lazer é muitas vezes secundarizado e em certos casos desqualificado, tanto do ponto de vista da reflexão teórica, quanto do ponto de vista da sua prática.

Não seria demasiado afirmar que ainda hoje o lazer não conseguiu libertar-se plenamente dos seus grilhões: o trabalho. Por isso, o esforço empreendido ao longo desta tese foi apresentar o lazer como elemento da vida cotidiana que, na cidade, subsiste para além da

racionalidade urbana burguesa.

Na busca pela explicação do objeto em análise, esta pesquisa orientou-se pelo instrumental teórico de Henri Lefebvre (a teoria social do espaço) visando apresentar os limites e as possibilidades da cidade moderna-capitalista. Este movimento teórico privilegiou o campo dos estudos urbanos (ramo da geografia humana).

Do outro lado, apresentou-se a categoria do lazer, como recurso teórico-metodológico para se operacionalizar as diferentes práticas que existem na cidade capitalista. Para isso mobilizou-se o acúmulo teórico do campo dos estudos do lazer, produzido com mais ênfase a partir da década de 1970.

Tratou-se de um exercício, ousa-se afirmar, metadisciplinar já que as mediações teóricas irradiaram-se em direção a outras categorias, a exemplo do espaço e cotidiano, e a outros campos de conhecimento, como a antropologia urbana.

O cuidado foi não sucumbir a mera descrição do objeto, muito menos apresentar uma discussão teórica pulverizada sem o devido rigor que cada campo de conhecimento exige (o campo dos estudos do lazer e o campo dos estudos urbanos).

A respeito do caminho teórico-metodológico escolhido para este estudo algumas ponderações se fazem necessárias. De início buscou-se posicionar a categoria (e o campo) do lazer no debate acadêmico, pois estudos como o de Magnani (1998) denunciam o pouco prestígio que ainda hoje esse campo de conhecimento goza no interior das ciências humanas.

Em parte, esse caráter secundarizado que se impõe a categoria do lazer deve-se pela primazia e pela natureza instrumental que o trabalho desempenha na sociedade ocidental. Por outro lado, o pouco prestígio deve-se a falta de rigor com que algumas pesquisas são realizadas, especialmente aquelas que privilegiam grandes contingentes de questionários.

A partir do pensamento de Marx (portanto a teoria Lefebvriana é materialista), de Hegel e Nietzsche, com as devidas problematizações, Lefebvre postulou a sua teoria do espaço. Tratou-se de uma formulação de base dialética, mas fundamentada na tridimensionalidade analítica.

A partir deste instrumental, a investigação teve como campo empírico o núcleo urbano de Altamira-PA, onde as práticas/experiências de lazer foram analisadas a partir dos pares formantes da tríade dialética de Henri Lefebvre.

Nestes termos, a considerar-se a processualidade histórica que condicionou/condiciona a conformação de Altamira (desde as missões jesuíticas, passando pela política de modernização territorial da segunda metade do século XX, até a construção da UHBM) a cidade passou a ser analisada a partir das suas formas-conteúdo buscando-se entender os determinantes

históricos que se articulam ao fenômeno do lazer.

Ao se reconhecer o papel transformador (tanto nas formas, quanto nos conteúdos) que a construção da UHBM promoveu em Altamira passou-se a operacionalizar metodologicamente a noção tríade do espaço social a que se referiu Lefebvre.

Para isso, articulou-se ao debate o cotidiano, conceito que reflete uma ambivalência; de um lado, a coação do mundialidade sobre o lugar; de outro lado, as possibilidades reais de emancipação humana que poder ser atingida pelo lazer (CASTRO, 2007). Assim, os pares formantes da tridimensionalidade do espaço passaram a ser mobilizados como base no campo empírico.

A prática espacial, corresponde a morfologia do espaço, designando a dimensão material da atividade e interação sociais. É o modo com que o sujeito percebe o espaço. Já a representação do espaço constitui-se num paradigma, operando em nível discursivo. Essa dimensão baseia-se na concepção das disciplinas especializadas. Trata-se do modo com que o espaço é concebido.

Finalmente, tem-se o terceiro par formante da teoria social do espaço: trata-se dos espaços de representação, uma dimensão simbólica, geradora de significados e diretamente ligada a um processo material, local onde se gestam as possibilidades do real. Trata-se do espaço vivido.

A abstração em face do fenômeno real e o instrumental teórico metodológico guiou a formulação e a busca pela resposta à seguinte questão-problema: como se expressa a espacialidade do lazer na vida cotidiana da cidade de Altamira-PA, a despeito do tensionamento e da mediação entre a representação do espaço (espaço concebido) e os espaços de representação (espaço vivido)?

Tratou-se de uma investigação fundamentada na análise dialética onde o espaço (socialmente produzido) reflete a existência de uma unidade de diferentes. Há uma sucessão de conteúdos inerentes ao plano vivido (são os espaços de representação) coexistindo temporalmente às formas espaciais da cidade capitalista (são as representações do espaço).

A partir dessa problematização buscou-se alcançar o seguinte objetivo: analisar a espacialidade do lazer na reprodução da vida cotidiana na cidade de Altamira-PA, tendo por base o tensionamento e a mediação entre a representação do espaço (espaço concebido) e os espaços de representação (espaço vivido).

Cumpri adverti, entretanto, que embora o título e o problema desta tese sugiram uma concepção bidimensional a escolha desses dois pares formantes não significa compreensão

disforme da teoria Lefevriana que é baseada na tridimensionalidade dialética ¹⁵⁴.

A argumentação estruturante desta pesquisa partiu da premissa que essas duas dimensões do espaço social não se repelem, mas constituem-se em condição material para a produção social do espaço, pois se interpenetram dialeticamente no tempo-espaço.

Defendeu-se que, ao se mobilizar a categoria e as experiências de lazer na/da cidade a partir do movimento tríade e dialético, viabilizaram-se condições elementares para se compreender o modo com que o lazer se expressa espacialmente na cidade.

Tratou-se de apresentar a coexistência de um lazer subjacente à contrarracionalidade, que escapa às amarras da cidade capitalista configurando-se enquanto contra-usos da cidade. Ao contrário do que usualmente se propaga, essas insurgências não são ocorrências pontuais, mas práticas reveladoras de uma permanência que tomam a cidade para além de um centro e de uma periferia.

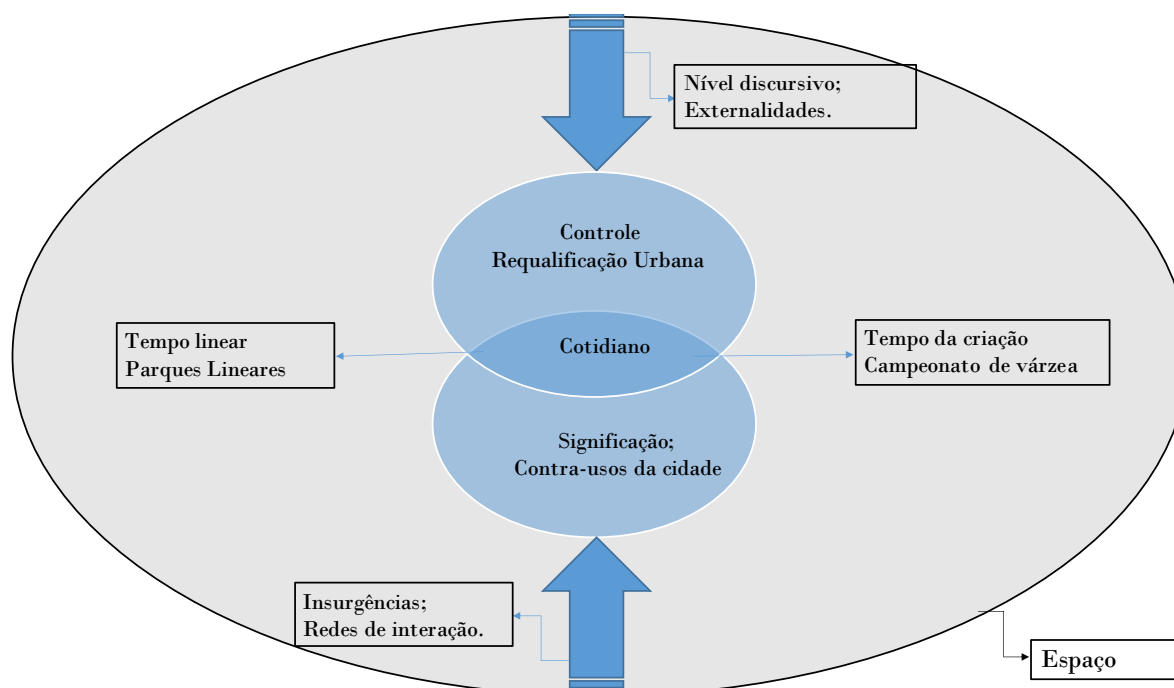
A manutenção dessas insurgências pressupõe uma densa rede de sociabilidade criada e mantida pelos sujeitos que, uma vez excluídos da cidade, (re)estabelecem suas táticas de apropriação. Essa constatação permitiu afirmar que o lazer não ocorre, necessariamente, *no* espaço e sim *pelo* espaço.

O futebol de várzea materializado *por* e *a partir* de uma rede de interação e sociabilidade subverte a racionalidade da cidade (especialmente os espaços requalificados), revelando-se como tática coletiva que possibilita a manutenção dos laços de memória e pertencimento territorial, a despeito do intenso processo de perdas materiais e simbólicas porque passaram as pessoas moradoras de Altamira.

A argumentação que atravessa essa tese sugere que, embora as formas da cidade capitalista privilegiem o controle e a racionalidade, existem práticas subjacentes a esse ideário moderno. O embate entre essas duas tendências (uma que tende ao domínio, outra que tende a apropriação) foi operacionalizado metodologicamente a partir do cotidiano. Na sequência, apresenta-se em forma de esquema o modo com que as práticas de lazer se materializam no espaço (social) de Altamira-PA (esquema 02).

¹⁵⁴ Conforme Schmid (2012).

Esquema 2—Espacialidade do lazer na vida cotidiana da cidade de Altamira-PA



Fonte: o autor (2020)

A interseção entre as duas lógicas sócio-espaciais reflete os acontecimentos do *cotidiano*. Trata-se de um nexos do espaço (socialmente construído) onde a vida material se concretiza mediante a reprodução social (CASTRO, 2018). O cotidiano, portanto, é o local do controle, da linearidade, da coação, mas também o lugar do historicamente possível, local onde as táticas coletivas são formuladas e concretizadas conferindo sentido de obra humana à cidade.

Por isso o espaço social da cidade capitalista, deve ser admitido como uma totalidade, que se movimenta enquanto (inter) relação de unidade de diferentes. Neste caso, as dissidências que ocorrem ao nível cotidiano não devem ser relativizadas, como práticas de segunda ordem, mas admitidas como a potência que podem emancipar os sujeitos e o próprio espaço social da cidade.

Tal foi o contexto com o qual esse estudo se deparou, isto é, as práticas de lazer como nexos do espaço articulam e viabilizam a manutenção de uma sofisticada rede de interação, quase sempre protagonizada pelos sujeitos despossuídos e exilados da cidade.

Certamente, da interação com o objeto deriva um certo nível de parcialidade, mas ousa-se afirmar que a realidade contrarracional e insurgente verificada em Altamira-PA somente foi possível porque o fenômeno do lazer funciona com um elemento de mediação e coesão sócio-espacial.

Trata-se da existência de táticas coletivas, materializadas pelos contra-usos da cidade onde os espaços urbanos são alcançados à condição de espaços públicos pelas diferentes formas de apropriação coletiva, independentemente da chancela do poder público ou de seus associados.

Em nível abstrato, os resultados deste estudo demonstraram a potência teórico-metodológica da categoria lazer em face dos estudos urbanos, sem o que não seria possível compreender as possibilidades criadas pelos sujeitos em face dos limites impostos pelo ideário de cidade moderna-capitalista.

Ainda que a formulação de novos conceitos/categorias não tenha sido o objetivo precípuo deste estudo, algumas sínteses podem ser apresentadas ao campo da geografia, a exemplo da relação cotidiana mantida entre os sujeitos e os rios de Altamira. Neste contexto, as praias de água doce, integradas à sazonalidade climática da região Amazônica, conferem sentidos particulares ao modo com que as pessoas interagem com essas espacialidades.

Antes da construção da UHBM, não raro, as praias de água doce constituíam *points*, espacialidades físicas que se interligavam à trama social da cidade em forma de circuito, mediante o agenciamento dos sujeitos. Essas praias, para além das redes de interação e sociabilidade, refletiam um padrão físico, materializado pela indissociabilidade do rio-praia-vegetação primária.

Essa articulação entre padrões físicos e níveis de interação social permitem formulações teórico-metodológicas como a noção de fluvialidades, um debate incipiente no campo dos estudos urbanos, mas que pode agregar a pesquisas que discutam a relação cidade-rio na Amazônia, especialmente no contexto das grandes obras de infraestrutura.

O campo empírico combinado com o instrumental teórico de Henri Lefebvre permitiu que se compreenda como a concepção urbana de viés estratégico colide e coexiste às experiências do plano vivido. A resultante deste embate, exige de quem pesquisa olhar atento aos microprocessos que se desenvolvem no cotidiano, sem o que as subjetividades e as significações do espaço social não podem ser suficientemente decifradas.

As experiências do futebol de várzea, analisadas à luz da etnografia urbana, sugerem que o lazer assume uma condição espacial na cidade. Trata-se de um elemento da vida cotidiana que integra e medeia os diferentes e as diferenças na cidade atravessada por contradições sócio-espaciais.

Há que se encontrar, metodologicamente, a interface entre as representações do espaço (uma visão racional) e os espaços de representação (a significação do espaço). Privilegiar um desses pares formantes em detrimento do outro é limitar a compreensão do espaço enquanto

totalidade em movimento, cujas experiências de lazer são elementos fundamentais a sua inteira compreensão.

A postulação deste estudo no campo da geografia revestiu-se de ousadia. Ao fazê-lo, avocou-se a tarefa de se transgredir uma fronteira teórica-metodológica. Durante a exposição desta pesquisa, empreenderam-se esforços no sentido de se avançar para além da descrição do objeto, ao mesmo tempo em que se apresentou elementos teórico-metodológicos para se operacionalizar o fenômeno do lazer em face do espaço social.

Fato é que este estudo reflete não apenas uma opção acadêmica, mas uma visão de mundo do autor que, conforme epígrafe de Kurz, sonha em um dia ver a riqueza do lazer distribuído a todos. Por isso, é preciso pautar e reiterar esta utopia.

Nestes termos, se de fato “o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade” (Marx, 1985, p. 149-150) convém reiterar elaborações teóricas com base na realidade material, visando alcançar a utopia postulada em epígrafe. O caminho desta utopia, passa pelas práticas dissidentes que estão no cotidiano as quais podem conferir outros sentidos a vida humana, tornando as experiências de lazer uma centralidade material.

Espera-se que o estudo aqui apresentado possa contribuir para novas frentes de investigação no campo dos estudos urbanos, restando àqueles que constroem este campo de conhecimento a opção em admitir o lazer como objeto e legítima categoria de análise.

Em relação aos estudos do lazer, espera-se que os resultados aqui apresentados possam reiterar a pertinência dos estudos do lazer em face das contradições da cidade capitalista, exigindo compreensão do espaço (social) para além de um limite físico-geográfico.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Sara; CASTRO, Edna Ramos de. Processo de transformação e representações do rural-urbano em Altamira. *In: CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas*. Belém, ADUFPA, 2006.
- AMARAL, Márcio Douglas Brito. **A guerra das águas: concepções e práticas de planejamento e gestão urbana na orla fluvial de Belém (PA)**. 229 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos), Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.
- ARAGÃO, Thaís Amorim. **Ritmanálise como proposta metodológica**. *In: Anais da III Jornada de Pesquisas sobre Tecnologias Comunicacionais Contemporâneas*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo; introdução de Celso Lafer. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- BAHIA, Mirleide Chaar. **O lazer e as relações socioambientais em Belém-Pará**. 301 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental), Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- BAUDELAIRE, Charles. Les Yeux Des Pauvres. *In: Le Spleen de Paris*. Oeuvres Complètes: Bibliothèque de la Pléiade. Paris: Éditions Gallimard, 1961, 269-269.
- BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Portugal: Edições 70. 2011.
- BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BECKER, Bertha Koiffmann. Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica. *In: BECKER, Bertha Koiffmann; MIRANDA, M. (org.). A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 421- 444.
- BECKER, Bertha Koiffmann. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias estratégicas**, Brasília, n. 12, p.136-159, set. 2001.
- BELTRÃO, Jane Felipe. Brincadeira ou lazer- um olhar antropológico. **Licere**, Belo Horizonte, n. 6, v. 1, p. 46-60, abril de 2003
- BERNARDES, Antônio. Milton Santos: os conceitos geográficos e suas concepções. **Revista Formação Online**, Presidente Prudente, São Paulo, v.27, n.50, p. 275-299, jan./abril de 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRASIL. **Lei 12.651, de 25.05.2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis 6.938, de 31.08.1981, 9.393, de 19.12.1996, e 11.428, de 22.12.2006; revoga as Leis 4.771, de 15.09.1965, e 7.754, de 14.04.1989, e a Medida Provisória 2.166-67, de 24.08.2001; e dá outras providências. Brasília: Casa Civil. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em:27/05/2021.
- BRUM, Eliane. As crianças de Altamira: o massacre dos inocentes nos denuncia na mais violenta cidade Amazônica. **El País**, São Paulo, 14 de ago. de 2019. Opinião, n. p. Disponível

em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/14/opinion/1565799016_403909.html>. Acesso em: 25/06/2022.

BRUM, Eliane. **Banzeiro òkòtó**: uma viagem à Amazônia centro do mundo. Companhia das letras, 2021.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **O que é Lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CANAL, Maria Augusta Freitas Costa. Imaginário Amazônico e Territorialidade Festiva: o Divino na Festa do Sairé de Alter do Chão (Pará/PA, Brasil). **Turismo & Sociedade**. Curitiba, .v. 11, n. 2, p. 192-216, maio-agosto de 2018.

CAPRON, Guénola; HERNANDEZ, María Teresa Esquivel. O enclave urbano, lógica socioespacial da periferia urbanizada: seus efeitos sobre a segregação residencial e a fragmentação urbana. Cuadernos de Geografia: **Revista Colombiana de Geografia**. v.25, nº.2, p.127-150. 2016.

CARDOSO, Fernando Henrique. *et all*. Cultura e participação na cidade de São Paulo. **Caderno CEBRAP**, n. 14. São Paulo, Brasiliense, p. 21-22, 1975.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CASTRO, Edna. Estado e suas margens: limites da interpretação teórica e movimentos sociais. In: LIMONAD, Ester; CATRO, Edna. (org.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 100-118.

CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Cadernos CRH**, Bahia, v. 25, n. 64, p. 45-61, jan./abr. 2012.

COOMBS, Gretchen. Park(ing) day. **Contexts**, v. 11, n.3, p. 64-65, 2012.

COSTA, Antônio Maurício Dias. **Festa na cidade**: o circuito bregueiro em Belém do Pará. 2ª ed. Belém: EDUEPA, 2009.

COSTA, Danyelly Feitosa da; PAULA, Éder Mileno da Silva de; LOBATO, Alexandre Augusto Cardoso. Gestão territorial das águas na Amazônia: degradação da bacia do Igarapé Altamira – Altamira (PA) e as transformações pós Belo Monte. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**. v. 5, nº. 18, setembro-dezembro de 2019.

COSTA, Ériko Fabrício Nery da. **Periferização, dispersão e fragmentação urbana em cidades intermediárias da Amazônia**: o caso de Altamira, Pará. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade da Amazônia, Belém, 2013.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

DAMIANI, Amélia Luisa. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. (Orgs.). **O espaço no fim de século**: a nova raridade. São Paulo (SP): Contexto, 1999. p. 48-61.

DAMIANI, Amélia Luisa. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org). **Novos rumos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 161-172.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano I**: as artes do fazer. 2 ed. Vozes. 2014.

DE MASI, Domênico. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O Mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

DORES, Lucilene Alencar das; SILVA, Adriano Gonçalves da; RAMOS, Danilo da Silva; STOPPA, Edmur Antonio; ISAYAMA, Hélder Ferreira. Rompendo os Silêncios sobre o Perfil do Lazer da População Negra no Brasil. **Licere**. Belo Horizonte, v. 24, n. 4, p. 324-356, março de 2022.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do Lazer**. Tradução: Silvia Mazza e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1999.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

ELETROBRÁS. **Estudo de impacto ambiental – EIA, Relatório de impacto ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte – RIMA**. Brasília, 2009.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000.

FARIA, Eliane da Silva Sousa. **Viagem Etno-histórica e Arqueológica ao Médio Xingu**: Memória e História Indígena na Amazônia. 258f. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

FIORI, Ana Letícia de; MAURO, Ana Luísa Sertão Almada. De formigas, sementes e boleiros: fazeres *Sateré-Mawé* na Amazônia Brasileira. In: Magnani, José Guilherme Cantor; Spaggiari, Enrico (orgs). **Lazer de perto e de dentro**: uma abordagem antropológica. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018, p. 100-120.

FRANÇA, Jessika Paiva; BAHIA, Mirleide Chaar. Espaços públicos, lazer e cidade: conformação de praças públicas em Belém-Pará. **Nova revista amazônica**, Bragança-PA, v. 07, nº 02 - setembro 2019.

FRIEDRICH, D. **O parque linear como instrumento de planejamento e gestão das áreas de fundo de vale urbanas**. 273 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Christianne Luce. **Lazer, trabalho e educação**: relações históricas, questões contemporâneas. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

GOMES, Christianne Luce. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 1, n.1, p.3-20, jan./abr. 2014.

GOMES, Christianne Luce. **Significados de recreação e lazer no Brasil**: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964). 322f. Tese (Doutorado em Educação), Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

GOMES, Christianne Luce. Verbete Lazer – Ocorrência histórica. In: GOMES, Christianne Luce (Org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. p.133-141.

GOMES, Christianne Luce; AMARAL, Maria Teresa M. **Metodologia da pesquisa aplicada ao lazer**. Brasília: SESI/DN, 2005.

GOMES, Christianne Luce; ISAYAMA, Hélder Ferreira. A criação do seminário “o lazer em debate” e sua transformação em “congresso brasileiro de estudos do lazer”. In: BAHIA,

- Mirleide Chaar. (org.). **Novas leituras do lazer contemporâneo**. Belém: NAEA/UFPA, 2018. p. 11-33
- GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: 2012.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.
- GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2007.
- GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. SOUZA, César Augusto Martins de. Feiras em Altamira, Pará: confluência de universos de significação. **Revista de Antropologia Amazônica**. Belém-Pa, v. 2, nº1. p. 140-160, 2010.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HARDIN, Garret. The Tragedy of the Commons. **Science**, v. 162, nº. 3859, dezembro de 1968.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Commonwealth**. Cambridge-Mass: Harvard Press, 2009.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- HARRIS, Mark. **Rebelião na Amazônia**: Cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840. Campinas: Unicamp, 2017.
- HARVEY, David. Space as a keyword. Tradução livre: Letícia Gianella. Revisão técnica: Rogério Haesbaert e Juliana Nunes. In: **Revista GEOgraphia do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal Fluminense**. v.14, nº. 28. 2012.
- HARVEY, David. **Os Limites do Capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HARVEY, David. **Para entender o capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. Resenha de: OUTEIRO, Gabriel Moraes. **Revista do Direito Público**. Londrina, v. 13, n. 3, p. 192-194, dez. 2018.
- HOMERO. **Odisseia**. Trad. Frederico Lourenço. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras. 2011.
- IANNI, Octavio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Divisão urbano-regional: procedimentos operacionais. Rio de Janeiro, 2017.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KURZ, Robert. A ditadura do tempo abstrato. In: SESC/WLRA. **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. Tradução de Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Hucitec.1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 1996.

LECUONA, Daliana Stephanie; GOMES, Kamila Silva; MORAES, Letícia Baldasso; MARINHO, Alcyan. Levantamento dos grupos de pesquisa sobre lazer cadastrados na plataforma *lattes*: uma perspectiva atual sobre o estado da arte no contexto da Educação Física. **Licere**, Belo Horizonte, v.20, nº4, p.129–151, dezembro de 2017.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução não-oficial de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins [do original: *La production de l'espace*. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, [1974]. Primeira versão, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A Re-produção das Relações de Produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **O Vale de Campan**. Estudo de sociologia rural. Tradução de Ana Cristina Mota Silva e Anselmo Alfredo. São Paulo: Edusp, 2011.

LEFEBVRE, Henri. “Perspectives de sociologie rurale” in: **Cahiers internationaux de sociologie**, v. xiv, Paris, 1953 pp. 12-140.

LEITE, Rogerio Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Mangueira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.17 nº 49, junho de 2002.

LENCIONI, Sandra. Totalidad y tríades: comprendiendo el pensamiento de Lefebvre. In MATTOS, Carlos de; LINK, Felipe (orgs). **Lefebvre revisitado: capitalismo, vida cotidiana y el derecho a la ciudad**. Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales UC, Santiago UC, 2015, p. 57-77.

LIMA, Michel de Melo. **Territórios de uso comum na Amazônia**: relação sociedade-natureza e modernização do espaço regional. 376 f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental), Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

LOBATO, Flavio Henrique Souza; BAHIA, Mirleide Chaar. Entre a psicosfera da floresta e a psicosfera urbana: um mergulho etnográfico em uma comunidade Amazônica. **Iluinuras**, Porto Alegre, v. 21, n. 54, setembro de 2020.

LUZ, Rodolfo Alves da. **Mudanças geomorfológicas na planície fluvial do Rio Pinheiros, São Paulo (SP), ao longo do processo de urbanização**. 246 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MAFFESOLI, Michel. “**Ócio, Lazer e Tempo Livre**” [documentário]. In: 15º Congresso Mundial de Lazer realizado. World Leisure Organization (WLO) e Serviço Social do Comércio (SESC Pinheiros), São Paulo/SP. 2018.

MAGNANI, Guilherme. Abrindo as fronteiras da Etnografia urbana: entrevista com o Professor Dr. José Guilherme Cantor Magnani. [Entrevista concedida ao laboratório de Estudos Populacionais e Urbanos da UFPA]. MENDES; F. J. da C; MIRANDA NETO, J. Q. de. **LEPUB**, Altamira-PA, Nº 1, p. 1-25, novembro, 2020. disponível em: www.lepurb.com.br/post/entrevistamagnani>acesso em: 05/08/2021.

- MAGNANI, J. Guilherme. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 17, n. 49, p. 1-34, junho de 2002.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Do mito de origem aos arranjos desestabilizadores: notas introdutórias. In: Magnani, José Guilherme Cantor; Spaggiari, Enrico (orgs). **Lazer de perto e de dentro: uma abordagem antropológica**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. 3ª edição. São Paulo: Hucitec-Unesp, 2003.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Lazer dos trabalhadores. **Revista. São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 2, n.3, p. 37-39, jul./set. 1988.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. O Circuito: proposta de delimitação da categoria. **Ponto Urbe**, São Paulo, nº. 15, 2014.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho & Pesquisadores e Estudantes do GPL. Lazer e Trabalho, no Cotidiano da Sociedade Pós-Industrial, a Partir da Obra de Domenico de Masi. **Licere** - Belo Horizonte, v. 7, n 9, p. 73-85, dezembro de 2004.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do Lazer: uma introdução**. Campinas, SP: Autores Associados (Coleção Educação Física e Esportes), 1996.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Educação**. Campinas: Papirus, 1987.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. O conceito de lazer nas concepções da educação física escolar-o dito e o não dito. In: **Anais do VIII Congresso de Educação Física e Ciências do Desporto dos Países de Língua Portuguesa**. Porto/Portugal, 2000.
- MARCONDES, Maria José de Azevedo. **A cidade e a natureza: proteção dos mananciais e exclusão social**. São Paulo: Nobel: 1999.
- MARSHALL, Alfred. **Principles of Economics**. Amherst, New York. 1997.
- MARTINS, José de Sousa. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Editora Contexto, 2020.
- MARTINS, José de Sousa. As temporalidades da história na dialética de Henri Lefebvre. In: _____. (Org) **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo, Hucitec, 1996. p. 13-23.
- MARTINS, José de Sousa. **Uma sociologia da vida cotidiana: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henry Lefebvre**. São Paulo: Contexto, 2014.
- MARTINS, José de Sousa. **Uma sociologia da vida cotidiana: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henry Lefebvre**. São Paulo: Contexto, 2014.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857- 1858 – esboços da crítica da economia política**. Tradução de: Mário Duayer e Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1, v. 1. Tradução de: Rubens Enderle. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- MASCARENHAS, Fernando. **Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer**. 320 f. Tese (Doutorado em Educação Física), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MASCARENHAS, Fernando. O pedaço sitiado: cidade, cultura e lazer em tempos de globalização. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 121-143, maio de 2003.

MASCARENHAS, Fernando. Tempo de trabalho e tempo livre: algumas reflexões a partir do marxismo contemporâneo. **Licere**, Belo Horizonte, v.3, n.1, p. 72-89, 2000.

MASCARENHAS, Gilmar. Contribuições da Geografia para o Estudo do Lazer. In: MELO, Victor, A de (Org.). **Lazer: olhares multidisciplinares**. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2010, p. 139-160.

MASSEY, Doreen Barbara. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. Tradução de Rogério Haesbaert. **GEOgrafia**, ano 6, nº.12, 2004, p. 07-23.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70; 1988.

MENDES, Francivaldo José da Conceição. “O direito de falar no direito ao lazer”.

Laboratório de Estudos Populacionais e Urbanos, Altamira-PA, 03 de março de 2020.

Disponível em: < <https://www.lepurb.com.br/post/o-direito-de-falar-no-direito-ao-lazer> > acesso em: 01/05/2020.

MENDES, Francivaldo José da Conceição. **Lazer em Altamira-PA: um estudo a partir do RUC Laranjeiras**. 123 f. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia), Universidade Federal do Pará, Bragança-PA, 2018.

MENDES, Francivaldo José da Conceição; AMARAL, Márcio Douglas Brito. O lazer no cotidiano: práticas coletivas como resistência. **Nova Revista Amazônica**, Bragança-PA, v.8, n.3, dez/2020.

MENDES, Francivaldo José da Conceição; AMARAL, Márcio Douglas Brito; MIRANDA NETO, José Queiroz de. **Entre o concebido e o vivido: práticas de lazer em duas praias artificiais de Altamira-Pa**. In: Anais do XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. [Edição on-line]. 2021.

MENDES, Francivaldo José da Conceição; GOMES, Christianne Luce; AMARAL, Márcio Douglas Brito. **Contra-usos da cidade: expressões do lazer em Altamira-PA**. In: Anais do II Congresso da Rede Internacional em Estudos Culturais, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2022.

MENDES, Francivaldo José da Conceição; MIRANDA NETO, José Queiroz de; GOMES, Christianne Luce; AMARAL, Márcio Douglas Brito. **Do lazer encarcerado aos espaços de desencontro: um estudo em duas praças de Altamira-PA**. In: Anais do IV Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer e 18º Seminário o lazer em debate. Porto Alegre – RS, 2021.

MENDES, Francivaldo José da Conceição; MOREIRA, Larici Keli. **Espaços e equipamentos de lazer na cidade de Altamira/PA**. 73f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física), Universidade do Estado do Pará, Altamira-PA, 2011.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: Edgardo Lander (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, 2005, (p. 71-103).

MIRANDA NETO, José Queiroz de. **Os nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana: o papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência**. 378 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/São Paulo, 2016.

- MIRANDA NETO, José Queiroz de. Reassentamento da população urbana diretamente afetada pelo empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte em Altamira-Pa. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v.2, n.13. p. 43-57, novembro de 2014.
- MIRANDA NETO, José Queiroz de; MENDES, Francivaldo José da Conceição. As fluvialidades em rios urbanos: as relações cidade-rio em Altamira-PA após a construção da UHE Belo Monte. **Revista Caminhos de geografia**. UFU. 2022 (no prelo).
- MIRANDA NETO, José Queiroz de; HERRERA, José Antônio. Expansão urbana recente em Altamira (PA): novas tendências de crescimento a partir da instalação da UHE Belo Monte. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 11, n. 3, p. 34–52, maio de 2017.
- MOREAUX, Michel Philippe. **Expressões e impressões do corpo no espaço urbano**: estudo das práticas de artes de rua como rupturas dos ritmos do cotidiano da cidade. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- MOREAUX, Michel Philippe. Expressões e impressões do corpo no espaço urbano. **GeoPUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 12, p. 6-139, jan.-jun. 2014.
- MOREIRA, Rodolfo Pragana; SILVA, Cesar Augusto; HERRERA, José Antônio. Microterritorialidade e lugar dos de baixo, o caso do baixão do Tufi em Altamira – Pará. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, Belém, v. 02, n. 01, p. 169-187, jan./jun. 2015.
- MUNNÉ, Frederic. **Psicosociología del tiempo libre: un enfoque crítico**. México: Trillas, 1980.
- NORTE ENERGIA S.A. **Plano Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte**. 2011.
- NUNES, André Costa. **A Batalha do Riozinho do Anfrísio**. Belém-PA: ed. Fumbel, 2003.
- NUNES, Mirelle Barcos; MENEZES, Magali Mendes de. Turismo de Base Comunitária: a reconstrução de identidades desde a experiência do encontro. **Cenário: revista interdisciplinar em turismo e território**. v.5, n.9, 97-108. Janeiro de 2018.
- NUNES, Patrícia Barbosa. **Belo Monte e a extinção dos baixões de Altamira-Pa**: a difícil territorialização dos reassentados no RUC São Joaquim. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. 2021.
- OLIVEIRA, Tânia Peres; LOPES, Claudivan Sanches. O lazer como objeto de estudo da geografia. **Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá**, Maringá-PR, v. 10, n. 1, p. 19-41, agosto de 2018.
- OSEKI, Jorge Hajime. A Fluvialidade no Rio Pinheiros: Um Projeto de Estudo. **Revista do Programa de Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP**, São Paulo, 2000.
- PARKER, Stanley. **A sociologia do lazer**. Rio de Janeiro: ed. Zahar Editores, 1978.
- PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Max**. São Paulo, Expressão Popular, 2011.
- PAULO NETTO, José (Org.). **Curso livre Marx-Engels**: a criação destruidora. São Paulo: Boitempo, 2020.

- PEIXOTO, Elza Margarida de Mendonça M. Levantamento do estado da arte nos estudos do lazer: (Brasil) séculos XX e XXI -alguns apontamentos. **Educação & Sociedade**, v. 28, p. 561-586, 2007.
- PEREIRA, Ana Beatriz Mascarenhas. **Ritmanálise em Santa Tereza**: modos de vida urbana. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- PEZZATI, Erotilde Goreti. A gramática da derivação sufixal: os sufixos formadores de substantivos abstratos. **Revista Alfa**, nº 34, 1990, p. 153-174.
- PINTO, Ernesto Renan Melo de Freitas; SILVA, Francisco Eleud Gomes da. NEIDE, Gondim. A invenção da Amazônia, 2º edição, Manaus: Editora Valer, 2007. **Revista Eletrônica Mutações**, v. 7, n. 12, p. 162–167. 2016.
- POLANYI, Karl. **A grande Transformação**: as origens de nossa época. 7ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PRATES, Camila Dellagnese. **Referência de nível em disputa**: o estudo da controvérsia sobre a “cota 100” do aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte. In: Anais da V reunião de antropologia da ciência e da tecnologia. Porto Alegre- RS. 2015.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA. Secretaria Municipal de Gestão do Meio Ambiente e Turismo – SEMAT. **Inventário da oferta turística do município de Altamira**. Altamira-PA, 2012. Disponível em: http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/iot_altamira_0.pdf. Acesso em: 16/12/2022.
- QUARESMA, Luis Augusto Barbosa; SARGES, Maria de Nazaré. **Entre o povo e a elite**: percepções de Belém na obra de Humberto de Campos. In: Anais do XXIX Simpósio Nacional de História, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2017.
- REIS, Leoncio José de Almeida; CAVICHIOLLI, Fernando Renato; STAREPRAVO, Fernando Augusto. A ocorrência histórica do lazer: reflexões a partir da perspectiva configuracional. **Revista brasileira de ciência do esporte**, Campinas, v. 30, n. 3, p. 63-78, maio 2009.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Cuánto más grande mejor? Proyectos de gran escala: una forma de producción vivulada a la expansión de sistemas económicos. **Desarrollo Económico**, v. 27, nº 105, junio 1987.
- ROCHA, Douglas Carvalho; MATOS, Lucília da Silva. Lazer DA/NA floresta: as práticas de lazer dos moradores e visitantes da ilha do Combú Belém-PA. In: BAHIA, Mirleide Chaar; FIGUEIREDO, Sílvia Lima (orgs.). **Planejamento e gestão pública do turismo e do lazer**. Belém: NAEA, 2016.
- SANTANA, Daniella Tschöke; RECHIA, Simone; RODRIGUES, Emília Amélia Pinto Costa. As brechas da cidade: a praça de bolso do ciclista da cidade de Curitiba, Paraná. **Movimento**, Porto Alegre, v. 23, n. 1., p. 311-324, jan./mar. de 2017.
- SANTOS, Douglas. **A Reinvenção do Espaço**. Editora Unesp, 2002.
- SANTOS, Iago Dias dos. **As mudanças socioespaciais nos Portos e Orla central a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte**. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ed. São Paulo: Edusp, 2014.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. Cidadanias mutiladas. In: LERNER, Julio (Ed.). **O preconceito**. São Paulo: IMESP, 1997, p. 133-144.

SANTOS, Milton. **Da paisagem ao espaço**. Palestra. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=juUkCzFTO5U>>. acesso em: 05/09/2020.

SANTOS, Milton. Lazer popular e geração de emprego. In: SESC/WLRA. **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton. **O tempo nas cidades**. Texto extraído da transcrição da conferência do autor na mesa-redonda “O tempo na Filosofia e na História”. Instituto de Estudos Avançados da USP. 1989. Publicada na Coleção Documentos, série estudos sobre o tempo, fascículo 2, em fevereiro de 2001.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço tempo, globalização e meio técnico-científico informacional**. 2a ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912). 3ª. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SCHMID, Christian. A Teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **Geosp**, São Paulo, v. 32, p. 89-109, 2012.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza. (Org) **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo, Hucitec, 1996. p. 71-86.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Os meandros dos rios nos meandros do Poder**. Tietê e Pinheiros: valorização dos rios e das várzeas na cidade de Paulo. 300f. Tese (Doutorado e, Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

SERPA, Ângelo. Lazer e trabalho no espaço urbano-metropolitano contemporâneo. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, número especial, p. 137-148, dez. 2015.

SILVA, Zilmar Lima da. **Verão e inverno amazônico**: perspectiva meteorológica e a percepção dos moradores do município de Manaus/AM. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.

SILVA, Adriano Gonçalves da; CHAVES, Elisângela; SOARES, Khellen Cristina Pires; DORES, Lucilene Alencar das; TAVARES, Marie Luce. Relações Étnico-Raciais e Lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 24, n. 4, p. 01-04, março de 2022.

SILVA, Thais Santi Cardoso da. **Viagem à terra do meio**: um olhar sobre o (mal)encontro de Belo Monte com o rio Xingu. 151 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A “nova geração” de movimentos sociais urbanos e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, p. 9-26, jan./jun., 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA; Maria Adélia Aparecida de. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. As metáforas do capitalismo. **Cronos**, Natal-RN, v. 10, n. 2, p. 101-117, jul./dez. 2009.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; BERNABÉ, Andressa Peloi. Lazer e políticas públicas

no século XXI. In: SILVA, Júnior Vagner Pereira da; MOREIRA, Wagner Wey (orgs). **Lazer e esporte no século XXI: novidades no horizonte?** Curitiba: Intersaberes, 2018.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Urbanodiversidade e pensamento crítico contemporâneo: reflexões a partir das cidades amazônicas. In: **Urbanodiversidade: possibilidades e contradições**. PACIFICO FILHO, Miguel *et all* (orgs). Palmas, TO: Editora Universitária - EdUFT, 2022. p. 25-58.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Papers do NAEA**, Belém-PA, v. 22, n.1, dezembro de 2013.

TRINDADE Júnior, Saint-Clair Cordeiro. De volta ao rio: estratégias de gestão e de (re)apropriação do espaço urbano na área central de Belém. In: TRINDADE Júnior, Saint-Clair Cordeiro; TAVARES, Maria Goretti. (Orgs.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008, p. 27-47.

TRINDADE Júnior, Saint-Clair Cordeiro; SILVA, Marcos Alexandre Pimentel; AMARAL, Márcio Douglas Brito. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. In: TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro.; TAVARES, Maria Goretti. (Orgs.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, p. 27-47, 2008.

UMBUZEIRO, Antônio Ubirajara Boguea. Moleque do Xingu. In: **Crônicas de um moleque do Xingu**. Altamira-PA, 2017.

UMBUZEIRO, Antônio Ubirajara Boguea; UMBUZEIRO, Ubirajara Marques. **Altamira e sua história**. 4ª ed. Belém: Ponto Press, 2012.

UVINHA, Ricardo Ricci; PEDRÃO, Cinthia Casimiro; STOPPA, Edmur Antonio; ISAYAMA, Helder Ferreira; OLIVEIRA, Nara Rejane Cruz de. **Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas-Leisure in Brazil: representations and concretizations of everyday experiences**. Edmur Antonio Stoppa, Hélder Ferreira Isayama, (Org.) Tradução português-inglês Top Traduções. Campinas, SP: Autores Associados, 2017.

VEBLÉN, Thorstein Bunde.. **A Teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. Trad. Olívia Krähenbühl. São Paulo: Atica, 1974.

VIANA, Iara Félix Pires; GOMES, Christianne Luce. Lazer, Cinema e Trajetórias Socioespaciais de Cineastas Negras: Desvelando Estratégias para Enfrentar o Racismo/Sexismo. **Licere**, Belo Horizonte, v.24, n. 4, p.262–298, março de 2022.

VILHENA, Ana Paula. **Eles são os considerados do setor: uma etnografia sobre a sociabilidade e consumo entre jovens de equipes nas festas de aparelhagem em Belém do Pará**. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

WELSCH, Wolfgang. Estetização e estetização profunda ou a respeito da atualidade da estética nos dias de hoje. Trad. de Álvaro Valls. **Revista De Artes Visuais**, Porto Alegre, v. 6, n. 9, p. 7-22, maio. 1995.

XAVIER, Diego Moraes; PEREIRA JÚNIOR, Antônio. Avaliação qualitativa e quantitativa dos impactos ambientais na zona urbana do igarapé Altamira, Altamira, Pará, Brasil. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, 01-19, março. 2021.

APÊNDICE

APÊNDICE A–TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Serviço Público Federal Universidade
Federal do Pará Campus Universitário de
Altamira Programa de Pós-Graduação em
Geografia

Rua Coronel José Porfírio, 2515 - CEP 68.372-040 - Altamira - PA Fone: (93) 2122-0504
ou (93) 99155-3555
Pesquisador Responsável: Francivaldo José da Conceição Mendes
Endereço: R. Coronel José Porfírio, 2515
CEP: 68372-040 – Altamira/PA Fone: (93) 2122-0504
E-mail: francivaldo.edfisica@gmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: **ENTRE O VIVIDO E O CONCEBIDO: A ESPACIALIDADE DO LAZER NA VIDA COTIDIANA DA CIDADE DE ALTAMIRA-PA¹⁵⁵**. Neste estudo, pretendemos caracterizar a dinâmica do lazer na cidade de Altamira considerando duas dimensões: a dimensão concebida e a dimensão vivida. Nesse percurso daremos ênfase, de um lado, ao entrecruzamento/proximidade, de outro, ao tensionamento/distanciamento presentes entre essas dimensões cuja centralidade de análise será o cotidiano de Altamira-PA.

Serão entrevistadas ao longo da pesquisa (maio de 2021-janeiro de 2023) 172 pessoas assim distribuídas: 25 pessoas moradores do RUC Jatobá, 25 pessoas moradores do RUC Laranjeiras, 25 pessoas moradores do RUC Água Azul, 25 pessoas moradores do RUC Casa Nova, 25 pessoas moradores do RUC São Joaquim, 10 pessoas que frequentam a praia artificial da orla de Altamira, 10 pessoas que frequentam o parque do igarapé Altamira, 10 pessoas que frequentam a transposição (“anel viário”), 10 pessoas que frequentam a praia artificial do Massanori. Além disso, serão entrevistados dois agentes públicos (um que representa a Prefeitura Municipal de Altamira e um representante do Ministério Público Federal em Altamira), um representante da empresa concessionária da Usina Hidrelétrica Belo Monte (Norte Energia S.A), dois representantes de Movimentos Sociais (sendo um representante do Movimento Xingu Vivo para Sempre e um representante do Movimento dos

¹⁵⁵ Inicialmente, esta pesquisa tinha por título: “entre o vivido e o concebido: o lazer e a produção do espaço em Altamira-PA”.

Atingidos por Barragem) e dois empresário do ramo do lazer em Altamira, que tenham estabelecimentos às margens do Xingu.

O motivo que nos leva a fazer essa pesquisa é sistematizar conhecimento acerca das diferentes práticas de lazer em Altamira considerando a oposição e complementaridade das forma-conteúdo presentes na cidade no tempo presente a partir de uma lógica concebida e uma vivida.

Para este estudo adotaremos os seguintes procedimentos: você responderá à diferentes perguntas feitas pelo pesquisador sobre a dinâmica e as experiências de lazer mantidas nos espaços acima mencionados. **Entre os riscos oferecidos por esta pesquisa a você destaca-se: 1- A possibilidade da perda da segurança de sua identificação, 2- Desconforto pessoal ao responder as várias perguntas desta pesquisa, 3- Interferência nos seus afazeres diários.** Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Seus dados serão apenas utilizados para a realização dessa pesquisa científica.

Sua participação trará grande benefício para esse estudo, pois ajudará a compreendermos como a produção do espaço urbano em Altamira se delineia na medida em que se (re)define uma dinâmica do lazer que articula uma dimensão concebida em contraposição a uma vivida. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada – cujo prazo é até fevereiro de 2023.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador. O(A) senhor(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFGA (Campus de Altamira c/c para o IFCH-Geografia Campus Guamá) e a outra será fornecida a você. Caso haja danos decorrentes do risco previsto, o pesquisador assumirá a responsabilidade pelo mesmo.

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____, portador(a) do documento de Identidade__fui informado (a) dos objetivos do estudo “**ENTRE O VIVIDO E O CONCEBIDO: A ESPACIALIDADE DO LAZER NA VIDA COTIDIANA DA CIDADE DE ALTAMIRA-PA**”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de 2021.

Ass. do entrevistado _____

Ass. da testemunha _____

Ass. do responsável pelo projeto:

Francivaldo José da Conceição Mendes

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o pesquisador responsável (contato no início desse documento) ou o no endereço abaixo:
Instituto de Ciências da Saúde (ICS) - Universidade Federal do Pará (UFPA)
Tel: (91) 3201-6808 / 3201-6810 / Fax: (91) 3242-9412
E-mailicsgab@ufpa.br

APÊNDICE B–TCLE (VERSÃO REMOTA) DESTINADO AOS USUÁRIOS DA PRAIA ARTIFICIAL DA ORLA E DO MASSANORI

3, 10:33

Praia Artificial do Massanori

12. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

*

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: ENTRE O VIVIDO E O CONCEBIDO: O LAZER E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM ALTAMIRA-PA. O(A) senhor(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Seus dados serão apenas utilizados para a realização dessa pesquisa científica. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada – cujo prazo é até fevereiro de 2023. Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador. Excepcionalmente, em função da pandemia de COVID-19, esse questionário será aplicado de forma remota, mas sua versão integral encontra-se, acessível a você, desde que observadas as medidas de controle/segurança sanitária, com o pesquisador e na secretaria do PPGeo/Ufpa-Altamira. Caso você tenha mais alguma dúvida referente a essa pesquisa poderá contactar o pesquisador Responsável: Francivaldo José da Conceição Mendes Endereço: R. Coronel José Porfírio, 2515 CEP: 68372-040 – Altamira/PA Fone: (93) 2122-0504 e-mail: francivaldo.edfisica@gmail.com ou: Instituto de Ciências da Saúde (ICS) - Universidade Federal do Pará (UFPA) Tel: (91) 3201-6808 / 3201-6810 / Fax: (91) 3242-9412 E-mail: icsgab@ufpa.br.

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim, eu entendo e quero participar da pesquisa. Li e entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar, e que posso interromper a minha participação a qualquer momento sem dar uma razão. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados conforme o explicado.